

**Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)**  
**Doutorado**

**Emílio de Britto Negreiros**

**Natureza Mínima -**  
**Política Ambiental e Unidades de Conservação em Pernambuco: um**  
**estudo sobre a Estação Ecológica de Caetés e a Área de Proteção**  
**Ambiental do Engenho Uchoa**

**Recife, PE, fevereiro de 2008.**

**Emílio de Britto Negreiros**

**Natureza Mínima -**

**Política Ambiental e Unidades de Conservação em Pernambuco: um estudo sobre a Estação Ecológica de Caetés e a Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob orientação do Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ) e co-orientação da Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte (PPGS/UFPE).

Versão final da tese defendida e aprovada pela Banca Examinadora em 28 de fevereiro de 2008.

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ - orientador)

Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte (PPGS/UFPE – co-orientadora)

Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (PPGS/UFPE – examinadora interna)

Prof. Dr. Luiz Henrique Hermínio Cunha (PPGCS/UFCG – examinador externo)

Prof. Dr. Jan Bitoun (PPG em Geografia/UFPE – examinador externo)

Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (PPGS/UFPE – suplente interna)

Prof. Dr. Peter Wilfried Schröder (PPGA/UFPE – suplente externo)

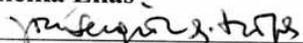
**Recife, PE, fevereiro de 2008.**

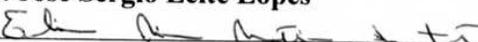
**Ata da Sessão de Argüição de Tese de EMÍLIO DE BRITO NEGREIROS, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Tese de Doutorado de EMÍLIO DE BRITO NEGREIROS**, intitulada: "**NATUREZA MÍNIMA – POLÍTICA AMBIENTAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE A ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CAETÉS E A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ENGENHO UCHOA**". A Comissão foi composta pelos Professores: **Dr. José Sérgio Leite Lopes - Presidente/orientador; Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte – co-orientadora interna – PPGS; Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley - Titular Interna – PPGS; Dr. Luiz Henrique Hermínio Cunha - Titular Externo – UFCG; Dr. Jan Bitoun – Titular Externo – PG C. Geográficas/UFPE**. Dando início aos trabalhos o **Dr. José Sérgio Leite Lopes** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua argüição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar o **Dr. José Sérgio Leite Lopes** - presidente da mesa e orientador do candidato solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Tese por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 28 de fevereiro de 2008.

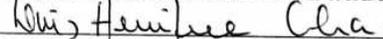


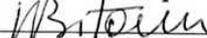
Zuleika Elias

  
Dr. José Sérgio Leite Lopes

  
Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte

  
Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

  
Dr. Luiz Henrique Hermínio Cunha

  
Dr. Jan Bitoun

  
Emílio de Britto Negreiros

FICHA CATALOGRÁFICA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

**Negreiros, Emílio de Britto**

**Natureza mínima -- política ambiental e unidades de conservação em Pernambuco: um estudo sobre a estação ecológica de Caetés e a área de proteção ambiental do Engenho Uchoa / Emílio de Britto Negreiros. – Recife: O Autor, 2008.**

**253 folhas : il., quadros, fotos.**

**Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.**

**Inclui bibliografia e anexos.**

**1. Sociologia. 2. Política ambiental. 3. Unidades de Conservação. 4. Estação Ecológica de Caetés – Pernambuco. 5. Área de Proteção do Engenho Uchoa – Pernambuco. 6. Natureza mínima. I. Título.**

**316.1  
301**

**CDU (2. ed.)  
CDD (22. ed.)**

**UFPE  
BCFCH2008/09**

Dedico este trabalho a duas pessoas que, recentemente, partindo, se tornaram essenciais, invisíveis aos meus olhos. Sempre que quiser, no entanto, posso vê-las na saudade e no coração:

“Muito obrigado, estou cativando e merecendo. Quando penso que lhe pago, sempre fico lhe devendo” (Heronita Xavier de Brito, vovó Nita).

“Permaneces em mim, dentro de mim permaneces” (Carlos José de Britto Lyra, tio Zeca).

## **Agradecimentos**

O curso de doutorado em Sociologia representa para mim uma possibilidade concreta de experiência, realização e superação, dada não somente pela convivência com os colegas de curso (Ana Virgínia, Elenilze, Emanuel, Fátima, Maria Creusa, Maria Lúcia, Marília, Raldianny e Silvana), a quem quero dar meu muito obrigado pelos inestimáveis momentos de troca de idéias, mas também pela chance, em meio à solidão que também a academia propõe, de encontrar um caminho dentre os vários caminhos possíveis.

O que mais se ganha com isso, além do trabalho pronto, é claro, e da responsabilidade de dar o próximo passo, são os amigos que ficam para sempre e em todos os momentos, mesmo quando a distância e as confusões da vida impõem seus limites.

Especialmente devo agradecer a dois desses amigos vindos da academia, mas que permanecem, para além dela, na vida. Com eles, a tese quase-vida recebeu o sopro que muitas vezes me faltou. Pelo estímulo e pela generosidade de uma amizade que não se mede, meu muito obrigado a Cristiano Ramalho e Péricles Andrade.

É muito importante para este trabalho, e para mim particularmente, a presença e a contribuição sempre muito ativa e paciente de meus professores, entre os quais, sem demérito dos demais que também aqui quero muito agradecer, destaco especial atenção às professoras Eliane Maria Monteiro da Fonte, Maria de Nazareth Baudel Wanderley e ao professor José Sérgio Leite Lopes.

O empenho, o desprendimento e a iniciativa da professora Nazareth me abriram as portas para uma rica experiência pessoal em Paris. Disso resultou o estágio feito no

LADYSS (Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces), da Universidade de Paris X, Nanterre, representados pelos professores Marcel Jollivet e Jean-Paul Billaud que me acolheram com muito respeito e simpatia.

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia, através da sua coordenaria e da sua secretaria, também exerceu papel central no momento do estágio, ao permitir e estabelecer os acordos formais entre as instituições de lá e de cá, me concedendo, mediante processo seletivo, a participação na quota interna de bolsas para o exterior do programa. Tanto o curso de doutorado quanto o “doutorado sanduíche” foram possíveis graças às bolsas concedidas pela CAPES.

Durante o tempo que morei em Paris, tive a felicidade de fazer novos grandes amigos. Estas pessoas estiveram tão presentes que se tornaram a minha família parisiense, me permitindo um tão necessário reencontro com o Brasil. Agradeço aos queridos amigos André, Audrey, Bernardo, Biagio, Diane, Du, Elie, Milena, Tâmara e Thiago. Àqueles a quem o destino permitiu que permanecessem juntos a mim mesmo que longe, diluindo as fronteiras do tempo e do espaço, meu eterno agradecimento a Fernando, Milu, Loraine, Patrícia e Roberta. Que o Universo continue conspirando a nosso favor!

A pesquisa de campo necessitou de muita colaboração e boa vontade de muitas pessoas que se envolveram com ela generosamente. Nesse sentido, gostaria de agradecer especialmente à Sandra Cavalcanti, Paulo Gomes e José Bento, por nunca se cansarem de nossas longas conversas e entrevistas e das minhas infinitas visitas ao seu lugar de trabalho. O olhar complexo deles transcende os limites de sua função burocrática. Devo destacar também a contribuição dos representantes dos movimentos estudados. A experiência de observar e “vivenciar” sua dinâmica foi de grande

relevância para a tese. Agradeço àqueles que compõem o Movimento em Defesa da Mata Uchoa e aos Amigos da Estação Ecológica de Caetés.

Gostaria de agradecer, ainda, àqueles que me permitem compartilhar da maravilhosa e sutil prática da meditação que se expressa no encontro com a Luz Divina presente dentro nós. Especialmente à Bete Assis, que irradia uma bondade rara de se ver.

Finalmente, e para sempre, desejo declarar o meu mais profundo respeito e amor aos meus pais que incondicionalmente me apoiaram. O cuidado, que transcende o agora, se expressa nas formas divinas mais sutis da fé e da esperança no futuro como um lugar logo ali, tão distante, onde o melhor seja possível. Que assim seja!!!

*“Muito obrigado, estou cativando e merecendo”* a todos com que posso contar.

## Sumário

|   |     |
|---|-----|
| Resumo .....  | 9   |
| Résumé.....   | 10  |
| Abstract.....   | 11  |
| Introdução .....  | 12  |
| 1. A Natureza Mínima .....  | 12  |
| 2. O objeto, as questões e os objetivos .....   | 17  |
| 3. A metodologia .....  | 21  |
| 4. Os capítulos .....   | 32  |
| Capítulo I .....  | 34  |
| Sociologia Ambiental.....   | 34  |
| Capítulo II.....  | 56  |
| Política Ambiental e Unidades de Conservação em Pernambuco.....                                   | 56  |
| 2.1 - Introdução.....   | 56  |
| 2.2 - O campo ambiental e política ambiental em Pernambuco .....                                  | 58  |
| 2.3 - O campo ambiental e a política ambiental em Recife .....                                    | 62  |
| 2.4 - Unidades de Conservação em Pernambuco.....  | 74  |
| 2.5 - Unidades de Conservação em Recife .....   | 81  |
| 2.6 - Conclusão .....   | 84  |
| Capítulo III.....   | 91  |
| Movimento Ambientalista e Articulação Política .....  | 91  |
| 3.1 – Introdução: A Mata Atlântica: um “patrimônio nacional” .....                                | 91  |
| 3.2 - Crítica Ambientalista.....  | 99  |
| 3.3 - As ONGs Ambientalistas .....  | 110 |
| 3.3.1 - ASPAN – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza.....                                | 111 |
| 3.3.2 - SNE – Sociedade Nordestina de Ecologia. ....  | 121 |
| 3.4 - Entre a radicalidade e a institucionalização do movimento ambientalista em Pernambuco ..... | 125 |
| 3.5 - Conclusão .....   | 131 |
| Capítulo IV.....  | 138 |
| Estação Ecológica de Caetés.....  | 138 |
| 4.1 - Introdução.....   | 138 |
| 4.2 - O encontro com Caetés: a mata, o aterro e a mobilização .....                               | 140 |
| 4.3 - Natureza protegida, ausência garantida: administrando conflitos.....                        | 156 |
| 4.4 - A estação dos excluídos: a criatividade dos processos participativos.....                   | 169 |
| 4.5 - Conclusão .....   | 174 |
| Capítulo V .....  | 178 |
| Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa.....  | 178 |
| 5.1 - Introdução.....   | 178 |
| 5.2 - A origem e as articulações do movimento em defesa da mata Uchoa.....                        | 181 |
| 5.3 - A Comissão Parlamentar de Inquérito Ecológica.....  | 187 |
| 5.4 - Fase da redemocratização.....   | 190 |
| 5.5 - A criação da APA e a nova fase do movimento: a institucionalização do conflito....          | 196 |
| 5.6 - Conclusão .....   | 205 |
| Considerações Finais.....   | 211 |
| Referências Bibliográficas .....  | 223 |
| Lista de quadros e fotos .....  | 249 |
| Lista de siglas.....  | 249 |
| Anexos .....  | 252 |

## Resumo

Esta tese realiza um estudo sociológico sobre duas áreas importantes para a compreensão do campo ambiental em Pernambuco nos últimos trinta anos. A Estação Ecológica de Caetés (ESEC Caetés) e a Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa (APA Uchoa) se constituíram a partir de uma demanda pública em que se desenrolou o movimento ambientalista local. Elas são partes integrantes da história ambiental do estado e exerceram uma relativa influência, assim como são reflexo, no modo como a política ambiental foi construída ao longo desses anos mais recentes, no que diz respeito especificamente às unidades de conservação da natureza.

Em que pesem todas as dificuldades de implementação da política ambiental, nos âmbitos estadual e municipal, que responda a contento à necessidade imprescindível de proteção da natureza e todas as contorções políticas que sofre o campo ambiental em Pernambuco, especialmente nos cantos governamentais, o processo em que se desenrola a trajetória do ambientalismo local faz perceber que, mesmo atrapalhado por conflitos internos, às vezes ideológicos, às vezes “narcísicos” que dificultam atualmente a sua auto-identificação, tem sempre uma preocupação muito forte com a defesa dos interesses ambientais em primeiro plano vinculados intimamente com o aperfeiçoamento da democracia.

A tese acentua esta necessária relação entre participação e proteção ambiental na gestão de unidades de conservação em áreas metropolitanas, embora aponte sua imensa dificuldade de se realizar. Nesse sentido, os problemas ambientais precisam ser cotidianamente construídos e reavivados politicamente, como uma forma de manter acesa a articulação política fundamental entre aqueles que assumem a defesa coletiva da natureza; natureza esta que por tanto carecer de mais atenção e depois das intensas e variadas formas de agressão que vem sofrendo, tem se tornando uma natureza mínima.

**Palavras-chave:** Sociologia Ambiental; Política Ambiental, Unidades de Conservação; Natureza Mínima.

## Résumé

Cette recherche est une étude sociologique de la Station Écologique de Caetés (ESEC Caetés) et l'Aire de Protection de l'environnement de l'Usine Uchoa (APA Uchoa), deux endroits créés à partir d'une demande de la société civile à travers l'intervention d'un mouvement du groupe de protection de la nature de la région, en ayant pour but de comprendre la formation du terrain écologique à Pernambuco-Brasil pendant les trente dernières années. La formation de ces deux zones de protection de l'environnement a exercé une influence considérable sur la politique environnementale élaborée tout au long de ces dernières années, notamment en ce qui concerne les unités de conservation de la nature.

Il faut considérer, d'une part, dans le cadre de l'établissement d'une politique destinée à la bonne protection de l'environnement, les difficultés trouvées par les gouvernements de l'État et des municipalités, ainsi que les bouleversements politiques relatifs à ce sujet à Pernambuco; d'autre part, il est important de souligner que les conflits internes au mouvement écologique (caractérisés par des disputes idéologiques, quelquefois même narcissiques) rendent plus difficile la construction de l'identité d'une société en tant que groupe formant le mouvement de l'environnement. Pourtant, les initiatives prises par ce mouvement révèlent un fort souci de la défense des intérêts écologiques, associé au perfectionnement des pratiques démocratiques.

La thèse accentue, donc, le rapport nécessaire entre la participation sociale et la protection de l'environnement. Même si c'est un rapport compliqué à s'établir, il est indispensable pour la bonne gestion des unités de protection dans les zones urbaines. Dans ce sens, les problèmes écologiques ont besoin d'être toujours discutés pour maintenir l'importante articulation politique à l'intérieur du mouvement écologique, parmi ceux qui, en tant que collectivité, prennent soin de la nature. Celle-ci, à cause de plusieurs agressions qui la restreignent dramatiquement, demande chaque fois plus d'attention.

**Mots-clés:** Sociologie de l'environnement; Politique de l'environnement; Unités de Conservation; Nature Minimale.

## Abstract

This argument holds a sociological study on two important areas to the understanding of the environmental field in Pernambuco in the last thirty years. The Ecological Station of Caetés (ESEC Caetés) and the Environmental Protection Area of the Engenho Uchoa (APA Uchoa) were created from a public demand that was conducted in the local environmental movement. They are integral parts of the environmental history of the state and had a relative influence, and are also a reflexion in the way the environmental policy was built along these recent years as regards the units specifically for the conservation of nature.

Despite all the difficulties of implementation of the environmental policy at the state and municipal levels, to respond in a satisfaction way to the essential needs of protection of nature and all political influences that affect the environmental field in Pernambuco, specially in the governmental corners, the process which will take the path of local environmentalism is understood that, even interfered by internal conflicts, sometimes ideological, sometimes "selfish" that currently disturb their self-identification, it is always a very strong concern with the protection of environmental interests closely linked with the improvement of democracy.

The theory here stresses this necessary link between environmental protection and participation in the management of units of conservation in metropolitan areas, although point its immense difficulty of conducting. Thus, the environmental problems need to be built and daily constructed politically, as a way to keep lit the fundamental policy articulation between those who take the collective defense of the nature, nature which therefore need more attention and after the intense and varied forms of aggression that has been suffering, it is getting a minimal nature.

**Key-words:** Environmental Sociology; Environmental Policy; Units of Conservation; Minimal Nature.

## Introdução

### *1. A Natureza Mínima*

A tese surge em meio à necessidade de compreender o que significam os fragmentos de natureza<sup>1</sup> ainda possíveis de encontrar na Região Metropolitana do Recife<sup>2</sup>, Estado de Pernambuco. Sem desconsiderar suas dimensões bioecológicas, o que importa é o sentido atribuído, por grupos específicos, a estas naturezas fragmentadas que passam a se constituir como uma realidade social (BERGER, 1998), num determinado contexto em que considerar a natureza como tal significa atribuir-lhe uma dimensão política importante para sua defesa.

Como veremos nos capítulos seguintes, esta defesa simbólica da natureza, incorporada ao âmbito dos interesses sociais, foi fundamental para que ela pudesse ser reconhecida como um bem ao qual se deveria dedicar atenção. Neste sentido, com a natureza sendo tomada a partir da perspectiva social (HANNIGAN, 1995), abre-se a possibilidade de vê-la também como pertencente a ela mesma, natural e viva.

Essa visão da natureza, no entanto, não obedece a uma lógica homogênea ou consensual. Ela atravessa e é atravessada por uma série de conflitos e poderes antagonísticos que colocam e recolocam esta natureza em dimensões diferenciadas de importância social. Isto faz com que sua preservação e sua defesa se tornem

---

<sup>1</sup> Quando falamos dos fragmentos de natureza, queremos nos referir, particularmente, às 40 reservas ecológicas situadas na Região Metropolitana do Recife, criadas em 1987 e às 25 Zonas Especiais de Proteção Ambiental, situadas na cidade de Recife, criadas desde 1996, pelos governos estadual e municipal, respectivamente.

<sup>2</sup> É formada por 14 municípios: Recife, Olinda, Jaboatão do Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Abreu e Lima, Paulista, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ipojuca, Igarassu, Moreno, Itapissuma e Itamaracá. Essa área administrativa foi criada em 1973, com o intuito de facilitar a política de desenvolvimento do estado, em função dos problemas comuns que ligavam os municípios citados. A Região Metropolitana do Recife gera metade das riquezas produzidas por Pernambuco e possui uma alta densidade demográfica. Com um pouco mais de 3 milhões de habitantes (42,1% da população do estado, dos quais 96,9% vivem na zona urbana e 3,1% na zona rural), dos quais cerca de 60% vivem na linha da pobreza, ganhando no máximo até um salário mínimo (Disponível em: [www.condepe.fidem.pe.gov.br](http://www.condepe.fidem.pe.gov.br) . Acesso em out/2007).

permanentemente dependentes das decisões que se tomam nos âmbitos sociais, políticos e jurídicos.

Tais fragmentos de natureza, entendidos como de *Natureza Mínima*, são assim denominados não só por serem fragmentados, dispersos no território metropolitano em pontos diferentemente localizados, mas também por serem pequenos, principalmente em relação aos já exíguos remanescentes de mata atlântica presentes em Pernambuco. Eles são objetos de interesse e desinteresse político e marcam um contraponto importante no conjunto das políticas ambientais, estadual e municipal, para as unidades de conservação pernambucanas, trazendo para o campo ambiental<sup>3</sup> um debate fundamental da relação humana com a natureza, que indica como as ações governamentais e não-governamentais são pensadas, estruturadas e praticadas quando o que está em jogo é a proteção ambiental da natureza.

A *Natureza Mínima* revela essas condições da morfologia social da natureza na Região Metropolitana do Recife e revela ainda que é também reduzido, minimizado, o relevo político que lhe é dedicado, preponderantemente no que diz respeito à efetiva proteção ambiental pelos órgãos competentes, através de uma política pública programática, sistemática e eficaz, capaz de transformar o discurso do respeito à natureza, veiculado como uma conduta governamental, em resultado visível da conservação da biodiversidade, da melhoria da qualidade de vida, como que envolvidas pela idéia de uma sustentabilidade ambiental, fator este considerado pelo discurso dos órgãos oficiais de governo como importante na mediação das relações sociais em torno e em direção aos problemas ambientais.

---

<sup>3</sup> Empréstimo do conceito de campo de Bourdieu (2003), pensamos, aqui, o campo ambiental como o lugar onde se estruturam e se dinamizam as relações de poder, o discurso e os conflitos ambientais. Somente enquanto se movimentam neste campo é que é possível identificar quem são os atores que se articulam, porque se articulam e quais são os interesses em jogo. Baseado nos acontecimentos surgidos deste campo é que se elaboram as políticas e as não políticas ambientais que ora são articuladoras do campo, ora são objeto do dissenso frequentemente presente.

A questão ambiental (FERREIRA, 1998), que envolve as unidades de conservação em Pernambuco, apesar de ocupar lugar político, é quase sempre relegada a dimensões secundárias, contingentes dentro das estruturas burocráticas governamentais, no que diz respeito a sua execução como política pública, mesmo que seja realçada a lugar de destaque na propaganda política oficial. Isto acontece nos órgãos diretos responsáveis institucionalmente pela orquestração das políticas, cujos objetivos teriam que remarcar uma ação programada e contínua na conservação e preservação ambientais, não atentos à demanda social definidora e reconhecedora dos conflitos difusos envolvendo problemas de ordem social, política, econômica, que em áreas de periferia, onde a maioria dessas unidades de conservação está localizada, são ainda mais agravados pela ausência organizada dos governos, a despeito da sempre emergência de forças políticas defensoras dos interesses comunitários.

É nesta ordem dos interesses comunitários que se estruturam e se vivenciam as experiências contra os desperdícios (SANTOS, 2002), causados em grande medida pela desatenção da política pública; emergem destes contextos as respostas que quase sempre os dirigentes, justificando a inação pela escassez de recursos, deliberadamente ignoram. Com isso, o interesse da política se anula ou se reduz quanto aos problemas ambientais quando não há retorno econômico relevante politicamente<sup>4</sup>. O desinteresse político e a morosidade das ações para proteção ambiental contribuem dia-a-dia para uma diminuição da natureza, já reduzida nos territórios urbanos como os da Região Metropolitana do Recife<sup>5</sup>, contrariando as expectativas dos ambientalistas, de todos

---

<sup>4</sup> A atitude do governo estadual, por exemplo, é completamente diferente quando o assunto é relativo às questões do licenciamento ambiental, em especial de grandes obras. Nestes casos, há um forte interesse econômico em jogo. É este aspecto que define a importância que é dada ao meio ambiente/natureza, passível de ações compensatórias, caso seja necessário em função da natureza do empreendimento, a sua transformação ou supressão. Sobre as implicações políticas e econômicas do licenciamento ambiental e os diversos usos sociais da natureza, ver o estudo de Zhouiri (2005b).

<sup>5</sup> O intuito de criação das reservas ecológicas em 1987 era o de resguardar os remanescentes de mata atlântica existentes na

aqueles sensíveis aos problemas ambientais, daqueles que criticam o processo civilizador que perpetua a tendência da degradação, e também descumprindo abertamente um conjunto de leis instituídas para a proteção ambiental.

Em função do quadro atual da situação política da gestão de áreas protegidas em Pernambuco, que não foram, ainda, na sua maior parte, implementadas, questiona-se se as unidades de conservação respondem efetivamente, especialmente do ponto de vista da função ecológica a que se destinam, à proteção de áreas sofredoras de um intensivo processo de degradação urbana. Mesmo assim, sem haver, de fato, uma política e um planejamento estratégico de médio e longo prazo, com o intuito real de proteger os ecossistemas, as áreas protegidas passam a ocupar um papel central nos discursos sobre a proteção da natureza, mesmo em áreas urbanas como é o caso do Recife e das cidades circunvizinhas.

Em meio a estes discursos, no imaginário urbano, é ainda possível de observar aquilo que Diegues (2002) identificou como o *mito moderno da natureza intocada*, que consiste em acreditar que a natureza protegida é aquela que não sofre com a “presença humana”, ou seja, aquela natureza que nunca foi ou não é tocada pela mão humana e, portanto, está a salvo de sua ação degradadora.

Muito embora o mito resista, adaptado às especificidades culturais locais, a natureza presente na cidade já foi muito modificada pelo processo que se constituiu em desnaturalizar o território urbanizado. Mesmo resguardando características

---

Grande Recife. No entanto, apesar dos diagnósticos traçados pelos órgãos ambientais, o que se observa é uma degradação descontrolada destes espaços. Há quase dez anos atrás, por exemplo, suspeitava-se que das 40 reservas existentes, três delas já pudessem não mais existir. Em estudo recente, realizado pela SECTMA - Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (PERNAMBUCO, 2001b), órgão ambiental do governo, afirmou que 23 dessas áreas estavam em estado considerado crítico. As reservas ecológicas de Dois Unidos, no Recife, e de Passarinho, em Olinda, são as que mais apresentam problemas, segundo o relatório da SECTMA. Dois Unidos, em função da supressão da vegetação dos seus morros, vem sofrendo com o desmoronamento de barreiras. Passarinho, em função das invasões recentes, teve sua mata reduzida a 30% do tamanho original (ROBALINHO, 2002). O referido estudo da SECTMA, porém, não revelou qual é de fato a condição do bioma de mata atlântica em Pernambuco, principalmente em termos da vegetação ainda existente.

substantivas da vitalidade ecossistêmica e da função ecológica que exerce no funcionamento citadino, a natureza foi e é, permanentemente, transformada, tanto como consequência de uma displicência política, quanto como por uma adaptação às exigências do “mercado verde” que institui a natureza como um produto elitista e seletivo, associado ao bem-estar daqueles que podem acessar uma conduta “ecologicamente correta”.

Como consequência, na maior parte do território das cidades em torno do Recife, o que se concebe como natureza na cidade é, na verdade, a natureza da cidade, ou seja, o que ainda há de “natureza” tende a ser moldada em função do crescimento metropolitano e das transformações do tecido urbano. Em certo sentido, somente a natureza transformada foi integrada à cidade de forma “natural”. Deste modo, os mangues, as matas e os rios, elementos da natureza, acabam sendo significados como paisagem urbana. Hoje, principalmente onde a especulação imobiliária é mais presente, estes elementos são tomados como composição qualitativa dos empreendimentos, e passam a ser designados como um “atributo ecológico do lugar”.

Por outro lado, nas áreas periféricas e marginalizadas da metrópole recifense<sup>6</sup>, os mesmo elementos naturais, antes ligados culturalmente a um *lugar de vida e trabalho*<sup>7</sup>,

---

<sup>6</sup> No Recife não é difícil de encontrar uma população ribeirinha, quase sempre marginalizada, completamente inserida no tecido urbano, mas que vive, por exemplo, da cultura pesqueira artesanal. De certa maneira, considerando os devidos limites, se poderia qualificá-la como “população tradicional”, no sentido do modo de vida e de trabalho que desempenham, na ligação que estabelecem com seu território e no significado que suas práticas assumem, quando vistas de dentro, em relação ao modo de vida urbano. Para citar algumas comunidades importantes, tem-se o Pina, a Ilha de Deus, Ilha do Zeca, Carangueijos, e Tabaiaras. Sobre essas duas últimas áreas, um estudo foi realizado, abordando as complexidades ambientais em assentamentos urbanos no Recife (SILVA, 2004b). Dez anos antes, outro estudo também foi realizado para observar as relações entre as áreas estuarinas e os conflitos urbanos. (BRYON, 1994).

<sup>7</sup> Esta categoria, que Wanderley (2004) utiliza para se referir à população e ao mundo rural brasileiro, consiste na idéia de que laços de pertencimento ligam, através de uma identidade cultural, uma determinada população a sua terra que é também o seu lugar de trabalho. No trabalho citado, Nazareth Wanderley argumenta criticamente sobre uma ruralidade em íntima ligação com o território metropolitano, e como, mesmo assim, é possível identificar um “rural” que resiste e se refaz face às contradições urbanas e às diversidades do mundo rural brasileiro. Este estudo demonstra ainda um interesse relevante em observar estes processos, tendo em vista a construção desta identidade rural, em que o assentamento pede licença à mata, confrontados com um espaço de natureza. Gilberto Freyre, em o Nordeste, discorreu, longa e literariamente, sobre como se dava e no que se transformou a relação da civilização da cana com a natureza, em especial com as águas dos rios e com a mata. Os rios, além do potencial econômico que tinham pelo escoamento da produção do açúcar, eram de onde se tirava parte do alimento

mas destituídos dessa atribuição urbana e mercadológica da natureza, acabam por circunscrever um território de exclusão social e ambiental, a que está submetida, historicamente, uma parcela significativa da população.

## ***2. O objeto, as questões e os objetivos***

Circunscrita ao campo da sociologia ambiental, esta tese aborda a questão da política ambiental e das unidades de conservação no Estado de Pernambuco e o enfoque central coloca acento em duas áreas específicas situadas na Região Metropolitana do Recife. Esta restrição do enfoque é de natureza metodológica, não querendo, com isso, reduzir as políticas ambientais a estes casos específicos, nem influenciando uma generalização da análise da política a partir deles.

Com base na pesquisa de campo, pudemos constatar que essas duas áreas protegidas despertaram interesse social, interesse esse oriundo de classes sociais intimamente ligadas ao sofrimento gerado pela agressão a esses espaços. Esses espaços, que sempre foram objeto de litígio e de manifestações públicas, chamaram à cena, os órgãos públicos, as ONGs socioambientalistas, a imprensa, universidades, lideranças comunitárias e outros. Num horizonte de quase 30 anos, inúmeros conflitos vêm se estabelecendo pelo domínio público dessas áreas protegidas, colocando sempre em questão a postura política dos sucessivos governos e cobrando-lhes uma conduta ambientalmente mais responsável.

As áreas em questão são: a Estação Ecológica de Caetés (ESEC Caetés), unidade de conservação estadual, e a Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa (APA Uchoa), unidade de conservação municipal. Elas se constituíram a partir de processos

---

consumido e representavam, também, freyriamente, lugares de convivência quase "democraticamente" compartilhados entre os da casa grande e os da senzala. Quando os rios ficaram demasiadamente poluídos a relação se inverte e o que era doce vira amargo (FREYRE, 2004).

sociais diferentes em função de suas singularidades. Mas, a partir da análise desses casos específicos, do ponto de vista das relações políticas que foram estabelecidas e são ainda entre órgãos governamentais e os atores sociais locais, é possível perceber como e porque a questão ambiental passou a ocupar um lugar relativo nas estruturas governamentais e como vem constituindo atores sociais relevantes.

Além disso, o estudo dessas áreas abre caminho para uma caracterização do que se poderia entender como um movimento ambientalista local e como ele se insere na institucionalidade governamental, respondendo ativa ou passivamente, crítica ou pontualmente ao problema com o qual lida. Os conflitos, as demandas, as articulações e mobilizações passadas em Caetés e Uchoa colocam essas comunidades num contexto de vanguarda do movimento ambientalista pernambucano que, a reboque dos debates internacionais sobre meio ambiente, especialmente a partir da Conferência de Estocolmo em 1972<sup>8</sup>, passou a se estruturar levando em consideração os problemas locais.

Este trabalho tenta recuperar sociologicamente os percursos políticos e analisar quais são as mudanças sociais que dizem respeito às unidades de conservação (no caso, Caetés e Uchoa), e perceber, como, em certo sentido, elas são a condição ambiental para a existência da natureza e, portanto, como se transformam em um dos principais

---

<sup>8</sup> Nesse período da nossa história, é sabido que o governo militar vinha defendendo uma postura completamente contrária à proteção ambiental. O “milagre econômico” pela substituição de importações e a expansão das fronteiras agrícolas, ambas aliadas ao projeto desenvolvimentista brasileiro, consideravam as preocupações ambientalistas algo irrelevante, ou mesmo um empecilho ao crescimento da economia do país, em busca do pleno desenvolvimento e, com isso, a entrada do Brasil no primeiro mundo das nações. A natureza só era vista como estratégia de proteção das fronteiras e como lugar para os treinamentos de guerra, portanto, utilizada como um espaço de garantia da soberania nacional. Ainda nos dias de hoje o exército mantém núcleos de militares nas fronteiras brasileiras da Amazônia como forma belicosa de demarcação do território brasileiro, a despeito do seu milenar uso por populações indígenas e tradicionais dessas áreas. No entanto, em função das pressões internacionais e como forma de aquietar essas preocupações vindas de fora, os militares se viram forçados a criar instâncias para a regulação e controle ambientais. Foi o que se deu com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada à época ao Ministério do Interior (LIETE LOPES, 2004). Essa foi, talvez, a primeira abertura significativa da burocracia brasileira ao problema ambiental. Essa secretaria criou os espaços, através dos quais foram depois criados os demais órgãos de controle e proteção do meio ambiente. É também a partir deste momento que o ativismo ambientalista (ALONSO, 2007) começa a se estruturar, e em articulação com a criação dessas instâncias burocráticas. Essa articulação ganha novo impulso a partir do período da redemocratização, em meados da década de 1980.

elementos do discurso da proteção ambiental. Se por um lado, as unidades de conservação não dão conta da complexidade da questão ambiental, sobretudo quando ela está ligada a práticas cotidianas estimuladas por um desenvolvimento urbano insustentável, elas representam um avanço importante do campo ambiental. A gestão das unidades, fase em que geralmente os processos são mais complicados porque inexistem, em geral, um investimento governamental, permite, mesmo assim, estimular, transferindo simbolicamente a questão para o ambiente da política, a organização e a mobilização de atores sociais intimamente vinculados à questão ambiental e aos problemas relativos às suas comunidades.

A maneira pela qual as políticas públicas abordam a questão ambiental, sobretudo no que diz respeito à política ambiental para as unidades de conservação na Região Metropolitana do Recife, pode ser um aspecto importante, entre outros que compõem a política ambiental, na análise de como a questão ambiental é introduzida politicamente, isto é, como os problemas ambientais são igualmente problemas sociais. Nesse sentido, é importante uma verificação mais detalhada da ação dos organismos públicos de controle ambiental e ainda das ações dos movimentos socioambientalistas e dos organismos que fazem a mediação entre o governo e a sociedade.

Neste sentido, este trabalho busca compreender como se constituem as tramas sociais do problema ambiental, como os atores se movimentam politicamente e como eles definem e reivindicam seus interesses e qual é o lugar para além do lugar da natureza que eles reservam a ela. Os casos específicos (Caetés e Uchoa), citados anteriormente, servem de casos-limites para o entendimento da extensão prática da política; ou seja, como e até onde suas ações conseguem chegar. Não se está excluindo

deste contexto, e é aí onde a análise se concentra, as relações sociais e políticas que os locais, onde as unidades se encontram, estabelecem com elas.

A abordagem feita acerca da política ambiental em Pernambuco refletiu uma necessidade teórica e metodológica de compreender a relação, e como ela se constituiu, entre as esferas do poder público e as esferas do poder local (DOWBOR, 1999; BOURDIN, 2001) pela expressão que este incorpora a partir da organização (e do discurso) dos atores sociais (ONGs, movimentos sociais, associações etc.) locais, com uma contínua, mas fragmentada, politização dos problemas ambientais e com sua inserção nos espaços da vida social e política. A expressão da política ambiental quando ela transcende sua institucionalidade governamental e passa aos lugares de vida da população envolvida diretamente com problemas ambientais específicos ou gerais, e como ela se apropria dessa política, é um aspecto importante no entendimento do seu poder de abrangência e de conteúdo.

Na observação deste campo híbrido entre os poderes governamentais e da sociedade em torno das unidades de conservação, surgem alguns questionamentos centrais para a tese: Em que medida a política ambiental estimula, reivindica ou se estrutura a partir de valores democráticos, garantindo assim formas eficazes de proteção ambiental? Como se estrutura a ação política para a gestão ambiental, quais atores sociais estão envolvidos e como se relacionam, interferem e participam da construção de tais políticas?

Para responder estas questões é preciso considerar algumas tendências da política ambiental local que constituem uma espécie de paradoxo diante das propostas que as envolvem. Neste sentido, a política ambiental enfrenta sérias dificuldades no que concerne a sua integração às demais políticas públicas, mesmo havendo uma referência

explícita nas políticas de governo ao “desenvolvimento sustentável” (que retórica e conceitualmente denota a preponderância estratégica da dimensão ambiental); apresenta dificuldades técnicas e operacionais, tanto do ponto de vista institucional, isto é, do que compõe a globalidade da gestão, quanto do ponto de vista prático, isto é, da implementação das ações e da realização das demandas públicas. Diante destas condições, a política ambiental apesar de se inclinar a uma complexidade social e política crescente, acaba assumindo uma dimensão extremamente pontual e parcial dentro das prioridades estabelecidas nas ações governamentais.

Recapitulando, os objetivos desta tese são: compreender os processos sociais que fazem constituir a política ambiental; analisar como se estabelecem as relações entre governo e sociedade na definição da política ambiental; e identificar e analisar os possíveis conflitos em torno de questões ambientais. Neste sentido, de um lado, importa observar a ação política governamental, e de outro, a ação política das institucionalidades para além do governo. Isto é, quais são os setores atuantes no processo de construção da política ambiental. De uma maneira ou de outra, estes escalonamentos políticos influem razoavelmente nas estratégias que definem a defesa do meio ambiente tanto como configuram os parâmetros para a constituição de políticas ambientais locais pelo rebatimento que o eco do ambientalismo produz nas diversas camadas de poder em questão.

### ***3. A metodologia***

A estratégia metodológica desta tese é o uso analítico das unidades de conservação selecionadas para a pesquisa como eixos centrais para discussão da política ambiental em Pernambuco. Intenciona-se uma pesquisa que ajude a entender

como as estruturas e os equipamentos políticos são configurados no lugar cuja demanda ambiental se torna presente.

O trabalho de campo começou a ser feito em 2003. Neste momento foram coletados dados pela internet, nos sites oficiais dos governos, nas bibliotecas públicas, no acompanhamento mensal das reuniões dos conselhos ambientais e através de entrevistas com os atores indispensáveis ao processo de construção da política ambiental.

Para a realização de algumas entrevistas<sup>9</sup>, alguns ofícios foram encaminhados aos representantes responsáveis pelas instituições, como forma de registrar o pedido da entrevista e garantir que sua utilização se desse no âmbito da responsabilidade do trabalho da pesquisa.

Da presidência da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) não se obteve resposta direta, mas apenas um encaminhamento para buscar os setores competentes dentro do órgão. O intuito primeiro era conseguir uma entrevista com o presidente da agência para avaliar, sob a perspectiva de seu representante imediato, a forma de condução institucional da política ambiental estadual<sup>10</sup>.

Na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, o atendimento se deu por sua representante, que concedeu entrevista, discorrendo sobre sua trajetória militante na área ambiental, mas apontando para os problemas e conflitos ambientais gerais em pauta na comissão e que quase sempre tinham rebatimento nas políticas de desenvolvimento implementadas pelo Governo do Estado. Com o intuito

---

<sup>9</sup> Lista de entrevistados em anexo.

<sup>10</sup> Somente no ano de 2007, já na fase de conclusão da tese, foi que conseguimos uma entrevista com o atual presidente da CPRH. A entrevista, no entanto, revelou que não houve mudança estrutural ou programática, apesar da recente publicação do Plano Estratégico Ambiental (instrumento da propaganda política do planejamento ambiental da atual gestão), de um governo pro outro, na condução da política ambiental de unidades de conservação em Pernambuco. A ênfase continua a ser dada aos aspectos econômicos do licenciamento ambiental, tornando as políticas ambientais objetos dos efeitos compensatórios dos empreendimentos licenciados.

também de observar quais eram os encaminhamentos dados pelo campo legislativo municipal, foi entrevistado um representante da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores do Recife.

Embora não tenha sido realizada entrevista com representante da Secretaria Executiva de Meio Ambiente da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) foi disponibilizado ao pesquisador livre acesso à biblioteca da instituição e a doação de algumas publicações oficiais do governo, como forma de demonstrar as ações governamentais no campo ambiental em Pernambuco.

Um ofício foi entregue à Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano Ambiental da Prefeitura da Cidade do Recife, mas a entrevista não foi concedida pelo secretário. Com base nesta negação, foi feito contato com a Diretoria Geral de Meio Ambiente (DIRMAM), quando então conseguiu-se entrevistar formal e informalmente, alguns de seus representantes com que já vinha-se mantendo contatos esporádicos durante as visitas exploratórias realizadas na prefeitura, além do diretor geral de meio ambiente e o então gestor da APA Uchoa. Neste momento, entrevistou-se também técnicos da diretoria ligados direta ou indiretamente à APA e às unidades de conservação municipais. A entrevista com o diretor de meio ambiente demorou a ser concedida, embora tivéssemos tido com ele outras conversas informais, em função de sua agenda. No entanto, ela foi muito importante no sentido de obter uma “fala oficial”, apesar de sua reticência, do órgão gestor do meio ambiente na cidade, sobre as questões tratadas pela pesquisa e principalmente sobre os conflitos ambientais identificados em Uchoa. A recente tentativa da prefeitura da estruturação do campo das políticas de unidades de conservação não pode ser vista como

justificativa para sua inação, o que, aliás, é recorrente nos governos anteriores, no campo, mas é um elemento de sua compreensão e análise.

No Ministério Público Estadual, realizou-se entrevista com a promotora de meio ambiente de Recife sobre as audiências realizadas na tentativa de resolver os conflitos em Uchoa que, segundo os moradores, tem sido alvo constante de desmatamentos e incêndios criminosos. Teve-se acesso ao processo preliminar de investigação aberto sobre Uchoa e identificou-se os diversos atores envolvidos, entre proprietários, técnicos da prefeitura e moradores/representantes do Movimento em Defesa da Mata Uchoa, que, com exceção dos proprietários, pela inacessibilidade, indisponibilidade e mesmo ausência nas reuniões, foram alguns entrevistados. A promotora ressaltou, meio decepcionada, a enorme dificuldade e lentidão, o que é comum ao campo, jurídica na resolução dos conflitos ambientais, especialmente quando estes envolvem a propriedade privada da terra. Outro membro do Ministério Público entrevistado para a pesquisa foi o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente, que evidenciou a necessidade de uma atuação coordenada do Ministério Público no campo jurídico-ambiental, mas que ao mesmo tempo, muitas vezes às instâncias jurídicas só são acionadas quando os conflitos tomam proporções maiores, dificultando assim o diálogo entre as partes envolvidas no conflito ambiental.

Foram realizadas entrevistas com representantes de três ONGs, cuja atuação tem sido mais direta com os casos estudados, do campo ambiental em Pernambuco. São elas: a Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) e a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN).

Especialmente as duas últimas foram extremamente importantes para a reunião de fontes para a pesquisa, em função da catalogação que fizeram ao longo dos anos de suas ações nas assessorias às áreas pesquisadas. Essas ONGs socioambientalistas tiveram em grande medida uma importância fundamental no processo que permitiu a defesa da natureza em Caetés e Uchoa. Igualmente foram fundamentais para o entendimento do que se concebe como movimento ambientalista em Pernambuco e de quais os atores estão efetivamente envolvidos nesta dinâmica.

A FASE, durante alguns anos, prestou assessoria ao Movimento em Defesa da Mata Uchoa numa tentativa de profissionalização do movimento, no sentido de obter institucionalmente resultados mais eficientes quanto à proteção da mata Uchoa e ao atendimento da demanda pública pela criação de um parque na área. Este período de assessoria da FASE coincidiu com a eleição petista à prefeitura do Recife, à qual era aliado o Movimento em Defesa da Mata Uchoa, facilitando, até certo ponto, a interlocução tão esperada por ele. Contraditoriamente, essa vinculação foi uma das causas da estagnação atual da demanda do movimento, na medida em que, para acenar com uma intenção de resolver o conflito em questão, a PCR criou um outro, inviabilizando qualquer acordo comercial e jurídico com os proprietários da mata, ao decretar sua propriedade como de utilidade pública para fins de desapropriação, sem ter, no entanto, no prazo previsto, efetuado a referida desapropriação, criando assim um ônus econômico para os proprietários que ficaram impossibilitados, pelo decreto, de dispor de seu bem.

A atuação da ASPAN é fundamental na tentativa de reconstrução histórica do movimento ambientalista tanto em Uchoa quanto em Caetés, já que com elas esteve relacionada em diversos momentos, principalmente em sua fase original. A

participação desta ONG foi decisiva nas fases iniciais das denúncias e dos primeiros diálogos abertos com os órgãos públicos.

A SNE, nos casos tratados, tem sua ação restrita aos conflitos em Caetés, atuando principalmente do ponto de vista técnico, através da capacitação de educadores ambientais, recuperação de áreas degradadas dentro da estação. Sua atuação é menos militante, se concentrando mais na prestação de serviços ambientais, consultorias e execução de projetos públicos ambientais, através da captação de recursos externos, muitas vezes vindos do próprio Governo Federal.

Entrevistou-se também técnicos ambientais da CPRH, lideranças ligadas aos conflitos ambientais em Uchoa e Caetés e a gestora da estação.

Durante a pesquisa de campo (em Caetés e Uchoa), foi fundamental uma aproximação, tanto quanto possível, que pudesse permitir uma relativa “intimidade” entre o pesquisador e os pesquisados. A observação participante foi fundamental para isso, pois permitiu que de forma mais concreta se identificasse os principais problemas que vieram a se constituir como elementos significativos da análise na tese, além, é claro, de poder saber quem eram as pessoas mais interessantes, os informantes, para as entrevistas que viriam a ser realizadas.

Tanto em função desta necessidade de prosseguir com a pesquisa para a realização das entrevistas, quanto por uma questão de escolha na apresentação ao grupo do que se tratava o trabalho (nos contatos iniciais), acabamos por ser identificados pela nossa própria condição profissional. Ora éramos chamados de “o Pesquisador”, ora, como era mais freqüente, “o Sociólogo”.

Esta forma de distinção, realçada pelo próprio grupo pesquisado, era, como pudemos perceber, uma maneira educada de impor determinados limites ao

“desconhecido”, representado pelo pesquisador que não poderia, obviamente, interferir tanto quanto desejasse na vida do grupo. De outra forma, mas complementar a esta, a distinção era também sinal de uma certa relevância, um status diferenciado, atribuída internamente a alguém que vinha de fora, mas que demonstrou um interesse especial, “científico”, de conhecer a realidade social daquele grupo. Principalmente em Caetés, a presença constante de pesquisadores desenvolvendo trabalhos na estação ecológica, deu a essa relação pesquisa-comunidade um sentido habitual, costumeiro.

A referida distinção gerou, é preciso dizer, um adequado conforto ao pesquisador que ao mesmo tempo em que tinha boa inserção no grupo, inclusive no sentido de ser, várias vezes, consultado sobre os problemas relativos à dinâmica interna e de não ter dificuldades na aquisição das informações, tinha também a possibilidade de se manter “afastado” sempre que necessário se fazia uma reavaliação do andamento da pesquisa de campo e dessa relação que vinha sendo estabelecida.

A presença de um pesquisador-sociólogo presente nas reuniões mensais da estação, porém, significou uma novidade para todos, muito mais acostumados com os pesquisadores da área das ciências naturais, principalmente, biólogos, ecólogos e botânicos, além dos “amigos da natureza”, aqueles visitantes habituais cujo interesse era, por exemplo, observar, amadoristicamente, pelo prazer estético, os comportamentos dos animais e das aves, em particular.

O grupo manifestou, então, interesse em saber do que tratava a Sociologia (enquanto ciência), principalmente no que dizia respeito ao seu interesse pela natureza e como a pesquisa que nós pretendíamos desenvolver poderia contribuir para o “melhoramento” da estação ecológica e da comunidade onde ela se encontrava, e se geraria, como resultado, alguma possibilidade política de intervenção social e

econômica dos órgãos públicos. A impressão comum era de que a pesquisa sociológica implicaria necessariamente no estímulo à mudança social, ou seja, na transformação das condições que limitavam a ação do grupo na defesa da natureza e na gestão daquele espaço, assim como, na transformação das condições de precariedade presentes no entorno da área protegida e que causava reflexo, tanto interna quanto externamente.

Com maior frequência e de forma mais sistemática, o procedimento metodológico da observação participante foi aplicado principalmente nas visitas à Caetés. No caso de Uchoa, por não possuir uma gestão “física” do lugar e no lugar, onde se encontra a área protegida, o que nos fez pensar numa gestão “invisível”, as “visitas” foram realizadas à prefeitura do Recife, lugar então que respondia pela administração daquele espaço. Infelizmente, não foi possível uma visita ao lugar, mas apenas em suas imediações. A mata foi vista de longe, pois, segundo relato dos informantes, seria perigoso entrar lá sozinho, não porque a natureza pudesse causar algum incômodo, mas porque se tratava de uma área de risco de violência, e que não recebia qualquer atenção sistemática do policiamento ambiental municipal e estadual, função esta, da brigada ambiental, e da CIPOMA (Companhia de Independente de Policiamento do Meio Ambiente), respectivamente, o que facilitava a ação dos agressores da natureza e dos criminosos.

Neste sentido, em conseqüência desta contingência encarada no trabalho de campo, tanto a busca por informantes, quanto a observação da realidade e da dinâmica de Uchoa ficaram comprometidas. Como uma forma de compensar essa limitação, buscamos nos apoiar em uma série de documentos disponíveis e nos relatos de alguns informantes que passaram a “recordar” o momento em que estiveram relacionados com

o determinando contexto social principalmente na época em que surgiram as primeiras manifestações de defesa da mata Uchoa.

Além dessa dificuldade apontada acima, outras disseram respeito quando a necessidade de acesso à informação se inclinava ao campo burocrático governamental, controlador das informações “especializadas” da política ambiental. Tanto na Prefeitura do Recife, quanto no Governo de Pernambuco, foi muito difícil acessar as informações importantes para a pesquisa. Houve certa indisponibilidade dos principais dirigentes e representantes - referimo-nos aqui aos responsáveis imediatos pela política, as autoridades - no atendimento público e na prestação de informações, especialmente quando o interessado é um pesquisador que não trabalha para as estruturas de planejamento governamentais. Algumas entrevistas fundamentais deixaram de ser feitas por conta disso, e outras só puderam ser realizadas com um atraso que, no fim das contas, acabou por prejudicar uma avaliação mais global da política ambiental, em que pese o papel dessas figuras públicas que por ela respondem.

Outro ponto que precisa ser evidenciado também como uma dificuldade da pesquisa, diz respeito aos meios e instrumentos criados pelas estruturas governamentais para dar mobilidade técnica e operacional à política ambiental, que por vezes carecem e padecem por conta da precariedade de gerenciamento de recursos necessários ao adequado desempenho de seu funcionamento.

Fazemos uma referência direta, aqui, ao COMAM (Conselho Municipal de Meio Ambiente) que vem funcionando sofrivelmente ao longo deste período mais recente. Durante o ano de 2003 e 2004, procuramos acompanhar sistematicamente as reuniões do COMAM, que não raras vezes foram desmarcadas por questões da política interna da prefeitura, ou não puderam ter suas pautas deliberadas por falta de quórum,

problema este muito recorrente. Frequentemente, o conselho teve sua legitimidade questionada pelos seus conselheiros mais críticos, que viam nestas dificuldades, uma tentativa de desmobilização dos interesses ambientais quase sempre antagônicos dos interesses econômicos dos projetos governamentais ou privados que eram submetidos à avaliação e deliberação pelo conselho. Na verdade, a dimensão deliberativa era bem reduzida no sentido de não impedir a “aprovação” dos projetos de interesse da prefeitura, e por incrível que pareça, as questões ambientais eram subestimadas, secundarizadas, dentro do lugar em que, em princípio, deveriam ser centrais.

O acompanhamento sistemático das reuniões do COMAM se deu porque intencionávamos inicialmente como objetivo da pesquisa da tese, estudar a política ambiental do Recife através da análise da dinâmica do conselho ambiental. O pressuposto era que o conselho era o lócus preferencial e se constituía como um ator social relevante do campo ambiental local. De fato, o conselho se constitui como um ator social relevante, porém não protagoniza o campo, que acaba sendo dividido por uma multiplicidade de outros atores, também relevantes, e que estão fora desta estrutura da burocracia ambiental da prefeitura, como é o caso dos representantes da sociedade civil, dos movimentos sociais e ambientais, das ONGs e das associações comunitárias.

Os contatos nas reuniões, ao permitirem perceber esses problemas do cotidiano do conselho, possibilitaram redirecionar o foco da pesquisa. Da relação que se estabeleceu com algumas pessoas participantes do conselho, tivemos a oportunidade de provocar uma sondagem de quais outros problemas seriam relevantes da política ambiental, mas que não eram tratados pelo conselho.

Conforme apontava a Diretoria de Meio Ambiente do Recife, suas propostas de ação se davam em três áreas principais, quais sejam, a regulamentação das unidades conservação; a elaboração da Agenda 21 local; e a elaboração do plano municipal de educação ambiental. Estas duas últimas eram as que se apresentavam de forma ainda muito pouco concreta, o que fez nos dirigirmos à primeira. Daí surgiu a indicação de que seria bastante interessante um estudo sobre a condição das unidades de conservação municipais. No entanto, estudar todas as unidades se tornaria uma tarefa impossível para os limites da tese. Foi só então, depois de uma sondagem mais profunda e do encontro com aquele que se tornou o primeiro informante da pesquisa, tomamos conhecimento da história da APA Uchoa, que ao longo de vários anos vinha pressionando a prefeitura de forma significativa para que esta respondesse pela responsabilidade que havia assumido de gerir a APA, sua única unidade de conservação regulamentada e parcialmente implementada.

Neste momento, depois de feita a escolha por Uchoa para compor o cenário da investigação, tivemos a curiosidade de promover a mesma sondagem no âmbito estadual e chegamos ao conhecimento da existência da Estação Ecológica de Caetés que concentrava, como Uchoa, uma riqueza histórica de mobilização ambiental havia muitos anos e que também era a única unidade de conservação estadual, na Região Metropolitana do Recife que tinha sido constituída, em grande medida, pela pressão do movimento ambientalista local e que vinha ao longo desses mesmos anos estimulando uma articulação com as esferas governamentais, através principalmente da Agência Estadual de Meio Ambiente.

Logo definidas essas áreas, passamos a acompanhar, então, os eventos que lhes diziam respeito, nas condições que foram anteriormente citadas. As entrevistas foram

conduzidas de forma a permitir que se percebesse como os atores construíram sua trajetória social e como eles se vêem no processo e como vêem o processo no qual estão diretamente envolvidos. O critério de seleção dos entrevistados respeitou a sua condição de proximidade e intimidade com a realidade tratada pela pesquisa, tanto quanto isso fosse possível. Procurou-se estimular o entrevistado que ele ficasse o mais possível à vontade para “narrar” seu ponto de vista sobre o assunto.

Em conseqüência disto, surgiram elementos importantes para a pesquisa que não tinham sido devidamente observados ou evidenciados na análise prévia de alguns documentos oficiais ou em matérias jornalísticas. Salientam-se, como exemplo, as contradições internas da política ambiental estadual e municipal e sua dificuldade de planejamento e eficiência, as relações de poder e os conflitos que estavam postos, e os antagonismos próprios do movimento ambientalista local.

Foram feitas cerca de 30 entrevistas semi-estruturadas em tópicos e questões centrais. As entrevistas duraram entre 30 e 60 minutos e foram em sua maioria gravadas em meio digital, sendo depois transcritas, algumas de forma literal, outras, considerando-se os trechos e falas mais importantes. A transcrição resultou em mais ou menos 130 páginas de material para análise, além da coleta de dados dos documentos jornalísticos, governamentais ou não-governamentais, que compunham, com as anotações de campo, o *corpus* da pesquisa.

#### ***4. Os capítulos***

A tese esta dividida em cinco capítulos.

No Capítulo I, fazemos uma discussão teórica sobre a sociologia ambiental e suas relações com os estudos sobre política ambiental e unidades de conservação.

No Capítulo II, o enfoque é dado aos aspectos relativos ao contexto pernambucano, especificamente, às relações sociais e políticas que tornaram possível a abertura das estruturas de governo como gestor do meio ambiente.

No Capítulo III, procuramos analisar a importância e o significado do movimento ambientalista em Pernambuco, especialmente no que diz respeito a sua participação na criação de unidades de conservação.

No Capítulo IV e V, os casos do estudo serão expostos buscando-se uma narrativa que respeite seu cronograma histórico e a importância dos acontecimentos que tornaram relevante a ação dos movimentos locais na defesa dos interesses ambientais.

As Considerações finais oferecem ao leitor uma síntese do trabalho, relatando, especialmente, as possibilidades e expectativas do futuro para os lugares estudados, segundo a experiência daqueles que estão intimamente envolvidos com os processos sociais que permitem um sentido às suas vidas.

## **Capítulo I**

### **Sociologia Ambiental**

A sociologia ambiental é um campo de produção de conhecimento que vem tomando impulso mais fortemente desde a década de 1970, em consequência das preocupações que se acentuaram em torno da degradação ambiental vinculada ao processo de desenvolvimento do capitalismo e do industrialismo.

Esse campo pertinente à relação das sociedades com as naturezas passou a buscar explicações mais razoáveis que justificassem a hipótese de que as idéias de progresso e desenvolvimento estampadas no processo civilizatório moderno traziam para a humanidade sérios riscos que comprometiam, inclusive, a própria vida dos seres humanos.

O próprio sistema produtivo do modelo econômico dominante precisava, portanto, ser revisto, considerando as ações mínimas que garantissem sua sustentabilidade ao longo prazo e que não impusesse à natureza uma postura de irracionalidade econômica, o que implicava vê-la como fonte inesgotável de recursos naturais.

O aprofundamento neste campo exigia dos sociólogos ambientais um empenho articulado na busca de estratégias analíticas para o estudo de contextos sociais que eram até então estranhos ao campo tradicional da sociologia (ASPE, 1990). Neste sentido, as abordagens da sociologia ambiental surgiram tardiamente, bem após as intervenções intelectuais propostas por outros campos de produção do conhecimento, como a biologia, a ecologia, a economia e a geografia. Temas profundamente controversos que existiram no período de surgimento e desenvolvimento da sociologia

(determinismo geográfico, peso do meio ambiente nos ritmos e modos de existência societária, além da própria necessidade de definição sobre o que era o campo de análise e atuação do sociólogo) afastaram, por muitos anos, a sociologia das discussões ambientais e ecológicas, por entender isso como diminuição do ser social.

No início dos anos de 1970, quando a questão ambiental passou a ocupar mais espaço na comunidade acadêmica internacional, os sociólogos não dispunham ainda de um corpo teórico para tratar dos temas ambientais (HANNIGAN, 1995). Essa dificuldade, de certa maneira, favoreceu uma visão marginal da sociologia ambiental pelos demais campos da sociologia.

A questão ambiental era vista como secundária diante das preocupações sociológicas com o processo de modernização das sociedades, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, embora tenha a sociologia se firmado como ciência social, muitas vezes fazendo uso de analogias conceituais com as ciências naturais (BUTTEL, 1992), mantinha ainda forte receio de uma aproximação mais “íntima”, com aquilo que considerava próprio de outro campo particular de investigação: a natureza. Para se considerar como uma ciência autônoma, a sociologia tinha então que evitar qualquer tipo de envolvimento interdisciplinar que dificultasse seu próprio destaque teórico-metodológico.

Nesta perspectiva, os estudos que dão contribuições relevantes à sociologia ambiental, tanto fora (BUTTEL, 1987, 1992, 2000; ASPE, 1999; RUDOLF, 1998; GOLDBLAT, 1996) como dentro do Brasil (FERREIRA, 2001, 2002, 2004; LENZI, 2006, 2007) demonstram uma busca por um caminho alternativo, sem deixar de perceber a importância das perspectivas teórico-conceituais indispensáveis, em toda produção sociológica baseada na perspectiva dos clássicos, que se debruce

analiticamente sobre a vinculação da natureza na formação dos processos e das estruturas sociais.

O debate da sociologia ambiental com a sociologia clássica é bem extenso e seu arcabouço teórico e metodológico inevitavelmente influenciou a construção deste novo campo sociológico. Mas, como não é interesse deste trabalho uma discussão detalhada sobre estes aspectos, é importante ressaltar que, ao tentarem definir o campo de atuação da sociologia ambiental, seus teóricos promoveram uma discussão sobre qual é a contribuição da sociologia clássica figurada na sua trilogia mais conhecida, Marx, Durkheim e Weber, e, como, a partir disso, a teoria sociológica contemporânea recebeu a sociologia ambiental dentro de suas principais abordagens (LENZI, 2006).

Há um destaque, sobretudo, para o fato de que a sociologia clássica teve sempre uma dificuldade grande de lidar com os temas relacionados à ecologia. Isto ocorreu devido à forte ênfase antropocêntrica, numa tentativa clara de definir uma epistemologia e uma ontologia próprias à sociologia, evitando, portanto, um contato mais próximo com as ciências da natureza, não significando, no entanto, que houvesse, por parte dos sociólogos clássicos, uma ignorância da importância que o meio biofísico exercia na vida em sociedade.

A tradição sociológica clássica, e mesmo a contemporânea, de uma maneira geral, se firmaram como uma empresa que buscou explicar as causas e conseqüências dos acontecimentos sociais no mundo moderno, pelo entendimento que pressupunha ter sobre os efeitos da industrialização e do capitalismo e seus rebatimentos na vida social dos indivíduos, ou ainda sobre que perspectiva seria mais conveniente abordar as relações sociais, ou de um ponto de vista individualista, ou de um ponto de vista

coletivista, se pelas ações microsociais, se pela estrutura social. Assim, a sociologia se divide em suas diversas correntes, mas geradora de um quadro bastante estimulante para as discussões sobre as possibilidades da mudança social (no caso da sociologia ambiental, a mudança ambiental), de saída para a crise social, epistemológica e ontológica das ciências, e para a crise existencial sempre presente na vida humana.

A visão sociológica do desenvolvimento foi muito reticente em interpretar os impactos dos processos sociais capitalistas pelo viés da degradação ambiental da natureza (GOLDBLAT, 1996), talvez pelo seu ressentimento histórico com as ciências naturais, pelo seu objetivo amplamente discutido de torná-la uma ciência autônoma e capaz de explicar o sentido da vida social, ou os fatos sociais complexos, independente de suas vinculações com o mundo não social. Sob tal perspectiva a teoria sociológica precisaria revisitar a epistemologia que as liga aos padrões atuais de desenvolvimento e tecnologia, assumindo, sem receio axiológico demasiado, uma conduta (ou um hábito científico) mais propositiva em relação à construção (também cognitiva) de uma sustentabilidade socioambiental, que não tenha só como foco a dimensão natural da natureza, nem só a dimensão social da sociedade, mas a hibridez desta multiplicidade que é um aspecto extremamente relevante da constituição imaginária-real da vida social (CASTORIADIS, 1982).

A inserção deste debate atenta para a necessidade de entender as falhas nos processos de desenvolvimento do capitalismo e compreender porque a degradação ambiental continua a assumir proporções insuportáveis, remodelando o comportamento social e redefinindo os hábitos que conformam as ações sociais dos grupos humanos.

Em meio a estas preocupações contextuais, são perceptíveis três momentos constitutivos do movimento teórico da sociologia ambiental: o primeiro diz respeito à

fase de formação, em que sociologias específicas, como a do desenvolvimento, a urbana, a de comunidades, a dos movimentos sociais, e especialmente a sociologia rural<sup>11</sup> (JOLLIVET, 1989, 1993) passaram a contribuir com a sociologia ambiental; o segundo momento diz respeito à fase de constituição de um núcleo teórico próprio, embora diversificado, que girava em torno, principalmente, da produção de alguns sociólogos ambientais, como por exemplo, Catton, Dunlap, Schnaiberg, Buttel, Redclift, Harteley, Chapman, Yearley, Hannigan e outros. Vale ressaltar que nesses autores, respeitando a tônica de seus enfoques, estavam presentes tanto as dimensões realistas quanto às dimensões culturais da problemática ambiental. O debate teórico entre essas dimensões é recorrente não só nos quadros da sociologia ambiental, mas principalmente, no da sociologia geral, em que pese suas discussões epistemológicas e filosóficas. O terceiro momento diz respeito à fase de diversificação e de maior incorporação do corpo teórico da sociologia geral. Nesta etapa, houve uma forte influência da sociologia contemporânea, estimulando uma ênfase maior nas perspectivas culturais e subjetivas das relações sociais (BUTTEL, 1987, 1992, 1996, 2001; FERREIRA, 2001). Esta fase abriu caminho para as abordagens que tratavam da questão ambiental como um problema socialmente construído, que dependia, portanto, do modo como era compreendido pelos atores envolvidos diretamente com o referido contexto social (HANNIGAN, 1995).

---

<sup>11</sup> Na França, no âmbito acadêmico, as observações desse contexto de convergências e divergências entre o rural, o urbano e o meio ambiente (natureza), permitiu o surgimento de um vasto campo de pesquisas sociológicas e multidisciplinares. Foi nesta onda emergente de preocupações que surgiu, por exemplo, o LADYSS<sup>11</sup>, que tem entre seus intuítos, o desejo de observar como a relação ser humano/ natureza pode ocupar um lugar de destaque nas pesquisas sociais. Um programa de pesquisa definido neste laboratório pode ser claramente situado no âmbito da sociologia ambiental. O Laboratoire de Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Laboratório das Dinâmicas Sociais e de Recomposição dos Espaços), através de suas diversas linhas de pesquisa, articula pesquisadores e alunos de quatro universidades francesas, Paris I, Paris VII, Paris VIII e Paris X, vinculando-se também ao CNRS (Centre Nationale de Recherche Scientifique (Centro Nacional de Pesquisa Científica).

Neste sentido, este trabalho está circunscrito à abordagem sócio-construtivista da sociologia ambiental por entender que é essa uma forma de perceber como os atores sociais estudados se incluem no problema ambiental com o qual se articulam. O modo como esses atores constroem a sua realidade do problema ambiental fornece à tese, que pretende compreender os processos sociais que definem a política ambiental, os elementos que permitem a crítica dessa política.

Esta categoria se baseia no conceito de construção social da realidade de Berger (1998) e construtivismo ambiental de Hannigan (1995), para analisar como os atores sociais reconhecem e admitem a existência do problema ambiental, estimulando o debate sobre o tema.

A escolha por uma abordagem sócio-construtivista do problema ambiental não ignora a condição objetiva (real) do problema. Mas o interesse está justamente em compreender como a construção social de realidades permite tornar o problema ambiental objetivo, real.

Existe um debate entre realistas e construtivas sociais, suas convergências e divergências, que atravessam a sociologia ambiental, sobre o qual, no entanto, este trabalho não vai se debruçar. Atualmente, parece existir um consenso de que as duas abordagens, quando reunidas, podem trazer importantes contribuições para a sociologia ambiental. Esta síntese é proposta por essas correntes, especialmente em suas versões menos radicais<sup>12</sup>, com maior peso, no entanto, para aquelas que se vinculam ao construtivismo social, como, por exemplo, a sociologia ambiental de Hannigan (1995).

---

<sup>12</sup> Sobre essa discussão ver também GUIVANT (2002), que mostra inclusive como isto foi apropriado pela sociologia contemporânea de Ulrich Beck e Anthony Giddens, especialmente.

Enquanto os realistas mais radicais defendem a existência objetiva dos problemas ambientais, independentemente da forma com as atores sociais os percebem, os construtivistas sociais mais radicais centram-se na representação social desses problemas, não dando igual importância à verdade sobre eles, mas como são definidos e que significados recebem de diversos grupos e atores sociais.

Neste sentido a perspectiva construtivista da sociologia ambiental referida acima, se propõe a entender como as pessoas atribuem significados a seus mundos. O trabalho da sociologia ambiental, baseado na perspectiva de Hannigan, implica, então, em analisar como os problemas ambientais são formulados, apresentados e contestados, partindo do princípio que são considerados legítimos e reconhecidos como reais.

Hannigan identifica pelo menos três vantagens da abordagem construtivista social em relação a outras formas de abordagens teóricas para tratar do problema ambiental. A primeira vantagem é a de que se centra nos processos políticos, sociais e culturais através dos quais as condições ambientais são definidas como sendo inaceitavelmente arriscadas e, portanto, litigáveis (contestáveis). Neste sentido, isso não significa dizer que essa formulação social dos problemas ambientais nega a sua realidade objetiva. Portanto, essa formulação não desconsidera os poderes causais independentes da natureza (as condições biofísicas), mas defende que a ordenação destes problemas pelos atores sociais nem sempre corresponde diretamente à necessidade real (da natureza em si) (HANNIGAN, 1995:45).

A segunda vantagem é que esta abordagem reconhece até que ponto os problemas e soluções ambientais são produtos finais de um processo de definição social, legitimação e negociação, nas esferas públicas e privadas. Uma outra vantagem identificada por Hannigan admite que a abordagem construtivista social estabelece o

estudo de assuntos ambientais num paradigma sociológico distinto. Sem negar a gravidade das ameaças que o planeta enfrenta e sem adotar a ideologia centrada no crescimento que caracterizou a corrente principal da sociologia no passado, deve buscar uma otimização entre o conhecimento ambiental, os riscos e os problemas ambientais como socialmente integrados.

Quem primeiro propôs uma mudança paradigmática nos estudos da sociologia ambiental foram Catton e Dunlap com sua proposta do Novo Paradigma Ecológico, em contraposição ao Paradigma Social Dominante, também conhecido como o “Human Exceptionalism Paradigm”, o Paradigma da excepcionalidade humana (CATTON, 1998). A idéia era superar as divisões no âmbito da teoria sociológica, dando a sociologia ambiental um *status* teórico relevante.

A sociologia ambiental de Catton e Dunlap foi construída em torno de várias noções interrelacionadas: primeiramente, os problemas ambientais e a inabilidade da sociologia convencional de relacionar esses problemas a visões de mundo cujo conhecimento estivesse envolvido com as bases biofísicas da estrutura social e da vida social; em segundo lugar, as sociedades modernas são insustentáveis porque utilizam inadequadamente os recursos finitos e os combustíveis fósseis, além do que a natureza é capaz de repor, incompatível com o crescimento populacional exacerbado; em terceiro lugar, o aumento da vulnerabilidade ecológica e a exacerbação dos problemas ecológicos globais; quarto, a moderna ciência ambiental afirma que a crise ecológica só pode ser revertida se houver um maior ajustamento e adaptação das necessidades humanas; quinto, o reconhecimento das dimensões da crise ambiental favorece ao paradigma ecológico como substituto do paradigma da excepcionalidade humana; e

sexto, esse novo paradigma ecológico deve ser engendrado por todos, pelo público e pelos cientistas (BUTTEL, 1996).

Este paradigma defendia uma abordagem menos antropocêntrica e mais ecocêntrica, incorporando aos estudos dos processos sociais uma visão mais completa do contexto da biosfera. Embora, Catton e Dunlap tenham admitido mais tarde que não conseguiram levar a cabo esse propósito, essas suas idéias permanecem presentes até hoje como orientadoras do campo do conhecimento ambiental. Mesmo as perspectivas socioconstrutivistas não ignoram a importância da base material da biosfera, o que Buttel chamaria de “materialidade”, nas formas de significação do mundo natural.

Para teóricos da sociologia ambiental, como, por exemplo, Leff (2001), a adoção da categoria construção social da realidade, ou mais especificamente, no caso ambiental, a construção social dos problemas ambientais (HANNIGAN, 1995), remete mais profundamente a sua apropriação pela sociologia ambiental do conhecimento. Esta ciência, segundo suas palavras, estudaria “a transformação das ciências ao serem problematizadas pelo saber ambiental” (LEFF, 2001)<sup>13</sup>. Esta categoria permite a abordagem sobre argumentos que dão sentido às práticas socioambientais<sup>14</sup> e como

---

<sup>13</sup> O saber ambiental, segundo Leff (2001), é um processo ainda em gestação. Em todo caso, compreende o conhecimento que é construído sobre o ambiente e das análises variadas que podem ser feitas da relação sociedade-natureza, considerando os esquemas epistemológicos da sociologia ambiental do conhecimento, a partir da leitura que o autor desenvolve, como, por exemplo, racionalidade ambiental. Ver também Leff (2002), sobre a idéia de epistemologia ambiental.

<sup>14</sup> Neste caminho Leff propõe a categoria de racionalidade ambiental para entender esses processos. Para ele, a construção da racionalidade ambiental aparece, ao mesmo tempo, como um processo de produção teórica, de desenvolvimento tecnológico, de mudanças institucionais e de transformação social. No entanto, entre as disciplinas das ciências sociais, especialmente, a sociologia é ainda a mais resistente a transformar seus paradigmas de conhecimento e a abrir seus temas privilegiados de estudos com relação à problemática ambiental. Por isso, ainda não se constitui a sociologia ambiental, uma especialização, relativamente recente da sociologia, entendida como um campo temático, conceitos e métodos próprios, capaz de abordar as relações de poder nas instituições, as organizações, as práticas, os interesses e os movimentos sociais que atravessam a questão ambiental (LEFF, 2002). Com o intuito de superar essas limitações da sociologia ambiental, Leff propõe, através de uma revisão das teorias sociológicas, três categorias analíticas que podem favorecer a construção do conhecimento. Baseado nos conceitos de formação socioeconômica de Marx, de racionalidade de Weber, e de saber em Foucault, argumenta a favor das idéias de uma formação socioambiental, de uma racionalidade ambiental e de um saber ambiental. Aqui o que importa reter desta discussão é que, estes conceitos definidos por Leff, especialmente os dois últimos, são conceitos que permitem uma identificação mais imediata, no âmbito dialógico do campo ambiental, dos atores sociais que se envolvem com as questões ambientais, sejam elas, globais ou locais. Como argumenta este autor, estas categorias permitem refletir sociologicamente sobre o movimento ambientalista, como um dos temas privilegiados do campo ambiental. Na nossa pesquisa, o movimento

elas alimentam e retro-alimentam uma produção do conhecimento ambiental (LEFF, 2001; 2002).

Hannigan identifica que são necessários alguns elementos para a construção bem sucedida de um problema ambiental: a primeira seria a validação das demandas por uma autoridade científica reconhecida; o segundo aspecto é a existência de propagadores do problema que estabeleçam a ligação entre os cientistas e os ambientalistas; o terceiro ponto é a atuação dos meios de comunicação no apoio à legitimação do problema; o quarto ponto seria a capacidade de dramatização do problema em termos simbólicos e visuais; o quinto aspecto, recursos econômicos utilizados no financiamento da causa; e o sexto e último aspecto, a emergência de uma liderança institucional que pudesse assegurar legitimidade e continuidade na busca de soluções do problema (HANNIGAN, 1995: 74-77).

O nascimento da sociologia ambiental teve uma relação estreita com os períodos cruciais de desenvolvimento da ecologia e das ciências do meio ambiente, e também com a tomada de consciência pública dos problemas ambientais e pelos grupos conservacionistas, ecologistas e ambientalistas, grupos estes que passaram a constituir o movimento ambientalista (também denominado por movimento verde), espalhado ao redor do mundo na defesa da causa ambiental (VAILLANCOURT, 1996).

Os novos movimentos sociais de contestação, surgidos na década de 1960 e que questionavam fortemente o modelo civilizatório dominante se tornaram um excelente espaço para os estudos e as intervenções sociológicas. Muitos desses movimentos acenavam sua crítica com um discurso fortemente baseado na ecologia profunda, numa clara postura de antagonismo radical aos padrões civilizatórios e de consumo impostos

---

ambientalista, como procura argumentar, é um processo articulado do campo, polarizando com as políticas de governo, os limites e possibilidades da política ambiental.(LEFF, 2001; 2006).

pela economia moderna e reproduzidos socialmente (MAC CORMICK, 1992; FERREIRA, 2001).

Buttel (2001) afirma que a sociologia ambiental foi fundada na esteira da mobilização do movimento ambientalista moderno. A questão que se punha, segundo ele, era saber qual era a natureza mesma desse movimento e qual sua relação com as instituições sociais responsáveis ou não pela degradação ambiental.

Ao contrário do que se pode pensar, o movimento ambientalista não começou a ser estudado pelos especialistas em movimentos sociais, mas sim, pelos sociólogos ambientais, que viam nesse ator um forte elemento da crítica ao problema ambiental e de uma crítica mais dirigida também à conduta do Estado como facilitador ou mesmo gerador dos impactos negativos locais ou globais da degradação ambiental sobre as sociedades, especialmente na medida em que criava condições favoráveis à expansão econômica e ao aumento dos custos sociais e da pobreza pela acumulação do capital privado (BUTTEL, 2001).

Diante deste quadro, esta tese trabalha com uma idéia de um ambientalismo político (VIOLA, 1998; LEIS, 1999), no sentido de certa influência do movimento ambientalista na institucionalização da política ambiental, que produz um campo ambiental, conduzindo às orientações para a definição das políticas. Assim, pressupõe um tipo de ambientalismo que se coloca decisivamente no campo político exprimindo as condições a partir das quais o meio ambiente deve ser tratado. É o momento em que a natureza passa a ser percebida de um outro jeito, com atributos políticos, econômicos, sociais e culturais, e não só biológico, ecológico ou ecossistêmico, separadamente. Essa percepção diferente da natureza procura fazer e estimular um contraponto com visões leigas ou científicas que insistentemente colocaram-na no

“reino das necessidades”, em um mundo fora da cultura, estabelecendo com ela uma relação claramente positivista, utilitarista e instrumental que estiveram e estão presentes em abordagens científicas.

O que, essencialmente, os sociólogos ambientais passaram a criticar era a insustentabilidade dessas condutas utilitaristas em relação aos “recursos” disponíveis da natureza e o aumento descontrolado dos níveis de incerteza social. Por outro lado, esta postura crítica (por vezes ideológica) indicava também um baixo nível de capacidade de teorização sobre o movimento ambientalista (BUTTEL, 2001).

Antes do processo de sistematização da sociologia ambiental no Brasil, este campo já se firmava como uma prática científica solidificada principalmente nos Estados Unidos<sup>15</sup> e em parte da Europa Ocidental (FERREIRA, 2002), como na França<sup>16</sup>, por exemplo (ASPE, 1999; JOLLIVET, 1989, 1993; KALOARA, 1993; HAINNARD, 1992). A sociologia ambiental brasileira foi, portanto, influenciada por um referencial vindo de fora (BUTTEL, 1987, 1992, 1996, 2000, 2001; CATTON, 1998; HANNIGAN, 1995). Mas ela se legitimou, não só pela importância dos estudos empíricos que desenhava, como também pelo esforço de se proporcionar um lugar adequado dentro das ciências sociais (VIEIRA, 1993).

---

<sup>15</sup> Na década de 1970, por exemplo, a *Rural Sociological Association*, a *Society for the Study of Social Problems* e a *American Sociological Association*, formaram grupos de sociologia ambiental.

<sup>16</sup> É preciso dizer que, não somente na França, mas em diversos outros lugares onde há uma produção sociológica ambiental, que este campo é, como assinalou Marcel Jollivet (1993), ainda um campo de pesquisa em formação. Apesar dos esforços empreendidos, as pesquisas sobre meio ambiente se apresentam muito mais como uma lista de temas diversos do que como um conjunto unido metodologicamente. A sociologia ambiental surgiu mais ou menos no mesmo momento em que os problemas ambientais começaram a ser discutidos publicamente. Até a década de 1970, as ciências sociais quase não dispunham de conceitos, paradigmas e teorias centradas na relação ser humano-natureza. Esta relação nem era mesmo formalizada como um problema científico. As ciências sociais podem favorecer a compreensão e a explicação dos fenômenos e dos problemas ambientais pondo em evidência suas dimensões políticas e culturais; e situar as representações sociais, articuladas a práticas e comportamentos e de descrever os mecanismos sociais inerentes aos modos de produção socioeconômicos e suas incidências no meio ambiente (HAINNARD, 1992). Os problemas de que trata a sociologia ambiental se situam na ordem da relação entre os seres humanos e a sociedade, de um lado, e de outro, o meio ambiente. Seu campo de estudo, segundo a sociologia ambiental francesa, se articula em torno de três principais eixos, quais sejam as causas dos problemas ambientais; as reações sociais desses problemas; e o desenvolvimento de estratégias sociais e políticas para resolvê-los (LEROY, [s.a.]).

Em algumas universidades do sul e sudeste do país, o problema ambiental entendido também como problema social estimulou a reflexão sociológica, e constituiu, com base numa perspectiva interdisciplinar, o que se passou a chamar de sociologia ambiental brasileira<sup>17</sup>. Através de um esforço coletivo, de professores e ambientalistas, articulado entre o movimento ambientalista de caráter fortemente crítico e contestador e a carreira intelectual à qual estavam vinculados e que lhes permitia, assim, colocar o problema num campo de poder legitimado pelas próprias estruturas do Estado que era objeto de crítica pela responsabilidade de ser um competente agressor ambiental.

Esse esforço da construção da sociologia ambiental no Brasil se inscreve num esforço maior das ciências sociais (VIEIRA, 1993, 1995; LOUREIRO, 2000; MORAES, 2002) na produção de um conhecimento aberto à problemática ambiental (LEFF, 1993).

A experiência da sociologia ambiental no Brasil ganhou impulso a partir da década de 1990 com o acontecimento que marcou o cenário brasileiro na política ambiental internacional, a Eco 92<sup>18</sup>, realizada no Rio de Janeiro. Este evento, aliado à jovem reabertura democrática brasileira, legitimou o país, detentor da maior

---

<sup>17</sup> Referimo-nos aqui especialmente, ao grupo de intelectuais e ambientalistas que formaram o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAM, da UNICAMP. A história do NEPAM reflete bem essa dinâmica simbiótica entre a academia e sua produção do conhecimento e a militância socioambientalista manifestante de práticas sociais contestatórias, à medida que uma nova realidade emergia e tomava corpo através da questão ambiental.

<sup>18</sup> A Rio 92 foi um dos mais importantes eventos mundiais sobre a diversidade socioambiental da Terra, cujo impacto, do ponto de vista das relações internacionais e das orientações políticas globais e do ponto de vista cultural, com o alerta para as comunidades espalhadas pelo mundo, chamou à atenção para a urgente necessidade de preservação dos recursos naturais e para o seu iminente esgotamento. Mesmo assim, não se observou, durante os anos seguintes, significativas mudanças no processo de uso da natureza, associado a níveis decrescentes de desenvolvimento humano, principalmente em países do terceiro mundo, como o Brasil; os mais críticos afirmam que a devastação ambiental e o uso inadequado dos recursos ambientais têm se acentuado dia-a-dia, na contra mão da resistência de grupos ambientalmente organizados. Foi isto que ficou constatado na Rio + 10, realizada em Johannesburgo, na África, em 2002, numa tentativa de avaliação do problema desde a Rio 92: uma relativa estagnação da questão ambiental, especialmente no que diz respeito às práticas políticas de preservação. A despeito de todo avanço discursivo no campo político tem se observado permanentes demonstrações de degradação ambiental e do patrimônio biocultural. O Brasil é um exemplo, com o processo contínuo de desmatamento dos seus biomas e da urbanização desequilibrada de suas cidades.

biodiversidade planetária, nas discussões globais sobre a questão ambiental e o futuro do planeta e permitiu a formação de um quadro acadêmico que se espalhou de norte a sul do país<sup>19</sup>.

O marco da sociologia ambiental brasileira pode, então, ser vinculado também, sem dúvida, à ascensão do movimento ambientalista e ao seu reconhecimento político, como prática contestatória e crítica ao capitalismo. E apesar da nossa história do movimento ambientalista ser mais ou menos contemporânea dos nossos amigos do norte, esse descompasso inicial, em relação à construção de uma sociologia ambiental, pode em parte ser explicado pela repressão da ditadura brasileira que inibia a ação de movimentos contestatórios e pela pouca articulação social à época em torno dessa demanda reprimida.

No entanto, é partir das discussões sobre o movimento ambientalista que a sociologia ambiental brasileira começa a se constituir como um campo científico de conhecimento e prática social, estabelecendo-se a partir da crítica aos padrões e conseqüências do subdesenvolvimento capitalista no país, que considera insustentáveis, gerando altíssimos níveis de desigualdade e pobreza. Vinculado a estes padrões observa-se um crescimento populacional intenso, um processo desordenado de urbanização e pauperização do campo, uma degradação progressiva da biodiversidade e uma tecnologia excludente e extremamente poluente.

---

<sup>19</sup> Há outros grupos ambientais já organizados no Brasil a partir de meados da década de 1980, como é o caso do grupo de Pós-Graduação em Ciência Ambiental e no Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil (NUPAUB), da USP; o Programa Pós-Graduação de Ciências Ambientais da UFSC, que junto ao NEPAM são os pioneiros no Brasil; o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da UnB; o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Umido do Núcleo de Estudos Amazônicos da UFPA; o Programa de Ecologia Social da UFRJ; o Programa de Sociologia da UFRG; o Programa de Doutorado em Meio e Desenvolvimento da UFPR; o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFF; o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG; o mestrado em Gestão Ambiental, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE e Coordenação Geral de Estudos Ambientais e da Amazônia da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, entre outros.

A sociologia ambiental, assim denominada como um campo específico, cônica das abordagens tradicionais da sociologia em que pesem seus estudos sobre industrialismo e desenvolvimento, incorpora ao seu debate sobre a proteção ambiental elementos que fazem uma vinculação necessária com a rede de constituição da vida social. Assim, a democracia e a cidadania, articulam o debate sobre a questão ambiental dando a ela um tom à sua importância social.

Deve haver certamente especificidades importantes a serem observadas nesse campo, sem desconsiderar a qualidade intelectual interdisciplinar do meio ambiente, por sua condição complexa e interdependente, o que envolve certa necessidade de síntese. Mesmo a sociologia ambiental, ao considerar a condição interdisciplinar do meio ambiente, não o estuda na sua totalidade. Ela recolhe determinadas visões sobre a natureza, numa tentativa de trazer ao debate sociológico algo que foi deixado para trás pela produção do conhecimento da sociologia que se baseava nos estudos clássicos e contemporâneos sobre o industrialismo e também para incorporar ao debate sobre a natureza a necessidade de integrá-la ao campo da democracia, da justiça e da cidadania, e, portanto, buscando um novo caminho para a reunião entre o ser humano e a natureza.

Considerando a amplitude do campo teórico da sociologia ambiental, adota-se uma abordagem que se dá exatamente no sentido de oferecer uma crítica do processo civilizador que fomenta sociedades que se implicam objetiva e subjetivamente nos mecanismos de sua destrutividade. Ou seja, o encaminhamento dado pelo modelo civilizacional acumula em seu bojo elementos suficientes para considerar que a natureza, compreendida como base de recursos que permite a produção e a reprodução da sociedade, não pode mais ser vista, como antes o era, pela sua inesgotabilidade.

Esta tendência auto-destrutiva das sociedades modernas põe em questão as estratégias idealmente defendidas pela proposta de “desenvolvimento sustentável” (MONTIBELLER-FILHO, 2001) que, em tese, pretende vislumbrar a possibilidade de aliar conservação e preservação da natureza para permitir o acesso à vida aos seres humanos do futuro e uma melhor qualidade de vida aos presentes.

Numa dimensão aliada, a crítica sociológica se inclina à observação e análise da emergência de novos atores sociais e de novos movimentos sociais ligados à questão ambiental (FERREIRA, 1996, 1999, 2001). Esta emergência vem gerando frutos significativos no modo como o problema é tratado politicamente desde fóruns globais mais importantes provocados pela mobilização ambientalista (HERCULANO, 1996) como, dentre outros, a Conferência de Estocolmo em 1972, a ECO-Rio em 1992 e a Conferência de Johannesburgo em 2002 (GUIMARÃES, 2001), o que provoca na modernidade a necessidade de um maior comprometimento ético (JONAS, 2006) com a crise ambiental (TAVOLARO, 2001) em escala global, permitindo que a discursividade ambientalista (LEFF, 1993) se institucionalize mais fortemente no campo político.

Ao passo que se reconhece a dificuldade prática de lidar com o problema ambiental dada sua complexidade e ao jogo de interesses e conflitos em cena, a política ambiental, se revela em um dado momento em uma prática discursiva, o que alimenta o “fazer” da política ambiental. Tratá-la também como prática discursiva e não só como uma prática conflituosa não significa diminuí-la ao sentido que o termo discurso assume vulgarmente (como que deslocado da realidade, como retórica vazia), mas sim perceber como uma nova forma de falar e de tratar velhos problemas sociais assume

uma dimensão original e genética, que costura diversas realidades complexas, a partir da qual será possível pensar e propor novas soluções (e criar outros problemas).

Entender os processos sociais dos conflitos ambientais e das políticas em meio a um campo discursivo, como o lugar, além do lugar físico onde se dão os eventos ambientais é assegurar que o *locus* ambiental da política é permeado por uma discursividade que incorpora uma linguagem apropriada à interpretação dos processos de construção de políticas ambientais.

No entanto, as políticas ambientais sofrem resistências para absorver a capacidade “revolucionária” de um ambientalismo mais crítico e menos radical diante dos disfarces e da força do desenvolvimento e da política conservadora, muitas vezes usuárias do simulacro da sustentabilidade. Essas resistências criam condições favoráveis à emergência de uma discursividade ambientalista sem muito rebatimento na práxis geradora das políticas, conseqüentemente com pouco impacto na subjetividade da vida cotidiana. Ou seja, há uma enorme dificuldade de transpor os limites que separam a discursividade ambientalista da efetividade das ações (quase sempre pontuais e limitadas).

Apesar disto, a questão ambiental tem forte peso político mundial, o que tem lhe proporcionado a inserção nos espaços políticos locais de uma maneira a se institucionalizar nos modelos de gestão pública, a despeito da dificuldade de tornar a questão ambiental um ponto comum da agenda da cidadania (CARVALHO, 2001; SILVA, 2001).

A questão ambiental já incorporada às discussões políticas globais sobre a preservação do planeta parece, no entanto, que se prende a um espaço discursivo extremamente resistente e impenetrável, como, por exemplo o desenvolvimento

sustentável, de certa maneira, controlados por setores dominantes que já esgotaram sua cota de degradação interna e que precisam impedir, ao custo de diminuir sua qualidade de vida já conquistada, a destruição dos espaços dos quais dependem direta ou indiretamente, tendo em vista que determinados impactos antrópicos sobre a natureza podem causar reflexos globais.

Não podendo ser mais tratada como uma questão isolada, nem do ponto de vista das especialidades científicas, nem do ponto de vista dos grupos sociais atingidos, a questão ambiental, indefectivelmente, agrupa em si diversas faces dos problemas sociais intensificados pelos processos de globalização econômica polarizada entre Norte e Sul e o aumento da desigualdade social desigualmente distribuída, principalmente nos países periféricos do Terceiro Mundo.

Assim a questão ambiental traz até si a discussão sobre os processos gerativos e mantenedores da pobreza (MARTINEZ-ALIER, 2007), inclusive a ambiental, as políticas de urbanização baseadas em padrões insustentáveis a médio e longo prazo, a ascensão dos projetos e programas do desenvolvimento do capitalismo global, com resultados unilaterais e com alto desgaste dos recursos naturais disponíveis em sua maioria em países como o Brasil.

Além disso, reclama veementemente a necessidade imprescindível de políticas eficazes de proteção ambiental, proteção esta que envolva não só os recursos naturais vitais, mas também a saúde dos seres humanos, ou seja, que assegure um mínimo de equilíbrio ecossistêmico nos sistemas de vida e de desenvolvimento, entre Natureza, Indivíduo e Sociedade.

A constatação de que a degradação ambiental aumenta desproporcionalmente ao relativo avanço dos mecanismos legais de proteção ambiental, originados a partir do

início das discussões mundiais e nacionais sobre o meio ambiente, ainda na década de 1970, remete a indagações de como a condição humana tem condicionado a natureza progressivamente e como a condição ambiental tem condicionado novas e velhas condutas humanas.

Através da análise da constituição dos campos políticos acerca da questão ambiental é possível compreender como os interesses em torno deste tema, nas esferas locais, têm sido verbalizadas, mesmo que não objetivamente, por ações de cidadania pela “melhoria da qualidade de vida”. E se esses interesses em jogo são de fato articulados em favor das comunidades afetadas por problemas de tal natureza. O foco da análise, portanto, deve-se concentrar, sobretudo, na natureza das interações e das interrelações de poder configuradas pelos atores sociais no campo ambiental.

Como estratégia de defesa contra as subversões/perversões do mundo político, o âmago das interações simbólicas não se definem por uma normatividade rígida, permitindo assim um constante fazer e refazer das coisas e das próprias interações, que mediadas simbolicamente se ressimbolizam. Cremos que este simbólico é também real; mas, mais do que isto, este real/simbólico é construído socialmente pelos indivíduos nas sociedades. O subterrâneo onde a democracia popular se resguarda dos contra-interesses sociais permite a efervescência de “práticas agonísticas” que vão se colocar diante do poder constituído, permitindo, de uma maneira original, a expressão renovada da fala popular.

Essas pulsões tornam possível a constituição de uma esfera pública que questiona os problemas que afetam as populações e que transformam os grupos ativadores da participação popular através de uma estratégia alternativa à lógica vigente do desenvolvimento. São justamente esses impulsos que permitem uma organização das

forças políticas, a constituição de um campo político, em que serão estruturadas e agenciadas as arenas promotoras das discussões e ações em prol de ou contrárias à proteção ambiental. Esses campos políticos podem ou não estar vinculados ao poder público local, mas vão, de qualquer modo, tentar uma interlocução ativa com as forças políticas já constituídas e que detém o poder institucional do ajustamento dos recursos econômicos para a gestão ambiental.

Estimular a consciência, e ainda mais que isso, uma consciência crítica sobre a questão ambiental é um trabalho complexo, especialmente quando se vincula isto a necessidade de um estímulo a uma cidadania simpática a causa ambiental, uma cidadania que se coloque nos espaços simbólicos e reais de interação social e ultrapasse os limites da cidadania da legalidade e da jurisdição espacial da atuação da cidadania territorial.

Fala-se de uma cidadania ambiental (SILVA-SANCHEZ, 2000) que não se subpõe aos limites físicos, mas impõe limites a física da destruição. A cidadania ambiental é uma cidadania do cotidiano, das ações mais simples e básicas da vida. Sua sustentação é de natureza política, e se dá no reconhecimento do sujeito de direito, a mobilização dos atores sociais, é a construção de interesses ambientais comuns, o incentivo a configuração de um espaço público, onde possa haver concretamente a politização localizada dos problemas ambientais.

Politizar o ambiente é dar a ele um lugar na cidade, um lugar na cultura. É trazer esta dimensão, antes somente vinculada à idéia de natureza, e, portanto, excluída da urbanidade, à hibridez de um lugar, que embora ignore muitas vezes, não consegue e não pode inventar uma independência do mundo natural.

Politizar o ambiente é trazê-lo à dimensão da cultura e permitir a assunção de novos hábitos e de novas interações. Politizar o ambiente, em um projeto mais ousado, é renaturalizar na cultura o humano, em um contexto histórico.

Politizar o ambiente é, por fim, assumir definitivamente, a íntima e genética ligação entre o ser humano e a natureza, entre o ecológico e o cultural, entre as partes e o todo, entre o criador e a criatura.

Assim, o ambiente, no sentido aqui proposto, não é tão somente meio, mas também integral, inteiro. A idéia de meio está impregnada de uma modernidade que não refletiu sobre sua capacidade de degradação, sobre o seu processo civilizador da natureza; da mesma forma não refletiu sobre sua capacidade de preservação: o meio ambiente é o meio através do qual a civilização pode existir.

A transformação do mundo natural em mundo cultural, através do trabalho humano permitiu a emergência do humano como social, e, portanto, de uma sociedade fora da natureza. A idéia tradicional de cultura supõe em certo sentido uma desnaturalização da vida; e é através de uma nova perspectiva de cultura que se pode reorganizar ou reinventar um resgate da natureza, uma cultura ambientalizada. O ambiente sem o meio se ressimboliza, e ressimboliza as relações e interações sociais inquilinas da capacidade de construir e de religar aos poucos, uma configuração societária, em que a dimensão natural da vida não seja apenas subsumida às básicas necessidades de reprodução da vida orgânica e fisiológica dos seres.

Preservar a natureza é, então, preservar, num sentido mais global, a própria cultura. O ambiente inteiro engloba o homem e a natureza, o mundo natural e a cultura. O que é inteiro não perde sua referência quando se reparte, não perde seu caráter sintético, sincrético e simbiótico.

É preciso observar que há uma dimensão cultural na natureza produzida ou construída pela ação humana, tanto no sentido da transformação da natureza em produtos do trabalho ou, mais subjetivamente, quanto ao significado que essa ação humana identifica na natureza ou naturezas. A maneira como se vê a natureza é, portanto, um aspecto do que ela significa culturalmente. Essa significação ou construção de idéia de natureza pode variar em função dos grupos com os quais a natureza mantém contato mais direto ou mais indireto.

## Capítulo II

### Política Ambiental e Unidades de Conservação em Pernambuco

#### 2.1 - Introdução

*Em política, 'dizer é fazer', quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz. (Bourdieu. O poder simbólico.)*

Neste capítulo se discute o campo da política ambiental para as unidades de conservação em Pernambuco, enfatizando suas dimensões mais gerais e estruturais, assim como as condições sociais que o evidenciaram. Este campo envolve um processo contínuo de adaptações das estruturas governamentais à questão ambiental, constantes conflitos entre os atores envolvidos e negociações intermináveis em função dos interesses difusos presentes nas agendas políticas.

Por questão de ordem metodológica a ênfase é dada a uma dimensão importante deste campo, referido anteriormente. O recorte implica numa análise de um momento específico do campo tratado, principalmente os acontecimentos que se seguem ao ano de 1986, quando o governo estadual deu o primeiro passo rumo à tentativa de elaboração de um sistema de unidades de conservação ao criar as áreas de proteção ambiental estuarinas<sup>20</sup> e as reservas ecológicas estaduais.

De qualquer forma, é importante salientar que, antes deste processo iniciado pelo governo pernambucano em função da constituição de uma demanda ambiental,

---

<sup>20</sup> Criadas pela Lei estadual 9.931/1986. Segundo os termos desta lei, são definidas como áreas de proteção ambiental estuarinas as reservas biológicas situadas no litoral pernambucano que correspondem aos principais rios do estado.

unidades de conservação federais já vinham sendo criadas em seu território desde 1975, a exemplo da estação ecológica de Tapacurá, no município de São Lourenço da Mata e das reservas biológicas de Serra Negra (entre os municípios de Floresta, Inajá e Tacaratu) e de Saltinho (no município de Tamandaré), criadas em 1982 e 1983, respectivamente<sup>21</sup>.

É preciso ressaltar ainda que, embora que não seja esse o caso desta tese, através de um esforço analítico maior, numa tentativa de reconstituição de base histórica, seria possível ampliar o olhar sobre o campo ambiental em Pernambuco, mesmo quando não tenha sido possível em determinados contextos políticos, assim o denominar, especialmente no que se refere à estruturação tecnoburocrática governamental para regular as atividades econômicas relevantes no estado quanto à poluição, como por exemplo, as do setor sucroalcooleiro. Estamos nos referindo aqui aos aspectos mais primitivos, a carga ancestral do campo, que se formou mais rigorosamente a partir da década de 1970, quando foi criada a CPRH,<sup>22</sup> que é a principal estrutura governamental herdada desta fase, em substituição à antiga Comissão Estadual de Controle da Poluição das Águas (CECPA) criada em 1967. Essa ancestralidade do campo ambiental pode ser identificada, com a criação, a partir da década de 1940, de comissões técnicas para tratar de problemas ambientais constatados naquele momento. Entre as comissões mais importantes, estavam a Comissão de Estudos de Caldas e a

---

<sup>21</sup> A estação ecológica de Tapacurá foi criada pela Portaria Federal da UFRPE 051/1975. A reserva biológica de Serra Negra, pelo Decreto Federal 87.519/1982 e a reserva biológica de Saltinho, pelo Decreto Federal 88.744/1983.

<sup>22</sup> No ano de sua criação, em 1976, a CPRH estava vinculada à Secretaria de Saneamento, Habitação e Obras. Em 1983, fazia parte da Secretaria de Saneamento, Obras e Meio Ambiente, primeira secretaria a fazer referência direta ao meio ambiente em Pernambuco. Em 1990, foi criada a Secretaria de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, quando é criado também o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), em atendimento as exigências constitucionais estaduais. Em 1991, foi criada a Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, sendo esta última reduzida à instância de diretoria. Finalmente, a agência passou a fazer parte, desde 1993, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), e este foi alçado à instância de secretaria executiva.

Comissão Permanente de Proteção dos Cursos d'água (CPPCA), então subordinadas à Secretaria de Saúde e Educação<sup>23</sup>.

## ***2.2 - O campo ambiental e política ambiental em Pernambuco***

O campo ambiental em Pernambuco se articula a partir da presença de alguns atores individuais e coletivos, representantes de esferas governamentais e da sociedade civil, esta última, aqui representada pelos membros interligados em função do interesse difuso que têm sobre o meio ambiente (este entendido desde sua nuance mais ecológica até a mais política). A presença dos atores dentro campo não é fixa nem permanente e depende sempre de um reconhecimento compartilhado de que um conflito ambiental merece ser submetido a uma discussão politizada, a fim de que seja minimamente “resolvido”. Tornando “real” o conflito, ele pode ser construído e discutido. Do diálogo empreendido a partir daí, os atores são nomeados, suas posições são identificadas e suas falas ganham sentido diante das demais que também se fazem presentes. Neste sentido, em termos das possibilidades de conversa, numa tentativa de estabelecer o mínimo de consenso dentro do dissenso que constitui quase sempre o conteúdo do campo, há uma potencial igualdade de exposição nas apresentações de cada versão sobre o mesmo conflito interpretado e defendido conforme o interesse dos atores.

Em meados da década de 80, com o início da redemocratização da sociedade e da política no Brasil, a questão ambiental passou a se apropriar dos espaços políticos e se instituir como uma questão política centrada em problemas relativos à ação social sobre a natureza. No entanto, até hoje, como se tem percebido, não é uma questão de

---

<sup>23</sup> Essas informações, que identificamos como da ancestralidade das esferas burocráticas do campo ambiental pernambucano, podem ser recuperadas mais detalhadamente em Pecchio Vergara (1994).

fácil tratamento, porque muitas vezes lidar com a questão ambiental significa assumir uma postura conflitante com uma gama de políticas que se associam a modelos de desenvolvimento baseados na racionalidade instrumental do crescimento econômico.

Nesta fase redemocratizante, Pernambuco, criou suas primeiras unidades de conservação, a grande maioria na Região Metropolitana do Recife, ainda denominadas, com exceção da Estação Ecológica de Caetés e do Parque Estadual de Dois Irmãos, por reservas ecológicas, categoria de manejo atualmente desatualizada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)<sup>24</sup>.

Este comportamento político visava a colocar o estado dentro dos padrões que passavam a ser exigidos pela legislação ambiental corrente inaugurada principalmente desde a promulgação da política nacional de meio ambiente em 1981 e que viria a ser confirmada e reconfirmada pelas Constituições Federal e Estadual<sup>25</sup> anos mais tarde.

Depois da última reforma administrativa que alterou o lugar do meio ambiente dentro do campo da política governamental, em 1993, com a criação da secretaria executiva de meio ambiente, o sistema estadual de meio ambiente passou a se constituir, complementado pela CPRH, o CONSEMA e o Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA).

A CPRH é a responsável pela execução da política estadual de meio ambiente e atua principalmente no licenciamento e no controle das atividades poluidoras, e na proteção dos recursos hídricos e florestais, em alguns casos através de uma gestão

---

<sup>24</sup> Instituído pela Lei Federal 9.985/2000.

<sup>25</sup> A Constituição Estadual, de 1989, no artigo 206 determina que haja uma gestão ambiental permanente em Pernambuco, circunscrita por uma tríade estrutural formada pelo sistema estadual de meio ambiente, pela política estadual de meio ambiente e pelo plano estadual de meio ambiente.

direta, como no caso da Região Metropolitana do Recife, na administração da Estação Ecológica de Caetés e da APA de Guadalupe no litoral sul de Pernambuco<sup>26</sup>.

A CPRH possui divisões internas muito complexas que dizem respeito não somente aos setores da atuação técnica, mas também em relação às posições e interesses políticos do órgão. Não se pode subestimar a competência técnica, mas há algo acima dela que sobre-determina as ações técnicas<sup>27</sup>. Isso se refere a um jogo político, com desigual distribuição de poder e hierarquia. O fato de lidar com a questão ambiental não garante nenhuma liberdade aos técnicos, e muitas vezes sequer permite a possibilidade da aplicação real da lei ambiental aos casos específicos, especialmente quando elas infringem a ordem das políticas do estado.

A atuação da SECTMA é preponderante na coordenação do CONSEMA. O conselho trata das questões estratégicas político-administrativas de relevância para o estado numa perspectiva totalizante, ou seja, as políticas não se concentram numa localidade específica ou quando atuam a partir de um lugar tem rebatimento para a globalidade do estado.

---

<sup>26</sup> A APA de Guadalupe inclui os municípios de Rio Formoso e Tamandaré, e foi criada em função das negociações institucionais, entre CPRH, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e Governo do Estado de Pernambuco, para o desenvolvimento do Projeto Costa Dourada, um projeto governamental do Estado Pernambuco para o turismo integrado no litoral sul pernambucano. A este respeito e ao modo como o processo de criação de unidades de conservação nesta área foi fundamental para moldar comportamentos ambientalizados nessas comunidades e nas instituições que intervinham com projetos de desenvolvimento impactantes nos recursos naturais, ver Menezes (2004).

<sup>27</sup> Além de um estudo sobre os conflitos próprios existentes em decorrência da forma de organização interna da CPRH, do que decorre a defesa de interesses políticos e econômicos, e da formação ao longo dos anos mais recentes dos especialistas na gestão de áreas protegidas, seria interessante para futuras pesquisas uma investigação no sentido de perceber qual o tipo de especialista (e à qual corporação profissional ele pertence) que surge para lidar com as unidades de conservação e quais as disputas e conflitos internos e demandas sociais que ele reclama, em conciliação ou contraposição a outros grupos corporativos de profissionais tradicionalmente mais vinculados às questões da gestão e do planejamento urbanos. Nota-se, por exemplo, que, no que diz respeito às unidades de conservação, a atuação principal na área do planejamento ambiental e da implementação da política pública neste campo, se dá fundamentalmente por profissionais ligados à área das ciências da natureza, especialmente os biólogos e os ecólogos. No setor do planejamento urbano, o campo foi sistematicamente ocupado por grupos profissionais ligados ao urbanismo, cuja visão convencional da natureza comumente se inclinava a uma visão utilitarista do espaço urbano, tratado como um lugar a ser transformado, onde a natureza era identificada como espaço vazio ou paisagem. Há uma tendência atual, nos parece, de se propor uma reformulação desta visão a partir da incorporação de uma perspectiva mais ambientalizada. No entanto, esta atitude ainda não impregnou as estruturas dos órgãos de planejamento governamentais, causando muitas vezes, contradições e inadequações entre as políticas públicas urbanas para o meio ambiente.

Do ponto de vista institucional, pode-se dizer que, nesta década recente, a política ambiental estadual tem se consolidado paulatinamente e que o Estado está bem equipado *tecnicamente* para lidar com o caráter difuso do problema ambiental em Pernambuco, que atinge biomas diferentes, como é o caso da caatinga no semi-árido e os remanescentes de mata atlântica e manguezais na zona da mata e nas áreas litorâneas, associadas a problemas sociais também diferentes, como a seca e a miséria rural no Agreste e no Sertão e os graves problemas de desemprego, miséria urbana, poluição e adensamento populacional nas metrópoles como é o caso de Recife.

Isto não quer dizer, por outro lado que os problemas ambientais identificados em todo território do estado vêm sendo resolvidos, especialmente aqueles associados às políticas de desenvolvimento levadas a frente pelo governo. Neste sentido o preparo técnico permite criar um sistema de adequação ambiental aos projetos governamentais.

Atualmente, um dos principais problemas, refletido na ordem financeira da política ambiental, presente desde o passado, é o caráter privado de boa parte das áreas destinadas às unidades de conservação. O problema se acentua, quando em função da categoria de manejo a ser adotada torna-se imprescindível à desapropriação do lugar. O domínio privado destes lugares pode gerar o senso comum de que as unidades não se constituem num bem público, passível, portanto, de defesa comunitária. Essa situação estimula o desinteresse político dos governos quanto à regulamentação e gestão destes espaços, embora seja quase sempre uma decisão tomada nos cantos burocráticos desses mesmos governos a que cria os espaços os quais intenciona-se proteger. O reflexo disto é que os orçamentos oficiais nunca estão preparados para a desapropriação dessas áreas, o que implica em sempre relegar ao depois medidas necessárias ao

prosseguimento da implementação das unidades, sem o que elas não existiriam de fato, mesmo já tendo sido criadas pelas legislações pertinentes.

Disso decorre que as políticas ambientais acabam se fragmentando nas agendas dos governos cujos emblemas tentam se qualificar através da propaganda política do discurso do “desenvolvimento sustentável”. E neste sentido há uma tendência para se tratar da questão ambiental, buscando reservar seu lugar no “campo democrático”, justificando a necessidade de “participação” e “envolvimento comunitário”, sem o que muito provavelmente, segundo os discursos governamentais e também não governamentais, não há como este tema se desenvolver publicamente. A “participação social”(ou melhor, a falta dela), justifica o discurso governamental, acaba se tornando um impasse à gestão das áreas protegidas.

### ***2.3 - O campo ambiental e a política ambiental em Recife***

O que se constitui como política ambiental em Recife se compreende a partir da relação entre as esferas governamentais e institucionais e espaços públicos em que a sociedade civil, ONGs e movimentos sociais tomam acento para a defesa dos interesses coletivos acerca do problema ambiental<sup>28</sup>.

A prefeitura elaborou, a partir de 2000, uma proposta de “Gestão Ambiental do Recife”, em que a integração da política ambiental se daria, teoricamente, pela atuação conjunta e articulada de vários órgãos e secretarias municipais. Além disso, esta proposta estaria vinculada a uma atuação de órgãos públicos de intermediação entre o poder público e a sociedade civil, como a Câmara Municipal de Vereadores, com

---

<sup>28</sup> PECCHIO VERGARA (1994) apresenta os processos genéticos da institucionalização da questão ambiental em Recife e como os órgãos públicos foram aos poucos se estruturando para lidar com o problema político ambiental e da relação que estas esferas tinham com o movimento ambientalista até a década de 90.

acento no conselho municipal de Meio Ambiente, o Ministério Público, através da Promotoria de Meio Ambiente, também com acento no conselho e a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

A intenção é fazer valer a idéia de que todos os parceiros desta gestão estão sintonizados com o objetivo de reconhecer a importância do meio ambiente. A perspectiva da integração e da internalização da questão ambiental em todas as secretarias municipais reintera a demanda por uma secretaria exclusiva para tratar da pauta ambiental da cidade, embora esta não tenha sido a prioridade política da diretoria de meio ambiente. A gestão ambiental, segundo o discurso do governo municipal, reforça a necessidade de agrupar as informações para incrementar o controle, a fiscalização e o monitoramento ambientais.

A política ambiental classifica suas atividades em função de três eixos temáticos. O primeiro diz respeito à regulamentação das ZEPAs (Zonas Especiais de Preservação Ambiental); o segundo é a elaboração da Agenda 21 municipal. E o terceiro, a elaboração de um Plano Municipal de Educação Ambiental.

Os termos legais são também decisivos no empenho de garantir, ao menos no campo jurídico, a preservação da natureza. A Lei Orgânica do Recife, de 1990, o primeiro instrumento legal a definir a responsabilidade pública na proteção ambiental, seguindo as orientações constitucionais brasileiras, diz que é “competência do município a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição, a preservação das florestas, da fauna e da flora”. No capítulo exclusivo que reserva ao meio ambiente, ela informa que “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao município e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras,

garantindo-se a proteção dos ecossistemas e uso racional dos recursos naturais”. Esta lei abre espaço para a criação futura de áreas protegidas de natureza, como as definidas pelas unidades de conservação. O artigo 168 desta lei diz, neste sentido, que ela “estabelecerá condições e incentivos que assegurem a preservação plena das áreas da chamada mata atlântica”. Ainda nesta lei são definidos os critérios da política ambiental de Recife, prevendo além da criação de áreas verdes, o conselho de meio ambiente, o controle da poluição, o incentivo à educação ambiental, o uso de tecnologias menos poluentes, e o licenciamento ambiental.

Neste ponto, o governo, responsável pela implementação das políticas, ao mesmo tempo em que procura, por uma qualidade da própria democracia, dividir todas e quaisquer responsabilidades pelas ações positivas e negativas em relação ao meio ambiente, procura também adotar a linguagem universal das orientações da política global para o meio ambiente, já iniciada antes pelo Relatório Brundtland e que iria se consolidar pelas propostas do desenvolvimento sustentável a partir da Eco 92.

Foi com base nisso e na criação do Código de Meio Ambiente da Cidade do Recife, em 1996 que foram criadas as ZEPAs, que são definidas pela Lei de Uso do Solo do Recife (LUOS)<sup>29</sup> em dois tipos: Segundo a LUOS de Recife, nos seus artigos 19, 20 e 21 as ZEPAs “são áreas de interesse ambiental e paisagístico necessárias à preservação das condições de amenização do ambiente e aquelas destinadas a atividades esportivas ou recreativas de uso público, bem como as áreas que apresentam características excepcionais de matas, mangues e açudes” No entanto, somente nas ZEPAs que se constituem por “áreas públicas ou privadas com características excepcionais de matas, mangues, açudes e cursos d’água” é que se “poderá instituir

---

<sup>29</sup> Lei Municipal n. 16.176/96.

Unidades de Conservação visando à preservação das áreas de proteção ambiental, nos limites de sua competência constitucional, observada a legislação pertinente”. A definição legal das ZEPAs abre espaço para a criação e regulamentação das unidades de conservação, embora não caracterize a tipologia destas unidades, o que implicará na necessidade de estudos específicos em cada área criada, conforme disposto no artigo 95 da LUOS. Neste sentido, a prefeitura vem tentando definir, segundo as metas lançadas na gestão que se iniciou em 2000, o seu Sistema Municipal de Unidades de Conservação<sup>30</sup>.

O código de Meio Ambiente do Recife prevê que a política ambiental seja executada, fundamentada no exercício da cidadania, na sustentabilidade, na biodiversidade e na efetividade e eficácia das ações. Estes fundamentos por sua vez se baseiam em alguns princípios importantes, tais como, responsabilidade coletiva em relação ao meio ambiente, sustentação dos ecossistemas levando-se em consideração seus limites, posturas antecipadas nas questões ambientais, integração ecológica no planejamento urbano. O código dá ao conselho de meio ambiente a autoridade de definir as diretrizes da política ambiental do município.

No ano de criação do Código de Meio Ambiente, 1996, foram ainda elaborados o Atlas Ambiental de Recife e o Cadastro de Unidades de Conservação. O código é extremamente minucioso nos critérios técnicos de proteção ambiental, mas isso em confronto com a realidade fornece ao documento uma face paradoxal, visto que em geral as suas determinações não são cumpridas. As discussões técnicas e ideológicas sobre a proteção ambiental são dilemáticas e esbarram na burocracia desenvolvimentista do governo.

---

<sup>30</sup> Até a conclusão deste trabalho, no entanto, não se pode verificar a efetivação deste projeto de criação do Sistema Municipal de Unidades de Conservação.

O paradoxo se estabelece na medida em que a idéia central da política ambiental que tem como pressuposto “o direito do povo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum essencial à sadia qualidade de vida da população” não encontra respaldo na realidade social da cidade. O código destaca a importância da responsabilidade coletiva do equilíbrio dos ecossistemas. Nesse sentido é o ecossistema que deve limitar o desenvolvimento urbano, este vinculado a um esquema de racionalidade econômica e ecológica. O código propõe uma divisão de responsabilidade ambiental entre o poder público e sociedade, a mesma que em grande parte está alijada do acesso à qualidade ambiental. A responsabilidade coletiva pressupõe a constituição de uma consciência em torno dos direitos individuais e das obrigações coletivas em relação ao meio ambiente.

O Plano Diretor do Recife, lei n. 15.547/91, atualmente em processo de revisão, é um instrumento da política urbana que reconhece a necessidade de uma intervenção imediata na política ambiental, a fim de evitar comprometimento ainda maior na qualidade de vida da cidade. Nos últimos 30 anos, os ecossistemas em Recife foram substancialmente transformados em função da prática urbanizadora. O aquífero Beberibe, por exemplo, tem sofrido com os impactos da ocupação urbana e o manguezal tem desaparecido das áreas de estuário do Beberibe e do Capibaribe, o que demonstra ao longo dos anos deficiência da legislação ambiental e problemas sérios no campo da fiscalização dos órgãos ambientais. A ocupação de áreas de encostas e margens de rios provoca a impermeabilização do solo, em consequência da supressão da vegetação e da erosão, o que ao longo do tempo tem contribuindo com a ação desastrosa das enchentes na Região Metropolitana do Recife. O lançamento do esgoto e lixo nas águas dos rios provoca uma intensa poluição hídrica, comprometendo a

qualidade vital dos mesmos. Em certos pontos da praia de Boa Viagem, por exemplo, o banho de mar é completamente desaconselhado, por que as galerias de esgoto que deságuam neste trecho derramam no mar uma quantidade enorme de coliformes fecais altamente comprometedores à saúde humana.

As condições de habitabilidade em Recife também estão mais comprometidas nas áreas de periferia, onde coincidentemente ou não encontram-se a maior parte das unidades de conservação no estado. Embora não haja condições ideais em todo território da cidade para a realização adequada dos serviços de saneamento ambiental, é obvio que as áreas mais afetadas pela falta ou má qualidade do serviço são as de baixa renda e onde existem condições precaríssimas de moradia. A incoseqüência do poder público neste campo e por se tratar de espaços distantes do centro e, portanto, longe do olhar privilegiado dos que habitam em melhores condições, facilita a intervenção enfática de grupos sociais excluídos do acesso à moradia.

A localização das unidades de conservação em áreas de periferia torna ainda mais explícito o problema da precariedade da habitação popular na região metropolitana. Essas áreas naturais são afetadas voluntária ou involuntariamente pela ausência de política urbana na melhoria da condição de vida da população da periferia.

A execução das ações pensadas pelo Plano Diretor de Recife, que serviu de base à elaboração da LUOS de 1996 e que foi sensivelmente alterado pelo poder legislativo, mesmo tendo sido anteriormente articulado pela sociedade civil e ao que se atribui os problemas relativos a sua precária implementação, está vinculada aos processos orçamentários estipulados pelos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais. Neste sentido, as ações não contempladas com um

orçamento legal não podem ser viabilizadas tecnicamente, apesar de estarem predefinidas por uma lei anterior, como no caso do Plano Diretor.

Como tentativa de garantir a implementação de algumas ações consideradas necessárias, setores da sociedade instituíram uma intervenção no orçamento público, ainda extremamente limitado para o setor de investimento, através do que convencionou chamar de orçamento participativo e a isso foi vinculado um sistema de articulação social já existente, constituído, entre outros, pelo Fórum PREZEIS, pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), pelo Conselho de Meio Ambiente (COMAM) e pelos conselhos setoriais de educação, saúde, assistência social, criança e adolescente, além da comissão municipal de emprego.

O Sistema Municipal de Meio ambiente é constituído pela Diretoria de Meio Ambiente (DIRMAM), Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA).

O sistema de gestão ambiental, a despeito da proposta de gestão ambiental, não está integrado, ou seja, as diversas secretarias e os órgãos não trabalham articuladamente. O plano de Gestão Ambiental, elaborado pela prefeitura reconhece alguns sérios limites da política ambiental, ao ponto de afirmar, em um tom quase crítico que não há uma política ambiental eficaz na cidade. Os limites são: ausência de implementação de política ambiental; estrutura da gestão ambiental reduzida; sistema de meio ambiente não efetivado; fiscalização deficitária e falhas no controle ambiental; conselho sem ação deliberativa, apesar da definição legal; problemas de licenciamento ambiental, ausência de articulação da gestão ambiental e educação ambiental deficiente.

A DIRMAM cuja atuação se dá principalmente sobre os aspectos técnicos para a elaboração de projetos e políticas para a área ambiental dispõe de uma equipe multidisciplinar, não muito grande, de especialistas e técnicos que estabeleceram um contato mais intenso com o meio ambiente durante suas carreiras profissionais ou militância. Ela tem pretendido trazer, para seu domínio, o controle do licenciamento ambiental sobre projetos de impacto local, ou seja, aqueles de jurisdição municipal. Até então o órgão responsável pelos licenciamentos e fiscalização ambientais é o principal órgão estadual de meio ambiente, o CPRH. Neste ponto, especialmente, há subliminarmente uma questão de cunho político e não só técnica, que envolve decisões jurídicas e partidárias. Sobre a dimensão técnica, o problema é mais visível: a infraestrutura municipal e a sua capacidade tecnológica para o controle do licenciamento ambiental é menor que a do Estado que já possui uma relativa experiência neste campo. Sobre a dimensão política, a questão envolve uma necessária reestruturação do órgão gestor ambiental municipal para justificar a reivindicada capacidade de controle sobre o licenciamento.

Este processo implica em decisões e interesses internos sobre o modo como se estrutura o campo ambiental municipal, designado, no caso do órgão gestor, como uma Diretoria e não como uma Secretaria, numa diferenciação de status que define outras tantas competências. Além disso, há os recursos jurídicos e os diálogos permanentes com o Estado para fazer valer, sem ferir as competências estaduais, as resoluções do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), que esclarecem sobre o lugar do município na gestão ambiental, também abordados pelas legislações ambientais locais, como o Código de Meio Ambiente do Recife, que está sendo alterado nos quesitos referentes ao licenciamento.

O licenciamento não é só importante por que é um instrumento que assegura um relativo “controle e proteção ambiental”, mas porque fundamentalmente é uma forma eficaz de assegurar recursos financeiros às contas governamentais, já que praticamente todos os empreendimentos e atividades comerciais ou de outra natureza precisam ser licenciados e fiscalizados pelo poder público. Ambientalistas mais críticos dizem que essa política de licenciamento ambiental é tão só uma maneira institucional de garantir que a degradação ocorra de forma legal, não importando o tipo de impacto que ela gera, nem as formas de punição e compensação dirigidos aos agressores e aos agredidos, respectivamente.

De qualquer forma, embora não se possa prescindir, dada a complexidade dos problemas ambientais, das formas de controle que, em princípio, o licenciamento deveria observar, o modo como a política de licenciamento ambiental é conduzida é um alerta que deve ser considerado acerca de como a política ambiental, neste meio, está sendo construída e como a esfera governamental está se estruturando em função dela.

O COMAM<sup>31</sup> com representação paritária entre governo e sociedade, foi instituído nos termos estabelecidos pela Lei Orgânica do Recife. A lei que cria o conselho diz “que é um órgão de participação direta e democrática da comunidade na normatização da política e das ações da municipalidade nessa questão, responsabilizando-se não somente pelas formulações e controle, mas, sobretudo, pelo acompanhamento e fiscalização da política municipal do meio ambiente, no sentido de garantir o desenvolvimento do município do Recife, de forma articulada com a preservação do meio ambiente”.

---

<sup>31</sup> Criado pela Lei Municipal n. 15.707/1992

Neste sentido, o direito do cidadão ao meio ambiente equilibrado e a qualidade de vida, está perfeitamente vinculado às idéias do Relatório Brundtland (1987), que orientou a globalização política do meio ambiente a partir da Eco 92. Como um conselho gestor deliberativo, é o espaço público definido para a discussão sobre o problema ambiental em Recife e o fato de se constituir como um ator social relevante pode indicar os aspectos de sobre e sub-valorização das políticas ambientais, tanto no que diz respeito às articulações institucionais, quanto ao acesso público a estas políticas. Segundo o organograma da Prefeitura do Recife, a estrutura institucional ambiental está submetida à Secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, que ocupa a primeira cadeira do conselho e centraliza as decisões.

Uma crítica contundente de parte do conselho se dirigiu à desarticulação e à centralização da gestão ambiental. Os articuladores desse sistema reivindicam a necessidade institucional de criação de uma secretaria municipal exclusiva para a área ambiental.

Há uma tendência discursiva nas reuniões do COMAM de sobre-elevar as discussões sobre desenvolvimento econômico com inclusão social. Esta é uma tônica que deve estar presente em todos os projetos que passa pelo conselho para dar o tom exato da preocupação ambiental que valida a existência do COMAM enquanto o principal órgão de deliberação ambiental da cidade de Recife. Há um esvaziamento da dimensão política e social da questão ambiental no COMAM, com um deslocamento para a dimensão técnica e operacional dos projetos.

Ligada a este conselho, a Brigada Ambiental é um grupo especial da guarda municipal, capacitado para atuar na fiscalização do meio ambiente, coordenada pela Secretaria de Planejamento. A Brigada tem como objetivo atuar fiscalizando

diariamente, de forma preventiva, em toda cidade, detectando os crimes ambientais, orientado e sensibilizando a população, em especial nas ZEPAs para a proteção dos ecossistemas significativos e vitais e para a garantia da biodiversidade, ou seja, manutenção de espécies e comunidades bióticas que não sobreviveriam com alteração dessas áreas. No entanto, a Brigada Ambiental tem dificuldade na apuração das denúncias e na fiscalização permanente das unidades de conservação, em função do efetivo reduzido<sup>32</sup>.

O Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), criado pela Lei Municipal 16.047/1995 e regulamentado pelo Decreto n. 19.337/2002, tem a finalidade de assegurar, no âmbito do município de Recife, recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das ações da política de meio ambiente. Um aspecto marcante do Fundo é a disponibilidade escassa de recursos.

O processo de constituição de uma política ambiental em Recife, extremamente fragmentado, tem pouca articulação interna entre os demais órgãos. A DIRMAM parece atuar isoladamente nos casos em que decisões burocráticas sobre o problema ambiental devam ser tomadas. A proposta de intersetorialidade da política ambiental em Recife com as demais secretarias e seus outros órgãos internos, quando funciona, funciona precariamente. A representatividade subjacente da política ambiental provoca certas dificuldades institucionais e reduz a ação e o alcance direto da política ambiental, enquanto uma política pública.

Não é de surpreender, atualmente, observar no discurso governamental uma preocupação com a questão ambiental, e o que se chama, meio indefinidamente, de

---

<sup>32</sup> Os principais relatos de ocorrência são queimadas, caça predatória, extração de barro, captura de pássaros, corte de vegetação e despejo de dejetos. A brigada normalmente aciona outros órgãos ambientais quando o caso envolve crimes de natureza grave. Com 28 brigadistas, a brigada está vinculada à DIRMAM-PCR, para a qual envia relatórios sobre as vistorias realizadas esporadicamente nas unidades de conservação municipais.

proteção da natureza. No Recife, esse discurso é igualmente presente nos instrumentos políticos, primeiramente ao se ressaltar as características privilegiadas da natureza da cidade banhada por rios, o Capibaribe e o Beberibe, e com ainda, mas já pequeno, remanescente de mata atlântica e manguezais; segundo, ao se afirmar que o governo tem criado meios e instituído elementos à gestão pública que viabilizem uma eficiente proteção desta natureza, mesmo que a ação humana continue causando-lhe relativo impacto, em parte estimulado pela política de desenvolvimento que não considera a natureza como uma força da vitalidade humana, mas como um grande depósito de recursos que permite levar a cabo o seu projeto.

Essas ações da gestão pública se revelariam através da criação e atividade do Conselho de Meio Ambiente, cuja representação é paritária, o que garantiria, em tese, a sua qualidade democrática e deliberativa. Junto ao conselho e como espécie de bússola de suas ações, foi criado o Plano de Gestão Ambiental, que agrega todas as propostas de ação ambiental para a cidade e que permitiu recentemente a criação de mais duas novas zonas especiais de preservação ambiental, o Parque das Capivaras, em Dois Irmãos e o Sítio Grande, na Imbiribeira. De certa maneira estas determinações implicam uma dificuldade, ou mesmo uma interdição aos projetos imobiliários nestas áreas em que a observância das leis ambientais deve ser mais rigorosa.

É no discurso que o governo garante a possibilidade de continuidade de suas ações para a área ambiental. Neste sentido, aliado ao Ministério Público Estadual, através de sua coordenadoria de justiça e meio ambiente que intermedeia alguns conflitos ambientais na cidade e no estado, e ao Fundo Municipal de Meio Ambiente que recebe os recursos advindos das infrações ambientais, o governo tenta regulamentar mais 10 zonas especiais, das 25 existentes e que deveriam estar já

regulamentadas) e transformá-las em unidades de conservação. Assim concluindo os quesitos técnicos para a criação de unidade de conservação no município.

Outra idéia política que está inserida nestes projetos é a transformação do Jardim Botânico da cidade, com ares de abandono, em um pólo de educação ambiental, integrando-o firmemente à Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Para justificar uma ação (tímida ainda) mais firme em relação à intensa e grandiosa produção de lixo na cidade (das 60 mil toneladas de lixo por mês, 160 toneladas são recicladas), a Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLURB), órgão responsável pela limpeza da cidade vem desenvolvendo, ao que parece completamente desvinculado do trabalho já tradicional dos catadores de lixo reciclável espalhados pela cidade cuja ação possui uma dinâmica própria, o projeto de coleta e reciclagem seletiva do lixo, embora ainda muito restrito a algumas áreas da cidade.

## ***2.4 - Unidades de Conservação em Pernambuco***

A SECTMA (Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente) vem tentando implementar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, através do recém-criado Plano Estratégico Ambiental de Pernambuco, o mais novo instrumento da propaganda e do planejamento da política ambiental para unidades de conservação do atual governo. Lançado em começos de 2007, este plano recupera e sintetiza vários encaminhamentos propostos por instrumentos políticos gerados em governos anteriores, e que, no entanto, não foram concluídos ou efetivados, como por exemplo, as propostas cobertas pela Agenda 21 de Pernambuco (2003) e pelo Atlas da Biodiversidade de Pernambuco (2002). Num de seus tópicos, o plano considerou, através de um programa de conservação da biodiversidade, a implementação do

referido sistema cuja proposição é a de funcionar como um elemento congregador e articulador das políticas estaduais relativas à gestão dos recursos naturais e das unidades de conservação.

O plano, no entanto, não fez uma atualização do panorama ambiental do estado e da real situação em que se encontram, do ponto de vista ecológico, e do ponto de vista dos conflitos sociais, suas áreas protegidas. O último estudo feito, nesse sentido, reproduzindo conhecimentos técnicos anteriores, pela secretaria, foi o Diagnóstico das Reservas Ecológicas Estaduais (2002), em que se verificou a situação ecossistêmica de parte das 40 reservas ecológicas criadas em 1987, a fim de poder planejar ações efetivas de proteção ambiental. Desde então, todavia, o quadro político em que se desenrolam tais questões permanece estagnado, enquanto se observa o avanço do desgaste a que são submetidas essas áreas.

O Governo do Estado de Pernambuco reconhece oficialmente a existência de 71 unidades de conservação presentes em seu território. O quadro 1 aponta o perfil geral dessas áreas, segundo sua tipologia e qualidade do bioma.

Quadro 1

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

| <b>TIPO E CATEGORIA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b> | <b>BIOMA</b>              | <b>QUANTIDADE</b> | <b>ÁREA (HA)</b>  |
|---|---------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>PROTEÇÃO INTEGRAL</b>                            |                           |                   |                   |
| Nacional  |                           |                   |                   |
| Parque Nacional                                     | Mata Atlântica            | 01                | 10.797,00         |
| Reserva Biológica                                   | Mata Atlântica            | 03                | 4.949,37          |
| Estação Ecológica                                   | Mata Atlântica            | 01                | 589,42            |
| Estadual  |                           |                   |                   |
| Parque Estadual                                     | Mata Atlântica            | 01                | 388,67            |
| Estação Ecológica                                   | Mata Atlântica            | 01                | 150,00            |
| Reserva Ecológica                                   | Mata Atlântica            | 38                | 7.782,84          |
| Municipal   |                           |                   |                   |
| Parque Ecológico                                    | Mata Atlântica            | 02                | 362,24            |
| <b>MANEJO SUSTENTÁVEL</b>                           |                           |                   |                   |
| Nacional  |                           |                   |                   |
| APA   | Mata Atlântica e Caatinga | 03                | 516.325,10        |
| Estadual  |                           |                   |                   |
| APA   | Mata Atlântica            | 16                | 76.426,00         |
| Municipal   |                           |                   |                   |
| APA   | Mata Atlântica            | 01                | 192,00            |
| <b>CATEGORIA COMPLEMENTAR</b>                       |                           |                   |                   |
| Nacional  |                           |                   |                   |
| RPPN  | Mata Atlântica            | 01                | 1.485,00          |
| Estadual  |                           |                   |                   |
| RPPN  | Mata Atlântica e Caatinga | 03                | 147,44            |
| <b>TOTAL</b>  |                           | <b>71</b>         | <b>619.595,08</b> |

Fonte: Atlas da Biodiversidade de Pernambuco. SECTMA, 2002.

No entanto, como é possível observar, dos 619.595,08 hectares das áreas protegidas no Estado de Pernambuco, 534.145,89 hectares, portanto sua maior parte, estão sob domínio federal (em apenas 9 unidades de conservação). Essa área é preponderantemente ocupada por 3 APAs federais, cuja categoria de manejo permite o uso sustentável, social e econômico do espaço, e não implica em desapropriação fundiária (516.325,10 hectares).

Esses números indicam que as áreas efetivamente sob domínio estadual, em relação ao tamanho, são significativamente reduzidas. Mesmo considerando o somatório total das áreas protegidas no estado somente 0,27% de seu território, está, segundo as prerrogativas legais, sob proteção. Se fossem computados apenas as unidades estaduais (mesmo as não implementadas), esse índice diminuiria drasticamente. Neste ponto, o governo do estado se colocou um enorme desafio, quase uma utopia do inatingível, que é o de perseguir a meta de tornar 10% de cada ecossistema representativo do território cobertos por áreas protegidas, conforme os parâmetros internacionais, definidos pela UNESCO.

Segundo a contagem oficial das unidades conservação, 20 unidades se encaixam na categoria de manejo de unidades de uso sustentável (UUS) e 51 unidades pertencem à categoria de manejo das unidades de proteção integral (UPI)<sup>33</sup>. Embora a segunda apresente um número relativamente mais elevado do que a primeira, o valor total da área da segunda é consideravelmente menor do que a daquela, como se pode verificar no quadro acima. A criação de áreas de manejo sustentável não implica em acordos mais complexos, prescindindo, portanto, de um compromisso público permanente das

---

<sup>33</sup> Os termos utilizados para classificar estas áreas estão em concordância com as definições postas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. As UUS's, de uso direto asseguram a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais. As UPI's asseguram a preservação da natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou mesmo o impedimento total de seu uso.

estruturas burocráticas, especialmente no que diz respeito a investimentos e capital para manutenção que impliquem numa previsão e comprometimento orçamentário contínuo. Esta conduta nem mesmo se tornou prática nas únicas três unidades de conservação estaduais de fato implementadas em Pernambuco, que carecem permanentemente de recursos para sua gestão.

Embora não proteja mais espaço que as unidades federais, Pernambuco acumula o maior número de unidades. Das 59 unidades de conservação, que circunscrevem 84.894,95 hectares, identificadas sob domínio estadual, 44 estão inseridas na Região Metropolitana do Recife. As 15 demais estão distribuídas ao longo da faixa litorânea. Além do limite fisiográfico metropolitano e da zona da mata pernambucana, o estado ainda não se preocupou em criar suas unidades de conservação com o intuito de proteger o bioma da caatinga, principal bioma pernambucano.

Uma avaliação mais atenta da contagem das unidades de conservação feita pelo estado aponta que foram nela incluídas reservas ecológicas (referidas acima e que fazem crescer por imprecisão e inadequação o número de unidades de proteção integral) e APAs estaduais ainda não regulamentadas e, portanto, em desacordo com as categorias definidas no SNUC, enquanto diversas áreas municipais na mesma condição, como é caso das zonas especiais de proteção ambiental em Recife, foram deixadas de lado.

A RMR é o lugar das Reservas Ecológicas, criadas pela lei estadual nº 9.989/87 (Quadro 2). Das 40 unidades criadas, as duas áreas até então implementadas foram a Estação Ecológica de Caetés e o Parque Estadual de Dois Irmãos, sob responsabilidade da CPRH e da SECTMA, respectivamente.

## Quadro 2

### RESERVAS ECOLÓGICAS ESTADUAIS

|  |  |
|--|--|
| 1) Lanço dos Cações, Itamaracá; (privada, 50,12ha)   | 2) Santa Cruz, Itamaracá; (privada, 54,68ha)                                       |
| 3) Jaguaribe, Itamaracá, (privado-público, 107,36ha)   | 4) Engenho Macaxeira, Itamaracá,(pública, 60,84ha)                                 |
| 5) Engenho São João, (público-privado, 34ha)   | 6) Amparo, Itamaracá, (público-privado, 172,90ha)                                  |
| 7) Usina São José, Igarassu, (privada, 323,30ha)   | 8) Miritiba, Abreu e Lima, (pública, 273,40ha)                                     |
| 9) São Bento, Abreu e Lima, (privada, 109,60ha)  | 10) Jaquarana, Paulista, (privada, 332,28ha)                                       |
| *  | 11) Janga, Paulista, (de utilidade pública, 132,24ha)                              |
| 12) Passarinho, Olinda, (privada, 13,36ha)   | 13) Dois Unidos, Recife, (público-privado, 37,72ha)                                |
| *  | 14) Curado, Recife, (público-privado, 102,96ha)                                    |
| 15) Jardim Botânico, Recife, (público, 10,72ha)  | 16) São João da Várzea, Recife, (privada, 64,52ha)                                 |
| 17) Engenho Uchôa, Recife, (privada, 20ha)   | 18) Quizanga, São Lourenço da Mata, (privada, 228,56ha)                            |
| 19) Tapacurá, São Lourenço da Mata, (privada, 100,92ha)  | 20) Engenho Tapacurá, São Lourenço da Mata, (privada, 316,32ha)                    |
| 21) Toré, São Lourenço da Mata, (público-privada, 80,70ha)   | 22) Camucim, São Lourenço da Mata, (público-privado, 40,24ha)                      |
| 23) Outeiro do Pedro, São Lourenço da Mata, Vitória, (privada, 51,24ha)                            | 24) Jangadinha, Jaboatão dos Guararapes, (pública, 84,68ha)                        |
| 25) Mussaiba, Jaboatão dos Guararapes, (público-privado, 272,20ha)                                 | 26) Manassu, Jaboatão dos Guararapes, (privada, 264,24ha)                          |
| 27) Engenho Salgadinho, Jaboatão dos Guararapes, (privada, 257ha)                                  | 28) Engenho Moreninho, Moreno, (privada, 66,48ha)                                  |
| 29) Caraúna, Moreno, (privada, 169,32ha)   | 30) Contra-Açude, Cabo de Santo Agostinho, (privada, 114,56ha)                     |
| 31) Sistema Gurjaú, Moreno, Cabo de Santo Agostinho, e Jaboatão dos Guararapes, (pública, 1.077ha) | 32) Bom Jardim, Cabo de Santo Agostinho, (privada, 245,28ha)                       |
| 33) Serra Cumarú, Cabo, Moreno, (privada, 367,20ha)  | 34) Serra do Cotovelo, Moreno e Cabo, (privada, 977,50ha)                          |
| 35) Urucu, Cabo de Santo Agostinho, Vitória e Escada, (privada, 513,30ha)                          | 36) Camaçari, Cabo de Santo Agostinho, situação fundiária não declarada, 223,30ha) |
| 37) Duas Lagoas, Cabo de Santo Agostinho, (situação fundiária não declarada, 140,30ha)             | 38) Zumbi, Cabo de Santo Agostinho, (situação fundiária não declarada, 292,40ha)   |

Fonte: Lei Estadual nº 9.989, de 13 de janeiro de 1987.

Obs: Foram excluídas desta listagem as áreas já implementadas. Atualmente estão em processo de implementação 4 reservas ecológicas, quais sejam, Passarinho, Zumbi e Duas Lagoas e Gurjaú.

O texto de apresentação do documento das reservas ecológicas pretendia destacar a preocupação do governo com a proteção da natureza. O discurso oficial situava a proposta de criação das reservas ecológicas dando-lhe um relevo político inédito quanto às políticas ambientais até então pensadas para Região Metropolitana do Recife. De fato, é preciso admitir que este é um documento que evidencia uma das primeiras intenções da política governamental do período democrático, sendo considerado naquele instante um marco no processo de formação da consciência coletiva sobre a questão da qualidade de vida metropolitana. Como a democracia nascente buscava ressignificar a cidadania, a proposta ligada às áreas protegidas na grande Recife consignava ao cidadão metropolitano uma co-responsabilização pela observância dos preceitos ecológicos como uma condição imprescindível à conquista do equilíbrio proposto com a proteção da natureza. No entanto, a lógica fundamental presente neste discurso subliminarmente realçava a racionalidade do uso econômico dos recursos naturais, perspectiva esta depois incluída nas novas propostas defendidas segundo a ótica do desenvolvimento sustentável.

Talvez a criação de unidades de conservação em áreas metropolitanas, como no caso as reservas ecológicas, represente uma atitude pioneira na realidade nordestina. Todavia esse pioneirismo não foi suficiente para garantir efetivamente a implementação das unidades. A atitude política permitiu, sobretudo, que se tivesse um primeiro panorama da situação das reservas ecológicas estaduais, distribuídas em vários municípios da Região Metropolitana do Recife. Em contraposição a visão otimista do pioneirismo político em algumas áreas já se constatava que os processos de urbanização e utilização irracional dos recursos naturais levaram a uma descaracterização de quase toda cobertura vegetal da RMR.

## ***2.5 - Unidades de Conservação em Recife***

O município do Recife e o estado possuem áreas conjuntas, enumeradas a seguir, nos mesmos limites territoriais, que se subdividem entre as Reservas Ecológicas Estaduais e as Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAs, Quadro 3), respectivamente.

As áreas são as seguintes: i) Dois Irmãos (área total de 467,82 hectares): a parte que cabe ao município de Recife é a menor em relação à parte da Reserva Ecológica Estadual. Somente a parte estadual está regulamentada (lei nº 11.622, de 29 de dezembro de 1998) sob nova categoria: Parque Estadual Dois Irmãos (338,67 hectares), onde fica o jardim zoológico de Recife. ii) Dois Unidos (área total de 52,14 hectares): parte é da Reserva Ecológica Estadual (37,72 hectares); nenhuma das duas áreas estão regulamentadas por lei e nem tiveram seus planos de manejo elaborados. iii) Engenho Uchoa (área total de 192 hectares): iv) Jardim Botânico do Curado (área total de 113,66 hectares): são parte desta área a Reserva Ecológica Estadual Mata Jardim Botânico (10,72 hectares) e uma parte (60,73 hectares) da Reserva Ecológica Estadual Matas do Curado; v) Mata da Várzea/Curado (área total de 409,88 hectares): parte da área é da Reserva Ecológica Estadual Mata São João da Várzea (64,52 hectares), e uma outra parte é parte da Reserva Ecológica Estadual Matas do Curado (40,13 hectares). As Matas do Curado perfazem ao todo 102,96 hectares e se constituem como uma Reserva Ecológica Estadual.

Das Unidades de Conservação da cidade do Recife<sup>34</sup> somente duas estão regulamentadas: A APA Uchoa (Decreto Municipal nº17.548, de 20 de dezembro de 1996, poucos meses após a LUOS) e a Lagoa do Araçá (Decreto Municipal nº 18.029, de 9 de setembro de 1998); Além das unidades constantes na LUOS, após 1996, mais quatro unidades foram criadas: i) Açude de Apipucos (Lei Municipal nº 16.609/2000), Parque das Capivaras (Lei Municipal nº 16.719/2001), Sítio Grande (Lei Municipal nº 16.751/2002) e Ilha do Zeca.

---

<sup>34</sup> Ao todo são 25 unidades de conservação no Recife. Para acelerar o processo de regulamentação das unidades, a Prefeitura da Cidade do Recife encomendou um estudo completo de diagnóstico ambiental de 12 das 23 unidades ainda não regulamentadas, à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal Rural de Pernambuco – FADURPE, mas que até então não foi publicado.

Quadro 3

**ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – ZEPAS DO RECIFE.**

|    | ZEPA                       | Localização              | Área(ha) |
|----|----------------------------|--------------------------|----------|
| 1  | Lagoa do Araçá             | Imbiribeira              | 14,20    |
| 2  | Parque dos Manguezais      | Pina                     | 212,84   |
| 3  | Vila Tamandaré             | Estância                 | 8,50     |
| 4  | Parque do Rio Jordão       | Imbiribeira / Boa Viagem | 38,37    |
| 5  | São Miguel Afogados        | Afogados                 | 18,77    |
| 6  | Parque do Jiquiá           | Jiquiá                   | 54,50    |
| 7  | Ilha Joana Bezerra         | Ilha Joana Bezerra       | 3,51     |
| 8  | Mata do Barro              | Barro                    | 224,20   |
| 9  | Engenho Uchoa              | Tejipió                  | 192      |
| 10 | Mata da Várzea             | Várzea                   | 713,17   |
| 11 | Jardim Botânico            | Curado                   | 113,66   |
| 12 | Res. Eco. de Dois Unidos   | Dois Unidos              | 52,14    |
| 13 | Res. Eco. de Dois Irmãos   | Dois Irmãos              | 467,82   |
| 14 | Guabiraba Pau de Ferro     | Guabiraba                | 3.674,20 |
| 15 | Caxangá                    | Caxangá                  | 102,20   |
| 16 | Praia do Pina/Boa Viagem   | Boa Viagem               | 57,48    |
| 17 | Sítio dos Pintos           | Sítio dos Pintos         | 51,30    |
| 18 | Mata da Várzea/Curado      | Curado                   | 409,88   |
| 19 | Mata do Círculo Militar    | Várzea                   | 293,19   |
| 20 | Iputinga Apipucos          | Iputinga                 | 31,71    |
| 21 | Estuário do rio Capibaribe |                          |          |
| 22 | Parque de Apipucos         | Apipucos                 | 89,07    |
| 23 | Parque das Capivaras       | Apipucos                 | 24,5     |
| 24 | Sítio Grande               | Imbiribeira              | 35,64    |
| 25 | Ilha do Zeca               |                          |          |

Fonte: Lei de Uso do solo da Cidade de Recife, n 16.176, de 9 de abril de 1996.

No que se refere às unidades criadas a partir de 1996, há leis específicas para elas. As áreas em negrito já englobam as partes das Reservas Ecológicas Estaduais, conforme a Lei Estadual nº 9.989, de 13 de janeiro de 1987.

Boa parte das unidades de conservação da cidade do Recife foi criada em 1996 pela LUOS. Das 25 unidades de conservação municipais, quatro delas foram criadas a partir do ano de 2000, mas até então nenhuma destas foi regulamentada. A não regulamentação destas áreas implica no fato de que elas não podem ser geridas adequadamente, elas não dispõem de zoneamento, plano de manejo, classificação ecossistêmica, função biológica e da biodiversidade etc<sup>35</sup>.

## **2.6 - Conclusão**

As unidades de conservação metropolitanas em Pernambuco, embora originalmente não tenha sido pensada na relação dessas áreas com a população circunvizinha, na medida em que foram legalmente instituídas passaram a se constituir, através do interesse social que despertavam, como uma dimensão importante da defesa pela qualidade de vida como elemento presente na articulação política.

Os grupos envolvidos diretamente com as unidades de conservação passaram a perceber a natureza como um aspecto importante na defesa de seus interesses políticos. O argumento pela defesa da natureza fortalecia o discurso dos interesses da comunidade frente aos interesses externos. Nesse sentido as unidades de conservação se constituíram como um lugar de proteção biofísica da natureza, mas também um

---

<sup>35</sup> Em outro momento do trabalho será feita uma abordagem geral sobre a situação das demais unidades de conservação da cidade, especialmente no que se refere aos aspectos que as impedem de serem regulamentadas e, por isso, de serem efetivamente colocadas sob o controle do poder público. Neste sentido, quando ainda não regulamentadas, estas UCs não dispõem dos instrumentos legais que impeçam o uso indiscriminado de seus recursos por parte de quem quer seja. A legislação pertinente seria o Código Florestal, mas há uma precariedade no sistema de vigilância e fiscalização ambiental.

lugar de proteção política, um dos poucos, embora frágeis, mecanismos de tentativa de proteção legal e eficiente.

No entanto, a ampliação do número de áreas protegidas e mesmo a direta execução da política ambiental que viabilizaria a necessária proteção dessas áreas, depende da definição e dos encaminhamentos de interesses políticos que são constituídos fora do âmbito onde os interesses comunitários pelas unidades são gerados. Evidentemente, não se pode pensar, e isso seria ingênuo, que a criação e a gestão de unidades de conservação possam se dar sem negociação.

Essa bifurcação da política ambiental das unidades de conservação cria um desnivelamento do discurso da proteção ambiental e das práticas sociais, criando uma espécie de impedimento retórico para viabilização da prática, ou seja, da implementação da política com vistas a sua real aplicação.

É neste quesito da bifurcação da política ambiental que pode se fundamentar a crítica à política, uma crítica ambiental da política ambiental. Esta crítica deve se debruçar sobre os limites impostos e abertos pelo poder como elemento articulador dos interesses ambientais-políticos em questão.

A criação e a gestão de unidades de conservação, enquanto política estruturante, tem se revelado precariamente como uma prática de mudança social relativa ao meio ambiente. E isso tem levado a perceber que a regulamentação das unidades de conservação não garante necessariamente a sua conservação<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Na França, a prática tem mostrado que os espaços protegidos tendem a ser considerados como modelos de gestão da natureza. Por conta disso, se observa uma multiplicação dessas áreas nesse período mais recente, especialmente, de parques nacionais, reservas naturais e parques regionais, segundo a tipologia francesa. (MILIAN e LOUKIANOFF, 2000). No entanto, no âmbito acadêmico, principalmente, tem-se questionado esta visão. As questões postas giram em torno da preocupação da relevância social das unidades de conservação. Dito de outro modo, a dúvida reside em saber se os espaços protegidos de fato correspondem a um bom uso da natureza, ou seja, se eles atendem objetivamente a função a qual se propõe. As consequências da industrialização do território francês e principalmente seus impactos no meio rural desencadearam, mais fortemente, uma transformação no modo como era concebida a necessidade de proteção da natureza, antes vista como uma preocupação elitizada. A natureza, presente nas áreas rurais ainda não atingidas pelo avanço da degradação imposta pelos

O campo jurídico, embora considerado avançado no tratamento legal que dá à questão, ele, próprio, cria os empecilhos jurídicos para protelar as ações de defesa ou preservação, e nesse sentido, torna-se lento para acompanhar o ritmo da degradação que é imposto à biodiversidade.

O governo cria espaços que tanto servem para uma abertura à interlocução política com a sociedade civil quanto para a administração de sua ausência, através dos morosos mecanismos burocráticos e a falta de previsão orçamentária para a área ambiental.

O governo do estado cria espaços representativos para a interlocução com a sociedade civil, no caso, específico, os conselhos de meio ambiente, e também, pela força da lei cria as unidades de conservação, atendendo às exigências da política nacional e das pressões sociais locais; cria, mas não regulamenta, nem implementa a gestão das áreas: cria as “unidades de papel”.

---

processos econômicos, passou a ser vista como uma espécie de patrimônio material e cultural que necessitava de ser urgentemente protegido. Como apontam Milian e Loukianoff (2000), a importância da dimensão patrimonial é uma característica recorrente da percepção da natureza na cultura francesa. É esta ótica patrimonialista da natureza que fundamenta a criação, principalmente a partir do início do século XX, dos espaços protegidos naquele país. As unidades de conservação, na medida em que foram sendo criadas, provocaram mudanças profundas no modo como se passou a organizar o espaço físico e o novo uso a que se destinava tal espaço. Esses espaços, tradicionalmente vinculados ao modo de vida rural, camponês, tiveram que passar a dividir sua identidade com essa nova representação. Com isso surgiram conflitos pelo uso do território; esse contexto conflituoso é ainda mais acentuado quando, por exemplo, alguns desses espaços protegidos não são objetos de um planejamento adequado ou quando são atingidos pela inércia dos órgãos responsáveis por sua gestão, ou seja, por que não são contemplados por uma política eficiente, que contraditoriamente, parecem não ganhar substância mesmo quando há uma expansão do número de áreas protegidas. Apesar das dificuldades encontradas na gestão dos espaços protegidos e dessa nova configuração do território, antes apenas devotados às práticas agrárias, vários estudos franceses apontam para uma relação importante entre o rural e o ambiental. Por exemplo, Marcel Jollivet, em importante texto compartilhado com outros autores franceses, inclusive formados por ele (JOLLIVET; MATHIEU, 1989), sintetiza essa idéia na medida em que diz que o “meio ambiente é a natureza, e a natureza é o campo”. Para se chegar a considerar a existência, ou melhor, a construção da idéia de meio ambiente e natureza, foi fundamental uma passagem pelo campo, no sentido, principalmente de observar as transformações ocorridas no meio rural, tanto pela sua dinâmica interna, quanto pelas pressões vindas de fora, dos centros urbanos. Este enfoque sobre o rural, contemporaneamente, estimula considerar as reciprocidades, e também as diferenças, nas relações entre o rural e o urbano, de cada um desses em relação à natureza (LUGINBUHL, 1989) e da natureza em relação a eles (BILLAUD; SOUDIERE, 1989). Neste sentido as reflexões produzidas sobre a problemática da natureza se apoiam nas observações sobre o rural, assim como na utilização e na organização do espaço no qual se estrutura. A maneira como a sociedade organiza, transforma e utiliza seus espaços através dos conceitos e noções que emprega, permite que a natureza seja significada conforme sentidos específicos. Então, ora ela pode ser entendida como fonte de recursos naturais, ora como paisagem, ora como floresta, etc, assim como pode também ser tomada como objeto do conhecimento científico. As múltiplas imagens sobre a natureza elaboradas pelos indivíduos e grupos sociais permitem que ela, a natureza, possa ser entendida como uma construção social. Desta forma, as formas de pensar a natureza podem se constituir num meio de organizar (também simbolicamente) a sociedade, de delimitar domínios e usos, dando sentido as práticas sociais que lhe são representativas (LUGINBUHL, 1989).

Observar e compreender o processo gerativo das políticas ambientais através da gestão de Unidades de Conservação nos centros urbanos pode favorecer questionamentos acerca da qualidade da política urbana de meio ambiente, que além da preocupação com os recursos naturais deve estar atenta às dimensões do bem-estar coletivo da cidade. Nesta ótica, estão também envolvidos com a questão ambiental, o saneamento, o uso do solo, urbanização, habitação e todas as políticas que de um jeito ou de outro discursam sobre a qualidade de vida da população.

No Estado de Pernambuco, a política ambiental para as Unidades de Conservação representa ainda um processo incipiente. Nesse sentido, uma crítica ambientalista aos governos se inclina ao “desentendimento ecológico, técnico e até afetivo” para com as unidades, que estão fisicamente “distantes” das urgentes e permanentes decisões tecnoburocráticas governamentais. Depois do decreto de criação das unidades de conservação resta um “sentimento de desobrigação” institucional.

Esta morosidade pública estimula um espaço permissivo do uso inadequado e, por isso degradante, dos recursos naturais, ampliando os problemas que impedem uma melhoria da qualidade de vida urbana. A continuidade deste processo leva a um esgotamento da ecologia do lugar e algumas das unidades não mais podem mesmo ser consideradas assim, perdendo, antes mesmo de lhes ser atribuída, sua biodiversidade e sua função social. O grande “medo” dos ambientalistas locais, em função desse processo, é que não se tenha tempo de assegurar legalmente o lugar da natureza, especialmente nos lugares onde ela especialmente é uma natureza mínima.

As Unidades de Conservação reservam à natureza “pequenos lugares” na cidade, que por mais representativo no sentido da importância ecossistêmica que resguarde, não assegura o máximo possível de proteção aos recursos naturais. Neste sentido o

protegido é sempre ou quase sempre, principalmente em se tratando de centros metropolitanos, o mínimo. Em parte este senso se deve à percepção recorrente (embora haja resistências de grupos ambientalistas) de que a natureza como tal não existe na cidade, mas fora dela, e que, portanto, não se deve ter tanta preocupação assim. Muito embora a natureza seja percebida como um lugar distante do cotidiano da maioria das pessoas e então como algo que não lhes importa diretamente, há um assentamento psicológico amplamente difundido de que a natureza como categoria abstrata, ou seja, como uma dimensão natural da vida, deve ser respeitada e preservada.

As Unidades de Conservação, de um lado, revelam e definem o lugar da natureza na cidade, numa clara distinção com aquilo que está isento de maiores cuidados de conservação ou preservação. Isto porque a cidade aliena-se da natureza, ao mesmo tempo em que aliena a natureza do sentido da vida na cidade. A condição para a existência dos espaços naturais em íntima ligação com lugar da sociedade, ainda é reservá-los em espaços protegidos por lei e sob a vigilância do poder público ou de grupos interessados, numa atuação social extremamente precária e conflituosa.

A regulamentação destas áreas define as regras de funcionamento das unidades, estabelece o que é proibido e o que é permitido e o que deve ser incentivado localmente, se é possível a presença humana ou não e a que fins a unidade se presta. Este ato envolve questões de interesse político e deve garantir, necessariamente a existência de uma estrutura física para “tomar conta” da unidade.

A criação das áreas ambientais não significa custos financeiros para os governos, no entanto os processos posteriores de regulamentação, implementação e gestão das áreas implicam em gastos que os governos não querem ter e para o que não existe política orçamentária (como no caso da saúde e da educação com índices pré-fixados

no orçamento público). A regulamentação das áreas ou a inserção delas no campo das discussões governamentais parece, então, de certa maneira institucionalizar o conflito, para mantê-las sob controle governamental.

As Unidades de Conservação, tanto as estaduais quanto as municipais são, portanto, em certo sentido, a condição ambiental do lugar da natureza, no entanto, isto não resolve o problema ambiental em sua complexidade. Tal problema, em especial nas cidades está intimamente relacionado com as práticas cotidianas, com o desenvolvimento sócio-econômico e com as políticas de urbanização, historicamente anti-ecológicas. Ou seja, as unidades de conservação não solucionam os problemas criados pelos hábitos insustentáveis.

Por outro lado estimulam a abertura de novos espaços de interlocução, apesar do processo essencialmente complicado que envolve sua gestão. Esta segunda etapa, a da gestão, em que se localiza a grande dificuldade relativa às Unidades de Conservação, os conflitos, os interesses e as negociações se transferem da área física e de possível importância ecossistêmica para o mundo político, do diálogo e das disputas. Um processo lento, de solubilidade fragmentada, de resistências ideológicas e econômicas que acompanham e não impedem o contínuo processo de degradação ambiental e baixa da qualidade de vida urbana.

A preocupação ambiental não está totalmente integrada nas práticas cotidianas, a não ser pontualmente em experiências localizadas ou em orientações políticas muito globais. A ação, em nível local e global de grupos de interesse ambientalistas é de fundamental importância para a geração de uma mobilização social efetiva em torno da questão ambiental, por exemplo, em Unidades de Conservação, quando congrega

objetivos comuns e reivindica legalmente a restrição à degradação ou ao uso ilimitado e privado dos recursos naturais.

À ação dos grupos se incorporam discursos ambientalistas da necessidade de proteção dos recursos naturais importantes para a mobilização destes grupos. Os interesses arregimentados pelo e no discurso ativam a vontade política dos sujeitos para a atuação direta nos debates e nas disputas sobre o problema ambiental. Ao nosso ver, é através desta capacidade discursiva do ambientalismo inserido no mundo político que a questão ambiental começa a se delinear na forma concreta de política ambiental. No entanto esta prática discursiva que toma conta da política ambiental corre o risco de permitir a sua inversão numa retórica discursiva que trabalha para assegurar recursos econômicos para tocar projetos sociais, sob o pretexto de que eles são sustentáveis ambientalmente, muitas vezes não o sendo.

Além disso, o enquadramento político do meio ambiente através dos organismos de gestão da política ambiental nos diversos níveis pode permitir, se não devidamente estimulados, um esvaziamento da discussão nos espaços propriamente criados para a tomada das decisões políticas sobre o meio ambiente e dos projetos cujas intervenções digam respeito à disponibilidade e capacidade de suporte da natureza.

Mesmo assim, como poderá ser visto no próximo capítulo, a política ambiental avança no quesito da formação de sujeitos políticos atuantes como no caso dos conselhos e comitês ambientais, atuação técnica de órgãos públicos; a contrapartida de setores da sociedade civil, e na geração, mesmo que precária e segmentada, de uma politização ambiental, através da evidência do caráter público do problema ambiental, característico de nosso tempo e da democracia que vem se formando socialmente.

## Capítulo III

### Movimento Ambientalista e Articulação Política

#### *3.1 – Introdução: A Mata Atlântica: um “patrimônio nacional”*

É assim que a Constituição Brasileira reconhece e define a Mata Atlântica. No §4 do artigo 255 da Constituição lê-se o seguinte:

A Floresta Amazônica brasileira, a **Mata Atlântica**, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são **patrimônio nacional** e sua utilização far-se-á, na forma da lei, nas condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”(BRASIL, 2002; grifos nossos).

No entanto, mesmo depois de 500 anos de intensa degradação, a história da mata atlântica tem sido contada ressaltando-se quase sempre seus aspectos negativos. Como o que acontece em geral em todas as áreas onde ela se encontra, a sua história está relacionada a um intenso processo de desmatamento, em grande medida, como consequência das necessidades econômicas criadas pelos processos de urbanização e pelo desenvolvimento de práticas industriais, agropecuárias, mineração e extração de madeira.

Como diz Warren Dean, em sua obra *A Ferro e Fogo*, “a história florestal corretamente entendida é, em todo planeta, uma história de exploração e destruição”(DEAN, 1996: 23). E continua, ressaltando que:

o homem reduz o mundo natural à ‘paisagem’-entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional- ou também, o que é ainda mais assustador, a “espaço”-planícies desertas aplainadas a rolo compressor e sobre as quais o extremo do narcisismo da espécie se consagra em edificações. As intervenções humanas quase nunca realizam as expectativas humanas Seus campos se

empobrecem, seus pastos se tornam magros e lenhosos, suas cidades entram em colapso. O mundo natural, simplificado, em desacordo com os desejos humanos, mas, em resposta a seus atos, convertem-se em enorme macega cosmopolita de luto (idem: 24).

Este pensamento de Dean coloca nas mãos e nas consciências dos humanos a responsabilidade necessária pela degradação proposital e despropositada que lhes é imputável, sem dúvida. Em termos sociológicos, falar do homem, num sentido geral, como responsável pela degradação ambiental planetária pode provocar, no entanto, indefinições sociais da responsabilidade ambiental que deveria ser imputada em função da participação social e econômica e das desigualdades presentes no sistema econômico em que cada humano se insere enquanto pertencente a uma coletividade definida. Como se sabe, há “humanos” que se organizam e se desorganizam intencional ou desintencionalmente para a degradação da natureza, enquanto há grupos, que pelo contrário, saem em sua defesa, como há ainda, aqueles “humanos” que procuram uma mediação entre o uso sustentado dos recursos da natureza e a conservação da biodiversidade. Não só os movimentos da defesa ambiental são difusos, mas também os caminhos que justificam sua destruição.

A supressão da floresta em favor das práticas econômicas do desenvolvimento permitiu que atualmente este bioma, ou melhor, os lugares de onde ele foi ausentado, seja o espaço em que se produz mais de 70% do PIB brasileiro. Mesmo os órgãos públicos nacionais responsáveis pela proteção ambiental relatam em seus documentos oficiais, numa postura retórica contraditória ao modelo desenvolvimentista impetrado por seus governos, que há uma relação forte entre o modelo de desenvolvimento adotado no país e a degradação dos biomas brasileiros (MMA, 1998).

Desde a colonização do país tem-se conhecimento claro do forte impacto gerado sobre a mata atlântica, mas é no Século XX, principalmente, a partir da sua segunda metade, quando se intensifica o processo de industrialização nacional, que a dinâmica de degradação da floresta se acentua e começa, por conseguinte, a chamar a atenção dos grupos militantes que vinham se formando no país tendo como causa principal a defesa da natureza e da vida.

Até pouco tempo, não se tinha uma definição científica consensual para a mata atlântica, que só ocorreu por um esforço vindo do ativismo ambientalista, através da ação coordenada entre a SOS Mata Atlântica e importantes pesquisadores da área ecológica. Neste sentido, passou a definição a incluir no Domínio da Mata Atlântica - que se estende do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul e nas regiões sul e sudeste, avança quilômetros adentro, chegando até os limites com a Argentina e Paraguai- a floresta litorânea, as matas de araucária, as florestas decíduais e semidecíduais interioranas e ecossistemas associados como restingas, manguezais, florestas costeiras, campos de altitude e encaves de campo, brejos de altitude e cerrados. Em números nacionais, o exemplo da Mata Atlântica<sup>37</sup> é marcante: dos 15% (1.306.421 km<sup>2</sup>) de cobertura original de floresta, hoje existem aproximadamente 7% (102.000 km<sup>2</sup>). (CAPOBIANCO, 2001:11)

Numa ação conjunta, a Rede de ONGs Mata Atlântica, em 2001, se articulou em apoio ao Projeto de Lei Mata Atlântica que regulamentaria o uso e os limites dos remanescentes de mata atlântica de 17 estados brasileiros. Este projeto foi reeditado

---

<sup>37</sup> A Conservation International, uma ONG ambientalista internacional, incluiu a mata atlântica na lista das "Hotspot", ou seja, a mata está entre as 25 biorregiões com maior biodiversidade mais degradadas da terra, num esforço para mapear esses espaços e permitir a elaboração de políticas ambientais mais eficientes.

em 1999, após dez anos tramitando sem sucesso no Congresso Nacional<sup>38</sup>. Mas somente em 2006, o projeto de lei foi sancionado pelo Presidente da República (lei nº11.428/06).

A redução drástica do bioma da floresta atlântica aponta, segundo os ambientalistas especializados nesse campo, uma situação crítica, a qual não se pode mais fugir, em detrimento de um comprometimento ainda mais sério para a qualidade de vida das populações urbanas e da sobrevivência dos ecossistemas interligados à mata atlântica. Nas áreas ligadas pela mata atlântica, vivem mais de 70 % da população brasileira, a grande maioria em áreas urbanas; ela abrange 3.409 municípios em 17 estados brasileiros.

A biodiversidade da mata atlântica já foi reconhecida mundialmente pelo seu forte caráter endêmico e da alta concentração de espécies em suas áreas. No entanto, a sua função ecológica importante é quase sempre desconsiderada nos esquemas do desenvolvimento econômico até então implementados. Tanto nas cidades como em áreas rurais, o bioma atlântico é responsável pela regulação dos fluxos dos mananciais hídricos, fertilidade do solo, controle do clima, além de resguardar em seu território um patrimônio histórico e cultural de populações indígenas e tradicionais<sup>39</sup>, por exemplo; e também um importante e pouco conhecido patrimônio genético já em

---

<sup>38</sup> Os instrumentos legais brasileiros que asseguram a proteção da mata atlântica são o Código Florestal (lei nº 4.771/65), a medida provisória 2.080 e o decreto 750/93. Em 1992, o então deputado Fábio Feldmann, ativista do movimento ambientalista brasileiro e um dos seus primeiros representantes na esfera legislativa, apresentou o projeto de lei 3.285 que pretendia disciplinar o uso e proteger os recursos atlânticos, mas foi arquivado em 1998 e só desarquivado em 1999. Em 2000, o deputado Jacques Wagner, redige o projeto de lei 285/99 que foi apensado ao projeto elaborado por Fábio Feldmann. Ambos, denominados Projeto de Lei Mata Atlântica, aguardaram apreciação pelo Congresso Nacional por vários anos. (<http://www.desmatamentozero.ig.com.br/nav/artigo.htm>; acesso em 7 de junho de 2007). Para uma observação mais detalhada da cronologia jurídica da mata atlântica ver <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=647>. A demora na aprovação recente da lei se deveu em grande medida pela oposição sistemática da banca ruralista do congresso brasileiro.

<sup>39</sup> Recentemente, o governo federal lançou um decreto presidencial, nº 6.040, de fevereiro de 2007, em que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), para dar base a ação do IBAMA através do Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT) e para facilitar a articulação desses povos com essas instituições "protetoras". Como aponta Pereira (2007), é um ganho tardio, do qual não se pode ainda ter uma análise apurada, mas fundamental para o reconhecimento de grupos populacionais importantes, frágeis e quase sempre isolados politicamente.

grande medida destruído. A devastação da floresta, quando ocorre, provoca, além da destruição do patrimônio genético, a redução de disponibilidade de água potável, a ocorrência de enchentes, os desmoronamentos e o aumento da poluição do ar. Não raro se vê a floresta como um conjunto amplo de recursos naturais disponíveis para a produção econômica, ignorando-se sua importância no equilíbrio dos sistemas ecológicos e como lugar de vida e de trabalho destas populações (CAPOBIANCO, 2002).

Na contramão do discurso oficial do governo, existe um contra-discurso também oficial do próprio governo, um discurso mais ambientalizado, que atende, em parte, a demanda do ativismo ambientalista e que parece forjar uma política nacional de meio ambiente. Esse discurso identifica a mata atlântica como área prioritária de proteção ambiental e reconhece a participação dos ambientalistas como fundamental para a estruturação deste processo.

No entanto, o objetivo de garantir a proteção da biodiversidade e de recuperar e dar sustentabilidade à mata atlântica relaciona-se em grande medida, ao fortalecimento das atividades econômicas que utilizam os recursos naturais de forma sustentável. Isso não necessariamente se revela em um problema, embora o enfoque econômico dado a sustentabilidade ambiental (MOREIRA, 2007) possa em casos específicos sobrepujar a real necessidade de proteção da biodiversidade. Como a viabilidade das atividades econômicas tem relação direta com a viabilidade dos ecossistemas atlânticos, essa vinculação parece fazer sentido, devendo ser observada de forma cautelosa.

Diante deste quadro de devastação, nos últimos 35 anos, com o crescimento do movimento ambientalista e da política verde, vem ocorrendo uma mudança de consciência de setores da sociedade brasileira quanto à importância do meio ambiente.

A contribuição do movimento ambientalista foi fundamental para as mudanças tanto da opinião pública quanto dos setores governamentais, que passaram a dar maior atenção para a proteção da mata atlântica.

O movimento ambientalista contribuiu fortemente para o reconhecimento da importância do meio ambiente na Constituição Federal, quando em 1986, através da Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembléia Constituinte (CIEC), formou-se, segundo Alonso (2007), a primeira tentativa de formalização de uma rede ambientalista nacional. Na década de 1980, surgem as Assembléias Permanentes de Defesa do Meio Ambiente e as Federações de Entidades Ecologistas. Na década de 1990, na Rio 92, o movimento ambientalista se reuniu e criou a Rede de ONGs de Mata Atlântica, congregando hoje mais de 250 organizações (CAPOBIANCO, 2001).

Existe, por outro lado, uma crítica de que o país precisa ainda aprimorar a política de proteção dos remanescentes florestais e que em geral as políticas ambientais são muito incipientes e não tem trazido resultados eficazes. As possibilidades abertas por esses processos ficam restritas então em função dos rumos políticos do governo e do Congresso Nacional no âmbito socioambiental. Apesar do que o Ministério do Meio Ambiente tem divulgado sobre a redução dos índices de desmatamento nas áreas de mata atlântica (e na Amazônia) ainda é possível observar uma forte pressão causada pelo setor madeireiro e agro-pecuário nessas áreas.

Do ponto de vista das dinâmicas sociais e econômicas, outras grandes ameaças situam-se nos processos de instalação de indústrias e atividades econômicas poluentes ou altamente consumidoras de recursos da mata atlântica. A precariedade do saneamento urbano nas grandes metrópoles e municípios no interior do bioma, a falta de controle sobre o avanço da biopirataria e a pressão gerada pela expansão urbana e

crescimento demográfico, bem como a construção de hidroelétricas, fazem com que as ameaças avancem em um ritmo maior do que as iniciativas para a proteção do bioma.

Dentro do contexto da política nacional de meio ambiente (lei nº 6.938/81), está a criação e implementação de unidades de conservação reconhecida como a forma mais direta de proteção dos biomas ameaçados, consideradas no Programa Nacional de Florestas, lançado em 2003. Mas é então, a partir da Eco-92, sob a bandeira da Agenda 21 que a política nacional de meio ambiente passa a se promover, defendendo e supondo, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável delineados retoricamente nesta agenda, um equilíbrio entre as dimensões sociais, ecológicas e econômicas da vida. Em 2002, o Brasil institui sua agenda nacional (BRASIL, 2003). No entanto, a proposta do desenvolvimento sustentável parece empurrar para um futuro incerto a possibilidade de proteção ambiental. Há a constatação de que os biomas vêm sendo progressivamente degradados e as políticas impetradas não dão conta da degradação, e enquanto isso não há esforço político evidente de que mudanças estruturais necessárias à eficácia de políticas ambientais sejam feitas no modelo de desenvolvimento.

O desafio é, todavia, enorme, e parece não estar sintonizado com o nível das macro-políticas nacionais. Os números sobre as unidades de conservação, em todos os cantos do território nacional, sejam elas federais, estaduais ou municipais, são evidentemente insuficientes, considerando os padrões internacionais de proteção ambiental. O número de unidades de conservação nacionais e estaduais está bem abaixo da média mundial, como se pode observar nos dados descritos abaixo. Embora estes sejam de uma década atrás, não houve nos dias atuais uma alteração substancial dessa contagem. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) se propõe

a alargar e rearticular a proteção das unidades de conservação para atingir a meta de proteção de 10% do total do bioma.

Em dezembro de 1997, 329 reservas e parques federais e estaduais ocupavam uma área total equivalente a 2,5% do território brasileiro. A média mundial é de aproximadamente 5%, mas alguns países latino-americanos já protegem bem mais do que isso. Além de uma média geral baixa, um problema grave no Brasil são as acentuadas disparidades entre regiões e estados no que se refere aos percentuais de proteção. Entre as regiões, por exemplo, a média do Norte (4,18%) era a única acima dos 2,5% - a tal ponto que, sem essa região, a parcela protegida do território nacional cairia para 1,12%. Já os valores obtidos para cada uma das 27 unidades da federação indicavam que apenas nove (destacando-se Rondônia, Distrito Federal, Amapá e Amazonas) tinham percentuais de proteção superiores a 2,5%. Todos os outros estados estavam abaixo disso, sendo que em 12 deles a área total protegida não correspondia sequer a 1% do território estadual.

Na verdade, se o Maranhão, o mais amazônico dos estados nordestinos, com um percentual de proteção de 3,14%, fosse excluído da análise, a média do nordeste cairia de 1,1% para 0,59% - patamar que infelizmente retrata melhor os problemas que ocorrem na região. Em cinco dos nove estados que integram o Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Ceará), por exemplo, a área protegida não corresponde sequer a 0,25% do território estadual – a pior situação é a do Ceará. Em termos de proteção ambiental oferecida por reservas e parques, portanto, esses são justamente os cinco estados mais atrasados do país. (COSTA, Felipe A. P. L. SOS Caatinga: imprensa reproduz Ongs e erra. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/ofjor/ofc090120021.htm>, acesso dia 9/1/2003).

Os desmatamentos ocorridos na RMR e na zona da mata pernambucana se deram por razões econômicas relacionadas com a política agroindustrial da monocultura da cana-de-açúcar. Apenas 23% da zona da mata de Pernambuco possuem remanescente de mata atlântica. O mapeamento satélite da área foi feito pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata (PROMATA). O desmatamento é mais acentuado na Zona da Mata Norte, com 6,16% da área coberta contra 17% da Zona da Mata Sul.

Os brejos pernambucanos, únicos espaços do semi-árido do estado que abrigam florestas úmidas (mata atlântica) também estão igualmente ameaçados pela falta de proteção ambiental e seus remanescentes são ainda mais exíguos que os da área

costeira. Segundo estudos do Núcleo de Biodiversidade da UFPE, em 50 anos 85% dos brejos de altitude foram destruídos no estado, principalmente em função de atividades agro-industriais da economia sertaneja. Em trechos extensos do semi-árido pernambucano, o que se observa é um processo de desertificação intenso que provoca dentre outras coisas a salinização do solo, indispondo, a terra já pobre, ao plantio. O bioma da Caatinga pouco protegido no estado, conseqüentemente fica ameaçado e sua população sertaneja igualmente. O plano de conservação dos brejos da Paraíba e Pernambuco indica que apenas 0,16% dos brejos nesses estados estão dentro de unidades de conservação.

A ONG Conservação Internacional indicou em estudos recentes que o desmatamento em áreas prioritárias de conservação continua avançando. Um das alternativas consideradas para a conservação em Pernambuco é a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), pois grande parte dessas áreas está localizada em usinas e engenhos, áreas particulares, portanto.

### ***3.2 - Crítica Ambientalista***

A vinculação da academia com o movimento ambientalista<sup>40</sup> originariamente não se deu em Pernambuco de forma sistemática na direção de uma sociologia ambiental, embora tivéssemos tido uma mobilização socioambiental desde o final da década de

---

<sup>40</sup> É preciso ressaltar que quando falamos de movimento ambientalista, no singular, não estamos falando de uma mobilização específica, mas do conjunto das mobilizações, que independente de seu grau de organização, podem ser incluídas na categoria de movimento ambientalista. Neste sentido, é preciso distinguir o trabalho específico de cada ONG ambientalista presente em nosso estado que por si só não constitui um movimento e a demanda ou pressão popular ambiental que em si só também não constitui movimento. Para o movimento é preciso a articulação política entre essas esferas em função de um interesse comum. Por isso, em alguns casos, em alguns momentos da história ambiental no estado é possível falar da ausência do movimento ambientalista, embora houvesse o trabalho de ONG's e o reconhecimento de demandas ambientais. Paradoxalmente é também possível falar da ausência de política ambiental em função de um contingenciamento das demandas e dos recursos humanos e orçamentários por parte dos órgãos do sistema estadual de meio ambiente, apesar da existência da estruturação institucional da política ambiental.

1970, quando surgiram as primeiras ONGs ambientalistas no estado, em consequência de pressões populares organizadas na defesa do meio ambiente. Mas foi a partir de quadros da UFRPE<sup>41</sup> que esta articulação foi feita primeiramente.

No entanto, essas mobilizações socioambientais em Pernambuco podem hoje ser vistas como um dado histórico importante para a análise ainda pouco desenvolvida do movimento ambientalista no estado e das práticas ambientais que o circundam, assim como da influência inegável, acreditamos, de que este movimento tem, mesmo tendo um perfil pouco organizado, na institucionalização das políticas ambientais consideradas nas agendas políticas do governo.

A origem do movimento ambientalista em Pernambuco está ligada a certa sensibilidade intelectual e ao reconhecimento de uma demanda popular ambiental legítima vinda de classes populares que lutavam pela melhoria da qualidade de vida. O reconhecimento dessa demanda partiu também dos grupos comunitários diretamente envolvidos com os problemas ambientais que lhes afligiam. A constatação desta relação nos levou ao encontro dos casos estudados neste trabalho.

A ESEC Caetés e a APA Uchoa têm suas histórias vinculadas à origem do movimento ambientalista no estado. Nós diríamos mesmo que essas manifestações, que constituíram depois essas áreas em unidades de conservação definidas com base na tipologia do SNUC<sup>42</sup>, permitiram a esse movimento se estruturar tendo em vista um problema objetivo com o qual lidar.

---

<sup>41</sup> O ecólogo Vasconcelos Sobrinho, professor da UFRPE, ainda na década de 1960, foi um dos primeiros e principais defensores da causa ambiental no estado, originalmente focada na conservação ecológica, articulando e colaborando com a então embrionária militância ambientalista. Foi ele quem nessa época fundou o Centro Pernambucano de Conservação da Natureza, centro este que funcionava salvaguardado pelo sistema universitário.

<sup>42</sup> O SNUC é uma lei federal que cria uma tipologia de unidades de conservação possíveis considerando as características e a funcionalidade dos ecossistemas brasileiros. Caetés e Uchoa são áreas de remanescentes de mata atlântica. Caetés é uma unidade de proteção integral, que impõe sérias restrições à ação humana, e Uchoa, uma unidade de uso sustentável, que permite um relativo uso humano de seu espaço. Em geral, a ideologia que fundamentou historicamente a criação de áreas protegidas no Brasil e no exterior foi o que Diegues (2002) bem denominou de mito moderno da natureza intocada, que supõe

Essa história revela que as ações sociais e as mudanças estimuladas por tais ações tiveram rebatimento nas estruturas burocráticas dos governos que foram obrigados a dar relevo político institucional ao meio ambiente e aos grupos que legitimaram tal demanda. Essas duas comunidades de periferia situadas em áreas críticas da grande Recife, num determinado momento, organizadas politicamente, conseguiram impedir que políticas oficiais e privadas de alto impacto ambiental fossem implementadas em sua vizinhança.

As comunidades de Caetés e Uchoa diante da iminência de uma devastação ambiental do pouco de mata que dispunham ao seu redor provocaram, através de suas mobilizações, mudanças significativas no sistema de proteção ambiental que regulavam o uso e a propriedade dessas matas e ressignificaram substancialmente a sua relação com a natureza que não iria mais ser transformada em aterro sanitário metropolitano (Caetés) e um condomínio residencial de luxo (Uchoa). A defesa da natureza que antes não era significativa para as comunidades, passou a ser o cerne de uma forte articulação política, compondo o conjunto de suas necessidades sociais.

Não raro se encontra no discurso ambientalista o argumento de que não há, *strictu sensu*, uma política ambiental no estado de Pernambuco. O sentido dado a este argumento enfatiza a quase total ausência de recursos e investimento na área da proteção da biodiversidade no estado e também de equipamentos públicos e material disponível para o desenvolvimento de um programa de política ambiental.

---

que esses espaços só estarão bem protegidos se os seres humanos forem impedidos de acessá-lo. Acho que essa visão está explicitamente colocada no modo como os governos tratam a gestão dessas áreas que muitas vezes não chegam sequer a serem implementadas, como é o caso de 38 unidades de conservação criadas pelo governo do estado de Pernambuco em 1987 e de 25 zonas especiais de proteção ambiental criadas pela prefeitura da cidade do Recife desde 1996. Retoricamente, as unidades de conservação, criadas pela força da lei, são vistas como a condição ambiental da existência da natureza. O que, supostamente, não esteja nos seus limites pode ser usado: o que não é natureza protegida pode ser degradado e muitas vezes nem é vista como natureza, mas apenas como um obstáculo que impede a consecução de interesses particulares.

Por outro lado, há uma relativa competência reconhecida do marketing ambiental elaborado e defendido pelo governo do estado, em menor medida no nível municipal, consubstanciado pelos diversos documentos publicados nessa área pela SECTMA, ao longo desses anos mais recentes. A Agenda 21 de Pernambuco (2003) tenta dar à discussão ambiental um ar renovado, especialmente ao que se refere à existência no estado de diversas unidades de conservação. No entanto, o que ela faz nesse sentido, é o reproduzir o conhecimento já existente sobre o tema, sem propor alternativa plausível para a gestão dessas áreas dependente de uma política oficial do estado.

Neste caminho, em algum momento, o número de unidades de conservação criadas na Região Metropolitana do Recife pode representar um “excesso negativo” que compreende na verdade um conjunto de unidades não geridas por uma estrutura política que se organiza de maneira a garantir, assim, sua ausência institucional, uma espécie de irresponsabilidade organizada, ou seja, num sentido paradoxal, uma não política ambiental. Há com isso uma sensação de abandono político em relação às unidades de conservação da área metropolitana.

À crítica ambientalista de que não há uma política ambiental proposta pelos governos soma-se, em consequência, a idéia de não comprometimento político com a questão ao ponto de permitir que ela ocupe uma dimensão central no quadro das políticas públicas estaduais. Este não comprometimento é uma espécie de herança que sucede aos governos. De uma outra maneira, o problema do compromisso político com a gestão ambiental se explica, segundo os ambientalistas, pelo vínculo que os dirigentes políticos têm com o poder econômico, denotando assim, a importância tangencial que em geral assume a política ambiental sempre colocada em instâncias secundárias das secretarias de governo. Isso em certa medida pode ser observado, nos

últimos anos, pelas políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico, por exemplo, o Complexo Portuário de Suape, desempenhadas de forma estratégica pelo governo do estado. Neste caso, específico, a proteção ambiental retoricamente se deu através da prática da política ambiental compensatória.

A ausência de recursos é utilizada como justificativa para a não implementação das unidades de conservação. A estrutura ambiental do estado trabalha nas áreas que geram receitas aos cofres públicos, especialmente através do licenciamento ambiental. As políticas que dependem de previsão orçamentária e de gasto público são geralmente negligenciadas nas ações planejadas. O estado cria então um impasse político ao não alocar recursos, tendo já criada uma estrutura que permita isso, para a regulamentação e gestão de unidades de conservação.

A política ambiental em Pernambuco não possui habilidade para lidar com os problemas sociais, embora tenha com eles relação direta. No caso das unidades de conservação na área metropolitana do Recife, elas estão quase todas concentradas em áreas de periferia com altos índices de densidade populacional e violência urbana. Entre elas se formam um cinturão de pobreza, em comunidades muitas vezes sem acesso a saneamento básico. Os fragmentos de natureza ainda presentes nessas áreas poderiam ser pensados de forma integrada politicamente às questões de inclusão social dessas áreas. O uso dado ao espaço em função da situação social dos moradores da área acaba, inevitavelmente, como conseqüência de uma irresponsabilidade política organizada, acentuando os problemas ambientais já existentes.

O governo se outorga a responsabilidade exclusiva pelo controle dos recursos financeiros gerados pelas atividades licenciadas geradoras de impacto ambiental, sem que esses recursos precisem ser redirecionados para as políticas definidas pelo próprio

governo para proteção ambiental. A exclusividade da proteção ambiental é então compartilhada, sem garantia direta de recursos que permitam sua implementação, com os setores da sociedade interessados por uma intervenção mais ativa dessas áreas. Determinados espaços podem ter sua gestão ambiental terceirizada.

Observa-se uma estagnação no processo de implementação e gestão de unidades de conservação. Além do custo, há uma insensibilidade e desinteresse políticos. O estado se encolhe e burocraticamente cria os impedimentos para a gestão dessas áreas. E se encolhe porque percebe que ações práticas de gestão ambiental não dão notabilidade e relevo político ao governo, ao contrário do que acontece com o marketing ambiental produzido pelo próprio governo como forma de assegurar discursivamente sua responsabilidade ambiental, principalmente através da produção de textos e documentos ambientalmente corretos. A criação dessas áreas é então utilizada para dar plausibilidade retórica ao discurso externado da proteção ambiental no Estado. O estado então declara ter a responsabilidade ambiental necessária para obter os financiamentos para seus projetos econômicos. Esta retórica da proteção ambiental tenta reduzir o nível de preocupação com o uso aleatório dos recursos e busca uma falsa sintonia com a adequação técnica das atividades geradoras de impacto ambiental.

Quando o estado se afasta ou se reduz, quanto a sua efetiva responsabilidade ambiental, as comunidades diretamente afetadas e os gestores ambientais diretos perdem espaço político ou têm enorme dificuldade para lidar com a gestão de áreas que não dispõem dos instrumentos e das condições adequados. Há uma dupla ruptura neste processo da gestão de áreas protegidas. Uma se dá dentro do próprio governo entre os dirigentes das políticas e os técnicos gestores. Uma outra se dá duplamente

entre essa esfera governamental formada pelos dirigentes e técnicos e as comunidades que alimentam o descrédito em direção às instituições públicas responsáveis legais pela proteção ambiental. Quando a gestão de unidades de conservação não é representativa para uma determinada política de governo a auto sustentação política das unidades de conservação fica brutalmente comprometida. Não é a ética da sustentabilidade ambiental que orienta as ações de governo. A falta de um tratamento “verdadeiro”, no sentido de orientado por esta ética da responsabilidade ambiental implica em que o governo não tenha ganhos políticos significativos neste campo de ações. As ações pensadas em torno de uma política ambiental acabam, portanto, tendo rebatimento apenas pontuais e temporários. A sustentabilidade é somente pensada como uma dimensão importante numa etapa compensatória do desenvolvimento. O efeito compensatório transfere recursos financeiros correspondentes ao passivo ambiental de uma área para outra<sup>43</sup>.

Há uma dimensão importante a ser aprofundada que diz respeito ao papel dos técnicos que defendem as ações de proteção ambiental segundo o ponto de vista ambientalista, contrariando a visão desenvolvimentista do governo. Na CPRH, por exemplo, conflitos internos são gerados por essas posturas, a princípio antagônicas. A escolha de técnicos para avaliação de projetos depende de quais pensamentos e atitudes os técnicos escolhidos tendem a tomar. Dificilmente um técnico cuja orientação se incline mais à proteção dos recursos naturais vai ser escolhido para a avaliação de um projeto gerador de grande impacto.

---

<sup>43</sup> Passivo ambiental é o que se consome de recursos naturais renováveis ou não para a realização de qualquer atividade. O estado de Pernambuco é visto como um grande gerador de passivo ambiental. Obras como a duplicação da BR 232, a ampliação do Complexo Portuário de Suape, por exemplo, segundo os ambientalistas, têm provocado a produção de um passivo ambiental nem sempre compensado.

A crítica ambientalista não reconhece uma política ambiental estruturada, estruturante e integrada, plenamente desenvolvida no estado. As ações isoladas e de impacto político não permitem uma atuação preventiva em relação aos problemas socioambientais mais graves, como as questões do desmatamento, poluição, saneamento e saúde pública.

O interesse e a vontade política, ou seja, a questão do poder parece dificultar a aplicação legal do arcabouço normativo do estado no campo ambiental, que é considerada mesmo pelos mais críticos como avançado.

É uma forte questão de poder que define a atuação do governo na política ambiental. O que houve de avanço, reestruturação e ações políticas se devem, de certa maneira, a cobrança feita pelo movimento ambientalista. É necessário ter cuidado e esclarecer bem como se dá a percepção do que é o movimento ambientalista, pois percebemos uma certa dificuldade entendimento do que isso representa para os próprios ambientalistas, apesar de se definirem assim e por se contradizerem algumas vezes a respeito da condição do movimento ambientalista.

Se há uma influência do movimento ambientalista na política ambiental do governo e não somente nas ações pontuais das ONGs é possível tratar na tese do conceito de ambientalismo político pelo modo que essa influência se dá. Não necessariamente, a influência tem que se dar somente pelo nível local, mas principalmente pelas orientações do ambientalismo global, entendido através da discussão gerada pela crise ambiental planetária que fomentou uma discussão científica e social do problema como um problema difuso e geral.

Um setor da crítica ambientalista considera que não é possível falar de um movimento ambientalista organizado no estado desde 1996, e que por isso não existe

uma articulação do ambientalismo nas políticas de governo. O que acontece quando se formula uma política ambiental é que no lugar de política planejada, uma figura de retórica (que é diferente da discursividade ambientalista) assume uma função desmesurada, comprometendo a execução e efetividade dessa ação.

O movimento reage contra a ausência institucionalizada do estado no campo ambiental. Esta ausência pode ser compreendida como inação do governo. Isso nos leva a pensar que há uma política estrategicamente pautada pela ausência, uma política de uma ausência cheia de sentidos, tanto práticos, quanto discursivos, e racionalmente construídos com fins de controle e de propagação de interesses político-econômicos. Paradoxalmente, esta situação revela a competência do estado em não agir no campo ambiental.

O movimento ambientalista nasceu em Pernambuco, como de uma forma geral em todo Brasil, sob as hostes do governo militar. Não havia no início uma abertura política, o que durante muito tempo os movimentos se afastavam daquilo que pudesse ser visto diretamente como um problema social. Com os governos civis, a questão toma um novo rumo e o movimento se redefine, encaminhando os protestos no sentido do socioambientalismo. Essa redefinição permitiu igualmente que setores da sociedade passassem a identificar seus problemas como ambientais, e ONGs e outras entidades sociais começaram a interagir com a questão ambiental. Atribui-se a esta redefinição uma atitude mais realista do movimento no contato com os problemas sociais.

A criação da Reservas Ecológicas na RMR, em 1987, acompanhou o processo de redemocratização da política e da sociedade brasileira. No entanto, o ato de criação, um ato político, não pressupôs naquele momento uma consulta popular.

A dificuldade institucional para lidar com a gestão de unidades de conservação pode ter relação com o caráter de contingenciamento da política ambiental no estado. Esta dimensão contingente se explica pela não observância da integração entre instâncias importante de uma política ambiental: o conjunto das leis, a estrutura institucional, e o quadro programático das ações. Especialmente os dois últimos níveis são apresentados como os principais problemas da política ambiental em Pernambuco, tanto no nível estadual quanto no municipal.

Assim como não é possível observar um consenso sobre a condição da política ambiental, a não ser o fato de que não é há no governo uma visão clara de política ambiental, também não se chega atualmente a um consenso sobre a existência de um movimento ambientalista em Pernambuco, entendido a partir de uma perspectiva mais integral no estado. O movimento ambientalista assim entendido pode ser configurado como um movimento fragmentado dividido entre campos ideológicos diferenciados. Por exemplo, uma crítica de uma corrente do movimento argumenta que existe em determinados setores ambientalistas mais antigos, um certo comportamento autofágico e pouco aberto às diferenças. Na verdade, isso configura conflitos internos entre os membros, heterogeneamente distribuídos do movimento imersos numa crise de legitimidade provocada, dentre outras causas, por dissidências ideológicas que se inclinaram na constituição de novos ordenamentos políticos encabeçados por determinadas ONGs locais. Determinados integrantes chamam para si o status de titulares do ambientalismo no estado, pois a ele se vinculam geneticamente. Acusados de maniqueísmo, estes membros seriam responsáveis pela condição fragmentada do movimento, reduzindo o campo dialógico, com pouca abertura para a diversidade de pensamentos e abordagens, para a pluralidade, considerados fundamentais para

reanimar o movimento em função das mudanças sócio-históricas ocorridas. O que há é um antagonismo entre setores do movimento ambientalista.

É interessante essa questão do contingenciamento do movimento ambientalista. É fundamental traçar um paralelo entre movimento ambientalista e movimento dos ambientalistas, movimento ambientalista e entidades ambientalistas. A questão ambiental é uma questão de poder, não se pode reduzi-la a uma questão técnica, nem de posicionamento, mas passa por uma estrutura de poder. O poder público tem que estar estruturado para atender a essa demanda ambiental, sem o que não pode haver cobrança de uma consciência pública ambiental. Não se pode ser ingênuo a ponto de pensar que o problema ambiental é tão somente um problema de consciência.

Apesar do campo aberto pela democracia, há uma dificuldade de lidar com os canais disponíveis para a legitimação das demandas ambientais, inclusive os definidos legalmente. Isto é o caso, por exemplo, da aplicação das leis ambientais e da funcionalidade dos conselhos ambientais.

A política ambiental para unidades de conservação no Estado de Pernambuco se apresenta em meio a um contexto de extrema dificuldade política. Embora o estado venha se estruturando tecnologicamente para lidar com o controle ambiental, especialmente quanto às ações de licenciamento ambiental, não se observa uma estruturação equivalente de ações para a implementação das unidades de conservação já existentes e menos ainda a criação de novas unidades com vistas a atingir a meta ideal estabelecida pelo governo na Agenda 21 estadual.

As unidades de conservação reconhecidas pelo governo não são atendidas por uma política ambiental prática no sentido da proposição e execução de ações preventivas de proteção ambiental. Isso nos permite dizer que a legislação que definiu

essas unidades de conservação não são validadas através da regulamentação dessas áreas que restam, há anos, como “unidades de papel”.

Neste sentido, por uma ação de negligência política organizada o governo tem provocado, e esta é uma visão compartilhada pelos ambientalistas, sérios prejuízos ecológicos ao estado ao limitar o lugar da natureza aos espaços circunscritos às Unidades de Conservação ou áreas protegidas por lei, que não são paradoxalmente rigorosamente protegidas. Ao não estimular, através de práticas educativas, mudanças estruturais nas dimensões da cultura, o estado mantém os mesmos padrões civilizacionais com os quais alimenta o desenvolvimentismo local que é em grande medida responsável direto pelos grandes impactos ecológicos assistidos no estado.

A maneira da condução da política ambiental de unidades de conservação não constitui, portanto, uma política alternativa à situação histórica de degradação ambiental da mata atlântica situadas em ambientes metropolitanos. Ao menos não no estado de Pernambuco, numa área em que se encontram as 40 unidades de conservação destinadas a proteger este tipo de bioma.

O movimento ambientalista tensiona-se sensivelmente com essa dialética destruturante tão comum ao campo ambiental que faz revelar o impacto negativo sobre as ações políticas locais.

### ***3.3 - As ONGs Ambientalistas***

Existem importantes ONGs ambientalistas no Estado de Pernambuco que desenvolvem trabalhos de capacitação, consultoria, denúncia e execução de projetos. No entanto, elas são muito pouco combativas em relação à falta de estrutura e política ambiental de governo.

É possível ouvir da boca dos ambientalistas a percepção de que no sentido prático não existe movimento ambientalista no estado. As ações isoladas das ONGs não se podem revelar num conjunto definido como movimento ambientalista.

Não existe uma preocupação em conceber as ações e práticas no sentido de um conjunto chamado por movimento ambientalista. Esta tendência favorece a baixa articulação do movimento e sua conseqüente fragmentação.

Existe, tanto em Caetés quanto em Uchoa, por exemplo, uma ação comunitária liderada que se coloca na defesa dos interesses ambientais, cobrando dos governos ações mais eficazes de proteção. No entanto, as ações têm um viés fortemente local e o efeito de uma resistência desgastada dão aos governos uma grande margem de manobra.

Os conselhos ambientais funcionam com muita dificuldade e a indisponibilidade e a falta de recursos é recorrente. Em geral, o ganho é desproporcional à luta e a degradação é sempre maior que às ações que são desempenhadas em favor do meio ambiente.

No entanto o papel das lideranças é fundamental para o entendimento de como se organizam em função de um objetivo comum, a defesa de seu lugar, e como elas tentam manter uma certa tradição de luta.

### **3.3.1 - ASPAN – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza.**

Por intenção de um grupo de estudantes universitários<sup>44</sup>, em 1979, foi criada a ASPAN, identificada como a mais antiga ONG ambientalista do nordeste brasileiro. Atualmente se articula com instituições nacionais e internacionais interessadas na

---

<sup>44</sup> Este grupo de universitários estava ligado a Vasconcelos Sobrinho, que na década de 1960 havia criado o Centro Pernambucano para a Conservação da Natureza.

promoção da qualidade vida de grupos sociais desprotegidos e da proteção ambiental.

A filosofia institucional da organização defende que é necessário estimular a tomada de consciência por parte da sociedade de sua responsabilidade em relação à natureza.

As articulações existentes permitem visualizar a formação de uma rede socioambientalista atuante no Estado, especialmente nas áreas em que as políticas de governo são mais ausentes. Neste sentido, ao longo dos anos a ASPAN tem estabelecido contatos e convênios com diversas instituições na tentativa de desenvolver trabalhos e projetos temáticos cujo objetivo é quase sempre o de favorecer um contato mais próximo de grupos comunitários excluídos com os direitos de trabalho e cidadania, com o intuito de provocar uma mudança sociocultural, mesmo que mínima.

No âmbito internacional a ASPAN está ou esteve ligada à Rede Internacional de ONG's sobre Desertificação (RIOD), ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e à Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), o que lhe permite acento nas Conferências das Partes (COPs), ao Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (SACTES/DED), à *Rainforest Action Network* e *Darnien Foudation*, à Fundação de Solidariedade e Parceria Internacionais (SIS), ao *Global Greengrants Fund* (GGF), todas dos EUA , à Novib e à Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), ambas da Holanda, à *Action Re-Buts*, à Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (AICD/CIDA), ao *Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo* (IDRC), as três do Canadá, à Ação Mundo Solidário (ASW, da Alemanha), à Fundação AVINA, da Suíça, à Djonga 21, uma rede africana, e à *Fundación del Sur*, da Argentina.

Em âmbito nacional está ou esteve articulada com o Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS)<sup>45</sup>, criado em 1989, com a Articulação no Semi-Árido Brasileiro<sup>46</sup> (ASA/RIOD Brasil) fundada por ela em 1999, com o Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis, com a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Tem ou teve representação no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional da Biodiversidade, Conselho de Mudanças Climáticas, Conselho Nacional de Implementação da Agenda 21.

Em âmbito regional e estadual está ou esteve articulada com a Secretaria de Entidades Ambientais do Nordeste (SEAN), criada em 1983, com a Associação Maranhense para a Conservação da Natureza (AMAVIDA), com o Fórum de Entidades Ambientais de Pernambuco (FEAPE), com o Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU), com o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), com o Conselho Estadual de Saúde (CES), com o Fórum Lixo e Cidadania de Pernambuco (FLIC-PE), com o Fórum Comunidades para o Meio Ambiente (FCMA), com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), com a UFRPE e com o Centro Josué de Castro.

E em âmbito local, está ou esteve vinculada ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), e às entidades representantes do FBOMS e FEAPE e SEAN em Recife.

---

<sup>45</sup> Estão ligadas a este fórum em Pernambuco: além da ASPAN, o Centro de Assessoria e Apoio a Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, ECOTEC-Sociedade para o Desenvolvimento Tecnológico, Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos, Instituto de Ecologia Humana, Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social, e SOS Corpo.

<sup>46</sup> A ASA é um fórum de organizações da sociedade civil que atuam em prol do semi-árido brasileiro. Congrega cerca de 750 entidades dos mais diversos segmentos, dentre os quais igrejas, ONGs socioambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, movimentos sociais e organismos de cooperação internacional e nacional.

Os níveis de articulação da rede em que se insere a ASPAN demonstram que quanto mais local é o nível de articulação da rede, menor é a articulação e maior é a dependência dos recursos para tocar os projetos. A dependência dos recursos externos ou de grandes instituições nacionais públicas ou privadas nos faz supor que a hipótese de fragmentação do movimento ambientalista no Estado torna precária a ação das ONG's nas áreas de políticas públicas principalmente naquelas em que o governo tem interesse estratégico e cujas áreas fazem parte da sua política de desenvolvimento.

A crítica ao modelo de desenvolvimento tradicionalmente feita pela ASPAN implica uma crítica aos governos instituídos antes e depois da Constituinte, desde quando vem militando no campo ambiental. Esta crítica é base da ideologia radical adotada pela organização na defesa daquilo que considera um bem comum: a natureza. A militância da ASPAN e o desempenho de seus projetos tem caminhado, então, salvaguardado dos recursos públicos vindos dos fundos mantidos pelos governos, como os fundos (nacional, estadual e municipal) de meio ambiente, dos quais sempre buscou um afastamento ideológico, por se tratar dos recursos vinculados às esferas de poder para onde sua crítica se dirigia.

Esta postura pode ser evidenciada pelos trechos abaixo expostos, obtidos a partir das entrevistas realizadas nesta pesquisa.

Não existe uma política nacional de meio ambiente, não existe uma política nacional de recursos... o que existe é na base do improvisado, é um dinheiro que fica contingenciado.[argumento extensivo às políticas estaduais e municipais de meio ambiente]....A falta de seriedade, de compromisso e de comprometimento político é constante nas administrações todas... Isso traduz também a falta de consciência social porque na verdade de um lado tem o poder econômico que pressiona, que manda mesmo, que elege os dirigentes. E por outro lado eles não têm a mínima consciência ambiental, embora se prejudiquem com o que acontece no meio ambiente. O baixo nível de consciência ambiental é o grande nó da história. (Alexandre Araújo, coordenador da ASPAN, julho de 2005).

Isto conduziu a ASPAN a praticamente não atuar mais nos conselhos ambientais no estado. Ela argumenta que apesar da importância dessas instâncias e de já ter sido parte integrante desses conselhos, considera que hoje eles estão extremamente desgastados pelas práticas de manipulação dessas instâncias exercidas pelo poder político. A capacidade de intervenção dos conselhos é mínima, considera a ASPAN, pois as leis que os constituem os criaram com fragilidade, reduzindo tanto quanto possível seu poder deliberativo. Do ponto de vista prático não chega a ter nenhum poder e suas resoluções podem ser contestadas, pois não são defendidas no campo legislativo. Contesta-se, então a competência legisladora dos conselhos ambientais.

A ASPAN há muito retirou-se dos conselhos, nós estivemos em todos os conselhos desde o nacional, na primeira gestão, no estadual e no municipal, mas depois nós nos retiramos desses conselhos porque isso desgasta, gasta tempo e isso não gera resultado. (Alexandre Araújo, coordenador da ASPAN, em julho de 2005.)

Depois que se retirou dos conselhos ambientais, sua estratégia atual na tentativa de interferir nas políticas públicas ambientais se dá através de uma articulação direta, tanto quanto possível, com os órgãos de controle e gestão ambiental *“e isso pode ser também dentro do conselho, a partir dos representantes da sociedade civil que lá estão (não nós diretamente)”*.

O envolvimento com a universidade e com associações técnicas, como o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco (CREA-PE), são importantes para a ASPAN pelos pareceres que são produzidos como atestação científica da causa em questão, a respeitabilidade técnica, o sistema perito como diria Giddens e Beck (1997).

Surgida da necessidade de se contrapor politicamente à tendência desenvolvimentista do Estado, a entidade argumenta que atua na defesa dos interesses comuns da preservação ambiental e da qualidade de vida da população. O teor do discurso desta ONG é fortemente preservacionista muito baseado nas idéias propostas pela ecologia profunda, cujo representante mais conhecido é o escandinavo Arne Naess.

O sentido desta postura está justamente em defender uma atitude intransigente em favor da natureza, atribuindo a ela valor próprio, resguardando-a sempre do interesse que traduz o ser humano como um agente predador. A dimensão da preocupação com os grupos excluídos, aos quais se dirigem os projetos ambientais da ASPAN, afirma esta inclinação preservacionista na medida em que, através das propostas da educação ambiental, socializam esses grupos para o desenvolvimento de práticas que, ao garantirem uma auto-sustentabilidade das atividades socioeconômicas alternativas de sobrevivência e de cidadania, garantam também um real afastamento da natureza, no sentido de uma reciclagem dos recursos naturais cotidianamente disponíveis e utilizados na sustentação de suas práticas<sup>47</sup>.

Os dados disponíveis sobre as práticas da ASPAN não indicam um trabalho sistemático no campo das políticas para as unidades de conservação, a não ser as ações dirigidas contra os conflitos em Uchoa e em Caetés no seu momento original. No entanto, essas ações não se deram no sentido de uma ação planejada para a conquista da gestão desse espaço e na defesa das demais áreas existentes no Estado, mas sim, assumiram uma postura manifestamente denunciadora e contestatória. Além de não ser

---

<sup>47</sup> A ASPAN tem desenvolvido projetos com catadores de material reciclável na Região Metropolitana do Recife, articulados em torno do Fórum Lixo e Cidadania de Pernambuco, sediado nesta instituição e financiado com recursos de organizações não-governamentais estrangeiras, como a Fundação AVINA e *Action Re-Buts*.

um campo de atuação profissional do próprio governo, não é o principal foco de atuação das ONGs ambientalistas (com exceção do desenvolvimento de projetos de capacitação e educação ambiental), talvez pela não garantia da permanência dos recursos necessários à gestão das unidades.

Por outro lado, a ASPAN tem ligação com boa parte da história ambiental de Pernambuco, caracterizada por sua militância contestatária. No mesmo ano de sua criação, sua primeira mobilização concreta foi estimulada pelos conflitos ambientais no Engenho Uchoa, que já vinham sendo denunciados por Vasconcelos Sobrinho.

Ela [ASPAN] surge de uma necessidade, de uma ansiedade de fazer alguma coisa, sem nenhuma briga concreta em curso, e a primeira coisa que a gente abraça é o Engenho Uchoa porque era uma região de mata na RMR. O professor Vasconcelos Sobrinho estava denunciando a destruição dessa mata pela Norberto Oldebrecht para a construção de um loteamento de casas de luxo. A primeira luta eleita é essa. (Alexandre Araújo, coordenador da ASPAN, em julho de 2005).

A ASPAN afirma que favoreceu ao movimento ambientalista em Uchoa, maior articulação política à época. Em decorrência desta ação um problema que tinha rebatimento apenas local passou a ocupar também a atenção do governo do Estado. Uchoa abriu um precedente ambiental no Estado, apesar de circunscrito aos limites municipais, mobilizou as instituições estaduais e tornou-se referência para a história ambiental em Pernambuco.

Isso veio a partir das denúncias que Vasconcelos Sobrinho fez à imprensa quanto à ameaça a essa mata. Ele era parte da ASPAN e nós assumimos a luta, ele tinha o contato com o pessoal de Uchoa, que já vinha travando essa luta antes mesmo da fundação da ASPAN. Era uma luta mais local, nós conseguimos transformá-la numa luta mais política e mais geral. Então a gente colocou esse posicionamento mais coletivo, com base na comunidade que já fazia o trabalho, com pé na Academia, e com base na pressão jurídica. Então Uchoa se transformou numa discussão política. A Assembléia Legislativa de PE criou uma CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] para investigar qual era o problema causado pelo desmatamento, ainda em 1979. O prefeito biônico do Recife, Gustavo Krause, embora

representante das classes dominantes... teve a coragem de cancelar a licença que a prefeitura tinha dado para o loteamento, suspendeu e condicionou a liberação da licença à posição que a CPI tomasse. A CPI foi favorável à comunidade, depois de muitos problemas de roubo de documentos, ainda assim os deputados se convenceram da demanda da comunidade e votaram pela suspensão da licença e da manutenção da mata. O que foi um grande elemento de aglutinação em torno da ASPAN porque era a primeira luta ganha diante da sociedade, do poder político e do poder econômico. Isso gerou uma ação na justiça pela promotoria do MP [Ministério Público] para que o loteamento não se instalasse e nunca tinha havido uma ação do Ministério Público nesse sentido (Alexandre Araújo, coordenador da ASPAN, julho de 2005).

No entanto, mais ou menos em meados da década de 1990, a ASPAN tem se retirado paulatinamente das questões sobre Uchoa por ter considerado que não havia mais com que a ONG pudesse contribuir diretamente. A assessoria ao movimento foi capitaneada posteriormente pela FASE e que se estendeu até o início do ano de 2001, momento a partir da qual o movimento se articula sem a interferência direta de instituições relacionadas com a questão ambiental, como o caso destas duas.

Em Caetés o envolvimento da ASPAN se deu especialmente durante o processo de formação de um grupo de trabalho estabelecido pelo governo do estado para testar a viabilidade do aterro sanitário naquela área, contestada pela comunidade representada pelo Grupo Resistência de Caetés, formado a partir do interesse da negação do aterro e pela afirmação da mata.

A ASPAN foi contatada pelo Grupo que necessitava de uma assessoria em relação à condução de sua demanda dentro dos termos institucionais para dar maior peso político e plausibilidade a sua demanda, sem o que possivelmente as manifestações poderiam não causar o eco necessário à mudança esperada. No quadro profissional da ONG existiam técnicos-militantes especialistas nas questões dos resíduos sólidos, inclusive também vinculados à Fundação de Desenvolvimento

Metropolitano (FIDEM), que eram contrários à construção do aterro sanitário numa região inadequada do ponto de vista arquitetônico.

A análise técnica das obras realizadas demonstrou que o projeto executado não levou em consideração a inadequabilidade física do relevo, muito íngreme para o funcionamento e capacidade de movimento de um aterro que receberia dezenas de caminhões por dia. As obras até então realizadas geraram impactos negativos na constituição original da mata, o que gerou posteriormente uma necessidade de diversos serviços de reparação dos taludes (encostas abertas entre os morros da mata que serviriam de caminho para o depósito) que corriam o risco de desabamento, afetando permanentemente a possibilidade de recuperação natural da vegetação.

A ASPAN passou a integrar o grupo de trabalho constituído pelo governo e provocou a pressão demandada pela comunidade contra o aterro. O governo não manifestou resistência à demanda e desautorizou a continuidade da instalação da obra, incluindo posteriormente a área na lista das reservas ecológicas estaduais metropolitanas, rapidamente recategorizada como estação ecológica, seguindo as orientações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esse processo foi facilitado, como já foi relatado em outro lugar desta tese, pela condição da propriedade pública da área que havia sido desprivatizada para a construção do aterro. Sem o impedimento da propriedade privada que quase sempre é o nó górdio da implementação e gestão de unidades de conservação e em consonância com a vontade da comunidade em Caetés, a CPRH assumiu a gestão da estação como vem acontecendo até os dias atuais. Como pudemos constatar a intervenção da ASPAN se deu justamente até este momento da resolução do conflito do aterro. Posteriormente manteve contatos esporádicos com a gestão da estação, mas sem envolvimento direto;

como alguns de seus militantes são também professores universitários da área da ciência ecológica, alguns trabalhos científicos, que constituem um dos propósitos da estação, vêm sendo feitos para o conhecimento dos representantes da fauna local, como é o caso do bicho-preguiça, símbolo principal da estação.

No mesmo período em que se envolveu com os conflitos em Uchoa, a ASPAN começou a se vincular aos conflitos em torno da construção do Complexo Portuário de Suape. A construção do porto tem representado alterações substanciais nos sistemas ecológicos da mata atlântica e da vida marinha na costa pernambucana. A ASPAN tem acompanhado estas questões desde então, mas não tem conseguido efetivamente provocar nenhuma mudança significativa nos rumos da política do Estado para a região.

Atualmente, a despeito da atuação ambientalista, vem sendo implantados na região de Suape, a refinaria de petróleo, através de um consórcio entre o governo venezuelano e o brasileiro, o estaleiro naval e indústrias alimentícias, o que implicará na extinção de uma faixa significativa de manguezal e no deslocamento de uma população tradicional de pescadores artesanais<sup>48</sup>, residentes especialmente na Ilha de Itatuoca<sup>49</sup>, mas que dependem e tem um modo de vida ligado a existência de mais 4 ilhas próximas: Cocaia, Barreiro, das Cobras e das Canas, há varias décadas.

Atitudes compensatórias<sup>50</sup>, sem o comprometimento do orçamento público no campo ambiental, têm sido possibilitadas pela criação de áreas de proteção ambiental,

---

<sup>48</sup> Sobre este grupo social importante da costa pernambucana, ver o estudo de Ramalho, 2006.

<sup>49</sup> Estão previstos para 2007 recursos na ordem de 212 milhões de reais, entre verbas federais e estaduais, para a realização de obras viárias que vão permitir o acesso a Ilha de Itatuoca, onde se encontrarão o pólo petroquímico e o estaleiro, e a construção do quarto cais. (Disponível em [Twww.folhape.com.br](http://www.folhape.com.br) . Acesso em 07 de maio de 2007).

<sup>50</sup> Ação compensatória implica numa tentativa de ressarcimento pelo passivo ambiental gerado por atividades que causaram algum impacto ambiental degradador irreversível no meio ambiente. Quase sempre, os acordos são gerados e previstos nos Estudos de Impacto Ambiental-EIA/RIMA obrigatório para qualquer atividade de natureza econômica, como, por exemplo o caso de obras publicas, construção civil, atividades industriais ou comerciais etc.

como por exemplo, a APA Guadalupe em decorrência da implantação do projeto turístico Costa Dourada<sup>51</sup>, congregando uma extensa faixa de terra, prioritariamente privada e que, por isso, não permite a re-localização dos grupos afetados. Inúmeros conflitos em função do uso e da propriedade da terra têm sido estabelecidos desde então, forçando a atuação, nem sempre conjunta, de órgãos públicos como o Ministério Público, a Comissão de Meio Ambiente do poder legislativo e a Agência Estadual de Meio Ambiente, na mediação desses conflitos.

A política ambiental via ações compensatórias é amplamente criticada pela ASPAN, ao justificar que o contingenciamento<sup>52</sup> dos recursos públicos para investimento na área ambiental inviabiliza um programa permanente de ações no campo, de modo que nesse sentido, não se poderia falar em uma política ambiental, seja em nível nacional, seja em nível regional, apesar do avançado arcabouço jurídico e institucional criado ao longo dos anos para a implementação desta política como uma política pública. A quase-ausência do orçamento ambiental impede o planejamento da política ambiental e deixa espaço, parcial e precariamente ocupado pelas políticas compensatórias, para um sentimento da ineficiência das ações de governo na proteção da natureza.

### **3.3.2 - SNE – Sociedade Nordestina de Ecologia.**

A SNE se define como uma ONG de cunho ambientalista e de caráter científico, cuja atuação abrange os estados nordestinos. Surgida em 1986, foi idealizada por

---

<sup>51</sup> Sobre a APA de Guadalupe, o projeto Costa Dourada e os conflitos decorrentes deste processo, ver Menezes (2007).

<sup>52</sup> Segundo dados do próprio Ministério do Meio Ambiente, que já possui um orçamento reduzido em relação a outros ministérios, algo em torno de 500 milhões de reais, teve em 2005 cerca de 81% dos seus recursos contingenciados, ou seja, efetivamente os recursos não foram utilizados. E a razão ou razões para isso não são claramente explicadas. (Disponível em [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br), Acesso em 09 de maio de 2007).

representantes dissidentes da ASPAN. Sua atuação se dá no sentido do socioambientalismo, uma postura conseqüente do conservacionismo, em que se defende a essencialidade do vínculo entre o ser humano e a natureza como chave para superação das dificuldades relativas à proteção ambiental e à qualidade de vida. Nesse sentido, aliada a um estímulo à reflexão crítica da sociedade em relação ao meio ambiente, através da promoção do estudo da ecologia, defende atividades socioeconômicas voltadas ou baseadas no “desenvolvimento sustentável”.

Adotando esta postura, que baseia não só sua militância ambientalista, mas sua prática profissional, o trabalho da SNE, aborda questões ligadas ao desenvolvimento local e regional, políticas ambientais municipais, estaduais e federais, proteção dos ecossistemas nordestinos, uso sustentável dos recursos naturais, produção de mudas, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, vinculados aos problemas da mata atlântica, da zona costeira, das bacias hidrográficas, do semi-árido, unidades de conservação, poluição e miséria de populações rurais e urbanas.

A rede ambiental em que se articula a SNE, em nível nacional, é formada pela SOS Mata Atlântica, Instituto Socioambiental (ISA), FBCN, Fundação Biodiversitas, FUNATURA, CAATINGA, FURPA, Rede de ONG's Mata Atlântica, entidades ambientalistas do Nordeste, Consórcio Mata Atlântica, prefeituras municipais e governos estaduais do Nordeste, através de seus órgãos ambientais, Ministério do Meio Ambiente, universidades, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO).

No âmbito regional e estadual a SNE se vincula ao CONSEMA-PE, ao Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA-PE) e ao Conselho Estadual de Produtos Orgânicos (CEOrg-PE).

Em nível internacional, os intercâmbios se dão com a *Bird Life International*, *Conservation International* (CI), *World Wildlife Fund* (WWF), *World Conservation Monitoring Center* (WCMC), Embaixada do Canadá, USIS, OXFAM, PNUD, UNICEF, *The Nature Conservancy* (TNC).

A SNE mantém alguns projetos, entre os quais Vivendo a Mata Atlântica em seu posto avançado Sítio Ecológico Frei Alfredo em Itamaracá, município da RMR, um posto avançado reconhecido como tal pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Este projeto desenvolve atividades para a recuperação da mata atlântica, incorporando os princípios da sustentabilidade. Através desta atividade são produzidas 60.000 mil mudas por ano e que são utilizadas no reflorestamento e arborização de áreas urbanas com o apoio dos presidiários da Penitenciária Agrícola de Itamaracá (PAI), estimulados pelas práticas de educação ambiental.

No município de Caruaru, no agreste pernambucano, a SNE desenvolve com as comunidades próximas ao Brejo dos Cavalos, através do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PRONABIO), um trabalho para a operacionalização do plano de Manejo do Parque Ecológico Vasconcelos Sobrinho.

Ainda no campo da educação ambiental, desenvolveu os projetos Comunicação, Laboratório, Memória e Educação Integrada ao Meio Ambiente (COLMEIA) e Cidadão do Futuro, com o objetivo de difundir sua prática nas escolas públicas e privadas e outros setores da sociedade.

Como produção científica, a SNE tem produzido um importante acervo sobre a mata atlântica nordestina, entre os quais o Atlas dos Remanescentes de Mata Atlântica no Nordeste (1992), com levantamentos feitos em Sergipe, Alagoas, Pernambuco,

Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, sobre o qual se baseou a criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, estimulando dois anos depois a elaboração do Mapa de Prioridades para a Conservação da Mata Atlântica do Nordeste, em parceria com a *Conservation International* e a Fundação Biodiversitas.

No ano de 2001, propôs ao governo brasileiro a criação da Reserva da Biosfera da Caatinga, cujo conselho é encabeçado pelo governo do Estado de Pernambuco, assim como o Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, através da Secretaria Executiva de Meio Ambiente, hoje ocupada por um dos representantes da SNE, que já desempenhou também a função de presidente da CPRH, na década de 1990. Ao contrário do que se percebeu quanto à penetração institucional da ASPAN nos órgãos ambientais que era mínima, a SNE sempre buscou estabelecer esta interlocução como forma de interferir nas políticas ambientais e sensibilizar a burocracia estatal para uma atuação mais precisa na área.

Através de sua atuação na produção de conhecimentos científicos sobre a biodiversidade nordestina, tem permitido uma intervenção especial na elaboração de planos e programas de implementação de unidades de conservação, como aconteceu com o Parque Ecológico Vasconcelos Sobrinho, em Caruaru-PE; a Estação Ecológica de Murici (2001), em Alagoas, em parceria com a Birdlife International e WWF Brasil; (proposta de criação de) o Parque Nacional do Catimbau (2001), em Pernambuco.

O principal projeto atualmente desenvolvido pela SNE é o Reflorestágua, patrocinado pela Petrobrás, com a parceria de diversas instituições no Estado. O projeto é executado na área de confluência da bacia hidrográfica do rio Tapacurá - afluente do rio Capibaribe, importante rio de Pernambuco que corta boa parte de seu território até o litoral - entre os municípios de Pombos e Vitória de Santo Antão. O

trabalho visa reduzir a poluição das águas deste rio e a recuperação das matas ciliares, através do envolvimento dos atores locais.

O envolvimento da SNE com a Estação Ecológica de Caetés se deu quando esta instituição foi chamada para elaborar e implementar um projeto técnico de restauração das áreas degradadas provocadas pela construção do aterro.

### ***3.4 - Entre a radicalidade e a institucionalização do movimento ambientalista em Pernambuco***

O movimento ambientalista em Pernambuco é de difícil caracterização. Inicialmente desperta a sensação de que se constitui como um quebra-cabeça de muitas peças minúsculas e algumas perdidas. Mas quando se olha com mais cuidado para essa dificuldade, vislumbra-se em meio a isso um espaço de possibilidades latentes ainda pouco ou nada exploradas em benefício do e pelo próprio movimento. Meneando entre o discurso radical e a institucionalização do ambientalismo em Pernambuco (esta última, em parte decorrente de profissionalização das ONGs ambientalistas, em parte, de uma relativa inserção nas esferas governamentais) há toda uma variação possível de ser observada num contexto não totalmente acabado, pronto.

De natureza complexa, ele passou por fases distintas ao longo dos últimos quase trinta anos. O seu início, enquanto expressão associada à atuação de organizações não-governamentais formadas a partir do empenho de grupos universitários, especialmente oriundos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, instituição esta precursora da criação de uma das primeiras unidades de conservação no estado, ainda na década de 1970, se deu de forma a estabelecer ações, que se caracterizaram fundamentalmente por uma atitude de protesto combativo e reivindicatório. Essas ações estiveram

apoiadas em demandas populares, que são uma marca importante, constitutiva, da fase original do movimento, da periferia de localidades da Região Metropolitana do Recife, que na época de então, estavam configuradas no enredo da expansão inconseqüente dos processos de urbanização metropolitana, que conduzia os habitantes desses lugares a uma permanente dificuldade de acessar as mínimas condições de dignidade humana.

O discurso presente neste primeiro momento do movimento ambientalista se pautava numa crítica radical de todo esse processo civilizador que conduzia a todos a uma situação de desequilíbrio social, marcado pela forças concorrentes da economia e da reprodução de suas forças. O embate se dava, especialmente, contra as ações estruturadas do governo e da iniciativa privada que pretendiam transformar áreas de remanescente de natureza no estado em espaços de empreendimento econômico, excluindo a possibilidade de negociação com a comunidade local diretamente afetada por suas ações.

O movimento ambientalista marcava um contraponto fundamental no campo ambiental, cujas estruturas ambientais governamentais, até o início da década de 1990<sup>53</sup>, não estavam ainda totalmente constituídas. Até este momento a única estrutura ambiental de governo instituída era a CPRH, atual Agência Ambiental de Pernambuco, uma atualização de estruturas anteriormente criadas para exclusivamente tratar de

---

<sup>53</sup> A partir da década de 1990, começa-se a observar um afastamento do movimento ambientalista em relação às políticas de governo, na medida em que este último começa a internalizar a questão ambiental adaptando suas estruturas para lidar tecnicamente com o campo. Disso decorre que o movimento provoca uma articulação que induz a um afastamento das estruturas públicas e passa ele mesmo a atuar diretamente, através das ONGs já existentes, na execução de políticas particulares à esfera do terceiro setor. Esta tendência se mantém com uma certa regularidade até o presente momento, mesmo que parte dos recursos utilizados no desenvolvimento de seus projetos tenham origem nos cofres públicos, através principalmente dos fundos de meio ambiente. Preciso é salientar que a relação se dava no sentido da cobrança e das denúncias de forma mais ativa e direta, de certa maneira animadas pela juventude do movimento. Depois que se atenua a ênfase dessa relação antagonica, o que observa é que, ao se desenrolarem as mudanças estruturais do campo da política ambiental governamental, através da inserção de seus militantes, transmutados em técnicos e especialistas agora atuantes na arena aberta pelas estruturas do governo que foram sendo ambientalizadas. Embora tenha havido o afastamento referido, o teor da crítica radical do ambientalismo pernambucano se mantém, mesmo recentemente quando o movimento se apresenta com dificuldade de articulação em função de suas disputas internas de auto-identificação ideológica, como forma de estabelecer o contra-ponto à política ambiental definida no âmbito dos governos.

questões relativas à poluição industrial produzida sob os olhares oficiais. Era uma forma de criar mecanismos de regulação das atividades econômicas fiscalizadas pelo governo. Esses mecanismos, no entanto, nunca chegaram a garantir que essas atividades de potencial poluidor, fossem efetivamente reguladas, a ponto de impedir a poluição que produziam.

A radicalidade desta fase percebia as estruturas do poder instituído como uma fonte de contra-proteção ambiental, o Estado era agressor e estava associado ao financiamento das elites econômicas que desenvolviam o processo de produção responsável pela reprodução e distribuição das desigualdades sociais. Era fundamental então produzir discurso e ação que se propusesse a combater esse modelo que era identificado como propalador da negatividade socioeconômica que grassava principalmente nas periferias esquecidas da metrópole pernambucana.

Nesta fase de formação do movimento ambientalista pernambucano, o governo do estado de Pernambuco iniciava, ou melhor, concentrava sua atenção, na política econômica do complexo portuário de Suape, no litoral sul, representante, então, do foco do desenvolvimento econômico do estado, especialmente concentrado nos limites das faixas litorâneas, para onde eram dirigidas partes substanciais dos recursos e dos investimentos estaduais fortalecedores dos interesses econômicos da iniciativa privada com a qual o governo estava permanentemente envolvido.

Este setor do movimento ambientalista, que em todas as suas fases esteve em permanente dependência da atuação do ONGs ambientalistas formadas em seu bojo, sempre buscou estabelecer sua atuação em relativa distância das políticas públicas ou de recursos oriundos dos fundos governamentais. Somente na década de 1990 é que estes atores passaram a fazer uso de recursos da cooperação internacional,

especialmente de ONGs socioambientais estrangeiras. Os recursos capitados a partir da formação dessa rede de cooperação internacional têm sido utilizados em projetos pontuais de capacitação de educadores ambientais e de pequenas intervenções sociais no cotidiano comunitário, como a capacitação para coleta e reciclagem do lixo seletivo e ampliação da cidadania. Quase sempre o objetivo é a tentativa de ampliação dos níveis de “conscientização ambiental<sup>54</sup>”. No entanto, esta vinculação e dependência do capital privado e externo é vista com ressalvas e não representa uma atitude consensual entre seus membros. A militância ambientalista focada nesta crítica da degradação ambiental provocada pelo capitalismo e pelos “detentores do poder econômico”, segundo seus partícipes, exige fundamentalmente atos de protesto que façam ver o descontentamento com o modelo de desenvolvimento vigente no estado e a necessidade inexorável de mudá-lo caso se queira estabelecer novos padrões de convivência e de respeito com a natureza.

A postura radical revela, então, a condição de inadequabilidade do atual sistema econômico e social, confirmado, principalmente, não só pelos hábitos que gera, como também pela “oni-ausência” de políticas ambientais governamentais capazes de enfrentar com rigor as políticas responsáveis permissivas da reprodução de práticas que aprofundam a insustentabilidade do processo de degradação ambiental.

Para o movimento era essencial à sua identidade afirmar essa crítica protagonista de um ideário “revolucionário”, muito próximo do que propunha os ideais da esquerda, muito embora não tivessem, e ainda não tenham uma relação direta e imediata com ela.

---

<sup>54</sup> É preciso salientar que o termo “conscientização ambiental” é em grande medida uma categoria nativa. O movimento trata das dificuldades de articulação política, muitas vezes vinculada a um problema de consciência, dando a entender com isso, que esta idéia está intimamente envolvida aos problemas próprios da (in) capacidade de politização para um público mais amplo da questão ambiental. Quando a crítica se dirige aos governos, o problema de “consciência” revela o desinteresse organizado das estruturas burocráticas que passaram legalmente a ser responsabilizadas como competentes políticas pela proteção ambiental colocada como mais um item do extenso leque do corpo das políticas públicas.

Mesmo tendo acompanhando ao longo dos anos de formação do campo ambiental em Pernambuco e de ter contribuído fortemente para a institucionalização do meio ambiente nas esferas políticas do governo e do judiciário, o setor radical do movimento<sup>55</sup> foi lentamente se afastando e se excluindo dos espaços de democratização política da questão, idealizados nos conselhos ambientais, por entender que tais conselhos romperam com suas propostas iniciais, cooptadas pelos interesses particularistas e pela tendência de esvaziamento de que frequentemente são acusados.

Se por um lado isso garantiu sua autonomia e sua radicalidade, por outro provocou uma ruptura interna ao movimento da qual ele padece até hoje, tendo enorme dificuldade de estabelecer as diretrizes de sua ação, sempre descoladas das políticas públicas e o sentido social de seu discurso que parece não conseguir estar fundamentado no diálogo com os demais atores que compõem o mesmo movimento, em suas diversas facetas.

Muito embora esta postura radical indique uma crítica abrangente ou universal aos modos de vida insustentáveis, as ações do movimento, especialmente de suas representantes imediatas, as ONGs, se restringem a ações locais e comunitaristas, em sua grande maioria. De certa maneira, essa é também uma característica do movimento ambientalista brasileiro, como aponta Loureiro (2003), apesar de haver entidades, que

---

<sup>55</sup> A radicalidade ambientalista contribuiu para a institucionalização do movimento na medida em que, ao provocar dissidências, estabelecia novos horizontes para a articulação fora do âmbito de sua radicalidade. Este campo aberto por novas ONGs e pela penetração ambientalista no campo burocrático faz entender a institucionalização a partir do processo de profissionalização do movimento que transcende a sua função denunciante e contestatória, fortemente antagonico, para uma crítica mais vinculada à busca de caminhos alternativos dentro das estruturas existentes, através da captação de recursos e do desempenho de projetos ambientais de vários matizes. A institucionalização indica então a profissionalização técnica do movimento que passa a ocupar em vários setores sociais as funções antes cabidas aos governos. No campo de atuação do governo, a institucionalização se refere também à capacitação tecnológica para lidar com o meio ambiente, a partir da formação de quadros e funções que foram sendo criadas preponderantemente na década de 1990, quando o estado já anunciava, em contrapartida, sua opção pelo modelo neo-liberal redutor das funções sociais públicas. Esta tendência neoliberalizante incorporava, a partir da noção hegemônica do desenvolvimento sustentável, o meio ambiente como aspecto da adequação tecnológica e de compensação de políticas degradantes.

busquem a inserção em cenários políticos mais abrangentes em que a ação não se resume a solução de problemas específicos.

A prática da militância e a defesa da radicalidade, da autonomia caminham juntas nos processos que constituem parte do movimento ambientalista em Pernambuco. Ao que se observa, a perda ou a diminuição da radicalidade do movimento ambientalista indica, por outro lado, um processo de institucionalização, que em boa medida, está relacionado com uma proximidade com as esferas de decisão e poder político dos governos, e conseqüentemente com a perda significativa de sua capacidade de gerar crítica em direção as atitudes antagônicas ao ambientalismo, por sua dependência dos recursos muitas vezes vindos dessas mesmas estruturas de poder. O antagonismo identificado na radicalidade do movimento é profundamente reduzido quando ele cede demasiadamente a institucionalidade do poder de governo. A crítica que resta em seu bojo passa a receber um tom genérico sem um alvo preciso e identificado, como se perdesse seu sentido político de estimular a necessidade de mudança social.

É preciso estabelecer uma distinção entre a institucionalização do meio ambiente a institucionalização do movimento ambientalista. Se de um lado, a primeira indica uma influência da segunda e mostra que as estruturas governamentais se adaptaram a ela ao longo dos anos recentes, modificando as condições para o funcionamento da política ambiental, como política pública, por outro, demonstram que essa função ambiental do governo é somente atendida parcial e precariamente. O avanço legal das normas ambientais, tem gerado conflitos quando há um choque em relação ao interesses políticos. O governo atua na área ambiental, vinculando seu trabalho no campo técnico, da propaganda política e na produção do conhecimento ambiental

técnico do governo. Os resultados da política são mínimos no que diz respeito a real proteção ambiental.

A institucionalização do movimento ambientalista deve ser observada em relação aos conflitos entre as tendências internas do próprio movimento. Os militantes, detentores do discurso radical antagonizam a institucionalização do movimento e criticam a atitude despolitizada dos setores que se vincularam, como forma de sobrevivência à profissionalização institucional dos serviços ambientais propostos pelas ONGs ambientalistas. Os setores menos radicais criticam as atitudes autofágicas do radicalismo ambiental que nem mesmo retoricamente, segundo eles, propuseram mudanças ambientais substanciais.

À medida que as relações com o governo se tornam mais estreitas e dependentes, os movimentos perdem sua autonomia e passam a funcionar como uma espécie de reprodutor terceirizado dos interesses governamentais, atendendo parcialmente às políticas públicas não-prioritárias de sua agenda.

### ***3.5 - Conclusão***

De uma maneira geral, os governos pernambucanos, desde a fase da redemocratização, vêm procurando afinar o seu discurso político, através de uma retórica ambientalizada, nascida do movimento ambientalista. Essa reprodução da discursividade ambientalista, no entanto, tem servido para criar a impressão de uma atuação programática governamental nas políticas ambientais delineadas pelo próprio organismo estatal. Essa tendência procura dissimular a responsabilidade do estado, estendendo à sociedade a competência de compartilhar a proteção ambiental, o que estimularia com isso a qualidade de vida de “todos”.

Cria-se então a necessidade de que todos sejam protetores da natureza, atuando diretamente em seu benefício, mesmo que para isso seja preciso comprometer as necessidades mais urgentes da vida cotidiana. Enquanto se estabelece o panorama dos novos protetores ambientais, aliados do poder público, o estado vai criando suas estruturas burocráticas que permitem a contínua reprodução da retórica política da proteção da natureza.

O que esta retórica revela, na verdade, é uma apropriação distorcida dos princípios da ética ambientalista cuja defesa, em parte se concentra numa radicalidade protetora exclusiva da natureza dissociada da cultura, e em parte se vincula a uma abordagem mais envolvida com a relação entre problemas ambientais e problemas sociais.

Paradoxalmente, no mesmo momento em que se observa uma relativa consolidação do processo de institucionalização do meio ambiente nos órgãos ambientais no campo político e jurídico do governo, vê-se um curioso processo de auto-desmobilização do movimento ambientalista. Nesta mesma fase, o setor mais radical do movimento vinha perdendo lideranças de seu quadro que ora, por um movimento de dissidência, fundavam novas organizações de perfil menos radical, ora se dirigiam ou eram cooptados para trabalhos nos órgãos ambientais governamentais.

A investigação feita por esta pesquisa pode observar que muitos integrantes do movimento ambientalista do setor radical participaram em momentos posteriores da elaboração de planos e projetos, por exemplo, para a criação e implementação das unidades de conservação em Pernambuco. Nos casos específicos tratados por este trabalho, em momentos significativos do processo que permitiu a emergência política das áreas protegidas em relevo, este movimento esteve presente tanto como

movimento, num primeiro momento, quanto como, depois da adesão de alguns de seus membros ao poder político, nas fases de implementação das unidades.

Mesmo o movimento ambientalista se constituindo como um ator relevante no campo ambiental fica evidente sua dificuldade de se relacionar com a sociedade civil da qual é também organismo constituinte. Por vezes tem-se a impressão de que o seu interlocutor preferencial acaba se restringindo aos grupos específicos pertinentes ao campo ambiental. Os valores estendíveis à sociedade geral são valores genéricos da ordem da “ampliação dos níveis de consciência social em relação ao problema ambiental”, este último também propagandeado como algo genérico, pouco perceptível ao primeiro contato, desvinculado do cotidiano das preocupações em que se insere à sociedade a quem se demanda maior consciência.

Neste sentido, existe uma enorme dificuldade de envolver os problemas ambientais dentro do contexto urbano. A discursividade ambientalista propugna à proteção a natureza como se ela estivesse desvinculada da vida urbana, como se esta mesma natureza estivesse fora do “urbano”, fora da cidade. Na realidade exposta, este antagonismo é falso, já que a cidade engloba a natureza a que se pretende proteger, e a natureza protegida é um elemento constituinte e determinante da vida “ecológica” da cidade, visto que os fragmentos naturais, não são somente “ornamentos” paisagísticos que se podem vender como “belezas naturais”; sua função ecológica, ecossistêmica, é fundamental na regulação das condições climáticas, de temperatura, hidrológicas, em fim de tudo aquilo que é indispensável a manutenção do meio ambiente de que inexoravelmente depende a cidade, com seu conjunto de necessidades que tem base nessa sustentação material, física, da ecologia.

Deste modo, a mediação da natureza, enquanto discurso, na relação sociedade - governo, se por um lado ganhou relevância política, em anos recentes, por outro carece de maior rigor de sociabilidade, na medida em que se tem dificuldade de incorporá-la como preocupação política permanente e ativa, de transformá-la numa realidade para além do discurso que embora fundamental no processo de valorização política do meio ambiente, não pode ser o fator de estagnação desse mesmo processo enquanto estendido além do limite necessário. Este limite é posto quando a retórica (despolitizante) passa a ser instrumento de manipulação política para inviabilização da política ambiental, como responsável pela garantia da proteção da natureza.

Neste campo, de idealização, formalização e implementação das políticas ambientais, estão, claramente colocadas, as relações de poder que fazem movimentar o campo, não exclusivamente situado no âmbito do movimento ambientalista que em diversos momentos se colocou como o articulador original. A competência do movimento dentro do campo político não se define quanto ao poder de decisão ou definição da política ambiental, seu âmbito de ação está na potência e na capacidade de articulação das esferas presentes dentro do campo, especialmente aqueles com que o movimento se vincula em função da similitude dos interesses. Sua influência se dá em termos históricos e culturais como aquele que tem a condição e aptidão de defender os interesses da natureza, ora definida como um “sujeito”, ora definida como um “objeto”, dependendo do valor que se lhe atribua. As estruturas do campo da política ambiental e os seus pressupostos de existência permitem e fazem configurar uma dominação política pelo órgão gestor do meio ambiente, seja ele estadual ou municipal, no âmbito da defesa dos interesses democráticos sobre os demais representantes do campo. Com isso o poder de ação e reação desses demais atores fica

reduzido, inclusive no que se refere à atuação do movimento ambientalista na dinâmica processual das decisões sobre o rumo das políticas ambientais. Por outro lado, e é neste ponto em que se concentra a potência e a virtualidade do movimento ambientalista, o seu papel fundamental é o de politizar as instâncias da sociedade civil interessadas na defesa social da natureza, principalmente enquanto estas defesas podem ainda ser politizadas antes de entrarem nas institucionalidades governamentais.

Em volta da política ambiental, orbitam em seu campo, além das esferas políticas dos governos e as esferas sociais da sociedade civil, outras forças de controle, como a exercitada pelo ministério público, pelo judiciário e pelos órgãos do legislativo e forças econômicas de pressão antagonista, presentes tanto no capital privado quanto no público. A vigilância exercida pelo ministério público representa uma força jurídica importante na definição, reconhecimento e afirmação das responsabilidades nos litígios ou conflitos ambientais que recorrem às instâncias de proteção pela lei, instituídas pelo ministério. No âmbito do legislativo o procedimento mais adotado, anterior a criação das leis ou como forma de mediação dos conflitos, revela-se nas audiências públicas, quando os diversos atores envolvidos são convidados a expor suas posições e intenções. Esta dinâmica permite em certa medida, senão o controle, ao menos, um constrangimento das forças econômicas quase sempre identificadas pelos seus interesses antagônicos aos “interesses da natureza”. As cobranças são para que os empreendimentos se adequem às leis ambientais. As resistências identificadas nestes contextos quase sempre indicam, o contrário, uma adequação da lei ambiental aos empreendimentos econômicos garantindo a viabilidade dos projetos e transformando a proteção ambiental em política compensatória, cujos recursos são definidos em função da importância e do impacto do referido empreendimento.

No entanto, isto não tem impedido, e de certa maneira tem até reforçado, que a tecnicidade com que é tratada a política ambiental imponha à gestão do meio ambiente uma dimensão superficial, instrumentalizada, numa perspectiva de adequação ambiental (ZHOURI, 2005). Ela encobre um certo nível de despreparo profissional aliado a uma intensa atividade burocrática e a falta de compromisso e decisão política em lidar com as demandas que não dizem respeito à imediata necessidade dos interesses econômicos governamentais.

Toda estrutura governamental criada para tratar desta temática ambiental é utilizada para dar sentido e adequação ao tratamento técnico da política ambiental que em geral não tem provocado resultados substanciais no que diz respeito à proteção da biodiversidade e mais especificamente, neste caso, à gestão de unidades de conservação. Tratado como uma função burocrática que se resolve com a emissão de papéis e a execução de projetos pontuais não tem conseguido estabelecer o elo que seu discurso democrático propõe: a participação da sociedade acaba sendo o último passo de uma cadeia inconclusa e a dificuldade de fazer presente é imputada a sua própria falta de interesse público no tema. Não vista como uma política do cotidiano acaba sendo deixada de lado, sendo tratada pelo campo político como uma política menor.

São evidentes as atuais dificuldades de organização do movimento. Não há uma agenda comum de atuação, o que dificulta o processo de auto-identificação do movimento enquanto um ator coletivo importante no cenário político estadual.

A rede em que se constitui o movimento ambientalista local é complexa, mas dispersa. O movimento depende sempre de um estímulo extraordinário para se reorganizar a cada necessidade de articulação. A formação das redes é essencial para a

sobrevivência do movimento ambientalista, e isto, em princípio não é a causa da perda de sua radicalidade e nem indica, por outro lado, uma imediata institucionalização.

Em Pernambuco é possível observar tanto a tendência da radicalidade quanto da institucionalização. A segunda é mais forte politicamente, enquanto a primeira é mais crítica, mas por isso mesmo mais isolada.

## Capítulo IV

### Estação Ecológica de Caetés



Fonte: Acervo da Estação da Estação Ecológica de Caetés. Foto 1: Visão aérea da Estação e do bairro de Caetés I.

#### ***4.1 - Introdução***

Este capítulo discute os processos que permitiram a constituição de um campo ambiental pela atuação de um movimento em defesa da mata de Caetés, originalmente surgido de bases populares.

Em meio a isso, será feita, sempre que preciso, respeitando a cronologia dos fatos, uma descrição histórica sucinta das principais fases, para evidenciar seus aspectos mais importantes que marcaram a construção socioambiental da mata como uma área protegida, hoje denominada Estação Ecológica de Caetés. Ao mesmo tempo

em que se vincula ao movimento ambientalista, é objeto de uma política ambiental de governo que em tese se estruturou para responder às demandas do referido movimento.

O intuito dessa descrição cronológica não é o de limitar a análise, mas o de permitir visualizar as nuances significativas do contexto social. Os elementos contidos entre uma fase e outra, são dinâmicos, portanto, e se estendem necessariamente a todo o processo evidenciado, como aspectos interdependentes e interpertinentes, ao longo do texto.

É importante ressaltar que este texto, metodologicamente, tem como bases principais as entrevistas realizadas com diversas pessoas envolvidas direta e indiretamente com a estação, e as informações obtidas através das análises de documentos, sejam eles dados oficiais do governo ou da mídia impressa coletados durante a pesquisa.

Teoricamente, o texto pressupõe que o *movimento ambientalista em questão conseguiu influenciar a política ambiental do estado de Pernambuco que, no entanto, paradoxalmente, se revelou como uma forma de garantir a “ausência” do órgão ambiental do governo, e, portanto, do próprio governo, na gestão da Estação Ecológica de Caetés.*

As dificuldades geradas por essa “ausência” não impediram, todavia, que fossem estabelecidas formas alternativas de gestão que permitissem garantir minimamente a participação comunitária como uma estratégia de defesa e pressão por uma política ambiental na área.

Esta participação, representativa, é, em si mesma, um atributo da esperança política da gestão, cujo desejo é ver a estação “crescer” e se tornar um “modelo” de

uma política ambiental “presente” em Pernambuco, assentada em fundamentos democráticos e de solidariedade.

#### **4.2 - O encontro com Caetés<sup>56</sup>: a mata, o aterro e a mobilização**

Como aconteceu com a maior parte das áreas de natureza nas zonas de mata atlântica em Pernambuco, Caetés também era um espaço privado, possivelmente lugar de reserva de recursos, de terras, de água e de madeira, dos antigos engenhos de cana existentes no estado<sup>57</sup>. Talvez por essa razão tenha se mantido a mata “intacta” ao longo dos anos que sucederam o período auspicioso da cultura canavieira que por sua necessidade de produção elevada consumia enormes porções de terra, que eram submetidas, por sua vez, a um desgaste acentuado em função do manejo agressivo imposto pela prática das queimadas.

Na ótica da *plantation* açucareira, a mata em pé não tinha valor econômico e as áreas que não eram desmatadas, não o eram ou por que não se encontravam num terreno próprio ao plantio, ou por que se localizavam em trecho próximo aos veios dos rios que abasteciam a propriedade. Numa época em que não existia uma legislação que regulava o uso do solo no sentido da proteção dos recursos naturais, a prática de assim o fazê-lo se situava no âmbito da experiência do cotidiano da atividade agrícola e da tradição do campo, que mantinha na medida do possível uma relação mais dependente e mais estreita com os ciclos naturais.

---

<sup>56</sup> “Por uma questão de praticidade, ao longo do texto, utilizaremos o nome Caetés como designativo da Estação Ecológica de Caetés.

<sup>57</sup> A Região Metropolitana do Recife é um território que se inscreve na Mesorregião da Mata Pernambucana e é onde se concentra mais de 40% da população do Estado. Segundo Da Fonte, “a grande preocupação das indústrias de açúcar de ampliar a área sob dependência de cada usina, adquirindo sempre uma maior quantidade de terras, tornou a mesorregião da mata pernambucana uma das áreas de maior concentração de propriedade do país”(DA FONTE, 2004: 176).

Foi assim que essa prática, a despeito de todo o desgaste natural da monocultura canavieira que provocou em toda zona da mata e litoral pernambucanos, fez herdar aos dias de hoje os fragmentos de mata ainda possíveis de encontrar na área metropolitana do Recife. São assim denominados fragmentos de mata, pois estão espalhados dispersamente dentro do tecido urbano sem uma ligação direta entre eles, a não ser por possuir a mesma origem ecológica. À revelia do que pregam os ecólogos e os ambientalistas, não existem, para prejuízo do bioma atlântico, os necessários corredores ecológicos, importantes para a troca vital entre estes espaços, permitindo tanto quanto possível uma expansão dos territórios naturais e um intercâmbio entre as espécies viventes nesses locais.

Liberadas do risco da produção agrícola, por muito tempo, os territórios naturais permaneceram “isolados” até que as políticas de urbanização metropolitanas estabeleceram como possibilidade concreta a redefinição do uso do espaço dando-lhe uma nova função social. Essa função declarava a necessidade de transformar a natureza numa benfeitoria social, como se a sua supressão implicasse num benefício coletivo indispensável ao “progresso” das cidades. A tendência deste progresso era a conseqüente planificação das áreas de floresta que se impusessem em seu caminho e dificultassem o “desenvolvimento” da cidade.

Em meio a esta postura progressista do padrão urbanizatório, as terras e as matas que hoje se destinam à Caetés<sup>58</sup> haviam sido compradas, pelo governo pernambucano, em 1982, para serem transformadas no aterro sanitário Timbó II, o que implicaria na

---

<sup>58</sup> A Estação Ecológica de Caetés se localiza no município de Paulista, vizinha ao bairro de Caetés I que fica no município de Abreu e Lima. A estação ocupa 1,54% da cidade e se situa à margem esquerda da PE-18, no Km 2,5 que liga Paulista à Camaragibe, através da Região de Aldeia. A distância em relação ao centro de Recife é de 25 Km. Paulista é um município do litoral norte do estado, com 262.237 habitantes e 93,52km<sup>2</sup>. Caetés I é um bairro superpopuloso, com cerca de 40 mil habitantes e o município de Abreu e Lima tem uma população de 89.039 habitantes (70% rural e 30% urbana), em uma área de 125,99 km<sup>2</sup> (IBGE, 2000).

devastação total dos 157 hectares da mata Chã Pau-de-Légua, ou mata de Caetés, como comumente é conhecida. À época da desapropriação das terras<sup>59</sup>, a área destinada ao aterro passou a pertencer à então Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco (SEPLAN) que, através da então Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM<sup>60</sup>), era o órgão responsável pela execução das obras do aterro. O plano do governo, financiado pelo Banco Mundial<sup>61</sup>, previa ainda a construção de um outro aterro sanitário na zona sul da cidade do Recife, formando assim, o sistema dos resíduos sólidos metropolitano.

A população, pobre e periférica, que acabara de se mudar para Caetés, no início dos anos 1980, tinha acalentado o sonho da casa própria havia bastante tempo. O sentimento coletivo não podia ser senão o de grande satisfação em poder realizá-lo mesmo que modestamente. A COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação) construiu para esse grupo um conjunto de 5.555 casas populares, numa área já muito carente dos recursos básicos da higiene e infra-estrutura cotidiana. Escolas, hospitais, postos de saúde e de trabalho, lazer, eram, senão coisas ausentes, precárias. Morar nesta periferia significava não ter, então opções quanto ao necessário deslocamento para outros pontos da metrópole onde se concentrava e ainda hoje se concentra a maioria das ofertas de trabalho. Parte da mão-de-obra qualificada era absorvida pelo Distrito Industrial de Paulista, mas um grande contingente que não atendia às exigências do trabalho técnico especializado ficava de fora deste mercado.

---

<sup>59</sup> O Decreto Estadual n. 7.747/82 dispõe sobre a desapropriação da mata de Caetés.

<sup>60</sup> Atualmente, CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.

<sup>61</sup> O Banco Mundial estabelece hoje como prerrogativa para a aprovação de financiamentos de projetos públicos a preocupação com a variável ambiental dos projetos que devem estar em consonância com os parâmetros definidos pelo conceito de "desenvolvimento sustentável" (VILARINHO, 1992). Àquela época, anterior às discussões do Relatório Brundtland (1987), essa preocupação passava à margem dos projetos. Mesmo em função do caso e das pressões do movimento em Caetés, o Banco Mundial resolveu pedir ao Governo de Pernambuco um estudo de avaliação e adequação do projeto, a fim de evitar o desmate da floresta. Esta atitude gerou um constrangimento político, facilitando tornar mais plausível toda demanda em pauta.

A área era, por natureza, isolada. Porém, não só a natureza indicava esta condição. O isolamento não só se distinguia pela precariedade dos transportes que aquela época eram escassos, mas também porque, em função da própria geografia local, o acesso permanecia difícil, como de certa maneira ainda o é. Embora hoje, as estradas, até um trecho próximo, sejam asfaltadas, até pouco tempo tinham um aspecto de total abandono, o que tornava o percurso penoso e com precária sinalização.

Mesmo tendo em vista essas dificuldades, a compensação pela casa própria gerou um contentamento, que ao tempo em que revelava uma satisfação situada no âmbito dos desejos pessoais, demonstrava traços da peculiaridade do lugar. É o que ficou manifestado na seguinte fala: “*Eu me encantei com Caetés, por causa da mata; amo o verde; amo os pássaros. Cheguei aqui, me senti no paraíso*” (Norma, do Grupo Resistência, em 31/08/05; grifos nossos).

Em que outro lugar próximo do centro urbano seria ainda possível encontrar com relativa facilidade mata, verde e pássaros, tão ligados às casas, que se constituíam numa extensão ecológica dos quintais, ao ponto de que eles pudessem representar a idéia de paraíso encantado? Esse era um questionamento que aqueles que estabeleceram os primeiros contatos com o lugar se fizeram ao chegar lá.

Os demais fragmentos de floresta situados naquela localidade, não só a mata de Caetés, compunham a “paisagem natural” que dava ao lugar uma ambiência quase “campestre”, “interiorana”, “ecológica”. Morar num lugar como este, apesar dos problemas, podia representar um privilégio, pelo contato mais próximo com a natureza que inspirava uma certa tranquilidade e bem-estar. A conquista da casa própria e a “descoberta do paraíso” que representava a mata constituíram, para parte daqueles habitantes, a localidade onde esses elementos estavam presentes como um *lugar de*

*vida*, um *lugar de morar*, e que, pelas dificuldades de acesso ao centro metropolitano (do Recife), o novo bairro situado às margens da floresta, acabou também por se transformar num lugar de trabalho para muitos.

O encantamento deste contato, muito vinculado a uma visão romântica da natureza, talvez seja o elemento genético que pouco depois permitiria a formação de um movimento que se estruturou e se dinamizou com o objetivo de defender a floresta da ação degradadora do “progresso” às avessas. A defesa pela permanência da floresta viria a se tornar o grande trunfo para garantir que nem tudo pudesse ser destruído por políticas públicas indesejadas pela comunidade. Além disso, o desejo pela permanência da mata visava também minimamente manter os atributos ecológicos do encantamento paradisíaco e da satisfação que o lugar originalmente oferecia, ao menos àqueles a quem a natureza tocava mais de perto, estimulando uma espécie de identificação. As primeiras sensações provocadas por esses primeiros contatos com o novo mundo que representava Caetés, e especialmente o sentido da relação que se estabeleceu com a natureza da floresta, foram acompanhadas quase que concomitantemente pela ameaça concreta de perda deste “privilégio” de estar tão perto do “paraíso”.

Esta convergência quase sincrônica de sentimentos antagônicos foi um fator preponderante no impulso gerativo do movimento. A constatação de que algo muito sério ameaçava a vida da mata, e conseqüentemente, o bem-estar da comunidade, levou a uma organização inédita num bairro também novo, onde certamente ainda não tinha ocorrido uma mobilização social desta natureza, uma mobilização social pela natureza e pela qualidade de vida.

Diante das inquietações, dúvidas e revoltas causadas pela presença implacável dos tratores dentro da mata de Caetés, depois de uma intensa mobilização social, a ação socioambiental organizada de um setor representativo da comunidade de Caetés I e de jovens ambientalistas surgidos dos quadros universitários que apoiaram o movimento, impediu, em 1984, após a conclusão das obras infra-estruturais, a instalação do aterro.

O campo que começava a se desenhar em Caetés alimentou as forças do ativismo ambiental emergente em Pernambuco que encontrou neste movimento uma possibilidade real de construir uma causa significativa. Estimulados pelo ecólogo Vasconcelos Sobrinho, uma das figuras centrais da fase embrionária do movimento ambientalista pernambucano, um grupo de jovens ambientalistas, alunos e professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, fundaram a ASPAN ( Associação Pernambucana de Defesa da Natureza), a qual nos referimos anteriormente, que esteve envolvida nas fases iniciais das mobilizações em Caetés e em Uchoa.

A inserção da ONG no cenário do movimento pela defesa da mata de Caetés teve o sentido de dotar o movimento de um viés mais articulado com os valores e racionalidades do ambientalismo (LEFF, 2006). A articulação permitiu estender as redes de contato do movimento, tanto do lado da ASPAN, como do lado de Caetés, para dar maior visibilidade pública à demanda, acionando, tanto quanto possível naquela época, as instâncias oficiais de governo e a mídia. A entrada da ASPAN no movimento em Caetés permitiu ao grupo dar sentido histórico ao evento que vinha alimentado, como forma de construir uma demanda ambientalista pela defesa dos interesses comunitários.

Por um período importante tanto pra uma, quanto pra outra parte do movimento, a que compunha a representação comunitária e a que formava o ativismo ambientalista mais geral, Caetés se constituiu num dos primeiros casos de defesa ambiental no estado, tendo se tornado, por isso, uma referência histórica do ambientalismo popular (MARTINEZ-ALIER, 2007) em Pernambuco<sup>62</sup>. A organização comunitária foi a base primeira do movimento ambientalista local. O Grupo Resistência era a face comunitária do campo ambiental e deu origem a associação de moradores do bairro.

Quando a comunidade obteve o êxito final de todo este processo que envolvia as questões do aterro e a área foi finalmente “abandonada” por este interesse político “urbanizatório”, o intuito era o de marcar imediatamente uma presença pública, ou melhor mais do que isso, um retorno público proporcionado através de um serviço comunitário, para garantir a presença permanente da comunidade em Caetés. Aproveitando as instalações já prontas, em função das obras infra-estruturais do aterro, o Grupo Resistência, em sua origem vinculado a uma paróquia local<sup>63</sup>, numa articulação com a Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), conseguiu uma liberação oficial para a implantação de uma creche comunitária que recebeu o nome de

---

<sup>62</sup> A tendência ambientalista apontada em Caetés é significativa para visualizar o movimento ambientalista como que envolvido com as questões populares e da qualidade de vida dos grupos sociais que habitam a periferia recifense. Este caminho mostra que o ambientalismo pode se expressar de formas distintas, não dizendo respeito somente a grupos que já conquistaram satisfatoriamente suas necessidades básicas. Portanto, não cabe aqui pensar o movimento ambientalista, seja ele a expressão de uma mobilização comunitária, seja ele a expressão de sua tendência em todo o Estado de Pernambuco, como um movimento preocupado com valores pós-materialistas (PADUA, 1992), como é o caso, originalmente dos movimentos ambientalistas nos EUA e Europa Ocidental (FERREIRA, 2002). Como aponta Martinez-Alier (2007), o movimento ambientalista latino-americano possui necessariamente uma característica distinta da de seus amigos primeiro-mundistas, ligando, de uma maneira quase indissolúvel, as causas ambientais às causas sociais dos problemas vividos, permitindo identificar a questão ambiental como uma questão social de primeira grandeza.

<sup>63</sup> A Igreja Católica, na sua representação local, teve um papel fundamental na dimensão espiritual do movimento e na cessão dos espaços da paróquia local para a realização de diversas reuniões de organização e debate do movimento. Como forma de agradecimento pela fé e pela conquista com a proteção da mata, foi construída dentro do terreno da estação uma gruta em homenagem à santa a que foi pedida proteção. Este aspecto da espiritualidade contida em tendências do movimento local é um aspecto muito relevante da coesão interna do grupo, no entanto, não nos debruçamos sobre ele como uma questão de pesquisa. Nancy Mangabeira Unger (1991) demonstra do ponto de vista da filosofia, quais os sentidos que podem ter entre ecologia e espiritualidade. Sobre o tema da espiritualidade e da ecologia, ver também Boff (1992; 2004).

Vitória, alcunha bem representativa do sentimento coletivamente compartilhado. Além da creche, uma horta também foi preparada.

Esses usos, como forma de gerar uma expectativa prolongada da esperança por uma definitiva solução ecológica daquele espaço, ou seja, aquela que permitisse uma proteção especial e decisiva para a floresta, foram contínuos até o ato de regulamentação e implementação da reserva, em 1990. A partir daí, o seu zoneamento impedia uma intervenção social desta natureza, incompatível, paradoxalmente, com a necessidade de preservação ambiental do espaço, o que implicava, agora, necessariamente, num distanciamento, no sentido do uso aleatório, humano, sentido este que fora contestado pela mobilização precedente. Esta fase marca um momento de redefinição total desta área protegida, e os processos participativos surgidos a partir de então, tiveram que se restabelecer levando isto em consideração.

O aterro- o problema era menos a construção e o funcionamento do aterro do que o lugar onde seria feito - estava sendo construído sem o conhecimento da população que acabara de se instalar no bairro de Caetés I nas casas construídas pela antiga COHAB. Nas cercas da mata, placas indicavam à população que a área seria privada, embora os funcionários fossem contratados pela FIDEM, um órgão público.

A ameaça indicada pela possível instalação do aterro sanitário, que do ponto de vista da utilidade pública não representava necessariamente um problema se bem gerido, passou a se constituir numa contra-demanda com base na qual foi possível estruturar o movimento.

Dois meses depois que estava aqui, a gente caminhava muito aqui dentro... vimos a construção. A gente perguntava o que era e diziam que era uma fábrica de biscoitos. No momento, eu confesso, que me alegrei porque isso pelo menos ia gerar emprego pra quem estava chegando sem emprego, ia ser muito bom. Dois meses depois, foi quando tivemos a certeza de que seria um aterro sanitário e para mim era a primeira vez que a gente ouvia

falar em aterro sanitário. Eu não sabia do que se tratava, então fui me inteirar do que era um aterro sanitário pra ver se era uma coisa boa pra comunidade ou não. **A gente soube que para aqui viria todo lixo da Região Metropolitana do Recife.** Ai eu disse: aqui é lugar de gente pobre, mas de dignidade e de respeito, e que alimentou o sonho de uma casa própria durante mais de 20 anos... E no ato da comercialização da casa não foi dito que aqui haveria um aterro. **Obrigação de receber lixo de toda Região Metropolitana do Recife, com certeza nós não tínhamos. Então fomos à luta** (Norma, do Grupo Resistência, em 31/08/05; grifos nossos).

A mobilização em favor da mata e contra o aterro estabeleceu desafios à organização comunitária. Neste momento, algumas alianças começaram a se fazer como forma de amplificar a ação e o governo do estado se tornou o alvo preferencial da “luta”. Foi assim que durante a inauguração de uma escola pública no bairro o movimento realizou seu primeiro manifesto, impedindo, por constrangimento, à presença do governador do estado que tomou conhecimento através de sua assessoria da causa ambiental que então se apresentava.

O segundo momento de significativa importância para a legitimidade do movimento se deu quando foi realizado no Centro de Convenções de Pernambuco um seminário de meio ambiente, ainda na década de 1980. A articulação, durante os três dias do evento, ocupou pontos estratégicos do auditório, até que conseguiu chamar à atenção dos ambientalistas presentes e especialmente de um deles, o José Lutzemberg<sup>64</sup>, quando, durante o pronunciamento oficial do governador, estendeu as faixas, cartazes e as palavras de ordem pela preservação integral da mata e pela inviabilização imediata do aterro. O descontentamento do grupo registrado pela imprensa presente facilitou a adesão política ao problema. Foi assim que José Lutzemberg se comprometeu com o movimento de realizar uma visita às obras do

---

<sup>64</sup> Ambientalista de projeção nacional, em 1992, durante a Eco 92 veio a se tornar ministro do meio ambiente do governo Collor.

aterro, criando assim o primeiro grande constrangimento público que o governo do estado não podia ignorar.

Quando ele chegou, **viu logo a máquina derrubando a árvore, a árvore deitando, ai ele se desesperou**, levantou o arame e pediu para agente passar... nós passamos... Quando nós nos aproximamos fomos parados pelos responsáveis... a área era policiada com armamento forte...nós tivemos acesso a escavação que foi feita... algumas pessoas passaram mal... **Lutzeberg chorou, puxou os cabelos, revoltado**, e disse: ‘garanto que pra cá o lixo não vem; o que fizeram por aqui foi um absurdo, um crime; as pessoas deveriam estar presas’. Conseguimos trazer uns engenheiros. Eles ficaram uma semana dentro da mata fazendo estudos e constataram que **foram desmatadas árvores centenárias, árvores em extinção, grande parte da mata foi desmatada** (Norma, do Grupo Resistência, em 31/08/05; grifos nossos).

Nas visitas posteriores, o grupo de engenheiros contatados pelo movimento constatou a devastação a que foi submetida a mata e que as obras do aterro não eram compatíveis com as características geológicas do terreno. Engenheiros do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco (CREA) foram consultados sobre o projeto da construção do aterro e questionaram o modelo do sistema de resíduos sólidos da Região Metropolitana do Recife, confirmando a suspeita de inadequação da obra do aterro Esta confirmação técnica de especialistas no assunto, uma forma de “validação científica” do problema ambiental<sup>65</sup> vivido naquele lugar,

---

<sup>65</sup> Hannigan (1995:75) identifica alguns fatores necessários para a construção social de um problema ambiental: 1) a autoridade científica para a validação de suas exigências; 2) propagadores entre o ambientalismo e a ciência; 3) atenção dos meios de comunicação; 4) dramatização dos problemas em termos simbólicos e visuais; 5) incentivos econômicos para tornar uma ação positiva; e 6) emergência de um patrocinador institucional para assegurar legitimidade e continuidade. Caetés, assim como Uchoa, como veremos no próximo capítulo, em que pesem suas dificuldades singulares, tem suas trajetórias envolvidas também com estes aspectos teóricos e típico-ideais da construção social do problema ambiental. A ASPAN, como já fora ressaltado, e a SNE (Sociedade Nordestina de Ecologia, anos mais tarde), exerceram influência considerável nos pontos 1, 2, 4, 5 e 6, e articularam também a mídia. Muitos de seus militantes ambientalistas eram também professores universitários e portanto, especialistas, peritos na questão ambiental. As mobilizações respondiam aos protestos simbólicos e visuais. Neste ponto, a racionalidade ambiental (LEFF, 2006) emergente começava a ser formada e expandida nas ações do grupo. Os Incentivos econômicos sempre foram, todavia, muito pontuais e precários, e nunca se constituíram, de fato, numa proposta permanente de gestão. Mesmo quando o próprio governo, mudando de lado, estrategicamente, se transformou também num “patrocinador institucional” do movimento, limitado, é claro, pelo contato que o movimento passou a ter na gestão da estação ecológica. Essa conduta do governo, como será evidenciado depois, acabou por revelar uma tendência da omissão do estado na gestão da área, assumindo sua função apenas do ponto de vista retórico, enquanto se apropriava do discurso ambientalista do movimento em favor de sua propaganda ambiental.

tornava definitivamente legítima a demanda do movimento pela recuperação e conservação da mata Caetés.

Antes disso, no entanto, houve uma tentativa de dissuasão empreendida pelos técnicos do governo que propuseram ao ambientalista (José Lutzemberg) uma visita (que foi realizada) a outros pontos da periferia metropolitana, onde pessoas eram obrigadas a se submeter a uma vida precária vinculada ao trabalho com o lixo urbano, para que ele pudesse se convencer da necessidade irremediável das instalações de aterros sanitários como forma de impedir aquele tipo de subvida a que estavam expostas centenas de pessoas.

No instante em que as lideranças do movimento pediram um momento para se expressar verbalmente no seminário para ratificar o pedido da visita do ambientalista ao aterro, houve por parte da organização do evento uma tentativa de desqualificação do movimento, quando os microfones tiveram seu som cortado. Isto, no entanto, não foi impedimento da expressão, que foi feita em voz alta. O depoimento reverberou nos cantos do seminário e foi a primeira grande expressão pública de Caetés diante de um problema que ganhava relevância. A insistência da palavra acabou provocando uma ruptura dentro das estruturas governamentais quando técnicos do órgão responsável pelo aterro começaram a se posicionar contra o próprio trabalho que desempenhavam, a partir do momento em que as inviabilidades técnicas do projeto do aterro não podiam mais ser contraditas.

Todos esses questionamentos chegaram ao conhecimento do Banco Mundial que financiava o sistema. Talvez por isso, por se tratar de um importante financiado de obras públicas, o governo não tenha demonstrado resistência na suspensão dos trabalhos do aterro, mesmo que isso implicasse em prejuízo financeiro imediato para o

estado. O recuo do governo pode também ter indicado uma certa estratégia política de tentativa, pós-seminário de meio ambiente, de desarticulação do movimento, assim como de não criar problemas para a inviabilização de financiamento por este mesmo banco de outros projetos futuros. A consequência mais imediata desta ação foi o recuo do governo com a ordem para que se criasse um grupo de trabalho para investigar as denúncias da comunidade sobre a real viabilidade da obra. O Banco Mundial e o Governo de Pernambuco concordaram em rever o projeto de construção dos aterros e ouvir os questionamentos dos técnicos e da comunidade que reivindicavam o embargo da obra, tanto por não ter adequação técnica quanto por causar um grande impacto ambiental.

O grupo foi então formado por várias entidades representativas de esferas diferentes de governo: além dos órgãos específicos que tratavam da questão do lixo, as prefeituras do Paulista, Recife e Abreu e Lima compuseram o grupo, embora esta última não tenha indicado representante. A pressão causada pelos líderes comunitários garantiu a participação parcial do Grupo Resistência, célula primeira do movimento em defesa da mata de Caetés, no grupo de trabalho formado pelo governo para reavaliar a situação do aterro sanitário. Apesar dos protestos, no entanto, a determinação oficial foi a de que o grupo comunitário não teria nenhuma “competência”, segundo a visão governamental, para interferir nos trabalhos da câmara técnica, participando somente na condição de ouvinte. Esta atitude é reveladora da tentativa de desmobilização da demanda por parte do governo, ao não incorporar ao grupo de estudo, justamente aqueles que defenderam a revisão do projeto do aterro. Esta conduta descrente e reticente do governo perante a comunidade se reproduziu em todas as fases que compõem a gestão de Caetés.

O grupo de trabalho, formado por integrantes do mesmo órgão (FIDEM<sup>66</sup>) que construiu o aterro, constatou que de fato ele não tinha qualquer possibilidade técnica de funcionar. À sua inviabilidade funcional adicionou-se, como fator extraordinário de pressão, um abaixo-assinado, contendo mais de 10 mil assinaturas, dos residentes de Caetés I que se posicionaram peremptoriamente contra os atos governamentais. O abaixo-assinado, iniciado durante o referido seminário de meio ambiente, foi fruto conseqüente de um manifesto lá realizado, que envolveu, inclusive, os próprios técnicos de governo<sup>67</sup>.

As lideranças contaram com o apoio, considerado por eles inestimável, da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN), que emprestou ao grupo uma experiência de mobilização ambiental conquistada com a defesa da mata Uchoa, anos antes. A ASPAN coordenou a ação conjunta contra a instalação do aterro. Esta ONG compôs a câmara técnica para o estudo de avaliação contra a implantação do aterro<sup>68</sup>). Um ano e oito meses foi o tempo que durou a mobilização até que a

---

<sup>66</sup> Vale lembrar aqui, que é a FIDEM, este mesmo órgão que esteve originalmente envolvido com os conflitos ambientais em Caetés, que tempos depois passou a elaborar os projetos ambientais do governo, dentre eles, o de criação das reservas ecológicas da Região Metropolitana do Recife.

<sup>67</sup> Esta fase política de reorientação das atitudes governamentais em relação às políticas ambientais, forçando-o a observar as orientações já pré-estabelecidas pela política nacional de meio ambiente, de 1981, nos fez levantar uma hipótese de pesquisa de que é neste momento, a despeito da anterioridade da CPRH, que se cria dentro das estruturas governamentais, setores e técnicos ambientalizados: ambientalistas, que incorporam definitivamente valores do ambientalismo na condução de sua prática de trabalho. Este surgimento estabelece um campo de disputas dentro dos órgãos ambientais do governo, no sentido de definir qual seria a melhor forma de empreender as políticas ambientais, se cedendo aos interesses particulares do capital econômico, ou fazendo valer a ótica da conservação da natureza.

<sup>68</sup> Há uma controvérsia sobre a participação da ASPAN na questão do aterro. Um dos seus membros afirmou em entrevista que esta instituição coordenou o grupo de trabalho nomeado pelo governador. Um ex-integrante da ASPAN, atual integrante da Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), afirmou que a ASPAN não fez parte do grupo diretamente, mas que ele, que também fazia parte da ASPAN, fez parte do grupo por sua condição de professor universitário. Posteriormente tornou-se diretor de recursos naturais da CPRH, depois presidente desta instituição, e conselheiro-fundador da SNE e em 2007 torna-se secretário executivo meio ambiente do estado, e durante esses momentos participou de fases importantes da gestão de Caetés. Este é um caso interessante de intersecção de influências ambientalistas, técnicas e políticas de uma mesma pessoa que atuou em situações distintas em função de um mesmo objetivo. Em entrevista para a tese, ele afirmou que, independente dos governos democráticos de Pernambuco, não há uma visão clara de política ambiental. A isto ele atribui uma responsabilidade dos dirigentes políticos de cada momento. Esta questão do poder como definidora do campo ambiental torna-se então muito clara e é possível perceber esta mesma afirmação entre outras tantas falas institucionais. Seria, então, interessante observar os níveis de discursos e ações empreendidas por essas personalidades que ocuparam funções diversas em função de um mesmo processo político, como no caso em questão. Essas situações revelam dois momentos do campo ambiental em Pernambuco: o primeiro, de uma certa permeabilidade dos ambientalistas e do ambientalismo nas estruturas de governo; e o segundo, dos conflitos internos, de divergências, do movimento ambientalista e entre os ambientalistas que compõem as suas diversas

comunidade conseguisse impedir a instalação do aterro. Retrospectivamente, as ações do governo em Caetés demonstram, mesmo que algumas demandas tenham sido atendidas e porque foram só parcialmente atendidas, aparentemente um desinteresse político institucionalizado.

Essa dificuldade da relação com o governo foi contrabalanceada por outro lado por um pouco de sorte do movimento e sua presteza em aproveitar as oportunidades favoráveis a ações que geraram bons resultados. Muito provavelmente, se as casas tivessem sido entregues somente depois da instalação do aterro, a mobilização não teria conseguido alterar os planos governamentais (neste ponto a estratégia política do governo falhou). Certamente teria sido muito mais difícil impedir que o aterro parasse de funcionar e a mata existente no espaço não mais existiria, já que uma das últimas fases do projeto era a supressão da floresta para permitir o acesso dos caminhões e o depósito do lixo no aterro. Ao que tudo indica a COHAB tinha conhecimento das obras do aterro. O projeto de construção do conjunto habitacional começou mais ou menos no mesmo período do outro (ou um pouco antes), mas por questões de agenda interna e do cronograma de entrega das casas, e também da incapacidade de articulação interna do governo, conseqüência da falha na referida estratégia, as casas foram disponibilizadas, antes mesmo, da conclusão dos serviços básicos de infraestrutura, como água e esgoto.

Como as casas já tinham sido entregues e a população, movida pela curiosidade em conhecer mais profundamente o lugar onde morava, por realizar passeios no bairro “cheio de verde”, ter descoberto a existência daquela “obra ameaçadora”, não restava

---

vertentes. Em certos casos, essas divergências deram origem a novos atores e organizações que passaram a recompor o quadro do ambientalismo em Pernambuco.

muito ao governo, que talvez tenha percebido seus erros, ceder e recuar, como forma de criar novos impedimentos, dando a impressão de que estava disposto a avançar nas mudanças esperadas pela comunidade. Este recurso é marca da passividade institucional que quase sempre vem acompanhada das escusas pela da escassez de recursos.

A “luta” contra o aterro simbolicamente representou a transição de uma visão romântica, idealizada, de natureza para uma visão consciente politicamente voltada para a ação social. O movimento feito pela ação se calcou no significado contra-ecológico que passou a ter o aterro. A proposta e todo projeto que envolvia o aterro foi, por ironia, aterrado e sobre ele a mata pode se “reerguer”.

Se não tivesse havido esse fato do aterro sanitário, talvez a gente não tivesse a **consciência do valor do verde** para a comunidade.... o aterro chamou a consciência das pessoas para a questão ambiental (Norma, do Grupo Resistência, em 31/08/05; grifos nossos).

O verde, a natureza, a luta pela defesa da mata e contra o aterro passaram a ter valor, ou seja, importância e significado; e passaram, ao mesmo tempo, a constituir uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006), antagônica, portanto, a racionalidade que movia as ações de governo, significadas pela obra do aterro, e um saber ambiental (LEFF, 2001) fruto de práticas, das vivências e dos conhecimentos que o grupo passava a adquirir com suas ações. Essa construção social da natureza (BERGER, 1998; HANNIGAN, 1995), na medida em que ela passou a ser imediatamente relacionada a um problema para um dado conjunto de pessoas, permitiu sua necessária politização. A natureza para ser protegida precisou antes ter sido ameaçada. Tendo em vista esta dimensão, a construção socioambiental também levou em consideração a percepção do risco e a reflexividade que ele estimula (BECK, 1992; GIDDENS,

BECK e LASH, 1997). Sem o risco da perda, da impossibilidade e da incerteza as ações possivelmente não teriam sido empreendidas, ou teriam sido empreendidas rumo a outros caminhos de distanciamento em relação à floresta urbana.

Depois desta fase importante e de conquistas significativas, o Grupo Resistência, no entanto, sofreu uma certa dispersão, como consequência, em parte por conta do desgaste provocado pela mobilização, em parte por conta de divergências internas, em certo sentido provocadas pelo vínculo que parte de seus representantes estabeleceram com a ASPAN. Um fato, aparentemente sem importância, mas que gerou conflitos, foi a falta de acordo sobre que destaque, dentro do movimento, dar à ONG. Além disso, a falta de representação jurídica do movimento dificultou o processo de articulação e reivindicação diretamente com as instituições ambientais competentes, tendo, com isso, de lançar mão de uma intermediação feita, primeiramente pela ASPAN, e depois pela gestora de Caetés.

Esta dispersão não indica, no entanto que não houve mobilizações posteriores capitaneadas por integrantes oriundos do grupo, já que o Grupo Resistência foi incorporado como participante permanente, se tornando o legítimo representante da comunidade de Caetés I<sup>69</sup>, na fase de gestão da estação em suas reuniões e encontros mensais, como ficará claro mais adiante.

Como colocado antes, em alguns momentos das entrevistas com as lideranças do movimento, foi possível observar uma reticência em relação à mobilização comunitária em favor da mata caso não tivesse havido o conflito criado pelo aterro. Essa história demonstrou que havia uma estratégia do governo de não preservar uma área de

---

<sup>69</sup> Quando nos referirmos à comunidade, estamos querendo destacar o seu núcleo representativo, ou seja, os atores socioambientais formados a partir da existência do Grupo Resistência. A participação é neste caso representativa, no sentido de que não é total, nem homogênea, sendo sempre dependente de um conjunto de interesses e necessidades que é definido socialmente.

natureza mesmo sabendo que ela tinha relevância ecológica. Caso não tivesse havido a resistência contra o aterro a área teria sido devastada sem o conhecimento da população. Mas, por outro lado, se afirma que o aterro chamou a consciência das pessoas para a questão ambiental; e que se o aterro não tivesse existido talvez não houvesse “consciência ambiental” a respeito. Embora a reação inicial tivesse sido contra o lixo, logo que tomaram consciência, a mata passou a fortalecer o argumento de proteção da área e o argumento passou a ter maior visibilidade política e ser duplamente plausível. Este despertar garantiu a transformação da área mais tarde numa unidade de conservação e a continuidade da participação social nas questões relativas à Caetés.

#### **4.3 - Natureza protegida, ausência garantida: administrando conflitos**

Numa ação coordenada quando o aterro foi impedido, a área foi incluída num outro projeto da FIDEM que identificava as áreas verdes da região metropolitana. O governo, forçado a rever os projetos para a área, acabou transformando os 157 hectares remanescentes de mata atlântica em reserva ecológica junto com mais 39 unidades de conservação na Região Metropolitana do Recife, no ano de 1987, durante o governo Krause<sup>70</sup>, que, no entanto, não deu prosseguimento à implementação dessas áreas e não criou o cargo funcional de gestor de unidades de conservação.

Mesmo antes da inclusão desta área na lista das reservas ecológicas, Pernambuco poderia, em observância, por exemplo, do código florestal federal<sup>71</sup>, ter definido esta floresta urbana como Área de Preservação Permanente (APP), ou mesmo ter observado uma legislação mais específica, já que se tratava de um território estratégico para a

---

<sup>70</sup> As reservas ecológicas foram criadas pela Lei Estadual n. 9.989/87.

<sup>71</sup> A Lei Federal n. 4.771/65 instituiu o novo código florestal brasileiro, cuja primeira versão é da década de 1930.

proteção de mananciais hídricos da Região Metropolitana do Recife<sup>72</sup>. Isto, no entanto, não foi feito, não tendo as razões explicadas pelos órgãos ambientais competentes. Por outro lado, no projeto de implantação de Caetés, ocorridos anos mais tarde, o governo declarou que a inclusão da mata na lista das reservas ecológicas estaduais, deveu-se fundamentalmente ao movimento organizado da comunidade de Caetés I, sem cuja atuação isso certamente não teria sido possível.

A criação da reserva ecológica de Caetés, cujo objetivo era o de garantir a preservação dos “recursos naturais” e propiciar as atividades de educação ambiental, foi um fato importante para a história ambiental em Pernambuco. A comunidade manteve-se articulada, mesmo depois da dispersão do grupo original, no sentido de conseguir junto aos órgãos competentes a regulamentação prevista em lei, visando estabelecer as condições de preservação e manejo da reserva<sup>73</sup>. Esse anseio da comunidade respaldou-se na vulnerabilidade do território, situado em área de grandes pressões, sujeito a um ritmo acelerado de destruição, decorrente da inexistência de uma política florestal capaz de suprir as necessidades energéticas da região e de um sistema de fiscalização eficaz.

A reserva foi então cedida pela FIDEM em regime de comodato<sup>74</sup> à então Secretaria de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (SEMAM) que disponibilizou os mecanismos institucionais da época para atender à demanda social em torno da área

---

<sup>72</sup> A reserva, que tem como objetivo a proteção da biodiversidade local, está inserida na bacia hidrográfica do rio Paratibe e do rio Timbó, situando-se, portanto, na área de proteção de mananciais da Região Metropolitana do Recife, regulamentada pela Lei Estadual n. 9.860/86.

<sup>73</sup> A lei de criação das reservas da Região Metropolitana do Recife previa que “as condições específicas de preservação e aproveitamento dos recursos naturais das reservas ecológicas serão objetos de regulamentação posterior com base em estudos a serem elaborados para cada uma delas”(artigo 3º). O plano de manejo de Caetés, instrumento imprescindível para a gestão, que representa o reflexo destas condições, não foi implementado até os dias de hoje, embora tenha sido sua primeira fase publicada em 2006, já depois de um longo processo de espera e negociação. El-lo: CPRH. *Plano de Manejo Fase I- Estação Ecológica de Caetés*. Recife, 2006. 63p.

<sup>74</sup> SEMAM. Contrato de Comodato SEPLAN/SEMAM-Caetés. Recife, 1990.

protegida. O programa de implantação de Caetés<sup>75</sup>, mesmo antes dessa cessão oficial, tinha começado a ser feito, em 1990, quando a (CPRH), órgão responsável pela reserva, indicando um gestor permanente, articulou-se com a Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (CIPOMA), para liberação de uma equipe de policiais que atuaria diretamente na proteção da área que estava sendo alvo de desmatamento.

No entanto, ainda hoje, um dos principais problemas na gestão de Caetés é a reduzida equipe técnica e a rotatividade dos policiais da CIPOMA, cujo efetivo na área é também reduzido em consequência das prioridades definidas pela corporação militar nas questões de segurança pública no estado. Mesmo sendo a CIPOMA uma seção especializada da polícia militar, seus soldados não possuem uma formação qualificada na área ambiental, o que impede a realização de intervenções mais sistemáticas em eventuais problemas ocorridos no interior da mata. O efetivo atual da CIPOMA em Caetés não ultrapassa o número de 12 soldados em turnos alternados. No estado, o efetivo total é de aproximadamente de 200 soldados, que precisam dar conta de todo território estadual em pouquíssimas e precárias viaturas. Essa insuficiência operacional, evidentemente, dificulta e muito uma ação eficaz no combate ao desmatamento e as ações rotineiras de controle policial como é de competência da companhia. Os problemas infra-estruturais são igualmente marcantes: por exemplo, os policiais não dispõem sequer de um automóvel para o monitoramento e fiscalização

---

<sup>75</sup> SEMAC. *Projeto de Implantação da Reserva Ecológica de Caetés*. Recife: SEMAC/CPRH, 1990. A CPRH, à época, se vincula a SEMAC. A elaboração deste projeto foi feita em conjunto com docentes da área de botânica, zoologia, biologia e engenharia florestal da UFPE e UFRPE; com setores da comunidade representados pelo Grupo Resistência de Caetés I, Grupo Ecológico de Caetés I, Associação de Moradores de Caetés I, Comunidade Pró-Grêmio Estudantil de Caetés I, Creche Vitória, Brigada Ecológica Chico Mendes; com ambientalistas da ASPAN; com os quadros técnicos ambientais do governo (federal e estadual), dentre os quais alguns são oriundos do movimento e de ONG's ambientalistas.

dos limites circunvizinhos e das denúncias freqüentes sobre a degradação e os desmatamentos das áreas de florestas existentes fora dos limites de Caetés<sup>76</sup>.

A comunidade considera esta condição como um “descaso” do governo que não é capaz de investir em meio ambiente. São feitas frequentemente denúncias de desmatamentos ocorridos nas margens do rio do Barro Branco. Não tendo resposta dos órgãos quanto às denúncias que faz e sabendo que não há fiscalização efetiva fora dos limites de Caetés, a comunidade sente-se desprotegida e ameaçada. Para ela o descontrole do governo permite a degradação da natureza. Essas áreas suscetíveis aos crimes ambientais são também palco de outros atos de violência social. Esta desatenção do estado também provoca, segundo as lideranças comunitárias, um desconhecimento profundo do que representa Caetés e as áreas naturais para a população geral. Ela declara maior necessidade de divulgação sobre a área, maior fiscalização, sinalização clara e campanhas educativas.

Pelo fato de ser, no momento de sua implantação, uma área pública em que não houve disputas e resistências em relação à propriedade da terra, não se observou conflitos internos em relação ao zoneamento que definiu os tipos de uso do espaço protegido, ao contrário do que se observou no caso da APA Uchoa, como veremos no próximo capítulo. O zoneamento preliminar<sup>77</sup>, elaborado em 1991, também como consequência do programa de implantação de Caetés, indicou que nesta época foi criado o conselho administrativo da reserva. Considerou-se a criação deste conselho

---

<sup>76</sup> Além do remanescente de mata circunscrito nos limites da estação ecológica, existem outros, vizinhos, que não compõem o sistema de unidades de conservação de Pernambuco. São lugares que não foram definidos para serem transformados em áreas protegidas.

<sup>77</sup> CPRH. *Zoneamento Preliminar da Reserva Ecológica de Caetés*. Série Publicações Técnicas. n. 09. Recife: CPRH (Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos), 1991. Este zoneamento é uma versão simples antecipada do plano de manejo, que como já dissemos antes não está totalmente pronto, e, portanto, não implementado. Assim como o projeto de implantação, o zoneamento também lançou mão da relação entre técnicos, cientistas e ambientalistas. Junto com o zoneamento, através de uma Portaria Interna 001/91 da SEMAC, foi instituído o Regimento Interno da Reserva Ecológica de Caetés.

como um passo importante para a possibilidade da participação social na gestão ambiental. No entanto, o conselho nunca foi efetivamente instituído, em decorrências das dificuldades na implementação dessa gestão<sup>78</sup>.

De qualquer forma, isto não impediu a intervenção dos moradores do bairro de Caetés I nas políticas direcionadas à reserva. O envolvimento da gestora de Caetés com a comunidade local, praticado mensalmente através das reuniões, foi um fator importante para a continuidade da participação e uma forma de ativar os mecanismos democráticos da gestão, tendo em vista que o conselho administrativo, mesmo tendo sido criado, não fora, de fato implementado, já que dependia da alocação de recursos para o seu funcionamento, dependia de uma melhor estruturação física das dependências dentro da reserva, e fundamentalmente de recursos humanos disponibilizados para fazer o conselho funcionar, com permanência.

A linha de trabalho proposto pela gestora pretendeu, segundo seu ponto de vista, estabelecer um envolvimento com o maior número possível de pessoas da comunidade, especialmente com aquelas mais próximas fisicamente (em relação ao bairro de caetés I). Ainda hoje, mesmo depois de vários anos de implementada a gestão de Caetés, a capacidade administrativa da estação é extremamente reduzida. Mas na fase inicial, a equipe estava restrita à própria gestora, “protegida” pelos policiais da CIPOMA. Neste momento, o estranhamento causado por quem vinha de fora para tomar conta de um lugar “conquistado” pela comunidade, fez com que a gestora fosse vista como uma

---

<sup>78</sup> A Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), através de recursos vindos do Fundo Estadual e Meio Ambiente (FEMA) tem em andamento um projeto que pretende recriar as condições de favorabilidade de implantação do conselho administrativo de Caetés, por intermédio de uma oficina de gestão participativa em unidade de conservação. O projeto, denominado Educação Ambiental e Mobilização Social como Instrumentos de Gestão Ambiental da Estação Ecológica de Caetés, tenta dar continuidade aos encaminhamentos inconclusos do antigo projeto de implementação referido anteriormente. As parcerias estabelecidas aí fazem retornar a cena ambiental os atores que historicamente estiveram envolvidos com Caetés. Ainda não sabe, no entanto, se esta reedição de antigas parcerias garantirá de fato a execução de um plano de ação possível para uma gestão ambiental participativa tal como propõe o projeto.

“forasteira”. Como forma de desmistificar esse estranhamento e de propor uma relação de um tipo mais simpático, a atitude tomada foi a “*de chegar junto*”. Essa expressão de representantes da comunidade se deu pela estratégia de ouvir a comunidade sobre o que ela pensava e esperava da gestão.

Com esta atitude, uma linha de ação passava então a ser construída em conjunto. A presença dos grupos de futebol comunitário que utilizavam um campo existente na reserva, o único do bairro, sinalizaram com a intenção de permanecer usando o espaço, apesar do regulamento, que definiu a área como de proteção integral, impedir isso. O futebol, especialmente o infanto-juvenil, então, foi incorporado nas atividades de educação ambiental e a participação dos coordenadores de esporte se tornou uma “exigência” nas reuniões mensais promovidas pela gestora para acompanhar os usuários imediatos.

Os participantes estabeleceram uma relação de respeito submetido à autoridade carismática da gestora<sup>79</sup>. Tratada por “doutora”, ela própria se vê como uma protetora do lugar e o papel de liderança que desempenha, exige um esforço grande por estar sempre a meio caminho dessa sua condição e da função burocrática ligada a um órgão público. Quando está “em cena” nas reuniões, ela se vê como uma “atriz dramática” construindo um papel para dar conta de uma situação de extrema ambivalência: despertar o interesse e o respeito comunitário e ao mesmo tempo, de forma muito sutil, informando aos participantes que o estado não tem tanto interesse por efetivar uma gestão ambiental permanente na área. Ela se vê, portanto, ocupando um lugar

---

<sup>79</sup> É preciso evidenciar que em todas as reuniões tem sempre um soldado da CIPOMA presente, não só porque também eles fazem parte do processo educativo, mas para garantir a “ordem”. Vale dizer que os depoimentos dados pela gestora foram sempre muito espontâneos e demonstraram emotividade e afetividade, em muitas passagens. Na análise, estes aspectos são fundamentais para entender a sua atuação há mais de 14 anos como gestora de Caetés. Esta tendência passional, não prejudica, ao contrário fortalece a necessidade de ter que lidar com a precariedade da infra-estrutura operacional e técnica da CPRH. Em geral a racionalidade é a oposta da racionalidade instrumental e burocrática que lhe dá sustentação no trabalho técnico.

paradoxal, ao mesmo tempo que se sente gratificada pela função e pelo trabalho que desempenha.

A presença e autoridade de Sandra “Caetés”, alcunha que recebeu pelo envolvimento intenso com o lugar, fez nos lembrarmos de uma confluência dos tipos weberianos de dominação (WEBER, 1995). Sua autoridade mescla os domínios da legalidade, da tradição e do carisma, de tal forma que é difícil distinguir seus traços específicos. A ênfase dada a cada uma dessas dimensões depende, no entanto, do sabor e das necessidades de cada momento, segundo os impasses ou dilemas que surgem como problemas a serem tratados na arena espontânea constituída nos encontros promovidas por Sandra em Caetés.

A dimensão legal de sua autoridade fica explícita pelo exercício da função burocrática que executa como gestora, cargo estabelecido pelo órgão ambiental, a CPRH, do qual faz parte como servidora. Seu trabalho se dá dentro destas atribuições que são reguladas e estabelecidas por lei, sujeitas, portanto, à fiscalização e controle hierárquico. Em função disso, ela está sempre na observância de sua postura segundo os limites estabelecidos pela lei de improbidade administrativa, que regula as condutas do funcionalismo público com base em preceitos éticos. Isso faz com que Sandra evidencie para os participantes quais são as normas que regulam o uso das unidades de conservação de proteção integral e que elas não podem ser infringidas, sob pena de inviabilizar, por exemplo, a concessão do uso parcial do campo da estação pelo grupo dos “futebolistas”. O acesso é controlado e fiscalizado pela CIPOMA e as atividades devem receber uma conotação “educativa”, cabendo, principalmente, aos professores de educação física uma multiplicação dos “valores ambientais” recebidos durante os encontros com Sandra, em favor dos alunos, em grande parte crianças e jovens.

A eficácia burocrática do trabalho de Sandra é percebida pela forma disciplinada e rigorosa com que conduz a legalidade de sua função de gestora ambiental, resguardada pela autoridade que lhe confere às instâncias administrativas de governo. Ao mesmo tempo em que isso se dá, a permanência de Sandra por vários anos a frente da gestão de Caetés lhe conferiu igualmente a “competência” de “protetora”, de “guardiã” da estação, uma força que pelo tempo se tornou tradicional e à qual o respeito é submetidos. Sandra ocupa o “lugar da mãe” e o “lugar do pai” da estação, e portanto, é detentora de um saber que antecede aos demais e que deve ser sempre consultado quando necessário se faz.

O desempenho habilidoso dessas funções e desses lugares que Sandra ocupa dentro de Caetés, que também se revelam em mecanismos de auto-proteção, estendeu suas formas de domínio ao poder carismático, significado pela condição de “líder” que lhe é atribuída, da qual o reconhecimento e prestígio são dimensões integrantes. O carisma foi conquistado através da aptidão pela comunicação pedagógica herdada da condição anterior de professora do ensino secundário, cujo pressuposto, como diria Weber (1995) é o de “se fazer acreditar”, ou seja, conquistar a confiança daqueles a quem se lidera, como forma de legitimar pelo máximo de tempo possível seu lugar. Os liderados esperam de Sandra que ela dê conta de suas atribuições. Como ela mesma disse várias vezes em nossas entrevistas: *“Eu sou portadora de boas e más notícias”*. Isso, segundo ela, aumenta o nível de dificuldade de seu trabalho, mas ao mesmo tempo em que lhe garante, pela exposição dos fatos e pela força que sua palavra tem, a estratégia de auto-protetor dos limites burocráticos impostos à gestão de Caetés, mantendo, em relativo equilíbrio, o crédito que conquistou comunitariamente.

Mesmo considerando esses aspectos limites que a “presença” da gestora coloca, é preciso considerar que ela exerce um papel de liderança. Desempenhando um papel relevante, mas limitado pela já referida ausência, ela procura trabalhar com as dimensões de uma prática que envolvem valores que não são necessariamente dependentes da estrutura governamental, que se vinculam a uma filosofia de vida que embora não dispense a crítica da realidade social, e mesmo partindo dela, recorre também a uma visão “romântica”, idealizada, da relação do ser humano com a natureza. Esses valores, ela tenta trabalhar dentro do que ela concebe como “educação ambiental” e vê nisso um potencial de transformação. Para manter acesa a luta da comunidade pela gestão de Caetés, na esperança de que este se transforme de fato num pólo de difusão de valores ambientais, estimulando a emergência e criação de novos valores e atores pela prática rememorada de velhos atores<sup>80</sup>.

A gestora insiste na defesa da função ecológica de Caetés. Ela procura incutir tal conceito que não parece, todavia, ser absorvido no sentido técnico, mas apenas num sentido geral como algo, que apesar de ser público, deve ser protegido, ou seja, que deve ser preservado, e a participação não deve necessariamente implicar num uso aleatório de lazer do espaço<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Apenas para frisar a importância do resgate do passado para orientar o futuro, dentro de uma utopia ambientalista possível, citamos a tese ainda não publicada de Silvana Eloísa (2007), defendida na UFPE, que argumenta em favor da “memória coletiva” como uma forma de fazer emergir no cotidiano presente os registros do cotidiano passado para reestruturar as práticas de educação ambiental em grupos comunitários tradicionais. Como defende Silvana Eloísa, a “memória coletiva” é uma dimensão de extrema relevância na garantia de eficácia dos projetos.

<sup>81</sup> O receio de cometer qualquer ato de improbidade administrativa é grande. Neste sentido, não são raras as vezes em que o discurso da gestora assume uma dimensão legalista-normativa, como uma forma de garantir auto-proteção e proteção à área, uma espécie de prevenção contra constrangimentos surgidos dos questionamentos dos usuários. Os argumentos normativos que tomam como base a função ecológica de Caetés são frequentemente ambientalizados como estratégia de facilitar o entendimento da lei. Pela falta de informação sobre as definições legais, apesar da “vigilância” exercida pela CIPOMA, há quem queira usar o espaço comum de forma aleatória. Isto se dá especialmente em relação ao campo de futebol. Em acordo feito com os coordenadores de esporte, o uso do campo deve estar vinculado à educação ambiental dos grupos estudantis que participam das atividades desportivas lá realizadas. Os coordenadores se comprometem em participar das reuniões mensais da gestão e devem apoiar o serviço de fiscalização policial, funcionando como uma espécie de “terceiro olho” contra “possíveis agressores”.

Todas as expressões de domínio que a “presença” isolada da gestora denota, explica, por outro lado, a “ausência do governo, ou seja, os aspectos característicos do estado reduzido a funções mínimas, especialmente no que diz respeito à gestão de unidades de conservação. Essa “ausência” marca certa repressão do governo e não garante à gestora autonomia, além do que já observamos, em relação ao desempenho efetivo de gerenciamento de Caetés. Deste modo, faz ver a pulverização das ações governamentais na área que indispondo de orçamento próprio e permanente, resta dependente de ações muito pontuais, descontínuas, propostas por políticas compensatórias ou por projetos sociais do terceiro setor. O isolamento da gestora, configurado pela ausência política e orçamentária do órgão ambiental, o mesmo que definiu Caetés como área piloto prioritária do sistema estadual de unidades de conservação, a faz temer o descrédito da comunidade, alheia ao funcionamento interno da burocracia limitante das ações do governo para a área.

Neste sentido, como forma de combater a possibilidade do descrédito, as reuniões proporcionadas pela gestora abriram para a comunidade, além do acesso à Caetés, um campo de diálogo e de informações que não só dizem respeito ao conteúdo ecológico, mas também se reportam às questões mais gerais sobre a qualidade de vida nos centros urbanos. Através do debate ambiental, a gestora procura estimular o debate sobre questões agrárias, pobreza, saúde pública, infra-estrutura urbana, resíduos sólidos, direitos humanos, atribuições dos órgãos públicos e democracia.

Além dos grupos esportivos comunitários, participam ainda das reuniões os grupos de escoteiros do bairro, membros de universidades vinculados a projetos e pesquisas sobre a área, líderes comunitários, representantes da prefeitura do Paulista, funcionários da CPRH, representantes da CIPOMA, membros de ONGs ambientalistas

que desenvolvem algum projeto local, representantes dos artistas populares locais e mais recentemente algumas pessoas que foram condenadas a penas alternativas para a prestação de serviço público por crime ambiental. Estas reuniões não têm nenhuma competência deliberativa, todavia desempenham uma importante função pedagógica. Em meio a todas as dificuldades da gestão, elas ocupam um papel central e articulador, uma abertura voluntária ao diálogo democrático com a comunidade. O grupo não ignora, todavia, a necessidade de um planejamento estratégico para a gestão da área e sabe que só uma atitude coordenada do estado pode garantir efetivamente este tipo de gestão.

Pela mão de Sandra Caetés, os limites e possibilidades da área protegida são expressos dilematicamente. Em meio à necessidade de dar sentido ao próprio trabalho, de permitir a expressividade e o relevo das potencialidades da área, irrompem, como um fator de ruptura e estagnação, os limites estruturais da política ambiental do governo e do campo ambientam em Pernambuco, caracterizados pela assistemática dos investimentos públicos e políticos necessários à gestão de unidades de conservação. Isto não acontece somente em Caetés, mas em todas as demais áreas criadas pelo estado, visto que ao ato de criação não se seguiram os trâmites legais posteriores necessários à regulamentação e implementação. É este um problema recorrente no que diz respeito às políticas ambientais estaduais (também pontuam as políticas municipais). Através da “presença”, os estado garante o poder de não estar presente.

Esta “ausência” do estado é justificada retoricamente com base na impossibilidade de atendimento de várias necessidades de Caetés, em função dos problemas políticos que determinam a organização dos recursos orçamentários. O

estado ao garantir sua “presença” através da gestora e da autoridade da CPRH, circunscrita pela força policial da CIPOMA, criou a possibilidade de maior controle sobre as políticas e não-políticas para área, retardando, por outro lado, tanto quanto fosse de seu interesse e tanto quanto tempo levasse o processo de regulamentação e implementação da gestão ambiental. Neste sentido, o governo se utilizou dos procedimentos burocráticos para impedir uma intervenção imediata e decisiva na gestão de Caetés que até então tem sido objeto de ações pontuais compensatórias do órgão gestor, apesar de ser a única unidade de conservação sob sua gerência na Região Metropolitana do Recife.

Mesmo assim, Caetés se tornou o caso pioneiro no estado na implementação de unidades de conservação em áreas metropolitanas, mas era tratado, pela CPRH, como um projeto especial. A intenção desta agência era criar com isso um modelo experimental para as demais unidades estaduais. Este fato estimulou a criação de uma seção especial dentro da agência, denominada Gerência de Áreas Protegidas, em 1995.

Em 1996, a CPRH realizou uma oficina de trabalho para a redefinição da categoria de manejo da reserva. Através de uma parceria entre a FIDEM, SECTMA, IBAMA, UFRPE e UFPE, além dos representantes comunitários, foram avaliadas as características ambientais da área e as questões de ordem legal, antecipando-se, em relação aos parâmetros que seriam definidos futuramente no SNUC<sup>82</sup>.

A necessidade de recategorização se deu em consequência da ausência de legislação específica para as reservas ecológicas, a necessidade mesma de elaboração

---

<sup>82</sup> O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, propriamente dito só foi instituído em lei, definitivamente, no ano de 2000, mas, antes, existia já um arcabouço legal que permitiu a construção deste sistema. A Lei Federal n.9.985/00 regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Esta lei foi regulamentada pelos Decretos Federais n. 3.834/01 e n. 4.340/02.

do plano manejo, e em atendimento à exigência legal da política florestal do estado<sup>83</sup>, embora este mesmo instrumento legal não inviabilizasse o uso desta categoria, que determinava a reclassificação das unidades de conservação em função do SNUC disponível na época. Os técnicos da CPRH, durante o processo de recategorização de Caetés, já dispunham de informações relevantes sobre o ainda não editado SNUC<sup>84</sup>. A opção pela alteração da categoria de manejo se deu como forma de evitar novas recategorizações posteriores e de conflitos conceituais e funcionais em relação a outras categorias, como reserva biológica, por exemplo, e para definir mais precisamente o sentido do uso de Caetés.

Antes da conclusão do processo, em 1997, foi realizado um encontro técnico que definiu os objetivos do manejo de Caetés, seguindo um roteiro metodológico do IBAMA. Dentre os objetivos principais, estavam a promoção da educação ambiental, o desenvolvimento de estudos pesquisas científicas e a proteção da biodiversidade local, assim como as áreas de mananciais, que de certa maneira possuíam elementos já previstos em leis precedentes. Em 1998, finalmente, a reserva passou a ser denominada Estação Ecológica de Caetés<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> A Lei Estadual n. 11.206/95 dispõe sobre a política florestal do estado de Pernambuco.

<sup>84</sup> A lei que instituiu o SNUC em 2000 revogou o artigo 18 da lei da política nacional de meio ambiente (1981) que tratava das reservas ecológicas, alterando, portanto, o sentido do Decreto Federal n. 89.336/84 que dispunha sobre as reservas ecológicas e as áreas de relevante interesse ecológico.

<sup>85</sup> A Lei Estadual n. 11.622/98 altera as categorias de manejo das reservas ecológicas de Caetés e Dois Irmãos, que até então são as únicas duas unidades de conservação da Região Metropolitana do Recife recategorizadas. Isso não implica dizer que todo o processo de implementação e gestão dessas áreas foi concluído, muito menos que o plano de manejo está elaborado e em funcionamento. O Parque Estadual de Dois Irmãos, que em 1987 passou a constar da lista das reservas ecológicas, é uma área controlada pela SECTMA e abriga também o jardim zoológico de Recife, fundado em 1939. Por se tratar de um parque, questão do uso público da área é completamente diferente da que foi estabelecida em Caetés. No entanto, mas talvez por essa "facilidade", recebe um numero bem maior de pesquisadores e de visitação científica, congregando dentro de seu espaço, um centro de educação ambiental e um museu de história natural. O Parque foi fundado como Horto Florestal, em 1916 e é ainda comumente conhecido como Horto de Dois Irmãos.

#### **4.4 - A estação dos excluídos: a criatividade dos processos participativos**

A comunidade de Caetés I tem permanentemente criticado a ação dos governos locais. Uma audiência pública, realizada em outubro de 2005 na Câmara Municipal de Abreu e Lima e coordenada pela Promotoria de Meio Ambiente de Abreu e Lima, através do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Pernambuco (CAOP-MP/PE), conseguiu agrupar as mais significativas representações da sociedade civil local para debater e ajustar problemas relativos à questão socioambiental na cidade de Abreu e Lima, que afeta a Estação Ecológica de Caetés.

Este foi um passo importante depois de um longo período de omissão do poder público local quanto a essas questões. Abreu e Lima é o único município dos que fazem parte da Agenda 21 da Região de Aldeia<sup>86</sup>, que não participa das discussões para implementação desta agenda. O governo estava diretamente representado na audiência pelo prefeito da cidade, secretaria da saúde, a recém-criada secretaria de agricultura e meio ambiente, a secretaria de planejamento e vereadores.

A sociedade civil estava representada pelos movimentos sociais e por lideranças comunitárias, dentre as quais, uma diretamente envolvida com a defesa de Caetés, que apesar de se localizar em Paulista tem como usuários a população de Caetés I em Abreu e Lima e é de seu entorno que vêm os principais impactos. O Ministério Público Estadual utilizou da sua competência legal para exigir dos representantes das empresas e governos explicações e ajustar compromissos na

---

<sup>86</sup> Aldeia é uma região situada na cidade de Camaragibe e congrega um território onde estão presentes significativos remanescentes de mata atlântica. Como área possui limites com as cidades de Abreu e Lima, Recife, Araçoiaba, Paulista, São Lourenço da Mata e Paudalho (esta última não se situa na RMR), a proposta de construção da agenda foi coletivamente repartida entre os municípios.

tentativa de atenuação imediata de alguns problemas considerados graves pelos atores sociais. As empresas convocadas<sup>87</sup> para a audiência estavam diretamente envolvidas nos problemas detectados na cidade.

Um dos tópicos centrais da audiência foi a exigência, por parte do Ministério Público, da implementação do plano diretor da cidade, exigência legal para cidades acima de 20 mil habitantes e que Abreu e Lima vinha descumprindo<sup>88</sup>. Destacou-se a urgência do plano, a identificação das áreas de preservação permanentes (APPs) e a reorganização do aterro (lixão) de Iamã que afeta diretamente uma área importante de mangue. A comunidade acusou o governo de não ter consultado as bases comunitárias para a elaboração do plano diretor, muito embora a comunidade tivesse feito pressão para que o município incluísse no plano, orientações para a política ambiental local. Historicamente, a prefeitura de Abreu e Lima se manteve distanciada de qualquer abertura democrática nesse sentido. Na época do aterro em Caetés, que iria suprimir a mata, se pôs contrária a sua defesa e menosprezou a ação popular.

A promotoria, que pareceu querer uma ação imediata, cobrando um posicionamento dos gestores públicos, convocou diversas entidades para prestar esclarecimentos sobre os problemas ambientais na cidade de Abreu e Lima. No entanto

---

<sup>87</sup> O Departamento de Estradas e Rodagens (DER), Companhia de Eletricidade de Pernambuco (CELPE) e Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) foram chamados. O DER é responsável legal pela PE 18, que leva à Caetés e que se estende da BR 101 à PE 27. A rodovia encontra-se em estado de deterioração, sem sinalização e alguns pontos usados de forma irregular, alguns trechos marginais da estrada foram ocupados pela população e um trecho não asfaltado da pista foi utilizado pelo capital privado com a instalação irregular de um terminal de ônibus de linha de empresa local. A CELPE foi chamada na tentativa de solucionar os problemas criados pela passagem de fiação elétrica por dentro da estação. A COMPESA terá que responder pela inoperância da estação elevatória, em Caetés I, que foi construída num trecho da PE 18 e nunca utilizada, e também pela cobrança ilegal da taxa de tratamento de esgoto, serviço este que não vinha sendo realizado há muito tempo e que hoje funciona precariamente, depois do religamento da estação de tratamento em Caetés III, que atende também aos bairros de Caetés I e II. Participaram da audiência ainda, a Diretoria de Meio Ambiente de Paulista, a gestora da Estação Ecológica de Caetés, diretorias da CPRH, a CONDEPE-FIDEM, a CIPOMA, o Corpo de Bombeiros, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco (OAB-PE) e o governo federal estava representado pela gerência regional do IBAMA e pela UFRPE. Não estiveram presentes na reunião, a Companhia Pernambucana de Gás (COPERGÁS), os representantes dos presídios e a Empresa de Ônibus Itamaracá.

<sup>88</sup> A prefeitura informou que já iria firmar um convênio com a Caixa Econômica Federal para o financiamento da elaboração do Plano Diretor, mas que ainda havia problemas municipais com o INSS, o que impedia a liberação das verbas. A dívida do município com o INSS chegaria ao valor de 17 milhões de reais e está sendo negociada pela gestão atual.

o espaço de representação dado à comunidade não foi o mesmo oferecido às instituições. Nenhum representante da comunidade foi convidado a compor a mesa dos representantes. Isso, de certa forma, reflete o caráter contingente que as carências populares assumem, mesmo quando elas são temas centrais do debate.

Por outro lado, houve um reconhecimento geral de que a promotoria tem demonstrado um interesse permanente pela continuidade das ações neste caso, e nesse sentido vai atuar como o mediador legal dos conflitos ambientais. A audiência pública foi algo inédito na vida da cidade, nunca se vendo, durante a existência da estação, uma iniciativa como esta, na tentativa de começar a ajustar as condutas dos responsáveis pelas agressões ambientais na cidade, regulando e cobrando a responsabilidade do poder público local pelo desempenho eficiente das ações e do uso do orçamento público.

Os progressos que são feitos em relação à parceria com setores da comunidade de Caetés têm despertado a atenção para o potencial educativo que a estação possui. No entanto, uma política ambiental efetiva para a estação esbarra nas dificuldades sistemáticas da CPRH na questão, o que tem revelado uma política ambiental extremamente fragmentada. Este órgão tem vasta experiência no campo do controle e fiscalização ambiental, mas pouca experiência no campo da execução de políticas de gestão ambiental de unidades de conservação.

A burocracia é vista como um grave empecilho na execução de trabalhos criativos. Um setor técnico mais ativo da CPRH trabalha com a intenção de viabilizar recursos humanos, materiais e financeiros para Caetés que não dependam exclusivamente da sua destinação prévia no orçamento. Os recursos recolhidos pela CPRH através dos licenciamentos que realiza são, no entanto, encaminhados

diretamente para a conta única do tesouro do estado e não há garantia de que sejam reaplicados na área ambiental. O Fundo Estadual de Meio Ambiente não dispõe de recursos suficientes e sua liberação depende de uma autorização do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). Depois de negociados, os recursos obtidos pela ação compensatória de obras públicas ou privadas geradoras de impacto ambiental irreversível podem ser dirigidos para unidades de conservação. Caetés tem buscado acessar esses recursos e é constantemente procurado por entidades ambientalistas que desenvolvem projetos na área com recursos de licitação pública ambiental.

A tentativa de envolvimento com a comunidade é reflexo da necessidade de forjar um processo participativo, considerando as restrições da estação, para legitimar o trabalho da gestora. A comunidade foi alçada ao patamar de parceira como forma estratégica de estimular um campo de pressão deliberadamente instituído em favor da estação. Ao passo em que a gestora dá possibilidade de fala à comunidade, ela fortalece seus laços de poder e cria uma força adicional para criar os constrangimentos ao órgão gestor, obrigando-o a dar mais atenção às necessidades presentes da área.

A relação de confiança, entre a gestora e a comunidade, construída neste percurso, representou um longo e lento processo de aprendizado. Nos dizeres de um dos representantes comunitários, “chegar junto”<sup>89</sup> era necessário para o desempenho de um bom trabalho e para conquistar o respeito e a credibilidade.

Sandra reitera esse contexto quando diz que

a maior estratégia que nós temos lá é a questão educativa, educação ambiental, sem **manipulação**. Eu escuto eles, aprendi a ouvir, chegar junto como eles dizem, eles já estão entendendo a linguagem, a consciência vem da educação e do exemplo, **não adianta eu falar se não der o exemplo** (Sandra concedida em 08/03/05; grifos nossos).

---

<sup>89</sup> Expressão utilizada pelo Sr. Jorge Montenegro, um dos coordenadores dos grupos futebolísticos que utilizam o campo da estação.

Essa relação de confiança, no entanto, não foi estendida à CPRH como um todo, mas tão somente ao que é representado na figura da gestora. Em relação ao governo e aos órgãos ambientais, o sentimento compartilhado é o de que há “descaso” e “desatenção” deliberada, embora uma presença mínima seja necessária e reconhecida.

Sandra está sempre mediando os conflitos, pela posição que ocupa, entre a comunidade e a agência ambiental. Esta segunda é geradora de constrangimentos que acabam dificultando ou mesmo impedindo suas ações.

Sandra revela que fica

dividida porque a burocracia é importante, a teoria é importante, mas a **ação tem que ser ao mesmo tempo, teoria e prática**, mas eu noto que há uma distância muito grande entre teoria e prática porque ela não acompanha o nosso desejo, nossas solicitações não são atendidas e muitas atividades ficam inviabilizadas....quando a comunidade diz que eu sou portadora de notícias ruins, fica difícil, tudo eu coloco para eles, faço realmente um trabalho de ponte, então eu traduzo meu trabalho de lá pra cá e de cá pra lá, mas fico dividida porque sou da CPRH, mediar conflitos, aprendi muito a administrar conflitos e **ai é que eu acho onde está o respeito**(Sandra, da Estação Ecológica de Caetés, em 08/03/05; grifos nossos).

Este respeito está alicerçado na afetividade que Sandra dedica ao seu trabalho, algo que transcende seu trabalho técnico. Desenvolvendo uma espécie de pedagogia do cuidado, Sandra declara que para

trabalhar com a comunidade é necessário ter compromisso, não pode decepcionar, se cair no descrédito da comunidade não há como voltar atrás, lidar com líderes comunitários não é fácil sua conversa tem que ser única. Agora, eles notam que minha maneira de trabalhar e de mostrar que eu gosto é cuidando... **quem gosta cuida** (Sandra trecho de entrevista concedida em 08/03/05).

A ressonância da natureza ecoa para dentro da estação reproduzindo-a, como forma de manter-se viva até que possa expandir-se para fora de seus limites, criando novos espaços de interlocução multiplicadores. Por outro lado, este eco reflexo é uma

resposta necessária aos atos de descontinuidade da política ambiental. Quando uma das lideranças do movimento afirma que a “luta continua”<sup>90</sup>, isto reflete a consciência de que é preciso manter-se ativo diante da passividade institucional. O ato de persistir na “luta” exige uma reação do governo, mesmo que tardia.

#### ***4.5 - Conclusão***

Em alguns casos dentro da própria CPRH, é possível observar uma inter-relação entre o trabalho técnico e o ambientalismo. Isso demonstra na história ambiental do estado uma permanente articulação entre as esferas de governo e a formação do ativismo ambientalista, como já foi apontado anteriormente. Alguns dos quadros formados pelos governos para atuação na área ambiental tiveram origem, por exemplo, em ambientalistas ligados também à universidade. De outro modo, alguns técnicos no exercício do seu trabalho passaram por uma tomada de consciência em relação ao problema ambiental, ambientalizando suas condutas.

No entanto, em função do tipo de trabalho desempenhado por Sandra, sempre dividido entre as responsabilidades e limites da burocracia do estado e a necessidade de estabelecer um vínculo de respeito e confiança com a comunidade, ela tem uma relativa dificuldade de reconhecer-se como ambientalista. A reticência ambientalista encontrada na postura de Sandra está igualmente relacionada com uma visão crítica do ambientalismo radical, como um movimento que tem apresentado, atualmente, no estado, sérias limitações em sua capacidade de articulação, diminuído, portanto, seu poder de atuação e convencimento sobre a causa ambiental.

---

<sup>90</sup> Expressão utilizada por D. Zezita, uma das lideranças do Grupo Resistência.

Esta postura da gestora, se por um lado, indica certo antagonismo ao ambientalismo radical, por outro, abre um campo de possibilidades para a resignificação de um trabalho profissional atrelado à necessidade de estabelecer os meios para a proteção ambiental de uma estação ecológica, trabalho este que depende, além de um empenho técnico e racional, de uma elaboração discursiva pautada em signos ambientais, portanto, em uma espécie de ambientalismo.

Buscando transcender este antagonismo, Sandra se define como uma pessoa preocupada com a qualidade de vida. A preocupação, em contrapartida amplia esse campo de possibilidades e introduz na dimensão técnica do trabalho ambiental uma expansão do horizonte da filosofia ambientalista, especialmente aquela de conteúdo menos antropocêntrico, mas que ressalta a necessidade de um equilíbrio crítico da relação humana com a natureza. Nestes termos é possível falar, como aborda longamente Leff (2006), de uma racionalidade ambiental em contraposição à tendência sempre limitante da racionalidade técnico-instrumental.

Como forma de superar as críticas ao ambientalismo, irrompe um processo de permanente criatividade política para lidar com as contingências impostas pela burocracia estatal à política ambiental. A responsabilidade do desempenho do trabalho técnico-ambiental na potencialização dos recursos, aliada ao discurso sobre a qualidade vida redireciona as questões envolvidas no problema ambiental para áreas mais sensíveis à subjetividade daqueles que se propõe à contribuir de alguma forma para a soluções desses problemas, mesmo que estes estejam para muito além da capacidade individualizada. Este é um processo de ampliação da consciência política necessária às transformações que o campo ambiental propõe.

De certa maneira, a conduta de Sandra indica que, diante da realidade social por ela encontrada em Caetés, o espaço não admitia uma intervenção técnica de ruptura entre o lugar protegido e a população local, parte dela, usuária das áreas comuns da estação desde antes de sua implementação. Segundo ela, de nada adiantaria uma resposta antagônica aos desejos daqueles que ativamente compuseram o movimento da proteção ambiental de Caetés.

A estação fora implantada num lugar circunscrito por muitas contingências que não podiam ser de forma nenhuma ignoradas pelos gestores. Então era fundamental, que na medida do possível, fosse incorporada ao cotidiano da estação, uma espécie de política do cotidiano do bairro, incorporada a uma política ambiental possível. Essa postura levou Sandra a perceber que estava construindo sua própria maneira de gerir a área, o que ela denominou como “metodologia intuitiva”, elaborada dia-a-dia pela percepção do bom senso das práticas.

Para tanto, procuramos compartilhar idéias, principalmente com a comunidade de Caetés, com quem tentamos construir uma identidade participativa na troca de informações e conhecimentos específicos com o fim de torná-la parte viva da unidade, conseguindo, deste modo, o envolvimento de grupos de variadas atividades. Com esse fato criamos um vínculo de interesses reais e de concretizações para que se mantenha preservada a UC, em seus objetivos, ampliando também para a sociedade científica e os órgãos públicos e privados. (Sandra, da Estação Ecológica de Caetés, em 07/03/05)

Com essa prática, seria permitido uma escuta das pessoas, o ato de “*chegar junto*”, como denominou um dos partícipes. Esta era uma tentativa estratégica de superar as dificuldades iniciais criadas pela condição de “forasteira”. Esta condição, conforme os relatos colhidos, chegou a incomodar muitos daqueles que usavam informalmente as áreas comuns da estação antes de sua implementação. Modificar essa imagem, e criar novas condições de intervenção oficial regulada tornou-se então o

principal desafio. Esse desafio exigia que o uso fosse disciplinado, estimulado pela percepção da responsabilidade comum a todos.

Como aponta uma das participantes:

O que tá precisando para a população é saber os prós e os contras. O porque da mata, qual o benefício que ela traz e qual o mal que ela vai trazer quando ela acabar. As pessoas não têm consciência. Não tem uma divulgação. Só se pensa no concreto, mas se só houver o concreto como a gente vai sobreviver. Só as pessoas que gostam do verde é que vão se interessar. As pessoas que se preocupam com o capital de giro, com o dinheiro, não vão se preocupar com isso não. Nem imaginam que pra se ter dinheiro precisa-se de mata (Socorro, do Grupo Resistência, em 08 de novembro de 2006)

A realização deste desafio parece, no entanto, estar ligado à necessidade de estender o processo de construção dos problemas ambientais, ao conjunto das comunidades que vivem nas proximidades de Caetés. E neste sentido, o caminho da politização dos conflitos ambientais como uma dimensão culturalmente compartilhada pode indicar um caminho possível.

## Capítulo V

### Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa



Fonte: Acervo da Prefeitura da Cidade do Recife. Foto 2: Visão aérea da APA Uchoa e dos bairros vizinhos.

#### *5.1 - Introdução*

A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar. Mas eis que chega a roda viva e carrega o destino pra lá.  
(Chico Buarque, Roda Viva, 1968.)

Este capítulo se fundamenta na análise da constituição dos conflitos ambientais na Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa (APA Uchoa). Esses conflitos estão relacionados a um movimento socioambiental que surgiu da articulação entre grupos comunitários vizinhos ao remanescente de mata atlântica existente no local e

instituições ambientalistas embrionárias que começavam a emergir no final da década de 1970.

A política ambiental da APA Uchoa reflete atualmente o contexto em que emergiu o movimento em defesa da mata Uchoa. Este fato significativo pode abrir um campo de reflexões das ações deste próprio movimento influente e influenciado pelas políticas ambientais na cidade do Recife.

É preciso ressaltar que este movimento é assim definido pelo reconhecimento dado pelos próprios integrantes. O fato de ser assim denominado por aqueles que dele fazem parte é inclusive necessário para o sentido da análise proposto, assim como as contradições internas ao movimento que essa opção apresenta.

Um aspecto importante para o entendimento da dinâmica que permitiu a construção social do movimento é a auto-definição do próprio movimento que se qualificou como movimento ambientalista, através da formação de uma categoria de atores sociais e pela elaboração de um discurso crítico antagônico às condutas governamentais que orientaram as políticas públicas segundo um padrão, conforme visão dos ambientalistas, anti-ambiental.

O discurso ambientalista presente nas práticas que caracterizaram o movimento em defesa da mata Uchoa se constituiu a partir da emergência das necessidades de estruturação de uma ação que desse conta da demanda pela defesa da natureza num contexto caracterizado por conflitos socioambientais relacionados com questões fundiárias e de intensa especulação imobiliária.

Algumas dimensões são ressaltadas no discurso do movimento ambientalista analisado: a natureza é entendida como um bem coletivo, a sua defesa passa por um

processo de conquistas democráticas, a sua proteção é uma questão que se insere nos direitos ambientais e isto deve ser garantido pela responsabilidade governamental.

Uma hipótese, que centraliza a importância histórica do movimento é a de que ele é um dos mais significativos eventos na constituição do campo ambiental em Recife, por se tratar de uma das suas primeiras manifestações e que mobilizou diversos atores sociais, favorecendo, assim, a penetração desta demanda nos espaços de interlocução com o poder público, que permanece até hoje.

A dimensão do campo ambiental em questão trata desta relação central e do caráter contingente que ela toma quando considerada no quadro atual das políticas públicas municipais. A história da mata Uchoa, reconstituída a partir das entrevistas, dos documentos jornalísticos e dos documentos oficiais dos órgãos públicos e das instituições sociais envolvidas, evidencia o objeto sociológico da tese e a tentativa de compreensão do modo como é conduzida a política ambiental das unidades de conservação na cidade.

Os documentos analisados neste capítulo declaram a relação permanente entre movimento ambientalista (associação de moradores, de bairro, religiosa, ONGs), instituições governamentais, universidades e mídia. E esta relação é fundamental hoje ainda para a existência e resistência do movimento e para perceber como ele causou e causa ainda um relativo eco na política ambiental em Recife.

Ao longo deste capítulo, iremos apresentar também aquilo que identificamos como os aspectos controvertidos e de fragilidade do movimento, especialmente as suas dificuldades recentes da articulação, apesar da relação que teve com os grupos universitários responsáveis pela “validação científica” da causa, declarando

tecnicamente que a conservação da natureza, no que diz respeito à saúde humana, qualidade de vida e a proteção dos ecossistemas, era absolutamente necessária.

## ***5.2 - A origem e as articulações do movimento em defesa da mata Uchoa***

O nosso argumento é o de que a mata que compreende a APA Uchoa “começou a existir” quando se tornou objeto de defesa ambientalista e continua a existir porque, apesar de todo desgaste sofrido e da real situação ecológica do local, se sustenta com base nas ações resistentes do grupo e do discurso a partir do qual ele se estrutura. Este é um discurso que exige a proteção integral da área, restrição total do uso material do espaço para fins comerciais e imobiliários, recuperação dos ecossistemas degradados e o domínio público da mata para o uso comunitário.

Quando um determinado grupo, em fins da década de 1970, se interessou pela mata, estabeleceu-se com ela uma “identidade ambiental” e uma realidade se constituiu com base nesse reconhecimento, de ordem tanto objetiva (a proteção real do bioma de mata atlântica e a preocupação com a qualidade de vida urbana) quanto subjetiva (a relação simbólica, o desejo de proteger, de afeto, a dignidade da comunidade). Por isso mesmo é preciso tratar o movimento com base na idéia de que ele teve sua realidade construída (BERGER, 1998), permitida através da formação de atores sociais em volta de uma ação comum, baseada numa racionalidade ambiental (LEFF, 2006).

A postura do movimento sempre foi de uma permanente cobrança dos encaminhamentos governamentais em relação à gestão da APA Uchoa, desde que foi transformada em unidade de conservação. Uma das principais reivindicações era a necessidade de recategorização da APA, que deveria dar lugar a um parque

ecológico<sup>91</sup>. Esta recategorização desejada pelo movimento, no entanto, é antecedente à idéia de parque tal como definida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000. O parque ecológico era entendido pelo movimento como um parque urbano. Embora o SNUC não considere a categoria de parque ecológico, a exigência de preservação integral da mata, feita pelo movimento, implicaria na criação de uma categoria de manejo deste tipo. No entanto, esta definição não poderia inviabilizar o uso comunitário do parque para fins estéticos e de lazer, na medida em que o acesso à área fosse restritiva e controlada.

O movimento, em sua fase inicial, não tinha, todavia, conhecimento sobre a existência deste tipo de proteção legal através da criação de unidades de conservação, e no Brasil era essa uma discussão muito incipiente. Além do código florestal, o país não possuía mecanismos jurídicos que viabilizassem a proteção de áreas naturais. Toda essa proposta de unidades de conservação no Brasil e em outras partes do mundo surgiu principalmente a partir da criação de parques nacionais nos Estados Unidos, ainda no século XIX (DIGUES, 2002; NEDER, 2002; MORSELLO, 2001; BRITO, 2002, BRITO, 2003).

Baseado nessas referências estrangeiras é que surge a proposta de criação do parque, onde hoje existe a APA Uchoa. Esta proposta foi feita inicialmente pelo ecólogo Vasconcelos Sobrinho, que como já pontuamos antes, se tornou um ícone do ambientalismo pernambucano, não só porque foi o primeiro a difundir os valores que se constituíram como base para o ativismo ambiental em Pernambuco. A mata do engenho Uchoa, dizia Vasconcelos Sobrinho, era digna desta categorização e por isso

---

<sup>91</sup> O movimento ainda hoje reivindica a criação do parque ecológico.

devia ser preservada. Isso representaria, para ele, uma “solução ecológica” para toda a Região Metropolitana do Recife.

Foi somente depois da mobilização e das denúncias deste ecólogo, articuladas com e a partir da existência do movimento em defesa da mata Uchoa que surgiu a proposta de criação do parque. As denúncias feitas pelo movimento tomaram um sentido mais apurado, a partir dessa articulação e pelo papel assumido pela universidade representada pelo perito em ecologia. Foi então do campo acadêmico que surgiu a primeira proposta de proteção legal da mata, nos moldes concebidos pelas unidades de conservação.

A história ambiental da mata do Engenho Uchoa começou por volta de 1979, através de uma mobilização coletiva de algumas comunidades vizinhas à mata que tinham o interesse em sua preservação. Os proprietários da área, que embora não praticassem eles próprios o desmatamento e a extração de areia e barro, consentiam com a degradação, desejando transformá-la num condomínio de casas de classe média; a degradação consentida era uma estratégia de diminuir os custos futuros com a obra imobiliária.

O início do movimento em favor da mata é sincrônico às primeiras discussões sobre o ambientalismo global depois da Conferência de Estocolmo em 1972. E sua defesa se deu também sob o argumento da validade do código florestal de 1965 que definia a responsabilidade dos poderes públicos com a preservação e conservação do bioma de mata atlântica e de outros biomas, já escassos no Brasil àquela época.

A origem do movimento em defesa da mata Uchoa foi favorecida pela condição de vizinhança à mata. A proximidade da mata provocava, entre alguns que lá

habitavam, a sensação de uma melhor qualidade de vida e bem estar<sup>92</sup>. A “consciência” da importância da mata do ponto de vista ecológico já era clara para aqueles que passaram a formar o Grupo de Amigos da Mata Uchoa. Então, este grupo se forma estimulado por essa condição de proximidade com a mata e pela preocupação que ações impactantes vindas de fora geravam, como por exemplo, a construção da Estação do Metrô do Barro que demandava uma grande quantidade de extração de barro e madeira que vinha sendo retirada da mata, levando o grupo a questionar essas apropriações e a cobrar uma responsabilidade dos órgãos públicos.

O grupo de amigos da mata Uchoa, no entanto, sentiu naquele momento inicial muita dificuldade de articulação e não encontrou uma base forte com motivo forte para levar a frente sua manifestação ambiental e sua intenção de proteger a mata. Porém, já se tinha noção de que uma concepção de “progresso e desenvolvimento” estava vinculada com essas ações de degradação da mata e que havia uma responsabilidade pública do governo que as planejava. Embora as obras do metrô, começadas no final da década de 1970, trouxessem para uma parcela da população o benefício social do transporte coletivo, não se podia deixar de considerar que o que orientava ideologicamente esses projetos causava um dano ambiental irreversível e não compensado e que afetava imediatamente a vida da mesma população beneficiada pelo metrô. Talvez por isso, por se tratar de uma obra pública de utilidade social, mesmo causando um importante impacto ambiental, não houve maior mobilização no sentido de buscar uma solução articulada com o governo.

Essa preocupação acesa pelas obras do metrô ganhou impulso maior, a partir das constatações dos recorrentes incêndios que se sucediam na mata Uchoa, no momento

---

<sup>92</sup> Esta sensação original foi também percebida por moradores de Caetés I, que empreenderam o movimento em defesa da mata de Caetés, e como resultado de sua prática estimularam a criação da Estação Ecológica de Caetés.

em que fora anunciado que parte da área seria vendida para a empreiteira Oldebrecht. Esta empresa intencionava por em prática a construção de um condomínio residencial de luxo que poria em xeque a existência de parte substancial da mata, para valorizar uma outra parte como “produto verde” ligado à qualidade do empreendimento. Neste momento, tomando conhecimento e incomodada por esta possibilidade de extinção da mata, que mesmo sendo a maior parte pertencente ao capital privado, o grupo encontrou o motivo que precisava para dar relevo a sua demanda surgida em relação direta com o conflito iminente. Através de uma articulação intensa feita com a comunidade e com parlamentares na época mais abertos ao diálogo sobre os conflitos sociais ali presentes, o grupo conseguiu, posteriormente, como veremos, impedir a execução do projeto, liberando a mata daquela agressão planejada. A partir de então, desde essa construção social dos problemas ambientais, o grupo promoveu, mesmo que não intencionalmente um processo de ambientalização dos conflitos sociais<sup>93</sup> (LEITE LOPES, 2004), passando a se articular interna e externamente ao próprio movimento como um ator credenciado no tratamento de uma nova demanda, qual seja a proteção ambiental.

A estrutura mais atuante do movimento é constituída pelo seu grupo genético, cuja composição é preponderantemente feminina<sup>94</sup>, encabeçado por lideranças

---

<sup>93</sup> Vários estudos recentes (LEITE LOPES, 2004, 2004b; ACSELRAD, 2004; ZHOURI, 2005; entre outros) e mais antigos (FERREIRA, 1993; entre outros) têm apontado para este processo de “ambientalização dos conflitos sociais”, entendido aqui como um processo permanente de internalização e valorização da problemática ambiental, presente em diversas realidades, no seio dos conflitos sociais, como uma forma plausível de empreender uma causa ou uma defesa da causa, através de um viés politizado e significado levando em conta a natureza ou o meio ambiente, ou impactos que são causados sobre ela.

<sup>94</sup> É preciso abrir um parêntese em toda essa discussão para falar da participação feminina que é uma marca essencial das causas ambientais, tanto em Caetés quanto em Uchoa. O trabalho, no entanto, não aborda esta questão porque por si mesma é uma questão que merece destaque unido. Mas pode abrir possibilidades de olhares sobre casos estudados na pesquisa a partir da relação possível entre gênero e meio ambiente. Esta característica preponderante da composição feminina dos movimentos, nos chamou à atenção, principalmente quando a maior parte de nossos entrevistados era na verdade de entrevistadas, porque, além do empenho na articulação política que se propunha nesses movimentos, estava muito vinculada a isso uma pedagogia do cuidado e do amor, como dimensões indissociáveis da significação de sua prática social. A composição dos dois movimentos tratados na tese é preponderantemente feminina e isso indica que há uma questão de gênero fortemente presente como um fator de relevância neles. Talvez essa seja uma dimensão que justifica em termos o fato de que, apesar de

comunitárias e associações de moradores dos bairros circunvizinhos à mata Uchoa. É ainda a resistência do Grupo de Amigos da Mata-o principal ator do movimento em defesa da mata Uchoa – que permite que a reivindicação pela mata seja um elemento fundamental do discurso e da prática do ambientalismo e das políticas ambientais.

O movimento é articulado segundo uma composição diversa. O grupo de amigos da mata Uchoa é o principal articulador e buscou estabelecer as relações importantes que constituíram o movimento. Além deles, grupos comunitários de associações dos bairros vizinhos à APA e o grupo de trabalho de meio ambiente do Fórum PREZEIS<sup>95</sup> formam a célula local do movimento e funcionam como uma espécie de observadores diretos dos conflitos.

Ao longo da história do movimento, organizações não governamentais ambientalistas estiveram direta e indiretamente ligados à causa do movimento. A primeira ONG envolvida, cuja origem se vincula aos primeiros conflitos ambientais do engenho Uchoa, é a ASPAN (Associação Pernambucana de Defesa da Natureza), formada por um grupo proveniente das universidades, orientados pelo ecólogo Vasconcelos Sobrinho considerado um dos expoentes do ambientalismo em Pernambuco. Num segundo momento, é a FASE que propõe ao movimento uma ampliação da sua capacidade de articulação política frente às dificuldades encontradas nas relações institucionais com a Prefeitura do Recife, sobre a gestão da APA. Foi uma

---

todas as contingências e tendências contrárias, o movimento, mesmo que de forma meio desarticulada tenha se mantido presente nos diversos momentos que constituíram sua trajetória histórica. Nossas entrevistas confirmam esta disposição feminina para o trabalho com o meio ambiente e mesmo a despeito do tempo livre ou das múltiplas ocupações que tomam conta do cotidiano da mulher, há sempre uma brecha considerável para ocupações políticas de natureza coletiva, como as que foram possíveis ser observadas. Há uma indicação forte de que elas são capazes de arregimentar as forças que legitimam a causa e que seduzem pelo poder do convencimento e da mediação pacífica os demais a fazerem parte do projeto, inclusive os homens, não menos importantes, mas secundários no desempenho da liderança.

<sup>95</sup> PREZEIS: Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social. A pesquisa deu maior relevância ao núcleo básico do movimento, e por isso, acabamos por não buscar uma caracterização mais detalhada dos demais atores. Num outro momento caberia um aprofundamento deste cenário, no que diz respeito às especificidades internas do próprio movimento e à caracterização das singularidades dos diversos atores, direta ou indiretamente envolvidos com o problema.

tentativa de profissionalização do movimento. Este nível de composição do movimento só foi alcançado depois de quase duas décadas de resistência às agressões ambientais à mata Uchoa. Daí então, o movimento tem requerido uma série de audiências com os órgãos ambientais na prefeitura na tentativa de ajustar a função e a responsabilidade desses órgãos pela política ambiental. Foi resultado concreto dessa tensão criada pelo movimento a assinatura do decreto de utilidade pública da APA para fins de desapropriação, em 2002<sup>96</sup>. O movimento vem cobrando desde então uma fiscalização e monitoramento mais eficiente por parte do governo, como veremos mais adiante.

### ***5.3 - A Comissão Parlamentar de Inquérito Ecológica***

As várias denúncias feitas dos incêndios ocorridos na mata Uchoa permitiram uma politização intensa dos conflitos ambientais (ACSELRAD, 2001; 2004) nos âmbitos jurídicos e governamentais. Essas denúncias desembocaram em um evento importante para a história do ambientalismo pernambucano, e que era talvez até aquele momento um evento inédito no campo ambiental brasileiro: a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito Ecológica. Este fato tornou se marcante para o campo ambiental pernambucano. Os governos estadual e municipal se sentiram na obrigação de dar atenção ao fato, que foi também progressivamente acompanhado pela mídia local.

Realizada em 1979, na cidade do Recife, a CPI Ecológica mobilizou diversos setores da sociedade e autoridades políticas da época, inclusive o então prefeito da cidade Gustavo Krause que viria anos mais tarde a se tornar ministro do meio ambiente

---

<sup>96</sup> Decreto Municipal n. 19.336:2002. Decreta a APA como área de utilidade pública para fins de desapropriação.

do governo Fernando Henrique Cardoso. O que a CPI pretendia era investigar se existia relação entre as denúncias de incêndio e desmatamento e o projeto imobiliário que a construtora Oldebrecht queria realizar na área, e se havia nisso consentimento dos proprietários da mata<sup>97</sup>.

Durante o processo que constituiu a CPI Ecológica do Engenho Uchoa, depoimentos em favor da mata foram colhidos a partir, principalmente, da atuação dos técnicos ambientalistas da ASPAN<sup>98</sup> que participaram ativamente da mobilização inicial em defesa da mata Uchoa e que facilitaram fortemente o envolvimento da universidade com o movimento.

O aspecto universal do argumento defendido era o de que a importância dada à conservação da natureza nos países desenvolvidos resultou da “amarga” experiência que eles tiveram em enfrentar ambientes poluídos, escassez de áreas verdes e aridez do solo. Isso levou à “descoberta” de que é preciso combinar o que é natural e o que é artificial nas cidades para melhorar a qualidade de vida, garantindo a preservação e a conservação de ambientes naturais através de medidas legais e educacionais tomadas nas ações governamentais.

---

<sup>97</sup> Além da Oldebrecht, outros grandes grupos empresariais eram donos da maior parte dos 192 hectares de mata atlântica do Engenho Uchoa: O Grupo Bompreço (de supermercados, que na década de 2000 foram vendidos para o Grupo *Walmart*), o Grupo Precil (fabricante de pré-moldados de cimento, situado nas imediações da mata) e o Grupo Pague Menos (outro grupo de supermercados regionais). A pesquisa não conseguiu identificar qual é a proporcionalidade desta divisão. Além deles, existem porções pertencentes à Marinha Brasileira (em função das áreas de mangues presentes), a REFESA (Rede Ferroviária Federal: existe uma linha de trem que corta parte do território da mata) e outra parte que é área de influência do Aeroporto Internacional dos Guararapes, cuja pista, próxima à Avenida Recife, encosta nos limites da APA. É preciso dizer que esse múltiplo domínio privado do espaço representou sempre um grande problema para a realização da demanda do movimento em desapropriar a mata, alvo de intensa especulação imobiliária e financeira. Embora tivéssemos tentado, não conseguimos realizar nenhuma entrevista com esses referidos proprietários ou seus representantes, que jamais se fizeram presentes nas reuniões do conselho administrativo da APA ou nas audiências públicas realizadas pelo Ministério Público Estadual.

<sup>98</sup> A ASPAN identifica o processo de Uchoa como a sua primeira conquista que abriu um precedente no estado quanto às lutas ambientais levadas a esfera judicial, mobilizando os níveis estaduais e municipais dos governos. Numa época de ditadura militar, uma demanda pública fora encaminhada ao presidente da república com a intenção de que se fizesse valer o código florestal na proteção das matas urbanas, o que foi conquistado com a aprovação da Lei Federal N. 6.535/78. A ASPAN foi responsável, num primeiro momento, por uma politização da demanda do movimento em defesa da mata Uchoa, ao assessorar o movimento quanto aos procedimentos jurídicos necessários para a validação da demanda nas investigações da CPI.

O que está colocado neste discurso é uma clara atitude crítica do ambientalismo local, não só pela defesa do meio ambiente, mas contra os padrões de desenvolvimento e urbanização impostos à cidade. A denúncia de que essas práticas sociais são insustentáveis, ao longo prazo, se aliava à constatação que a cidade dispunha de pouquíssimos espaços verdes. A mata Uchoa foi, então, descrita como um espaço natural “único” da cidade de Recife, um remanescente “primitivo” da mata atlântica de uma faixa original. A não proteção desta área implicaria na destruição progressiva da vegetação, das espécies arbóreas, de aves e de algumas outras espécies ameaçadas de extinção, que segundo os especialistas compunham os ecossistemas existentes naquela mata. Além disso, a mata representa uma importante função na preservação do manancial hídrico e proteção do solo, evitando, por exemplo, inundações em áreas próximas.

Com base nesses argumentos que ganharam um peso forte em função da intensa mobilização ocorrida na defesa da causa ambiental, em outubro de 1979, a CPI da mata Uchoa deu parecer favorável pela preservação integral da mata. Esse parecer, obviamente, contrariou os objetivos da Oldebrecht, que tinha, anteriormente, apresentado um plano, à prefeitura da cidade do Recife, para a construção do referido condomínio. A CPI sugeriu que toda a área fosse transformada, como era a idéia do ecólogo Vasconcelos Sobrinho, em parque, o que ficou depois previsto pelo Plano de Ação Metropolitana 1979/1982, da FIDEM ( à época, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife). O prefeito, então, com base na sugestão da CPI, decidiu que enquanto não fosse regulamentada a alínea “i” do artigo 2º do Código Florestal (lei 4.771/65)<sup>99</sup>, que considera como área de preservação permanente (APP),

---

<sup>99</sup> A alínea “i” que trata das áreas de preservação permanente em áreas urbanas foi incorporada ao código florestal pela lei

as florestas e demais formas de vegetação natural situadas em áreas metropolitanas, nada seria decidido sobre o projeto da Odebrecht. A licença para a construção do loteamento anteriormente dada à construtora foi suspensa, o que garantia parcialmente naquele momento um ganho significativo para o movimento em defesa da mata Uchoa e para o ambientalismo pernambucano.

#### ***5.4 - Fase da redemocratização***

Anos mais tardes, em 1985, um número grande de denúncias de degradação da mata Uchoa tomou conta dos jornais e ocupou novamente o cenário político da cidade. A Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores apelou ao então prefeito da cidade, Joaquim Francisco, que intercedesse no sentido de evitar o desmatamento do remanescente de mata e fizesse cumprir a lei ambiental que protegia a área. Com base no código florestal, a mata Uchoa fora incluída na lista das áreas de preservação permanente, em 1978, por um decreto assinado pelo então prefeito Gustavo Krause, anterior, portanto, ao processo gerado pelas investigações da CPI do caso Uchoa, mas que consubstanciou a decisão final de tal comissão. Com o intuito de fortalecer as novas denúncias feitas em 1985 e de corroborar novamente o desejo comunitário de defesa da mata, a associação de moradores do conjunto residencial Nossa Senhora de Lourdes preparou um abaixo-assinado, entregue as autoridades políticas, validando o pedido feito pela comissão de meio ambiente ao prefeito pelo cumprimento de sua responsabilidade institucional.

---

6.535/78 que foi depois revogada pela lei 7.803:89 que no seu parágrafo único diz: "No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites que se refere este artigo". O plano diretor do Recife é de 1991 (Lei 15.547/91), com revisão proposta em projeto de lei em 2006. A lei de uso do solo do Recife (Lei 16.243/96) e o Código de Meio Ambiente da Cidade do Recife (lei 16.176/96) só foram criados, portanto, num momento posterior a este embate.

As inúmeras denúncias de incêndios e desmatamento do Engenho Uchoa foram imputadas, pela associação de moradores, aos interesses privados acerca da área. A forte especulação imobiliária que o espaço sempre sofreu era vista como a principal causa econômica da destruição interpretada como uma “atitude audaciosa e irracional” que põe em risco a “integridade” ecológica da mata. Aliada a essas causas econômicas dos crimes ecológicos em Uchoa estaria a complacência dos então proprietários do engenho. As denúncias também continham crítica à conduta do governo que vinha afrouxando a vigilância policial da área que havia sido recomendada pela CPI, como um dos mecanismos imediatos da proteção da mata, oito anos antes.

Em decorrência de crime ambiental ocorrido em 1987, os jornais<sup>100</sup> da época haviam publicado que cerca de 30%<sup>101</sup> da vegetação havia sido destruída. Os moradores afirmaram na época que a madeira retirada do local alimentava os fornos das padarias do Recife e que isso era feito com a anuência do “vigia que andava a cavalo”, contratado pelos proprietários, dando as ordens sobre quais os locais devem ter as árvores derrubadas. Essa prática, diziam, era constante e protegida pelo discurso governamental da proteção ambiental, que tentava subestimar as informações sobre os crimes lá ocorridos. No entanto, não raro se observa no discurso do movimento em defesa da mata que a “solução” para a proteção definitiva da mata seria sua desapropriação, ou seja, torná-la pública, livre, nos dizeres populares dos “assassinos da natureza” para continuar sendo o “pulmão da cidade”.

No ano em que ocorreram esses crimes ambientais mais intensos em Uchoa, o Governo do Estado de Pernambuco incluiu 20 hectares da parte mais densa da floresta,

---

<sup>100</sup> Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco

<sup>101</sup> Esses valores devem ser observados de forma relativizada, aproximada, pois nunca tiveram de fato uma confirmação oficial, uma medição matemática.

na lei de criação das reservas ecológicas da Região Metropolitana do Recife<sup>102</sup>, a mesma lei que instituiu a área em Caetés. Esse processo de criação da reserva ecológica do engenho Uchoa se deu antes da criação, pela Prefeitura do Recife, da APA Uchoa que estendeu os limites de proteção da mata e do mangue para além do território da reserva. Este ato de sobreposição de categorias de proteção pareceu transferir toda a responsabilidade institucional de gestão do espaço para o âmbito municipal.

No ano de 1993, ambientalistas ligados ao movimento em defesa da mata denunciaram novas agressões e crimes ambientais. Anos depois da proposta da Oldebrecht de construir o condomínio residencial nas terras do engenho Uchoa, o Governo do Estado, na gestão Joaquim Francisco, mesmo sabendo dos conflitos existentes em torno do remanescente de mata atlântica, resolveu encaminhar para a Assembléia Legislativa um projeto de lei que propunha a redução da área da reserva ecológica criada em 1987 para a construção casas populares, nesta área próxima ao referido, abrindo novamente o campo dos conflitos existentes entre os ambientalistas que idealizavam proteger e tornar pública a mata. Para estes, o governo descumpria um acordo anterior que previa a preservação ecológica do engenho.

A proposta do governo propunha que se estabelecesse um novo perímetro para a proteção da mata remanescente. Durante o período de um mês, a proposta tramitou na Assembléia Legislativa sem que a Comissão de Meio Ambiente desta instituição tomasse conhecimento do fato. A pedido do governador a proposta tramitou em caráter de urgência e somente as comissões de finanças, administração pública e de justiça tiveram acesso ao documento. Um pedido de vistas por um parlamentar fez com que a

---

<sup>102</sup> Lei Estadual n. 9.989/87 – define as reservas ecológicas da Região Metropolitana do Recife (entre elas as áreas depois categorizadas em Estação Ecológica de Caetés e Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa).

Comissão de Meio Ambiente da Assembléia fosse informada das intenções governamentais. Ao tomar conhecimento da avaliação do projeto de lei por outras comissões, o presidente da comissão de meio ambiente encaminhou ofício ao presidente da Assembléia Legislativa, solicitando um parecer do projeto por sua comissão.

O argumento do governo para a redução da área era que ela possuía um trecho “ambientalmente descaracterizado” e que se encontrava em localidade com enorme potencialidade para a habitação, servida por uma via de grande capacidade de tráfego e próxima à estação do metrô. O secretário de planejamento do governo Joaquim Francisco afirmou que a lei que criara as reservas ecológicas do estado estaria defasada em função do nível de degradação e devastação em que se encontravam as áreas, inclusive o engenho Uchoa. Uma das alegações do secretário era a de que se a área não fosse ocupada “ordenadamente”, correria o risco de ser invadida. Na verdade, o que estas alegações fizeram revelar foi que os planos da secretaria, que tramitaram silenciosamente entre as comissões da Assembléia Legislativa, pretendiam a aprovação de um novo projeto da construtora Oldebrecht para a construção, agora, de casas populares<sup>103</sup>. Tal investimento, segundo proclamaram os defensores do projeto, geraria cerca de 6 mil empregos e a contrapartida da construtora seria a de “cuidar do restante de mata lá presente.

---

<sup>103</sup> Quando os projetos das casas populares se tornou conhecido do grande público das imediações da mata Uchoa, uma ruptura se estabelece entre os ideais de preservação da mata pelo grupo de amigos de Uchoa e a comunidade geral. O interesse comunitário despertado pela construção das casas populares fez com que o grupo de amigos da mata, que visava à proteção integral da área, perdesse o apoio, neste caso, da comunidade do bairro do Barro. Neste momento, o grupo percebeu que o interesse ambiental da comunidade não se dava prioritariamente pela defesa da natureza em si, mas sim, pelo poder de troca que ela representava. Isto no sentido de qual seria o retorno objetivo conquistado pela comunidade e para ela. O projeto do condomínio de luxo fora rejeitado, não só porque poria abaixo a mata, mas exatamente porque não traria nenhum benefício direto e indireto para a comunidade. No caso da construção de casas populares, a comunidade vislumbrava um acesso público a um novo patrimônio que justificasse, assim, a “destruição da natureza” para o benefício coletivo. A proximidade com a pobreza nessas comunidades vizinhas à mata, de certa maneira favorecia a uma certa visão de progresso que admite a transformação da natureza em melhoria material da condição de vida, a despeito do prejuízo ecossistêmico que essas ações possam causar.

Como forma de validar o argumento do governo de que a área estava “ambientalmente descaracterizada”, um estudo teria sido encomendado à FIDEM<sup>104</sup> indicaria que a “realidade geográfica” atual era bastante diferente da existente em 1973, o que permitiria o governo do estado “liberar” a área do “manto da preservação absoluta”.

Porém, a crítica ambientalista argumentava que o governo rompia com um acordo feito em 1992, entre os Estados brasileiros que tinham em seu território a presença do bioma de mata atlântica, em apoio ao Programa MaB (O Homem e a Biosfera) da UNESCO<sup>105</sup>, que criava a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A proposta de criação da Reserva em Pernambuco (LIMA, 1998), que já havia sido aprovada pela diplomacia brasileira aguardava apenas resposta da UNESCO. A Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE) que trabalhou na proposta de criação da reserva propôs ao governo, que ao invés dessas atitudes de impacto ambiental, elaborasse através de seus órgãos competentes uma estratégia estadual de proteção dos remanescentes de mata através de um programa de desenvolvimento florestal, atendendo portanto, as diretrizes definidas e endossadas pelo atual governo para o programa das Reservas de Biosfera de Mata Atlântica no Brasil.

O governo se viu então, mais um vez, constrangido e resolveu atender aos protestos ambientalistas, retirando o projeto de lei de tramitação da Assembléia. Os desentendimentos internos à Assembléia, entre as comissões de justiça e meio ambiente e a falta de conhecimento da secretaria de meio ambiente e da CPRH sobre o

---

<sup>104</sup> Não conseguimos sobre este estudo nenhuma informação precisa. A foto que expomos no início deste capítulo mostra, no entanto, que a principal área degradada corresponde à porção localizada próxima à BR 101. A área de interesse do projeto se localizava na porção central da mata, cujo acesso seria facilitado pelo lado da Avenida Recife, direção oposta à BR 101. O que nos faz supor que este estudo não se referia a mesma área apontada para a construção das casas.

<sup>105</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

caso, geraram sérios constrangimentos para o governo, acusado de negligenciar a questão ambiental em favor de interesses particulares<sup>106</sup>.

A mobilização contra a atitude do governo, num contexto animado pela relevância dada à questão ambiental na Eco-92, representou uma nova possibilidade para a reativação de uma velha demanda social do movimento em defesa da mata Uchoa. A ASPAN, em articulação com professores/especialistas da UFPE e da UFRPE, iniciou os estudos na mata para a elaboração de um novo projeto para a criação de um parque em Uchoa, com base em orientações metodológicas dadas pelo IBAMA, que protegesse integralmente todo engenho Uchoa e que não permitisse a degradação do que já havia sido garantido por lei anterior, como o caso da reserva estadual. Esse projeto previa a formulação de um plano de manejo e a subdivisão da área em zonas de acordo com suas características ecológicas específicas. A idéia de preservação contida na proposta de criação do parque pressupunha acelerar o processo da regulamentação definitiva da mata designando-a como área pública (ASPAN, 1993).

O desdobramento desses episódios diz respeito à avaliação por parte do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Recife do projeto defendido pela ASPAN, que criou uma câmara técnica específica para a análise do documento. A ASPAN pretendia cobrar da prefeitura a garantia do cumprimento de sua responsabilidade conforme definia o código florestal, ao que respondeu o então secretário de planejamento da época que era preciso analisar com cuidado toda legislação disponível.

Depois de denúncias constatadas de incêndio e degradação ambiental, foi instituído pela prefeitura, através de decreto, um regime especial temporário de

---

<sup>106</sup> Como o projeto não foi levado a frente e isso significava o segundo fracasso dos empreendimentos da Oldebrecht nas terras de Uchoa, ela pôs à venda a parte que "lhe cabia daquele latifúndio".

controle de uso e ocupação do solo da mata Uchoa, criando-se uma câmara técnico-temática, dentro do Conselho Municipal de Meio Ambiente, para elaborar estudos ecológicos e jurídicos que contaram com a participação de vários órgãos públicos ligados ao planejamento urbano e ambiental, entre eles, o órgão da Prefeitura do Recife, o IBAMA e a CPRH. Essa câmara também foi encarregada de analisar a Proposta de Parque Ecológico elaborada pela ASPAN, em 1993.

Em decorrência deste processo, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, instituído em 1993, propôs neste momento, em contraposição à proposta da ASPAN, a criação da Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa (APA Uchoa). Um workshop realizado pelo conselho teve como objetivo discutir as políticas para a área, chegando à conclusão de que a categoria de manejo mais adequada seria APA. Um dos motivos que implicaram nesta escolha certamente foi o fato de que a criação de uma APA não necessariamente implica em desapropriação da área, deixando em aberto a questão da propriedade da mata. Com essa proposta que se concretiza em 1996, a prefeitura inaugura, paradoxalmente, uma nova fase dos conflitos ambientais em torno da mata do engenho Uchoa e que se estende até os dias de hoje.

### ***5.5 - A criação da APA e a nova fase do movimento: a institucionalização do conflito***

No lugar do Parque, a APA. O seu entorno é caracterizado pela predominância de bairros populares, cujo processo de precária urbanização se deu após a II Guerra Mundial. Durante a guerra, a construção da Base Aérea do Ibura e do Aeroporto Internacional dos Guararapes tornaram a parte sudoeste da cidade mais acessível, incorporando vilas como a Vila das Lavadeiras, Vila Cardeal e Silva e Vila do SESI e

os conjuntos habitacionais como Inez Andreazza e os do IPSEP em lugares que antes eram ocupados por antigos sítios e canaviais. Além disso, as partes altas do Ibura receberam, a partir dos anos de 1960, unidades residenciais em loteamentos particulares para abrigar populações flageladas pelas enchentes que castigaram o Recife nas décadas de 1960 e 1970.

Os bairros populares vizinhos à mata, depois de certo ordenamento jurídico e territorial incorporado ao planejamento urbano passaram a ser denominados de ZEIS e são objetos do articulado Fórum PREZEIS<sup>107</sup>, que como veremos depois é um dos atores do movimento em defesa da mata Uchôa. Esta vinculação do Prezeis com a defesa da mata torna evidente a imbricação dos problemas ambientais com os problemas sociais daquele espaço ecológico e cultural pertencentes a uma mesma comunidade. Jardim Uchôa, Greve Geral, Caçote e Beirinha, são as principais ZEIS da área. A APA Uchoa fica nas imediações dos bairros periféricos do Ibura, Areias, Barro, Caçote, Cohab e Ipsep. O acesso à área se dá pela BR 101 sul, na altura do bairro do Barro.

Uma articulação importante do movimento ambientalista em Uchoa se deu via mobilização das ZEIS. Elas são áreas estratégicas do ponto de vista das políticas públicas urbanas nas periferias da cidade do Recife, e em contigüidade com estes espaços é que se localiza boa das ZEPAs (Zonas Especiais de Proteção Ambiental), definidas na lei de uso do solo do Recife<sup>108</sup>, em 1996. Essa condição de proximidade cria a necessidade de que as políticas ambientais sejam feitas em consonância com as políticas sociais. O movimento, que se articula também dentro do Fórum PREZEIS, através do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente, procura manter em contato os

---

<sup>107</sup> Fórum do Programa de regularização das Zonas Especiais de Interesse Social.

<sup>108</sup> Lei n. 16.176/96. Lei de Uso do Solo do Recife.

bairros vizinhos à mata, estimulando um envolvimento no seu projeto de defesa na tentativa de criar uma espécie de observatório local de denúncias das agressões ambientais.

O ato de criação desta unidade de conservação não representou, todavia, um ganho significativo para o movimento, pois deixava em aberto e não resolvido o nó górdio dos conflitos em Uchoa, especialmente as questões relativas à propriedade da mata. A APA foi criada e regulamentada por decreto no governo do então prefeito Jarbas Vasconcelos.

Este ato sumário de criação da APA tem provocado ainda hoje uma grande celeuma. Enquadrada na categoria formal de APA, seu decreto de regulamentação<sup>109</sup> informa que seu espaço está destinado “*a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais*”. No entanto, o regulamento que tinha por objetivos a preservação da qualidade ambiental e a melhoria das condições de vida e a proteção dos recursos naturais, estabeleceu as condições para o zoneamento da APA<sup>110</sup>, que vêm sendo questionadas por não garantir de forma efetiva a conservação da mata e por definir, pelo zoneamento proposto, como zona urbana, uma área de aproximadamente 70% do território da APA, passível de ser utilizada para fins não conservacionistas.

A intenção tácita do zoneamento, tal como foi feito, preservaria os interesses da propriedade privada, cuja pretensão seria criar novos loteamentos de parte do engenho,

---

<sup>109</sup> Decreto 17.548/96.

<sup>110</sup> Estabelece que a APA Uchoá deve ser zoneada da seguinte forma, o que implica em usos específicos de cada espaço: i) zonas de preservação da vida silvestre I e II (ZPVS), ii) zona de transição (ZT) e zona urbana (ZU). As zonas de preservação da vida silvestre são áreas com predominância de ecossistema, como um trecho significativo de mata atlântica e uma área extensa de manguezal (ZPVSII). A zona de transição se situa entre a faixa urbana e a ZPVS I (esta é a área da Reserva Ecológica Estadual Engenho Uchoá). A zona urbana é a parte da APA que admite compatibilidade de uso com atividades urbanas e com o parcelamento de alguns trechos.

disponibilizando-o como moradia. De fato, neste zoneamento, mesmo em se tratando de uma APA, a preservação seria de uma área mínima do engenho. Dos 192 hectares, aproximadamente 127 poderiam ser ocupados segundo as delimitações em zonas como previa o projeto de regulamentação. Isto quer dizer, em tese, que além dos 20 hectares da reserva ecológica estadual criada em 1987, outros 50 hectares seriam mantidos como “*parte substancial dos recursos naturais*”. A redução da área efetiva de proteção acentuou o campo dos conflitos, com forte pressão comunitária para a revisão dos limites do zoneamento e para a real preservação da área.

Mesmo antes da aprovação do Decreto da APA já havia o movimento se articulado na tentativa de impedir a aprovação do zoneamento, tal como proposto pela prefeitura. Apesar de forte pressão provocada pelo movimento ambientalista, o projeto do governo conseguiu ser aprovado pelo COMAM (Conselho de Meio Ambiente do Recife). O que se depreende daí é que a dimensão ecológica do zoneamento foi sublimada pela dimensão econômica, quando justamente uma dimensão importante da configuração dos interesses políticos em torno da criação da APA era “*garantir a integridade ecológica do local*”, especialmente quando se percebia a forte especulação imobiliária do espaço e a crescente urbanização do entorno, proveniente do adensamento populacional das periferias próximas.

Com a regulamentação da APA, se instituiu também o conselho de administração, cujo regimento interno, no entanto, só foi regulamentado em 1998. A partir de então, o movimento viu neste conselho a possibilidade de ocupar estrategicamente um espaço dentro da institucionalidade da prefeitura e do Conselho de Meio Ambiente, antes inacessíveis. O conselho de administração da APA se constituiu inicialmente, então como o braço institucional do movimento que assim

conseguiu penetrar mais ativamente no campo burocrático do governo municipal pressionando-o sempre para que tivesse uma conduta mais propositiva em relação às causas do movimento

Através do conselho, o movimento, de certa maneira, institucionalizou o conflito ambiental em Uchoa nas estruturas do governo, cobrando a implementação de uma política ambiental exclusiva e imediata da APA. As universidades, especialmente as públicas, proporcionaram os pareceres da cientificidade do problema ambiental em Uchoa, fornecendo às reivindicações pela proteção ambiental os posicionamentos da ciência, fundamentalmente a biológica, quanto às causas e conseqüências ecológicas do problema ambiental naquela localidade. O movimento passou a contar, pela nova rede que se estabeleceu através do conselho, mesmo que de forma tangencial, com o apoio de parlamentares através da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores e da Assembléia Legislativa.

No entanto, desde a regulamentação, o conselho tem tido sua legitimidade reclamada tanto pela falta de quórum ou pela não convocação das reuniões quanto pela não observância e cumprimento de suas competências, e também pelo reduzido acesso dos grupos comunitários diretamente envolvidos através do movimento em defesa da mata Uchoa. Neste nível, a participação garantida pelo conselho se daria pelo acesso de um membro indicado pela associação de moradores<sup>111</sup> do entorno da APA e de um membro indicado pelo Fórum PREZEIS. pelas associações de moradores do entorno da APA e um membro indicado pelo Fórum Prezeis. A ausência efetiva da representatividade dos interesses ambientais comunitários de forma mais organizada

---

<sup>111</sup> As associações de moradores representadas no conselho e que constituem parte do movimento são: A Associação de Moradores do Jardim Uchoa, a Associação de Moradores do Conjunto Nossa Senhora de Lourdes, Associação de Moradores do Barro e a Associação Comunitária da Vila do SESI.

no conselho da APA se tornou um indicativo da desmobilização e da pouca força política que demonstrou ter o conselho<sup>112</sup>.

Mesmo assim, o Conselho de Administração se tornou o espaço em que preferencialmente os conflitos sobre a questão ambiental local foram institucionalizados. Os que antes se posicionavam como opositores antagônicos passaram a ser integrantes da mesma instância decisória. A luta pelos interesses passava, então, a ter um lugar comum de debate. Foi por conta desta abertura institucional que o Movimento em Defesa da Mata Uchoa, apesar dessas dificuldades internas encontradas no funcionamento do conselho, empreendeu de forma mais articulada uma pressão sobre a prefeitura no sentido da viabilização da revisão do zoneamento da APA, sua desapropriação feita em parcelas e sua conseqüente transformação em parque.

Esse processo se articulou, no nível nacional com a criação da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000. Neste sentido a prefeitura se viu constrangida a acelerar o processo de regulamentação das ZEPAs criadas em 1996. Ainda em 2000, a prefeitura se comprometeu com um programa de “desmatamento zero”, lançado por ONGs ambientalistas de todo país durante a semana de meio ambiente na cidade do Recife, naquele ano. A idéia era que a APA Uchoa, por suas condições específicas, fosse articuladora desse processo.

A Coordenadoria de Meio Ambiente da Prefeitura do Recife, então dirigida por um antigo integrante do movimento ambientalista local<sup>113</sup> e que esteve por muito

---

<sup>112</sup> Os demais membros do conselho seriam: um representante da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, um representante do Conselho de Meio Ambiente do Recife, um representante dos proprietários, um representante das universidades, um representante do IBAMA, um representante da CPRH, um representante das ONGs ambientalistas, um representante da Câmara dos Vereadores e um representante da FIDEM.

<sup>113</sup> Trata-se de Maurício Laxe. Ele esteve envolvido com a ASPAN na época da elaboração do Projeto Parque Uchoa. Ocupou o cargo de coordenador de meio ambiente da Prefeitura do Recife até ser indicado para fazer parte do quadro de

tempo envolvido com o movimento em defesa da mata Uchoa, alçado à condição de coordenador pelo seu envolvimento com o Partido dos Trabalhadores (PT) eleito para a gestão municipal, argumentou que a APA poderia ser significativa neste caso para conter a especulação imobiliária sobre as áreas verdes e os inúmeros casos de desmatamento e incêndios sofridos pela mata Uchoa. Ele propunha, reproduzindo o desejo antigo do movimento, a alteração do zoneamento, para diminuir o território urbanizável da APA, já que, argumentava ele, o zoneamento anteriormente proposto atendia também às expectativas de ampliação da pista do aeroporto e à construção de uma via de ligação dentre os bairros IPSEP, e Ibura, pela Avenida Recife. Como a pista não foi ampliada como o previsto originalmente e a via de ligação fez um outro contorno no mangue do engenho Uchoa, tinha-se aí um argumento forte para a alteração do zoneamento.

Numa outra vertente, a partir de 2001, o movimento em defesa da mata Uchoa estabelece uma parceria com a FASE, que passa a assessorar politicamente o movimento, emprestando a ele sua representação jurídica para fazer frente à necessária articulação com a prefeitura. É com a inserção da FASE, que o grupo de amigos da mata passou a se articular com as ZEIS locais, através do referido fórum, e com outras ONGs ambientalistas. Neste momento o movimento começava a trabalhar com a intenção de dar maior visibilidade pública e popular ao movimento, com a produção de uma série de material educativo para as escolas locais, e exercendo uma maior pressão sobre o legislativo municipal.

---

profissionais/ambientalistas do Ministério do Meio Ambiente, na gestão do governo Lula. A trajetória deste personagem é um exemplo de como o ambientalismo passou a ocupar lugares dentro das institucionalidades governamentais, levando para esses cantos o discurso ambientalista anteriormente localizado com exclusividade no campo de atuação ideológica do movimento ambientalista.

Essa mobilização provocou resultado quando o prefeito decretou, em 2002, a área como de utilidade pública, baseado na denúncia de que um novo projeto de loteamento da área estava sendo elaborado. Esse decreto que definia a área como de utilidade pública para fins de desapropriação, suspendia, por um prazo de cinco anos, qualquer direito dos proprietários<sup>114</sup> sobre a área, até que fossem estabelecidas as bases de negociação e compra da mata.

Este ato de bloqueio também esteve ligado ao estudo realizado pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (PERNAMBUCO, 2002), para um diagnóstico da situação das reservas ecológicas criadas em 1987, que constatou que 16 das 40 reservas estavam em estado crítico, com uma acentuada redução da vegetação, dentre as quais a reserva ecológica do engenho Uchoa. Este estudo indicou que uma parte da APA estava devastada e a proximidade com o centro urbano e com a população que vive no entorno da mata provocava a ela sérios danos, como por exemplo, o acúmulo de lixo em suas bordas. O que este estudo levava a conhecer de fato é que estas constatações eram fundamentalmente reflexos da ausência continuada de políticas públicas ambientais para a área ao longo do tempo, apesar da existência de uma demanda comunitária desde a década de 1970.

Desde a instituição do decreto, foi formada uma comissão interna do conselho da APA com o intuito de articular as possibilidades concretas para a gestão da APA e sua regularização fundiária, que conforme previa tal decreto, deveria passar às mãos do

---

<sup>114</sup> Como dissemos antes, não conseguimos obter informações precisas sobre o posicionamento dos proprietários. No entanto, o impasse criado pelo decreto de utilidade pública com fins de desapropriação tomou de surpresa inclusive os proprietários da APA. O que pudemos inferir das nossas coletas de informação foi que, com o ato de decreto, segundo os proprietários, uma tentativa precipitada para “acalmar os anseios do movimento”, a prefeitura pôs em xeque a legislação urbanística adotada no regulamento da APA, que garantia suficientemente, os interesses sociais da conservação ambiental e os interesses econômicos da propriedade particular da terra. Na defesa de seus interesses, os proprietários caracterizaram o fato como um desrespeito ao processo das conquistas democráticas, quanto à gestão da APA, que presumia já uma ingerência do poder público dentro dos limites da propriedade privada. Para os proprietários, a categoria APA, não contrariava totalmente seus interesses, pois o zoneamento regulamentado atendia “generosamente” aos fins privados da área e “dispensava” os cofres públicos de qualquer oneração desnecessária.

poder público, dentro de um prazo máximo de cinco anos, quando então se expiraria, retornando aos proprietários o direito da posse, segundo o zoneamento fixado.

Algumas propostas surgiram destes debates, dentre as quais: a) buscar apoio de entidades nacionais e internacionais que financiassem projetos para a desapropriação de áreas protegidas; b) negociação dos débitos tributários dos proprietários; c) utilização dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), criado em 2000; d) desapropriação em parcelas da APA, permitindo a criação de um núcleo de educação ambiental numa área edificada da APA, conhecida como “Casarão”, uma antiga construção feita pela Oldebrecht. Estas propostas foram incorporadas em um projeto para o fortalecimento da gestão ambiental da APA Uchoa que deveria ser submetido ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (RECIFE, 2004). No texto deste projeto, a prefeitura admite que a DIRMAM (Diretoria de Meio Ambiente, o órgão gestor do meio ambiente na cidade, criada em 2002 apresentava limitações referentes à insuficiência de recursos humanos e equipamentos para implementar suas políticas e que essas limitações são potencializadas no que diz respeito ao conselho da APA. O projeto teria como meta ativar os processos participativos das comunidades vizinhas na gestão pública da APA, através da representação da totalidade da comunidade local e a capacitação de todos os membros inseridos numa proposta de “educação ambiental” extensiva também à comunidade. A partir de então, o movimento passou a cobrar mais empenho da prefeitura na priorização das ações que levassem a uma concretização da desapropriação da APA. Uma outra demanda do movimento foi a integração de um dos representantes do conselho nas discussões sobre a revisão do plano diretor da cidade, na sessão que tratava da política ambiental e a

inclusão da APA nos instrumentos de gestão pública como o Plano Plurianual, a Lei de Diretriz Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual.

Nesta fase, em que o movimento se viu mais animado a conquistar suas demandas pelo acesso que tinha adquirido na prefeitura, as atividades do conselho passaram a sofrer de uma descontinuidade e fragmentação que levaram ao “fechamento” temporário do mesmo, já que as reuniões mensais passaram a não mais serem convocadas pela prefeitura. Com isso um novo conflito se estabelecia, na medida em que uma decisão governamental desconsiderava a demanda comunitária, embora a atendesse parcialmente. A falta de representatividade do conselho provocou problemas como no caso da não aprovação de resoluções internas, em que se pretendia a desapropriação da APA, que para serem deliberadas precisariam de um quórum mínimo de representantes.

O espaço aberto pelas reuniões do conselho da APA incorporou a representação do movimento, mas a prefeitura se ausentou da discussão justificando que pouco podia fazer no que dizia respeito à desapropriação da APA, embora seus dirigentes manifestassem tal desejo. Desta maneira, as instâncias criadas como espaços de democratização, se traduziram em formas de prolongamento da não tomada de decisão sobre assuntos ambientais cotidianamente reclamados, no campo das discussões governamentais.

## **5.6 - Conclusão**

Acreditamos que as contribuições do movimento ambientalista para as negociações políticas sobre o engenho Uchoa foram decisivas-mesmo obtendo sucesso parcial visto que os problemas permanecem numa dimensão agora institucionalizada

no conselho- para as mudanças sociais e legais porque passou este engenho, inclusive pela ambientalização dos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004) na área, o que em muito evidencia a inserção no mundo político em recife da questão ambiental. Neste sentido, para entender o processo de resistência constituído pelas associações de moradores é necessário vinculá-lo à permanente articulação feita pelo movimento ambientalista desde as primeiras denúncias de degradação ambiental no Engenho Uchoa.

A criação da APA, ou melhor, a escolha por esta categoria de manejo, pode revelar uma estratégia tácita da prefeitura de, assim definindo a área, evitar de resolver os problemas relativos à posse da terra, o que implicaria, caso a categoria fosse a de parque, na desapropriação da área. Apesar desta escolha, a demanda pela desapropriação nunca deixou de ser a reivindicação prioritária popular para o engenho Uchoa. A idéia de que a função socioambiental da área só pudesse ser eficientemente garantida se a área fosse pública nunca deixou de fazer parte dos desejos do movimento em defesa da mata Uchoa e sempre permeou seu imaginário.

É por isso que a atitude política de criação da APA não representou em si um ganho significativo para o movimento, e foi em parte considerado como um novo obstáculo, agora instituído nos caminhos da tecnocracia governamental. O inconformismo gerado por esta atitude é o que alimenta, no entanto, a esperança, mesmo que remota, de que a APA possa um dia vir a ser parque. E a crítica fundamental ao projeto da APA é que ela não garante a proteção da natureza tal como é defendida pela concepção do grupo Uchoa, ao garantir em contrapartida legalmente a possibilidade de urbanização de grande proporção de seu território, assegurando, apesar de todos os conflitos contrários, os direitos da propriedade.

O movimento ambiental em defesa da mata Uchoa que delimitou um campo possível para os conflitos ambientais na Região Metropolitana do Recife. Pelos menos quatro momentos significativos podem ser observados em torno destes conflitos:

O primeiro momento é um dos mais significativos é o que dá início ao movimento e o que permite a constituição da primeira ONG ambientalista pernambucana. Além disso, a constituição da CPI ecológica, formada para apurar as denúncias feitas pelo movimento, garantiu legitimidade e reconhecimento político, especialmente depois do parecer favorável à preservação da mata. Um segundo momento é estabelecido quando o Governo do Estado criou, em 1987, as 40 reservas ecológicas da RMR, dentre as quais, a reserva ecológica do engenho Uchoa. Um terceiro momento diz respeito à criação das Zonas Especiais de Proteção Ambiental da cidade de Recife, pela Lei de Uso do Solo da cidade que permitiu, com base nisso, a criação e regulamentação da APA Uchoa, em 1996. E um quarto momento, o decreto, assinado pelo prefeito, que designava a APA como de utilidade pública com fins de desapropriação, em 2002.

A demanda do movimento está muito orientada para a mudança da condição da propriedade da área, para transformá-la num bem público. Neste sentido, não é a categoria de manejo o principal problema, mas sim, a ausência de um projeto coletivo de uso da área e sua efetividade enquanto política pública. A idéia de criação do parque para o movimento implica em uso da área.

Só recentemente o movimento organizou-se em torno do pedido mais formal à prefeitura pela alocação de recursos orçamentários para a desapropriação da APA. No entanto, a questão parece ter estacionado no tempo, refletindo uma fragilidade do movimento e a dificuldade que experimenta em não ver sua demanda atendida.

A prefeitura ao não assumir de fato a gestão da APA, criou um distanciamento, o conselho ficou fragilizado e a relação com o movimento desgastada, apesar de não ter havido com isso uma ruptura decisiva. Ao contrário, depois de instalada a gestão petista na cidade, o movimento pareceu acreditar que a partir de então se iniciava um novo período para a APA e para o movimento. Mas, mesmo antes disso, o movimento já podia ser entendido como um ator importante do campo ambiental local, constituindo-se no principal interlocutor do governo, centralizando internamente um debate ambiental no campo político em Recife. O movimento pode ser também entendido como uma referência histórica do campo ambiental pernambucano

É interessante notar que os atores locais desde o início envolvidos com a questão ambiental em Uchoa eram, antes da regulamentação da área, da criação do conselho e da abertura dos espaços institucionais, opositores ao governo, sem nenhuma inserção nas suas estruturas. Apesar desses impasses criados institucionalmente pela prefeitura, o movimento ainda vê a gestão petista como aliada política e a expectativa é que o retorno da gestão seja a entrega da mata às comunidades locais.

O movimento declarou apoio oficial às duas campanhas eleitorais do atual prefeito e conseguiu com isso ocupar permanentemente um espaço relativo na agenda burocrática da prefeitura. No entanto, ele não deixa de tecer críticas à prefeitura, mesmo percebendo-a como uma aliada, quanto ao comportamento na tentativa de desestruturar a função do conselho da APA, através da desarticulação de suas reuniões. A prefeitura justifica-se dizendo não haver fato novo significativo que pudesse ser apresentado, no sentido de um progresso no processo de desapropriação. Esta atitude por parte da prefeitura tem causado descrédito e torna-se o grande problema atual. Isso tem provocado o afastamento de alguns dos membros do movimento que se sentiram

desiludidos. Esse sentimento tem levado os integrantes da defesa de Uchoa a se questionarem sobre o papel do movimento, numa tentativa de buscar o entendimento sobre os seus erros, e entender porque depois de tanto tempo de mobilização não conseguiu ainda conquistar o seu objetivo. Com a proximidade do fim da validade do decreto de utilidade pública da APA, se questiona sobre o futuro da APA e do movimento.

O fato de o movimento não ter representação jurídica pode ter dificultado o empenho de suas ações. Essas dificuldades somente foram superadas em dois momentos distintos, separados no tempo. No primeiro momento, esta representação foi emprestada pelo Centro Cristão de Educação Popular (CCEP), em dos associados do movimento. Num segundo momento, a FASE ocupou esta função, assessorando o movimento entre os anos de 2001 e 2004.

Atualmente, o movimento indica passar por uma fase de amadurecimento e reavaliação de suas práticas. A falta de representação jurídica do movimento gerou crises internas e provocou uma ruptura quando parte do movimento instituiu em 2006 uma ONG própria para dar essa representação jurídica desejada, por acreditar que isso capacitaria o movimento no jogo do poder. No entanto, isso não foi aceito plenamente pelo grupo geral do movimento, embora aqueles que constituem essa nova ONG continuem fazendo parte do movimento. A discordância se deu no nível do encaminhamento político do movimento. O setor do movimento que critica a existência dessa ONG avalia que não é nem a ONG nem o problema da representação jurídica que vai resolver o problema da APA. Necessário seria, conforme pensa esse setor, uma pressão mais forte para cobrar da administração pública a efetivação de uma política mais concreta.

O movimento tem mostrado, pela sua prática e pelo seu discurso, aos governos, que a priorização de uma área ambiental na cidade também pode se constituir em um gesto político para a consolidação da democracia. A partir de ganhos ambientais a cidade se democratizaria e adquiriria novos espaços públicos para uso comum. A atual gestão alargaria o espaço institucional dado às políticas ambientais se fizesse valer o cumprimento das funções de seus órgão ambientais.

## Considerações Finais

A tese teve como pressuposto que a necessidade de proteção ambiental da natureza nos lugares estudados foi socialmente construída (BERGER, 1998; HANNIGAN, 1995), de um lado para permitir uma defesa simbólica, mas também real e concreta da mata, e de outro, para permitir que a mata pudesse ser ressignificada e passasse a ser denominada de natureza ou meio ambiente, ganhando, com isso, a importância necessária fundamental para os argumentos da defesa ambiental do lugar.

Com base nessa ressignificação da natureza, elaborou-se o que chamamos de discursividade ambientalista, ou seja, uma maneira de falar e defender a natureza, impregnada dos valores disseminados pelo ambientalismo, ou movimento ambientalista. A arregimentação dos argumentos ambientais, discursivamente empregados, foram possíveis não só porque houve uma manifestação social do desejo de proteger uma natureza tão próxima do “lugar de vida” (o lugar onde se vive, se mora), como também porque houve uma associação calcada em interesses sociais e políticos com grupos de especialistas em meio ambiente, tanto na ordem do campo científico, quanto no da militância.

O movimento ambientalista articulado em Caetés e Uchoa gerou um conjunto de experiências que se refletiu relativamente no modo como a política ambiental foi estruturada. A relação originária dessas áreas com a abertura institucional dada ao meio ambiente na Região Metropolitana do Recife permite-nos dizer que a prática ambientalista constituiu um conhecimento ambiental que foi apropriado, segundo interesses diversos, pelas estruturas burocráticas do governo na definição das políticas ambientais. Isso não quer dizer, no entanto, que tenha havido ou que haja um retorno

efetivo e imediato das políticas às comunidades. Dizemos isto por que as dificuldades criadas no campo burocrático impedem em muitos casos a adequada distribuição de recursos na viabilização das políticas ambientais.

A estrutura dinâmica do discurso e da prática ambientalista permitiu uma emergência e uma inserção nas instâncias ambientais dos governos, que de sua maneira já vinham se equipando tecnicamente para lidar com a questão ambiental pelas exigências criadas pela lei da política nacional de meio ambiente, e, mesmo antes disso, por outras necessidades de acomodação da demanda política de lidar e regular as atividades que pudessem ser denominadas como agressoras do meio ambiente.

Nessas instâncias, os tipos de apropriação e de reflexividade, causados pela prática ambientalista, vinda tanto dos cantos locais, quanto dos cantos globais, são estruturados no campo ambiental pelos estímulos recebidos e provocados e pela lógica dominante da articulação dos poderes instituídos e controladores dos interesses ambientais nas institucionalidades governamentais.

A reflexividade causada pela prática discursiva do ambientalismo – que nos lugares estudados está situada simbolicamente num tipo de ambientalismo cotidianamente construído pela defesa política comunitária - na estruturação da política ambiental se constitui, no entanto, como instrumentos de legitimação da ordem hegemonia que transformam as políticas numa espécie de recurso retórico sublimador, substituindo a funcionalidade da política ambiental, enquanto promotora da proteção da natureza, pela sua não funcionalidade quando se transforma num meio de garantir sua própria ausência.

Neste sentido, a discursividade ambientalista assume as características de cada uma dessas dimensões em função do cenário das disputas que se configuram a cada

momento. Por um lado, o movimento ambientalista, através da discursividade, influencia o campo político onde são pensadas as políticas ambientais. Isso não quer dizer, no entanto, que as políticas vão responder aos seus interesses. Na verdade, há quase sempre uma adaptação, ou melhor, uma adequação ambiental dos interesses ambientalistas, no sentido de gerar políticas ambientais que respondam aos interesses governamentais. Neste caso específico da adequação ambiental, o papel desempenhado pela CPRH é muito significativo. Enquanto órgão responsável pela execução da política ambiental concentra suas atividades, respondendo aos interesses políticos no jogo das grandes políticas governamentais, na prática muito eficiente do licenciamento ambiental.

Por conta desta ênfase dada ao licenciamento, que é uma herança da velha prática do controle das atividades poluentes, vinda desde tempos mais remotos da ancestralidade das estruturas do campo ambiental do governo pernambucano, através das instituições que inspiraram a CPRH, na década de 1970, as demais expressões da política ambiental ficam, diluídas no campo, sendo, portanto, expressões inacabadas ou reprimidas pela supervalorização dada a outras dimensões igualmente importantes. Por isso, ao mesmo tempo em que as unidades de conservação, cuja responsabilidade de sua gerência é da CPRH e da sua hierárquica superiora, a SECTMA, são objeto de interesse social de grupos específicos, são igualmente “vitimizadas” por uma espécie de “ignorância pública” involuntária a respeito de sua existência. Não existe, em Pernambuco, uma promoção da existência e do sentido público-ambiental das unidades de conservação que pela especificidade própria da RMR estão inseridas no tecido urbano. Há que se deve isso? Primeiramente, isso se deve a uma dissociação da natureza do urbano; em outro sentido, não se vê como natureza, a natureza diluída na

cidade, a natureza transformada em paisagem: o rio não é mais natureza, mas apenas um rio, o mar não é mais natureza, mas apenas o mar, a natureza não é mais natureza, mas apenas o que restou dela.

As ilhas de natureza, da natureza mínima, acabam por ser invisibilizadas da vida da maioria das pessoas que habitam a cidade. E só se constituem como interesse daqueles que com elas passaram a estabelecer uma relação de intimidade, decorrente, ora da conduta romântica de atribuição de valor passional à natureza, ora pela transformação desse romantismo natural em causa política de defesa, não somente da natureza em si, da natureza significada politicamente, mas da própria vida. A idéia de natureza revela, em certo sentido, que o que se tenta proteger não é somente a natureza em si, mas as representações que dela são feitas (LARRERE, 1997b).

Um ponto crucial sobre o qual a política ambiental, estadual e municipal, deve avançar para constituírem praticamente os objetivos democráticos aos quais se propõem é o de estabelecer uma espécie de diálogo permanente com aqueles grupos sociais que vivenciam diretamente os problemas ambientais. Em geral, o planejamento da política ambiental das unidades de conservação em Pernambuco, no âmbito macro de sua definição, parecem não levar em conta este aspecto, na medida em que só consideram a democracia, e o estímulo à participação que ela pressupõe, teoricamente. Esta democracia teórica e esta participação retórica permitem a elaboração discursiva de uma política ambiental centrada nesses valores, no entanto, o que aponta a gestão desses espaços é que há uma forte resistência governamental em aceitar e atender, na execução das políticas, as demandas geradas pelos “anseios públicos”. As estruturas ambientais dos governos se compõem como partes importantes do campo ambiental e funcionam como estruturas reguladoras da política ambiental. Em certo sentido, suas

funções reguladoras são responsáveis diretas pelo que chamamos de institucionalização do conflito ambiental.

Esta atitude constatada e evidente, do governo em relação à política ambiental e mais especificamente em relação às unidades de conservação, não impede, no entanto, que as demandas continuem sendo construídas socialmente. A ausência institucionalizada das instâncias ambientais dos governos acaba por fundamentar a crítica na qual se envolvem os apelos daqueles que estão submetidos aos conflitos ambientais. A ausência permite emergir os caracteres das propostas definidas segundo os critérios daqueles que se estabeleceram, por assim dizer, como os atores ambientais.

Uma das chaves para o entendimento da questão ambiental em Pernambuco passa pela capacidade do movimento ambientalista em polarizar tensões entre as camadas de poder situadas no campo ambiental. No entanto, o momento atual do movimento ambientalista, até onde nossa pesquisa foi capaz de perceber, revela uma enorme dificuldade de se articular dentro campo ambiental com as instâncias governamentais. Essa dificuldade é especialmente evidenciada com o setor radical do movimento ambientalista que se ausentou também dos lugares criados pelo campo para a interlocução entre seus diversos atores, evidenciando quaisquer contatos com os governos. Quando a interlocução acontece, pelos setores menos radicais e mais profissionalizados, se dá de forma muito pontual e esporádica, pela representação que determinadas ONGs conseguem exercer através do desempenho de projetos financiados pelos fundos públicos do meio ambiente, especialmente o Fundo Estadual do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Esta pesquisa partiu do pressuposto da existência de um movimento ambientalista em Pernambuco. No entanto, esse pressuposto, baseado em indícios

encontrados nas fontes da pesquisa, como por exemplo, nas entrevistas realizadas, encontrava um discurso de resistência do próprio movimento em admitir-se atualmente enquanto tal, embora estivesse ele implicado numa rede de ativismo ambientalista que ultrapassava inclusive as fronteiras estaduais e nacionais, vinculando-se também à rede internacional, especialmente na formalização do financiamento dos projetos executados no território estadual.

Essa resistência, para nós, pareceu apontar para um antagonismo interno das diversas representações do movimento e da disputa interna pela legitimidade do poder, pelos atores que se consideram mais importantes dentro dele. Há uma espécie de conflito ideológico (narcísico, às vezes) entre aqueles que se consideram os fundadores do ambientalismo em Pernambuco e suas dissidências, e também entre os novos atores que surgiram em função de demandas recentes. Em certa medida quando o movimento passa a se ver como um não movimento, o que de fato ele está criticando é, de um lado, o que considera a “falta de consciência política” em relação ao meio ambiente e a falta total de recursos e empenhos governamentais na resolução dos conflitos ambientais e na elaboração de uma política estadual de meio ambiente. A autocrítica aí presente aponta para a necessidade de reestruturação do movimento e um reequilíbrio entre as suas principais forças, ou seja, entre aqueles de um discurso mais radicalizante e aqueles defensores de uma conduta mais aberta criticamente às orientações da sustentabilidade ambiental, promovendo um reencontro entre os velhos atores entre si e entre eles e os novos atores.

Por outro lado, em que pesem as dificuldades atuais do movimento ambientalista, sua trajetória passada permite visualizar acontecimentos significativos e que marcaram paradigmaticamente sua história. O movimento ambientalista aqui entendido como um

termo elástico, que nos permite vê-lo nas suas variações possíveis e em situações distintas, como por exemplo, nas expressões que assumem nos âmbitos das práticas comunitárias. Neste sentido, é extremamente significativa a conquista do movimento ambientalista local, surgido de bases populares (MARTINEZ-ALIER, 2007). As mobilizações observadas aqui, através dos casos, revelam uma forma de resistência legítima diante das ameaças que foram sendo impostas.

De modo geral, os embates históricos que foram possíveis perceber em Caetés e Uchoa, considerando todos os limites presentes e ausentes de uma melhor exposição sociológica, declaram, de forma explícita, a expectativa por uma atenção política dos governos, em suas sucessivas representações, ao longo da trajetória destes movimentos. Esta necessidade por uma política se estende no tempo de forma quase permanente em meio aos conflitos de que se alimenta, como forma de significação de suas lutas ambientais, nas quais um forte conteúdo latente da discursividade ambientalista permanece como potencialidade emergente.

No caso de Uchoa, um problema crucial interferiu decisivamente na gestão da área de proteção ambiental. A prefeitura decretou a área, que é privada, de 192 hectares, como de utilidade pública para fins de desapropriação, impedindo assim o acesso dos donos ao seu patrimônio, mas não viabilizou os recursos para a municipalização do espaço e para a implementação do projeto de criação do parque ecológico proposto pela comunidade. Ao ferir os direitos de propriedade a prefeitura criou um problema jurídico que vem se prolongando há alguns anos, sem uma perspectiva concreta de solução. Em consequência disso, a gestão da área ficou extremamente comprometida e as suas instâncias especiais, como o conselho de gestão da APA formado por integrantes dos órgãos públicos, proprietários e movimentos,

foram paulatinamente desarticulados pela prefeitura que ocupa a presidência do conselho, sob o pretexto de que nenhuma ação efetiva poderia ser desempenhada nessas condições. O movimento reflete sobre a situação atual, numa tentativa de avaliação crítica do problema e como deve pensar o prosseguimento de suas ações, como uma forma de cobrar da prefeitura uma solução mais ágil para uma demanda de 27 anos.

A primeira distinção a se ressaltar entre os movimentos ambientalistas de Uchoa e Caetés é que no caso do primeiro, o conflito ambiental sofreu uma institucionalização que de uma maneira muito forte burocratizou o movimento e transferiu esse conflito para o âmbito da política ambiental instituída governamentalmente. Essa institucionalização do conflito se deu principalmente porque o movimento considerou que sua demanda não foi atendida, e porque a abertura proporcionada pela prefeitura, através do conselho da APA, se traduziu como forma de camuflar a gestão da área e como forma de dissuadir o movimento na perseguição de sua meta original.

No caso de Caetés, os conflitos não foram institucionalizados desta maneira. Tal dimensão está mais explícita na política de gestão da estação ecológica muito bem expressa na ambivalência do papel desempenhado por sua gestora. A demanda do grupo foi de pronto atendida quando as obras do aterro foram bloqueadas, e quando nas fases posteriores, o governo criou e regulamentou a unidade de conservação, mesmo que não tenha definido claramente recursos eficientes para a gerência da área, que com o orçamento mínimo responde precariamente às proposições nos seus estatutos. Lá, a gestão está aberta democraticamente, mas somente aos interesses que não digam respeito diretamente a uma maior responsabilidade do orçamento do

governo: a) é uma área aberta para a realização de pesquisas, especialmente às pesquisas voltadas à biologia; b) espaço de uso comunitário, através do campo de futebol; e, c) reuniões de gestão informal, abertas pela gestora para garantir a viabilidade de seu trabalho e de sua presença, permitindo uma possibilidade concreta de formalização da fala comunitária, através do instrumento democrático do diálogo.

Neste último caso, Caetés encontrou em representantes do governo um envolvimento emocional e afetivo, do qual é muito dependente esta área protegida. Este é um elemento facilitador da ação comunitária como forma de resistência à morosidade das políticas públicas ambientais, que em determinadas circunstâncias representam uma violência simbólica (BOURDIEU, 2003) contra as unidades de conservação. Essa afetividade dirigida para Caetés dificulta que ela seja excessivamente burocratizada e, portanto, não circunscrita de forma exclusiva à dominação política do governo, como acontece com Uchoa.

Em Caetés e em Uchoa, para que a defesa da natureza fosse feita, o problema ambiental teve de ser construído a partir de uma contra-demanda específica (o aterro e o condomínio, respectivamente). A natureza foi significada não só pela sua importância ecossistêmica intrínseca que foi então ressaltada, mas porque reforçava simbolicamente o argumento de que não se admitia uma intervenção pública que causasse danos às comunidades. Na medida em que a natureza assumia sua importância central era reconhecida como real por todos que formavam os grupos de defesa do problema ambiental.

O discurso ambiental em Caetés e Uchoa se deu com base na constituição de um diálogo político estimulado pela emergência de grupos sociais interessados, que vivenciaram uma problemática do meio ambiente que qualificava seu discurso. É

preciso compreender que é através deste tipo de discurso surgido da prática, e não somente pela constatação da existência de problemas ecológicos que a questão ambiental começou a ser tratada pela política, pela sociedade, numa articulação tensa e numa negociação constante, com constantes conflitos entre as esferas de poder.

Outro ponto de distinção entre o movimento ambientalista em Caetés diz respeito à condição do seu discurso e de suas práticas nas fases constitutivas e recentes do movimento. Num momento inicial dos conflitos em Caetés, o discurso ambiental de teor mais preservacionista, ou seja, de caráter mais radical em relação à proteção irrestrita do meio ambiente, foi usado como forma de garantir a eficiência da demanda e da qualidade do movimento na proteção integral da área. No entanto, logo depois da área ter sido oficialmente protegida pela criação da estação ecológica, este discurso foi atenuado e deu lugar ao discurso da participação social como forma, agora então mais eficiente, de garantir a continuidade da gestão da estação ecológica.

Em Uchoa, o discurso ambientalista foi mantido, especialmente porque a área nunca foi efetivamente protegida e é ainda o principal registro do movimento ambientalista local. É preciso dizer que, a qualidade do preservacionismo esperada pelo movimento em questão, ao exigir a proteção irrestrita da natureza, não excluía o uso da área pelas comunidades respectivas. A proteção era condição para o uso e o uso, condição para a proteção. Não cabe nesses lugares a defesa de um ambientalismo que preveja uma total desvinculação da população da área a ser protegida, mesmo quando, segundo as leis ambientais que regem cada uma dessas áreas não considerem fundamental a participação no processo de gestão, ou mesmo impeça a presença de seres humanos no interior da floresta fragmentada.

Enquanto Uchoa continua a trabalhar no combate a degradação ambiental, Caetés busca definir formas e estratégias participativas de melhoramento ambiental (BUTTEL, 2000) de sua gestão, não somente através de políticas vindas de instâncias governamentais, mas através de parcerias com a iniciativa privada e com o envolvimento da comunidade. Especialmente em lugares onde a exclusão social é mais acentuada, isso se torna uma necessidade premente, e a vinculação entre a democracia social e a democracia ambiental se torna inevitável. Trata-se de buscar formas de politização da natureza, através da prática da cidadania ambiental (SILVA-SANCHEZ, 2000).

Uchoa e Caetés nos revelam, a partir da observação de sua trajetória, cada qual, com suas especificidades e singularidades, que, ao defenderem a natureza, dando a ela uma importância política significativa, está expresso, na conduta adotada como prática ambientalista, um desejo por um projeto de sociedade diferente do que está em jogo. O que se deseja é a busca de uma conciliação possível com a natureza que está ali presente, compondo a vida do lugar e o lugar da vida, e que foi a referência principal de toda articulação política e social que se constituiu como uma reação à importância de interesses externos aos grupos comunitários ambientalizados.

Uma das principais motivações deste trabalho foi quando se percebeu que o que envolvia a defesa da natureza, não era tão somente a defesa pelos interesses políticos imediatos, mas um interesse pela vida, pelo outro. A alteridade da defesa ambiental nas áreas estudadas é um fator que estimula a continuidade do processo que não se concluiu ainda, posto que, a despeito de todo esforço até hoje empenhado, a política pública não se inclinou sobre o problema com o intuito sincero de lhe dar um encaminhamento adequado, preservando não só as propriedades da natureza, mas

também da natureza daqueles que historicamente sofrem pela exclusão do poder que se define no limite dos seus interesses econômicos.

Os casos tratados por esta pesquisa, através da intenção da análise proposta, podem estimular à constituição de uma área de pesquisa socioambiental em Pernambuco, compreendendo o campo ambiental a partir do olhar sociológico. A sociologia ambiental, que se pode constituir com isso, é um campo fértil e promissor, no sentido de fornecer novos elementos para o entendimento dos problemas gerados pela ação humana no meio ambiente, assim como pode, com base nas reflexões, dotar a política de um novo sentido, dando à natureza um espaço, simbolicamente mediado e ambientalmente estruturador.

Empenhar-se neste trabalho, sem perder de vista a importância de desenvolver um conhecimento crítico da realidade, é também acreditar que algumas mudanças relativas ao sistema de proteção ambiental e aos hábitos cotidianos, por mais difíceis que sejam, são possíveis e fundamentais a um redirecionamento da relação entre natureza, indivíduo e sociedade, apesar de vigorar, ainda nos dias atuais, um modelo de desenvolvimento capitalista mundial tendente à exclusão social, à desigualdade econômica e ao uso utilitarista da natureza.

## Referências Bibliográficas

ABDALA, Guilherme Cardoso. *Uma abordagem sociológica do Parque Nacional de Brasília- estudo de caso*. Brasília: UNESCO, 2002. (Cadernos UNESCO Brasil).

ACSELRAD, Henri. *Políticas ambientais e construção democrática*. In: SILVA, Marina. et al. (orgs). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.

\_\_\_\_\_. *As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais*. in: ACSELRAD, Henri. (org). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.

AGUIAR, Roberto A. R. *Direito do meio ambiente e participação popular*. Brasília: MMA/IBAMA, 1994.

ALEXANDER, Jeffrey C. *O novo movimento teórico*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

ALEXANDER, Jeffrey C. *Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais*. RBCS, São Paulo, v. 13, n. 37,1998. p. 5-31. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 27 Out 2007.

ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

ALMINO, João. *Naturezas mortas: a filosofia política do ecologismo*. São Paulo: Barléu Edições, 2004.

ALONSO, Ângela. et. al. *O processo de formação da rede do ativismo ambientalista no Brasil*. Recife, 2007. Disponível em [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br) . Acesso em 29 de maio 2007.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. *Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, CLACSO, 2000. (mimeo).

ALPHANDERY, Pierre. et al. *O equívoco ecológico: riscos políticos da inconseqüência*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *O Método nas Ciências Sociais Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ASPE, Chantal. *Environnement et changement social: pour la construction d'une sociologie de l'environnement*. Marseille, France: Université de Provence, 1999. (thèse).

AUBERTIN, Catherine. et al. La construction sociale de la question de la biodiversité. Paris, *NSS*, 1998, vol. 6, n. 1, 7-19.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATATA, Adriane Gomes Rodrigues; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. *Aspectos do enfoque construcionista para análise de gestão de políticas socioambientais*. Brasília, 2006. Disponível em [www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br) . Acesso em 26 mai 2006.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. (ed). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1992.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BILLAUD, Jean-Paul; SOUDIERE, Martin de la. *La nature pour repenser le rural?*. In: JOLLIVET, Marcel; MATHIEU, Nicole. (orgs). *Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan, 1989. p. 180-191.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOFF, Leonardo; KRENAK, Ailton. *Natureza e sagrado: a dimensão espiritual da consciência ecológica*. In: UNGER, Nancy Mangabeira. (org). *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 75-91.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2003.

BRITO, Francisco A; CÂMARA, João B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

BRYON, Maria Eliane Queiroga. *Desenvolvimento urbano X meio ambiente: A relação da ocupação do espaço urbano com os recursos naturais remanescentes- o caso das áreas estuarinas da Região Metropolitana do Recife*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano Regional) Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Recife, UFPE, 1994.

BUTTEL, Frederick. *New directions in environment sociology*. *Annual Review Sociology*. V. 13, 465-488. 1987.

\_\_\_\_\_. *A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana*. São Paulo: Perspectivas. *Revista de Ciências Sociais*, v.15, 69-94. 1992.

\_\_\_\_\_. *Environmental and resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis*. *Rural Sociology Society*. Institute for Environmental Studies. University of Illinois, v. 61. 1996.

\_\_\_\_\_. *Sociologia ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas*. In: Herculano, Selene. (org). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EDUFF, 2000. p. 29-47.

\_\_\_\_\_. *Instituições sociais e mudanças ambientais*. *Revista Idéias*. Ano 8(2). 2001. p. 9-37.

CAPOBIANCO, João Paulo R. (org). *Dossiê Mata Atlântica 2001*. São Paulo/Brasília/ Recife: Rede de ONGs Mata Atlântica/ Instituto Socioambiental/SNE, 2001.

\_\_\_\_\_; et al. *Mata Atlântica: avanços legais e institucionais para a sua conservação*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1997. (documentos do ISA, n. 04).

\_\_\_\_\_, et al. *Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e nova legislação (SNUC)*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. (documentos do ISA, n 01).

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARNEIRO, Eder Jurandir. *Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável*. In: ZHOURI, Andréa. et. al.(orgs). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-47.

\_\_\_\_\_. *Conflitos ambientais e a construção de territórios urbanos em São João del Rei-MG*. Recife, 2007. Disponível em [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br) . Acesso em 29 de maio 2007.

CARVALHO, Isabel. *Invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Editora Universidade, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A; TEIXEIRA, Ana Claudia. (orgs). *Conselhos gestores de políticas públicas*. São Paulo, Polis, 2000.

CASTELLS, Manuel. *O verdejar do ser: o movimento ambientalista*. In: CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 143-168.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. *El medio ambiente como objecto de las ciencias sociales: análisis basado em los estudios de la globalización de los sistemas agroalimentarios*. In: BENDINI, Mônica. et. al. (comp). *El campo en la sociologia actual: una perspectiva latinoamericana*. Buenos Aires/Argentina: Editorial La Colmena, 2003.

CATTON, W; DUNLAP, R. *Environmental sociology: a new paradigm*. Washington: *The American Sociologist*, v.13. 1998.

CREADO, Eliana Santos Junqueira. *Contextos múltiplos da conservação da biodiversidade*. Brasília, 2006. Disponível em [www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br). Acesso em 26 de maio 2006.

DA FONTE, Eliane Maria Monteiro. *Reestruturação produtiva na área canavieira pernambucana: as soluções propostas e o papel do Estado*. In: WANDERLEY, M. N. B. (org). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais e rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo/Capinas: Polis/CERES. p.173-190.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades*. In: DAGNINO, Evelina. (org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. (Coleção Passo a Passo).

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: história e a devastação da mata atlântica brasileira*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

DOWBOR, Landislau. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

DURAND, Patrice. *Les parcs et les difficultés de la négociation institutionnalisée: les cas du parc national des Pyrénées Occidentales*. In: BARRAQUE, Bernard; THEYS, Jacques. (org). *Les politiques d'environnement: evaluation de la premier génération*: Paris: Editions Recherches: 1971-1995. p. 257-271.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ECKERSLEY, Robyn. *Environmentalism and Political theory: towards an ecocentric approach*. London: UCL Press, 1995.

ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FABIANI, J. L. *La nature, l'action publique et la régulation sociale*. In: JOLLIVET, Marcel; MATHIEU, Nicole. (orgs). *Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan, 1989. p. 195-208.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil*. Revista Idéias. v. 2. 2001. p. 39-70.

\_\_\_\_\_. *Brazilian environmental sociology: a provisional review*. Revista Ambiente e Sociedade. v. 10. 2002. p. 27-43.

\_\_\_\_\_. *Idéias para uma sociologia da questão ambiental: teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 10. p. 77-89. jun/dez. 2004. Editora UFPR.

FERREIRA, Lucia da Costa. *Os ambientalistas brasileiros, os direitos sociais e a natureza*. Revista Temáticas. v. 7. 1996. p. 31-68.

\_\_\_\_\_. *O ambientalismo brasileiro nos anos 90: crise e oportunidade de mudança social*. In: FERREIRA, Lucia da Costa. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Fapesp, 2001b. p. 57-83.

\_\_\_\_\_. *Os fantasmas do vale: qualidade ambiental e cidadania*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

FLORIANI, Dimas. *Conhecimento, Meio Ambiente, e Globalização*. Curitiba, Juruá Editora, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

FURRIELA, Rachel Biderman. *Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. *A modernidade sob um signo negativo: questões ecológicas e política de vida*. In GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP, 1996. p. 225-258.

\_\_\_\_\_; BECK, Ulrich; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

GIULIANI, Gian Mario. *Sociologia e ecologia: um diálogo reconstruído*. Campina Grande, PB: Revista Raízes, ano XVII, n. 16, março 1998.

GOLDBLAT, David. *Teoria social e ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GUDYNAS, Eduardo. *Actores sociales y âmbitos de construccion de políticas ambientales*. *Revista Ambiente e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, v.8, 2001. p. 5-19.

GUIMARÃES, Roberto. *La sostenibilidad del desarrollo entre Rio-92 y Johannesburgo 2002: éramos felices y no sabíamos*. *Revista Ambiente e Sociedade*. Campinas: NEPAM/UNICAMP, v. 9. 2001. p. 5-24.

\_\_\_\_\_. *A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento*. In: SILVA, Marina. et al. (org). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001b. p. 43-71.

GUIVANT, Julia. *Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas*; Brisbane: Congresso Mundial da International Sociological Association. 2002. (mimeo)

HAGUETTE, Teresa M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1999.

HAINARD, François. *Environnement et société: la contribution des sciences sociales*. In: UNESCO. *Seminaire Environnement et Société: la contribution des sciences sociales*. Raport Final. Berne, 1992. p. 4-14.

HAMEL, Pierre. *Crise de la rationalité: le modèle de planification rationnelle et les rapports entre connaissance et action*. In: TESSIER, Robert; VAILLANCOURT, Jean-Guy. *La recherche sociale en environnement: nouveaux paradigmes*. Montreal/ Canada: Les Presses de l'Universtaire de Montreal, 1996. p. 61-74.

HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental: formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HERCULANO, Selene. *O campo do ecologismo no Brasil: o fórum das ONG's*. in: REIS, E. (org). *Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996.

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JACOBI, Pedro. *Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão*. In: CAVALCANTI, Clóvis. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo/Pernambuco: Cortez/FUNDAJ, 1999. p. 384-390.

\_\_\_\_\_. *Dilemas sociambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana*. *Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho*. n. 25. out 2006. p. 115-134.

JOLLIVET, Marcel. (org). *Vers un rural postindustriel: rural et environnement dans huit pays européens*. Paris : L'Harmattan, 1997.

JOLLIVET, Marcel. *Ecosystemes et systemes sociaux*. In: UNESCO. *Seminaire Environnement et Société: la contribution des sciences sociales*. Raport Final. Berne, 1992. p. 50-64.

\_\_\_\_\_. *Le développement durable, notion de recherche et catégorie pour l'action: Canevas pour une problématique hybride*. In: JOLLIVET, Marcel (org). *Le developpement durable, de l'utopie au concept : nouveaux chantier pour la recherche*. Paris: Elsevier, 2001. p. 97-114.

JOLLIVET, Marcel; MATHIEU, Nicole. (orgs). *Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan, 1989.

JOLLIVET, Marcel; MATHIEU, Nicole. *De la question de la nature à la question de l'environnement: repères anciens pour des questions nouvelles*. In: JOLLIVET,

JOLLIVET, Marcel; PAVE, Alain. *L'environnement: un champ de recherche en formation*. Paris, NSS, 1993, vol. 1, n. 1, 8-20.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2006.

KALOARA, Bernard. *Le sociologue et l'environnement*. Paris, NSS, 1993. vol 1, n. 4, 309-315.

\_\_\_\_\_. *Au-delà de la nature, l'environnement: l'observation sociale de l'environnement*. Paris/ Canada: L'Harmattan, 1998.

LANDIM, Maria Luiza P. F. *Ética e natureza*. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2001.

LARRERE, Raphaël. *Les différentes conceptions de la nature: conséquences sur la manière d'envisager la protection*. In: *Sciences Sociales et Espaces Protégés. Seminaire d'Aussois*. Paris, 1997. p. 3-15.

LARRERE, Raphaël; EIZNER, Nicole. *Usages et représentations des espaces protégés*. In: *Sciences Sociales et Espaces Protégés. Seminaire d'Aussois*. Paris, 1997b. p. 115-119.

LASCOUMES, Pierre. *L'éco Pouvoir: environnements et politiques*. Paris: Editions La Découverte, 1994.

LEFF, Henrique. *Sociologia y meio ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y las transformaciones del conocimiento*. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália. (orgs). *As ciências sociais e questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: APED, 1993. p. 95-130.

\_\_\_\_\_. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE LOPES, José Sergio. (coord). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_. *A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda*. In: ACSELRAD, Henri. (org). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004b. p. 217-244.

LEIS, Héctor Ricardo. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. O conflito entre a natureza humana e a condição humana no contexto atual das ciências sociais. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 10. p. 39-45. jul/dez. 2004. Editora UFPR.

\_\_\_\_\_. *Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial*. In: VIOLA, Eduardo J. et. al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 15-43.

\_\_\_\_\_; D'AMATO, José Luis. *O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial*. In: Cavalcanti, Clóvis. (org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

LENZI, Cristiano Luis. *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. São Paulo: ANPOCS/EDUSC, 2006.

\_\_\_\_\_. *Sociologia ambiental e a controvérsia sobre os clássicos*. Recife, 2007. Disponível em [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br). Acesso em 29 maio 2007.

LEVI, Margaret. Uma lógica da mudança institucional. *Revista Dados*. Vol. 34, n. 1, 1991.

LEROY, Pieter. *Un bilan de la sociologie de l'environnement en Europe*. In: GENDRON, Corinne; VAILLANCOURT, Jean-Guy. *Développement durable et participation publique*. Montreal/Canada: Les Presses Universitaire de Montreal, [s/a]. p. 25-48.

LIMA, Maria Lucia Ferreira Costa. *Reserva de Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco: situação atual, ações e perspectivas*. CNRBMA (Conselho Nacional da Reserva de Biosfera da Mata Atlântica, 1998. (Série 5- Estados e Regiões da RBMA, Caderno 12) Disponível em: [http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno\\_12.pdf](http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_12.pdf) . Acesso em 20 ago 2005.

LIMA, Ricardo Barbosa de. *A disputa entre o normativo e o analítico no campo de estudos socioambientais no Brasil (1992-2002)*. Brasília, 2006. Disponível em [www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br). Acesso em 26 de maio 2006.

LOUREIRO, Carlos F. B. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

\_\_\_\_\_. *Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental*. In: LOUREIRO, Carlos F. B. (org). *Sociedade e meio ambiente: educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 13-51.

LUGINBUHL, Yves. *Le rural pour repenser la nature?*. In: JOLLIVET, Marcel; MATHIEU, Nicole. (orgs). *Du rural à l'environnement : la question de la nature aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan, 1989. p. 100-107.

MAC CORMICK, John. *Rumo ao paraíso: historia do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1992.

MACHADO, Vilma de Fátima. *A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio 92*. Brasília, 2006. Disponível em [www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br). Acesso em 26 de maio 2006.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente*. In: SILVA, Marina. et al. (org). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 215-232.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, Lílian Medeiros; HEEMANN, Ademar. *O formalismo nos discursos das ecologias*. Brasília, 2006. Disponível em [www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br). Acesso em 26 de maio 2006.

MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. *Da cana ao caos: usos sociais do meio ambiente no litoral sul de Pernambuco em perspectiva comparada*. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MERICO, Luiz Fernando K. *Políticas públicas para a sustentabilidade*. In: SILVA, Marina. et al. (org). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 251-262.

MARINHO, Geraldo. *10 anos de Prezeis: resultados e perspectivas*. Relatório Final. Recife. 1998.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável*. Santa Catarina: UFSC, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, Roberto José. *Cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações: a utopia da sustentabilidade*. Recife, 2007. Disponível em [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br) . Acesso em 29 de maio 2007.

MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2001.

MOSCOVICI, Serge. *Natureza: para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad X; Instituto Gaia, 2007.

MILLAN, Johan; LOUKIANOFF, Stéphane. *Protection de la Nature et Durabilité: éléments de réflexion sur les stratégies et les pratiques de conservation de la nature en France*. Toulouse, Sud-Ouest Européen, n. 7. p.13-25, 2000.

NEDER, Ricardo Toledo. *Crise socioambiental: Estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998)*. São Paulo: Annablume, 2002.

NEVERS, Jean-Yves. *Les politiques de protection des espaces naturels*. In: GENDRON, Corinne; VAILLANCOURT, Jean-Guy. *Développement durable et participation publique*. Montreal/Canada: Les Presses Universitaire de Montreal, [s/a]. p. 243-261.

NEGREIROS, Emílio de Britto. *Política ambiental e participação social: unidades de conservação em Pernambuco*. Recife, 2007. Disponível em [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br). Acesso em 29 mai 2007.

NUNES, Edson. *Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos*. Revista Lua Nova, São Paulo, junho de 1989, n. 17.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira. *As condições sociais de institucionalização de perspectivas teóricas no estudo das mobilizações ambientalistas*. Disponível em [www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br). Acesso em 26 de maio 2006.

PARAÍSO, Luciana Braga. *Dilemas da participação na gestão de unidades de conservação: a experiência do Projeto Doces Matas na RPPN Mata do Sossego*. In: ZHOURI, Andréa. et. al. (orgs). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 143-168.

PEDROSA, Ivo Vasconcelos. *Políticas públicas municipais relacionadas com a melhoria do ambiente urbano no Estado de Pernambuco: limitações e possibilidades*. Brasília, 2006. Disponível em [www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br). Acesso em 26 de maio 2006.

PELIZZOLI, Marcelo L. *Correntes da Ética Ambiental*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2002.

PEREIRA, Doralice Barros. *Paradoxo do papel do Estado nas unidades de conservação*. In: ZHOURI, Andréa. et. al. (orgs). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 119-142.

PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. *O discurso do desenvolvimento sustentável e os processos de patrimonialização da Ilha dos Lençóis*. Recife, 2007. Disponível em [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br). Acesso em 29 mai 2007.

PIGNATTI, Maria Gislene. *As ONG's e a política ambiental nos anos 90: um olhar sobre Mato Grosso*. São Paulo: Annablume, 2005.

POINT, Patrick. *Les parcs nationaux française face à leurs habitants et leurs usagers: un bilan vingt-cinq ans après leur creation*. In: In: BARRAQUE, Bernard; THEYS, Jacques. (org). *Les politiques d'environnement : evaluation de la premier génération: 1971-1995*. p. 235-255.

PRESERVAÇÃO ambiental e sustentabilidade. *Revista Ciência em Rede*, Recife, ano 1. n. 2, ago/set/out 2006. p. 23-25.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento*. Brasília: UnB/Série Antropológica, 1992. (mimeo).

RUDOLF, Florance. *L'environnement: une construction sociale (pratiques et discours sur l'environnement en Allemagne et en France)*. Paris: Presses Universitaires de Strasbourg, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Jose Bento da. *Ecoturismo em Unidades de Conservação em Recife*. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2004.

SILVA, Maria Sheila Bezerra. *Da ex-sociedade de Carangueijos e dos seus irmãos de leite aos pombos sem asas: complexidades ambientais e assentamentos urbanos no Recife*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Recife, UFPE, 2004b.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange. *Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil*. São Paulo: Humanitas/Annablume, 2000.

SOARES, José Arlindo; CACCIA-BAVA, Sílvio. (orgs). *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

TABARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso. (orgs). *Diagnóstico da Biodiversidade de Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 2002.

TATAGIBA, Luciana. *Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil*. In: DAGNINO, Evelina. (org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. *Movimento ambientalista e modernidade sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. *A atuação de Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade*. In: DAGNINO, Evelina. (org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 105-142.

TEIXEIRA, Cristina. *Desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a naturalização do social*. RBCS, vol. 20. n. 59. outubro 2005. p. 51-66.

\_\_\_\_\_; LIMONT, Marcelo. *Os limites da participação da população local na gestão da APA de Guaraqueçaba: a institucionalização de uma possibilidade e as condições de seu aproveitamento*. Recife, 2007. Disponível em [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br). Acesso em 29 de maio 2007.

\_\_\_\_\_. *Vingt ans de politique française de l'environnement: les annés 70-90*. In: BARRAQUE, Bernard; THEYS, Jacques. (org). *Les politiques d'environnement: evaluation de la premier génération: 1971-1995*. p. 17-40.

TOURAINÉ, Alain. *Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, junho de 1989, n. 17.

\_\_\_\_\_. *Crítica da modernidade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

UNGER, Nancy Mangabeira. *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

VAILLANCOURT, Jean-Guy. *Sociologie de l'environnement: de l'ecologie humaine à l'ecossociologie*. In: VAILLANCOURT, Jean-Guy; TESSIER, Robert. (ed). *La recherche sociale en environnement: nouveaux paradigmes*. Montreal: Les presses Universitaires de Montreal, 1996. p. 19-47.

\_\_\_\_\_. *De la sociologie environnementale à l'ecossociologie*. In: GENDRON, Corinne; VAILLANCOURT, Jean-Guy. *Développement durable et participation publique*. Montreal/Canada: Les Presses Universitaire de Montreal, [s/a]. p.49-64.

VAN TILBEURGH, Véronique. *Parcs nationaux et politiques locales: études de processus de création d'espaces protégés*. In: *Sciences Sociales et Espaces Protégés*. Seminaire d'Aussois. Paris, 1997. p. 121-127.

VERGARA, Ruben Oscar Pecchio. *A politização do meio ambiente: sinal verde? – A institucionalização da gestão ambiental e o movimento ambientalista na cidade do Recife dos anos 70 aos anos 90*. Recife: UFPE/MDU, 1994. (dissertação de mestrado)

VIEIRA, Listz; BREDARIOL, Celso. *Cidadania e política ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIEIRA, Paulo Freire. *A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil*. In: HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo Freire. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAP, 1995.

VIEIRA, Paulo Freire. *Ciências sociais do ambiente no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália. (orgs). *As ciências sociais e questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: APED, 1993. p.17-43.

VILARINHO, Carlyle R. O. *O Brasil e o Banco Mundial diante da questão ambiental. Perspectivas*, São Paulo, 15: 37-57, 1992.

VIOLA, Eduardo J; LEIS, Héctor Ricardo. *O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável*. In: VIOLA, Eduardo J. et. al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 134-160.

VIOLA, Eduardo J; LEIS, Hector R. *A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável*. In: HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo Freire. (orgs). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

WALTER, François. *Histoire et environnement: l'importance des représentations sociales*. In: UNESCO. *Seminaire Environnement et Societé: la contribution des sciences sociales*. Raport Final. Berne, 1992. p. 31-49.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Identidade social e espaço de vida*. In: WANDERLEY, M. N. B. (org). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais e rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo/Campinas: Polis/CERES, 2004. p. 61-74.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. (parte 2). 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ZHOURI, Andréa. et al. *Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais*. In: ZHOURI, Andréa. et. al. (orgs). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-24.

ZHOURI, Andréa. *Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais*. In: ZHOURI, Andréa. et. al. (orgs). *A insustentável*

leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 89-116.

## **Documentos**

ASPAN. *Carta da ASPAN aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a área do engenho Uchoa*. Recife, 1979.

ASPAN. *Projeto do Parque Ecológico do Engenho Uchoa*. Recife, 1993.

ASPAN. *Primeira avaliação preliminar do relatório da câmara técnica do engenho Uchoa*. Recife, 1994.

BRASII (Governo). *Agenda 21 Brasileira*. 3.ed. Brasília, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília: Senado Federal, 2002.

CENTRO Cristão de Educação Popular. *Mata do engenho Uchoa: consciência ambiental e ações em defesa da mata atlântica*. Recife, 2002.

ETAPAS. *Gestão Participativa no Recife: do Prezeis ao Orçamento Participativo*. Primeiro Encontro RPA 6. Recife, 2003.

FASE. *Movimento em defesa da mata Uchoa: resumo das ações realizadas entre 2002 e 2004*. Recife, 2005.

PERNAMBUCO (Governo). Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. *Reservas Ecológicas da Região Metropolitana do Recife*. Recife, 1987. 28p.

\_\_\_\_\_. *Proteção das Áreas Estuarinas do Estado de Pernambuco*, Recife, 1987b.

\_\_\_\_\_. *Proteção da Orla Marítima do Estado de Pernambuco*. Recife, 1987c.

\_\_\_\_\_. *Sistema de Parques da Região Metropolitana do Recife*. Recife, 1987d.

\_\_\_\_\_. *Parcelamento do Uso do Solo Urbano da Região Metropolitana do Recife*. Recife, 1987e. 27 p.

\_\_\_\_\_. *Projeto Grande Recife*. Recife, 1987f.

\_\_\_\_\_. *Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana do Recife*. Recife, 1987g.

\_\_\_\_\_. *Monitoramento das reservas ecológicas da RMR*. Recife, 1993.

PERNAMBUCO (Governo). Secretaria de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos. *Projeto de implantação da reserva ecológica de Caetés*. Recife, 1990.

\_\_\_\_\_. *Regimento interno da reserva ecológica de Caetés*. Recife, 1991.

\_\_\_\_\_. *Zoneamento preliminar da reserva ecológica de Caetés*. Recife, 1991b.

PERNAMBUCO (Governo) Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. *Atlas da Biodiversidade de Pernambuco*. Recife; 2002.

\_\_\_\_\_. *Plano de Manejo da Estação Ecológica de Caetés-Fase I*, Recife, 2006.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico do setor florestal do Estado de Pernambuco*. Recife, 1994.

\_\_\_\_\_. *Ações e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade de Pernambuco*. Recife, 2003.

\_\_\_\_\_. *Agenda 21 de Pernambuco*. Recife, 2003b.

\_\_\_\_\_. *O que os pernambucanos pensam sobre meio ambiente, desenvolvimento e qualidade de vida*. Recife, 2003c.

\_\_\_\_\_. *Plano Estratégico ambiental*. Recife, 2007

\_\_\_\_\_. *Plano de desenvolvimento florestal e de conservação da biodiversidade de Pernambuco*. Recife, 2001.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico das reservas ecológicas da Região Metropolitana do Recife*. Recife, 2001b.

PROCEDIMENTO de Investigação Preliminar n. 122000PIP009-1-Mata Uchoa. Ministério Público Estadual- Promotoria de Meio Ambiente de Recife.

RECIFE (Prefeitura). Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental *Cadastro das unidades de conservação da cidade do Recife* (versão preliminar). Recife, 1996.

\_\_\_\_\_. *Atlas Ambiental do Recife*. Recife, 1996b.

RECIFE (Prefeitura). Secretaria de Planejamento. Diretoria Geral de Meio Ambiente. *Projeto para o fortalecimento da gestão ambiental da área de proteção ambiental do engenho Uchoa*, Recife, 2004.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão Ambiental do Recife*. Recife, [s.a.]

\_\_\_\_\_. *Fortalecimento da gestão ambiental da área de proteção ambiental do engenho Uchoa*. Recife, 2004.

RECIFE (Prefeitura). *Projeto Capibaribe Melhor*. Relatório de avaliação ambiental. Recife, 2006.

RECIFE (Prefeitura). Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental. Diretoria Geral de Meio Ambiente. *Regimento interno do Conselho de Meio Ambiente de Recife*. Recife, 1998.

### **Matérias em jornal**<sup>115</sup>

ECÓLOGO deseja um parque natural no engenho Uchoa. *Diário de Pernambuco*. Recife, 9 de agosto de 1979.

MATA de engenho deve ser preservada. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 de agosto de 1979.

CPI é contrária ao desmatamento no engenho Uchoa. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 de outubro de 1979.

DESMATAMENTO já preocupa vereador. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 de março de 1985.

VEREADOR denuncia que incêndio é criminoso. *Diário de Pernambuco*. Recife, 9 de agosto de 1987.

CPRH quer acabar desmatamento no engenho Uchoa e recorre a Polícia. *Diário de Pernambuco*. Recife, 5 de outubro de 1987.

DERRUBADAS da mata engenho Uchoa. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 de janeiro de 1988.

AMPLIAÇÃO do aeroporto não afeta favela. *Jornal do Commercio*. Recife, 16 de julho de 1992.

GUERRA, Mariana. *CPRH dispensa EIA/RIMA de rua que cortara mangue*. *Jornal do Commercio*. Recife, 1992.

---

<sup>115</sup> Essas fontes, citadas em ordem cronológica, foram adquiridas dos arquivos da ASPAN e a FASE, que ao longo dos anos montaram um pequeno banco de dados sobre os lugares pesquisados.

\_\_\_\_\_. *Avenida que PCR vai construir passara por cima de manguezal*. *Jornal do Commercio*. Recife, 1992.

CUNHA, Leila Núbia. *As belezas de uma reserva ameaçada*. *Jornal do Commercio*. Recife, 1993.

ECOLOGISTAS denunciam um aterro na área da reserva engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 1993.

PROJETO Habitacional de Joaquim Francisco reduz área de reserva ecológica. *Jornal do Commercio*. Recife, 4 de setembro de 1993.

RAPOSO, Patrícia. *Estado quer diminuir a reserva engenho Uchoa*. *Jornal do Commercio*. Recife, 4 de setembro de 1993.

ENGENHO Uchoa tem nova poligonal feita pela FIDEM. *Jornal do Commercio*. Recife, 1993.

GOVERNO retira matéria que pretendia alterar a reserva engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 14 de setembro de 1993.

TÉCNICOS do governo vão estudar mensagem sobre engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 15 de setembro de 1993.

ECOLOGISTAS denunciam um aterro na área do engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 16 de setembro de 1993.

DEMARCAÇÃO do engenho Uchoa já foi iniciada. *Jornal do Commercio*. Recife, 1992.

MATA ATLÂNTICA do engenho Uchoa esta ameaçada. *Jornal do Commercio*. Recife, 19 de setembro de 1993.

BRYON entra com ação pelo engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 4 de outubro de 1993.

COMUNIDADE sai em defesa da reserva. *Jornal do Commercio*. Recife, 4 de outubro de 1993.

CONSELHO define usos de áreas do engenho Uchoa. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 de outubro de 1993.

ENGENHO terá toda sua área preservada. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 de outubro de 1993.

UM projeto que poderá salvar a mata do Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 29 de outubro de 1993.

UM projeto para dar ao Recife mais área verde. *Jornal do Commercio*. Recife, 27 de novembro de 1993.

INCÊNDIO destrói 6 hectares de reserva de mata atlântica no Recife. *Gazeta Mercantil*. Recife, 27 de novembro de 1993.

NOVO incêndio nas matas do engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 30 de novembro de 1993.

ASPAN luta pela preservação das matas do engenho Uchoa. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de dezembro de 1993.

PROJETO do parque esta na prefeitura. *Jornal do Commercio*. Recife, 2 de dezembro de 1993.

PM garante reforço para engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 2 de dezembro de 1993.

MATA do engenho Uchoa ganha proteção da PM. *Diário de Pernambuco*. Recife, 3 de dezembro de 1993.

CIPOMA faz aniversario. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 de dezembro de 1993.

ENGENHO Uchoa será área de preservação. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de janeiro de 1994.

INVASÃO do engenho Uchoa e a questão habitacional. *Jornal do Commercio*. Recife, 20 de janeiro de 1994.

ECOLOGISTAS elegem seus representantes. *Jornal do Commercio*. Recife, 5 de abril de 1994.

ÁREA do engenho Uchoa é preservada pela prefeitura. *Diário de Pernambuco*. Recife, 3 de maio de 1994.

ÁREA verde do engenho Uchoa esta ameaçada. *Jornal do Commercio*. Recife, 23 de setembro de 1995.

INCÊNDIO destrói mata do engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 14 de setembro de 1995.

PF inicia investigação sobre incêndio na mata. *Jornal do Commercio*. Recife, 15 de dezembro de 1995.

MATA ATLÂNTICA. *Jornal do Commercio*. Recife, 16 de dezembro de 1995.

INCÊNDIOS atingem duas áreas de mata no Recife. *Jornal do Commercio*. Recife, 16 de dezembro de 1995.

AQUINO, Milton. Engenho Uchoa: área verde da zona sul. *Jornal do Commercio*. Recife, 24 de dezembro de 1995.

PF: incêndio no engenho Uchoa não foi criminoso. *Jornal do Commercio*. Recife, 3 de janeiro de 1996.

ÁREAS VERDES. *Jornal do Commercio*. Recife, 13 de janeiro de 1996.

CICLISTAS querem que mata seja preservada. *Jornal do Commercio*. Recife, 5 de fevereiro de 1996.

MORADORES e PCR discutem destino do engenho Uchoa. *Diário de Pernambuco*. Recife, 9 de março de 1996.

PROIBIDA extração de barro no engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 10 de abril de 1996.

ENGENHO Uchoa é preservado. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 de julho de 1996.

PCR aprova decreto do engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 17 de dezembro de 1996.

ENGENHO Uchoa é transformado em área de proteção. *Jornal do Commercio*. Recife, 17 de dezembro de 1996.

ENGENHO Uchoa vira área de proteção. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 de dezembro de 1996.

LAXE, Maurício. SOS Mata Atlântica. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1996.

COMPANHIA embarga obra no engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 22 de julho de 1997.

CIPOMA e IBAMA fazem vistoria em mata cortada. *Jornal do Commercio*. Recife, 24 de dezembro de 1997.

PCR multa empresário que fez desmatamento. *Jornal do Commercio*. Recife, 1997.

BREJOS ameaçados de desaparecer. *Jornal do Commercio*. Recife, 25 de março de 2001.

FALTA de animais põe em risco o que resta da floresta costeira. *Jornal do Commercio*. Recife, 25 de março de 2001.

PERNAMBUCO se preocupa com a preservação ambiental. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de junho de 2001.

PREFEITURA propõe desmatamento zero na área do engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 14 de junho de 2001.

ASSINATURAS para Salva Mata Atlântica. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 de julho de 2001.

PREFEITO João Paulo regulamenta fundo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 de junho de 2002.

ENGENHO Uchoa desapropriado. *Diário de Pernambuco*. Recife, 5 de junho de 2002.

ENGENHO Uchoa vai virar parque. *Jornal do Commercio*. Recife, 5 de junho de 2002.

PLENÁRIA sobre desenvolvimento urbano e ambiental. *Jornal do Commercio*. Recife, 22 de junho de 2002.

PCR faz plano para parque. *Jornal do Commercio*. Recife, 14 de julho de 2002.

ENGENHO Uchoa é área de interesse público. *Recife Melhor (Informativo PCR)*. 2002.

PCR tem plano para engenho. *Diário de Pernambuco*. Recife, 5 de setembro de 2002.

DEGRADAÇÃO põe em risco engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 5 de setembro de 2002.

FOGO também atinge mata atlântica do engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 10 de janeiro de 2003.

CHAMAS também no engenho Uchoa. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 de janeiro de 2003.

COMUNIDADE reverencia floresta. *Jornal do Commercio*. Recife, 21 de março de 2003.

ÁREA do engenho Uchoa ainda não foi desapropriada. *Jornal do Commercio*. Recife, 5 de junho de 2003.

TÉCNICOS discutem futuro de APA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 de abril de 2004.

DESERTIFICAÇÃO a passos largos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 9 de maio de 2004.

MANGUE é vítima da falta de fiscalização. *Diário de Pernambuco*. Recife, 31 de maio de 2004.

POLUIÇÃO compromete água de mananciais do estado. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1 de junho de 2004.

RECICLAGEM de lixo ganha reforço com ação em prédios. *Diário de Pernambuco*. Recife, 3 de junho de 2004.

CRIANÇAS têm resultados ambientais. *Diário de Pernambuco*. Recife, 4 de junho de 2004.

FLORESTAS e animais a caminho da extinção. *Diário de Pernambuco*. Recife, 5 de junho de 2004.

PLANO diretor não viabiliza povoação de novos bairros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 de junho de 2004.

MINISTRA Marina Silva critica degradação do Capibaribe. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 de junho de 2004.

VERBA federal assegura primeira etapa do Via Mangue. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de julho de 2004.

ALTERNATIVAS para a Mata Atlântica. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de junho de 2004.

CONSEMA aprova modificação em quatro leis ambientais. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de agosto de 2004.

HISTÓRIA do Parque que não saiu do papel. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 de agosto de 2004.

RESÍDUO de poda não tem aproveitamento correto. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 de agosto de 2004.

CAIXA repassa verbas para Via Mangue. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 de novembro de 2004.

VIA MANGUE sai do papel com alteração no projeto. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 de novembro de 2004.

MOVIMENTO cobra parque. *Jornal do Commercio*. Recife, 9 de dezembro de 2004.

JOÃO PAULO aprovou tudo que quis sem resistências. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de dezembro de 2004.

CAPIBARIBE recebe despejo de 31 canais do Recife. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de dezembro de 2004.

AÇÃO predatória destrói mata do engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 25 de dezembro de 2004.

BAIRRO denuncia devastação. *Folha de Pernambuco*. Recife, 25 de dezembro de 2004.

INCÊNDIO atinge parte de área de preservação do engenho Uchoa. *Jornal do Commercio*. Recife, 01 de janeiro de 2005.

ENGENHO Uchoa sofre queimadas. *Diário de Pernambuco*. Recife, 3 de janeiro de 2005.

FOGO destrói reserva da mata Uchoa. *Folha de Pernambuco*. Recife, 7 janeiro de 2005.

MATA ATLÂNTICA Mapeada por Satélite. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 de março de 2005.

ESTUDO critica estado de ecossistemas. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 de abril de 2005.

RMR registra poluição ambiental. *Diário de Pernambuco*. Recife, 5 de agosto de 2005.

AS veias abertas do Recife. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 de dezembro de 2005.

MUNICÍPIOS esquecem da gestão ambiental. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 de dezembro de 2005.

LIMA, Renato. *Estado reforça quadro para evitar prejuízos ambientais*. *Jornal do Commercio*. Recife, 17 de outubro de 2007.

## Fontes na internet

ASPAN, *20 anos defendendo o meio ambiente*. In: Edição Especial: 10 falando de Ciência e Meio Ambiente. *Jornal do Commercio*, Recife, 1999. Disponível em [http://www2.uol.com.br/JC/\\_1999/2006/cm2006c.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2006/cm2006c.htm) . Acesso em 11 out 2007.

AMBIENTALISTAS *deixam grito de lado*. In: Edição Especial: 10 falando de Ciência e Meio Ambiente. *Jornal do Commercio*, Recife, 1999. Disponível em [http://www2.uol.com.br/JC/\\_1999/2006/cm2006c.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2006/cm2006c.htm) . Acesso em 11 out 2007.

CYSNEIROS, Giannina. et al. *A reserva da biosfera da mata atlântica no Brasil e em Pernambuco*. Recife, 2003. Disponível em <http://www.ufrpe.br/artigos/artigo-24.html> . Acesso em 11 out 2007.

*COMUNIDADE venceu luta em Caetés*. In: Edição Especial: 10 falando de Ciência e Meio Ambiente. Jornal do Commercio, Recife, 1999. Disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/1999/2006/cm2006c.htm> . Acesso em 11 out 2007.

*COMUNIDADE de Caetés participa de oficina de reutilização de lixo*. Jornal do Commercio. Recife, 2007. Disponível em [http://jc.uol.com.br/2007/03/11/not\\_134250.php](http://jc.uol.com.br/2007/03/11/not_134250.php) . Acesso em 20 jun 2007.

COSTA, Felipe A. P. L. *SOS Caatinga: imprensa reproduz Ongs e erra*. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/ofjor/ofc090120021.htm>. Acesso dia 9 abr 2003.

*DECRETO transforma parque das Capivaras em Área de proteção ambiental*. Recife, 2006. Disponível em [http://jc.uol.com.br/2006/10/17/not\\_121891.php](http://jc.uol.com.br/2006/10/17/not_121891.php). Acesso em 11 out 2007.

*ESTAÇÃO de Caetés mostra história em vídeo*. Recife, 2002. Disponível em [http://jc.uol.com.br/2002/10/01/not\\_817166.php](http://jc.uol.com.br/2002/10/01/not_817166.php) .Acesso em 11 out 2007.

FALCÃO, Flávio Roberto. *Você sabia que o Recife ainda tem Mata Atlântica?* Diário de Pernambuco. Recife, 2001. Disponível em <http://www.pernambuco.com/comunidade/arquivo/flaviofalcao010523.html> . Acesso em 11 out 2007.

*MATA cede espaço ao crescimento urbano*. In: Edição Especial: 10 falando de Ciência e Meio Ambiente. Jornal do Commercio, Recife, 1999. Disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/1999/2006/cm2006c.htm> . Acesso em 11 out 2007.

*PERNAMBUCO tem 12 reservas ecológicas em situação crítica*. Jornal do Commercio, Recife, 14 de março de 2001. Disponível em [http://www2.uol.com.br/JC/2001/1403/cm1403\\_1.htm](http://www2.uol.com.br/JC/2001/1403/cm1403_1.htm) . Acesso em 21 abr 2003.

*PCR recorre e liminar sobre terreno é suspensa*. Jornal do Commercio. Recife, 1998. Disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/1998/0703/cm0703a.htm> . Acesso em 11 out 2007.

*PERNAMBUCO institui grupo de trabalho pra discussão da gestão florestal no Estado*. Recife, 2007. Disponível em [http://www.sectma.pe.gov.br/noticias\\_ler.asp?noticia=1144](http://www.sectma.pe.gov.br/noticias_ler.asp?noticia=1144) . Acesso em 09 out 2007.

ROBALINHO, Marcelo. *Mata Atlântica em Pernambuco: reservas ecológicas ameaçadas*. Jornal do Commercio, Recife, 21 de janeiro 2002. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=316>. Acesso em: 21abr 2003.

*SECTMA define três reservas ecológicas prioritárias para recategorização*. Recife, 12 de junho de 2007. Disponível em [http://www.sectma.pe.gov.br/noticias\\_ler.asp?noticia=1010](http://www.sectma.pe.gov.br/noticias_ler.asp?noticia=1010). Acesso em 20 ago 2007.

*SECTMA discute implantação de Sistema Estadual de Áreas Protegidas*. Jornal do Commercio. Recife, 2007. Disponível em [http://jc.uol.com.br/2007/02/27/not\\_133283.php](http://jc.uol.com.br/2007/02/27/not_133283.php) . Acesso em 20 jun 2007.

## Sites visitados

[www.condepefidem.pe.gov.br](http://www.condepefidem.pe.gov.br). – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

[www.recife.pe.gov.br](http://www.recife.pe.gov.br) – Prefeitura da Cidade do Recife

[www.sectma.pe.gov.br](http://www.sectma.pe.gov.br) – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo de Pernambuco

[www.cprh.pe.gov.br](http://www.cprh.pe.gov.br) – Agência Ambiental de Pernambuco

[www.recife.pe.gov.br/meioambiente/](http://www.recife.pe.gov.br/meioambiente/) Gestão Ambiental da Prefeitura do Recife

[www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br) – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade.

[www.aspan.org.br](http://www.aspan.org.br) – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza

[www.sne.org.br](http://www.sne.org.br) – Sociedade Nordestina de Ecologia

[www.cepan.org.br](http://www.cepan.org.br) – Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste

[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br) – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br) – Ministério do Meio Ambiente

[www.justicaambiental.org.br/\\_justicaambiental/](http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/) - Rede Brasileira da Justiça Ambiental

[www.rma.org.br](http://www.rma.org.br) – Rede de ONGs da Mata Atlântica

[www.anamma.com.br](http://www.anamma.com.br) – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente

[www.abema.org.br](http://www.abema.org.br) – Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

[www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br) – Sociedade Brasileira de Sociologia

[www.sosmataatlantica.org.br](http://www.sosmataatlantica.org.br) – Fundação SOS Mata Atlântica

<http://jc.com.br/> - Jornal do Commercio On Line

<http://www.pernambuco.com/diario/> - Diário de Pernambuco

<http://www.ambientebrasil.com.br/> - Ambiente Brasil

<http://www.centre-cired.fr/forum/> - Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement

<http://www2.pe.gov.br/home/home.html> - Governo de Pernambuco

<http://www.ladyss.com/> - Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces

## Lista de quadros e fotos

- Quadro 1 – Unidades de Conservação em Pernambuco/ página 76  
Quadro 2 – Reservas Ecológicas Estaduais/ página 79  
Quadro 3 – Zonas Especiais de Proteção Ambiental – ZEPAS Recife/ página 83
- Foto 1: Visão aérea da Estação Ecológica de Caetés/página 138  
Foto 2: Visão aérea da APA Uchoa/ página 178

## Lista de siglas

- APA- Área de Proteção Ambiental  
APP- Área de Preservação Permanente  
ARIE- Área de Relevante Interesse Ecológico  
ASA/RIOD – Articulação Semi-Árido Brasileiro  
ASPAN- Associação Pernambucana de Defesa da Natureza  
ASW – Ação Mundo Solidário  
CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas  
CAOP/MPPE – Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente do Ministério Público de Pernambuco.  
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano  
CDS – Conselho de Desenvolvimento Sustentável  
CECPA – Comissão Estadual de Controle da Poluição das Águas  
CERBMA-PE – Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Pernambuco)  
CEOrg – Conselho Estadual de Produtos Orgânicos (Pernambuco)  
CFCH- Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
CIEC – Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembléia Constituinte  
CI – *Conservation International*  
CIPOMA- Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente  
COHAB-PE- Companhia de Habitação de Pernambuco  
COMAM- Conselho Municipal de Meio Ambiente  
COMPESA- Companhia Pernambucana de Saneamento  
CONAMA- Conselho Nacional de Meio Ambiente  
CONDEPE/FIDEM- Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.  
CONDERM- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Recife  
CONSEMA- Conselho Estadual de Meio Ambiente  
CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável  
COPs – Conferência das Partes  
CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPPCA – Comissão Permanente de Proteção dos Cursos d’Água  
CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
CREA-PE – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco

DER- Departamento de Estradas e Rodagens  
DIRMAM- Diretoria Geral de Meio Ambiente da Prefeitura do Recife  
ECOSOC - Conselho Econômico e Social  
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental  
EMLURB- Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização  
ESEC- Estação Ecológica  
FADURPE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFRPE  
FASE- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional  
FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza  
FBOMS- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente  
FCMA- Fórum Comunidades para o Meio Ambiente  
FEAPE- Fórum de Entidades Ambientistas de Pernambuco  
FEMA- Fundo Estadual de Meio Ambiente  
FERU- Fórum Estadual de Reforma Urbana  
FLIC-PE- Fórum Lixo e Cidadania de Pernambuco  
FMMA- Fundo Municipal de Meio Ambiente  
FUNATURA – Fundação Pró-Natureza  
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade  
FURPA – Fundação Rio Parnaíba  
GGF – *Global Greengrants Fund*  
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IPESPE – Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas  
ISA\_ Instituto Sociaambiental  
LADYSS- Laboratoire Dynamiques Sociales et Reconstitution des Espaces  
LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo  
MMA- Ministério do Meio Ambiente  
NEPAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP  
NUPAUB – Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas da USP  
ONG- Organização Não-Governamental  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PCR- Prefeitura da Cidade do Recife  
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais  
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE  
PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG  
PPGS- Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE  
PREZEIS – Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social  
PROMATA- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata Pernambucana  
PRONABIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira  
RIOD – Rede Internacional de ONGs sobre a Desertificação  
RMR- Região Metropolitana de Recife  
RPPN- Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SACTES/DED – Serviço Alemão de Cooperação Técnica

SECTMA- Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente do Governo de Pernambuco  
SEAN- Secretaria de Entidades Ambientistas do Nordeste  
SEMA- Secretaria Especial de Meio Ambiente  
SEMAC- Secretaria de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor  
SEPLAN- Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Prefeitura do Recife  
SEPLAN- Secretaria de Planejamento do Governo de Pernambuco  
SIS – Fundação de Solidariedade e Parcerias Internacionais  
SNE- Sociedade Nordestina de Ecologia  
SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande  
UFPE- Universidade Federal de Pernambuco  
UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UPI- Unidade de Proteção Integral  
UUS- Unidade de Uso Sustentável  
WWF – *World Wildlife Fund*  
ZEIS- Zona Especial de Interesse Social  
ZEPA- Zona Especial de Preservação Ambiental

## Anexos

### Anexo 1

#### Cadastro de Entidades Ambientalistas em Pernambuco

| <b>ENTIDADES</b>   | <b>MUNICÍPIO</b>    |
|--|---------------------|
| Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS   | Garanhuns           |
| Amigos das Águas   | Petrolina           |
| Associação de Reciclagem Ambiental do Timbi e Alberto Maia em Camaragibe – ARATAC                        | Camaragibe          |
| Associação dos Guardiães Ambientalistas do Vale do São Francisco – AGUAVALE                              | Petrolina           |
| Associação Ecológica da Mata Norte do Estado de Pernambuco   | Vicência            |
| Associação Pernambucana de Defesa da Natureza – ASPAN  | Recife              |
| Associação de Plantas do Nordeste – PNE  | Recife              |
| Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – CAATINGA | Ouricuri            |
| Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá  | Recife              |
| Centro de Pesquisas ambientais do Nordeste – CEPAN   | Recife              |
| Centro Golfinho Rotador – CGR  | Fernando de Noronha |
| Instituto Ambiental de Fernando de Noronha – IAFENO  | Fernando de Noronha |
| Institutos Recifes Costeiros – IRCOS   | Tamandaré           |
| Ong Pedra D'água   | Buíque              |
| Organização para a Pesquisa, Conservação e Educação Ambiental – ORPEAM                                   | Barreiros           |
| Serviço de Fiscalização Animal e Proteção Animal – SEFAPA  | Recife              |
| Sociedade Nordestina de Ecologia – SNE   | Recife              |

Fonte: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. Disponível em [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br).

### Anexo 2

#### Prefeitos da Cidade do Recife

|           |                    |
|-----------|--------------------|
| 1978-1981 | Gustavo Krause     |
| 1982-1985 | Joaquim Francisco  |
| 1986-1988 | Jarbas Vasconcelos |
| 1989-1992 | Joaquim Francisco  |
| 1993-1996 | Jarbas Vasconcelos |
| 1997-2000 | Roberto Magalhães  |
| 2001-2004 | João Paulo         |
| 2005-2008 | João Paulo         |

Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife. Disponível em [www.recife.pe.gov.br](http://www.recife.pe.gov.br).

### Anexo 3 Governadores do Estado de Pernambuco

|           |                                    |
|-----------|------------------------------------|
| 1975-1979 | José Francisco de Moura Cavalcanti |
| 1979-1982 | Marco Maciel                       |
| 1982-1983 | José Muniz Ramos                   |
| 1983-1986 | Roberto Magalhães                  |
| 1986-1987 | Gustavo Krause                     |
| 1987-1990 | Miguel Arraes                      |
| 1990-1991 | Carlos Wilson                      |
| 1991-1994 | Joaquim Francisco                  |
| 1995-1998 | Miguel Arraes                      |
| 1999-2002 | Jarbas Vasconcelos                 |
| 2003-2006 | Jarbas Vasconcelos                 |
| 2006      | Mendonça Filho                     |
| 2007-2010 | Eduardo Campo                      |

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em [www.pe.gov.br](http://www.pe.gov.br).

### Anexo 4 Lista dos Entrevistados

| Entrevistas | Entrevistados                          | Instituições  |
|-------------|--|---|
| 1           | Alexandre Ramos                        | FASE  |
| 1           | Ricardo Braga                          | SNE   |
| 1           | Ceça Ribeiro                           | Deputada Estadual/Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Pernambuco |
| 2           | José Bento                             | DIRMAM/PCR  |
| 2           | Mauro Buarque                          | DIRMAM/PCR  |
| 1           | Geraldo Magela                         | Promotor do Meio do Ambiente/MPPE   |
| 1           | Alda Virgínia                          | Promotora do Meio Ambiente/MPPE   |
| 2           | Assis Lacerda                          | CPRH  |
| 1           | Giannina Cysneiros                     | CPRH  |
| 5           | Paulo Gomes                            | CPRH  |
| 1           | Naum                                   | CPRH  |
| 1           | Luci Machado                           | Movimento em Defesa da Mata Uchoa   |
| 1           | Maria Patrícia                         | Movimento em Defesa da Mata Uchoa   |
| 1           | Socorro, Lidiane, Bui, Beto, D. Zezita | Grupo de Amigos da Estação Ecológica de Caetés                                      |
| 1           | Norma                                  | Grupo de Amigos da Estação Ecológica de Caetés                                      |
| 1           | Norma e D. Zezita                      | Grupo de Amigos da Estação Ecológica de Caetés                                      |
| 2           | Sandra Cavalcanti                      | Gestora da Estação Ecológica de Caetés  |
| 2           | Alexandre Araújo                       | ASPAN   |
| 1           | Rita de Cássia                         | SECTMA  |
| 1           | João Brito                             | ECOS  |
| 1           | Luiz Helvécio                          | Vereador/Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores do Recife               |
| 1           | Hélio Gurgel                           | Presidente da CPRH  |